



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Trabalho de Projeto

**Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar Arquiteturas,
percursos e horizontes lagunares**

Pedro Miguel Mascarenhas de Brito

Orientador(es) | Daniel Jiménez

João Gabriel Candeias Dias Soares

Évora 2019





Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Trabalho de Projeto

**Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar Arquiteturas,
percursos e horizontes lagunares**

Pedro Miguel Mascarenhas de Brito

Orientador(es) | Daniel Jiménez

João Gabriel Candeias Dias Soares

Évora 2019





O trabalho de projeto foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

- Presidente | João Barros Matos (Universidade de Évora)
- Vogal | João António Ribeiro Ferreira Nunes (Universidade Técnica de Lisboa)
- Vogal-orientador | João Gabriel Candeias Dias Soares (Universidade de Évora)

Vila da Fuzeta, entre o Mar e a Terra

Revelar Arquitecturas, Percursos e Horizontes Lagunares



DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

ESCOLA DE ARTES . UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura .

Pedro Miguel Mascarenhas de Brito

Orientação: Prof. Dr. João Soares e Prof. Dr. Daniel Jiménez

Évora, 2019



à Vila da Fuzeta



Fuzeta

2018
Esc. 1/4000





01. Ambiente lagunar nos sapais a sudoeste da vila, vista a partir do sítio da Arte Nova ao pôr do sol. Em primeiro plano a vegetação que se mantém à superfície no período de maré cheia e as construções efémeras que pontuam estes territórios. No horizonte a silhueta da ilha da Armona, com o seu pinhal, dunas e construções humanas. 2018 (fonte: autor).

OBSERVAÇÕES

Esta Dissertação está escrita segundo o novo Acordo Ortográfico, exceto nas citações que foram transcritas da fonte bibliográfica, conforme a escrita original.

O documento é originalmente desenvolvido em formato A3, composto de um volume principal que contém três elementos destacáveis:

1. Planta Fuzeta, 2018 (esc. 1/4000)
2. Cronologia geral da Fuzeta
3. Torres militares da Andaluzia e Algarve

E ainda um volume anexo de compêndio fotográfico da execução das maquetas de trabalho (escalas 1/3000 e 1/500).

Os elementos cartográficos constantes deste documento foram elaborados sobre as bases cartográficas cedidas pela Câmara Municipal de Olhão, tendo sido alvo de atualização pelo autor, recorrendo a diversos documentos cartográficos, ortofotogramétricos, batimétricos, textuais e fotográficos, conforme especificado nas respetivas páginas.

Foi também elaborada, no decorrer da investigação, uma planta síntese da área territorial da Fuzeta, que inclui a malha urbana, topografia aproximada dos terrenos da área urbana e rural, batimetria dos espaços lagunares/marítimos adjacentes (cedido pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, referente ao levantamento topo-hidrográfico de 2016), e o levantamento em planta (piso térreo) dos edifícios notáveis da vila. Alicerçada numa exaustiva análise dos elementos disponibilizados pelas diversas entidades e reflexo de um compêndio/ajuste dos levantamentos arquitetónicos levados a cabo pelo autor "in situ", esta peça desenhada representa um levantamento integrado e atualizado do espaço urbano da Fuzeta - um retrato da realidade em 2018. Foi a partir desta base que foram realizadas as plantas de evolução urbana que aqui se apresentam.

AGRADEÇO

Aos Amigos que apoiaram, principalmente por acreditarem

Às instituições e associações intervenientes, e aos seus valiosos investigadores e funcionários que fazem a diferença em cada partilha do seu conhecimento. Um especial agradecimento ao arqueólogo Hugo Oliveira, à historiadora Sandra Romba, e à historiadora Veralisa Brandão do Museu Municipal de Olhão; ao José Cabaço do Arquivo Histórico de Olhão; ao Sr. Paulo Jorge dos serviços gráficos da UAlg, ao geógrafo Luís Fraga da Silva; à geóloga Ana Matias e ao geólogo Óscar Ferreira da Universidade do Algarve; à arquiteta Mafalda Pacheco e ao arquiteto João Nunes, pelas conversas e lições que permitiram a conquista de um olhar multidisciplinar e elevaram a exigência no trabalho e o rigor científico na compreensão do lugar.

Às Pessoas da Vila da Fuzeta, pela simpatia e prontidão em partilhar histórias, e em especial à Dra. Ana Luísa Mendes Segundo, à Da. Luísa Crispim da biblioteca, à Da. Maria José Reis Andrade e ao Sr. José Rocha Alexandre pela disponibilidade e amor à terra que demonstram em cada conversa e partilha.

Aos Familiares que apoiaram, num acompanhamento expectante e otimista

Aos Amigos Algarvios que sempre esperaram por novas revelações da investigação

Aos Professores e Orientadores Dr. arq. João Soares e Dr. arq. Daniel Jiménez que, com o seu precioso conhecimento e disponibilidade, se demonstraram sempre assíduos e críticos, elevando em cada conversa a motivação, o rigor e a objetividade, rumo à definição da estratégia de trabalho que melhor dignificasse o lugar e o seu património.

Aos Colegas de Aventura: Gabriel Afonso, Rui Silvestre, Carina Gonçalves, Hugo Viegas, Marc Meco, Joana Nunes, Francisco Brito, Catarina Cativo, Gonçalo Vargas e restante ERGdreams, e ainda aos jovens Dualidade,

E finalmente

Aos meus Pais e Irmã pelo incansável apoio, disponibilidade e paciência que aprenderam a ter neste moroso, mas enriquecedor processo.

RESUMO / ABSTRACT

Vila da Fuzeta, entre o Mar e a Terra.

Revelar Arquitecturas, Percursos e Horizontes Lagunares

Palavras-chave:
Ria Formosa
Sistema Lagunar
Fuzeta
Arquitetura efémera
Horizonte

A Fuzeta, de remanescente cariz Mediterrânico, é uma vila do litoral Algarvio, que vive essencialmente da proximidade entre a terra e o mar. É, por isso, um lugar bastante desejado, tanto pela população residente, como por forasteiros. A sua história é constantemente marcada por momentos de grande estabilidade e prosperidade, que rapidamente se alteram, provocando mudanças consideráveis para a população e refletindo-se numa acelerada transformação da morfologia urbana e arquitetónica.

Keywords:
Ria Formosa
Lagunar System
Fuzeta
Ephemeral Architecture
Horizon

Caracterizado por uma forte e acelerada dinâmica natural, o território da vila e da sua envolvente lagunar - sistema lagunar da ria formosa - convoca intuitivamente um manancial de sensações e empatias, que convidam à redescoberta de uma paisagem intemporal e intrinsecamente ligada à sua génese geológica. Um sítio com uma ancestral disponibilidade de recursos naturais, que potenciou a ocupação humana e a sua significação enquanto lugar. Revelam-se assim valores ecológicos, ambientais e culturais de grande riqueza e paradoxal fragilidade, que só podem ser apreendidos e invocados, enquanto lhes for permitida a existência e conservação, num equilíbrio natural constante.

Encarar a “efemeridade” e “dinâmica” pré-existentes, como conceitos arquitetónicos capazes de provocar novas abordagens de projeto, validar os saberes e a compreensão do território, e garantir a multidisciplinaridade numa perspetiva integrada de eficiência e sustentabilidade, acaba por ser uma grande oportunidade de derivação e reencontro com os valores intrínsecos do lugar, permitindo assim projetar novos horizontes.

Vila da Fuzeta, between sea and land.

Reveal Architectures, paths and lagoon horizons

Fuzeta, of remnant Mediterranean character, is a village on the Algarve coast, that lives essentially from the proximity between the land and the sea. That's why it is a place much desired by both the resident population, as well as by outsiders. Its history is constantly marked by moments of great stability e prosperity, which quickly change, provoking considerable changes to the population and reflecting itself in an accelerated transformation of urban and architectural morphology.

Characterized by a strong and accelerated natural dynamic, the village's territory e its surrounding lagoon - Ria Formosa's lagoon system - intuitively summons a wealth of sensations and empathies that invite the rediscovery of a timeless landscape and intrinsically linked to its geological genesis. A site with an ancestral availability of natural resources, which enhanced its human occupation and its significance as a place. Ecological, environmental and cultural values of great wealth and paradoxical fragility are revealed, which can only be apprehended and invoked, as long as they are allowed to exist and be preserved, in a constant natural balance.

Facing the pre-existing ephemerality and dynamics, such as architectural concepts capable of provoking new approaches to the project, validating the knowledge and understanding of the territory and ensuring multidisciplinary in an integrated perspective of efficiency and sustainability, turns out to be a great opportunity for derivation and reunion with the intrinsic values of the place, allowing to project new horizons.



02. Retrato de uma população e vila divididas entre a saudade do passado recente e a ambição do progresso. Destaque para a diminuição da vista para o horizonte marítimo pela elevação da cerca das construções. Vista a partir do mirante mais alto no nº18 da Rua da Igreja, 2018 (fonte: autor)

INDÍCE

PARTE I

4 INTRODUÇÃO

8 METODOLOGIA / ESTRUTURA

I. DO TERRITÓRIO

12 No Mar

14 Na Terra

18 Paisagem Litoral

22 Na (Ria) Formosa

II. DA DEFINIÇÃO DO LUGAR

46 Do Sítio ao Lugar

50 Do sítio da foz à vila da Fuzeta

54 Fozeta

62 Fuzeta

70 Fuseta

76 Cronologia Geral

78 Síntese territorial

82 Inventário de Património Arquitetónico

III. DA PERCEÇÃO DO LUGAR

94 No Lugar

96 Caminhar / Navegar

102 Parar / Olhar

IV. DA CONSTRUÇÃO DO LUGAR

110 As Arquitetura Primitivas

114 A torre

120 O cais

124 A cabana

PARTE II

V. DA PROPOSTA DE NOVOS OLHARES

130. Um percurso litoral

132. Referências de parede

134. Dispositivo Territorial

138. Três cais

148. O lugar de abrigo

150. Dois mirantes na paisagem

152. Revelação de novos olhares

154. Redescoberta do lugar

156. Técnicas e materialidades

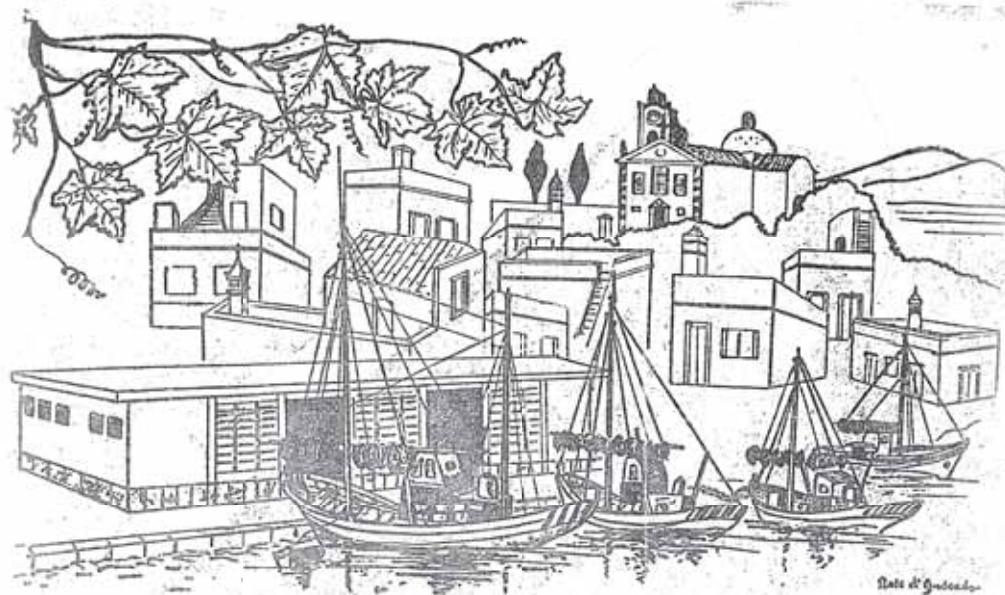
160. Forma e função

166. Em continuidade

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

VII. ARQUITETURAS | PERCURSOS | HORIZONTES LAGUNARES (ANEXO)

BIBLIOGRAFIA



03. Ilustração a lápis elaborada pelo ilustre Fuzetense João Reis de Andrade*, como síntese da percepção da sua terra natal - a Fuzeta. Composição onde enaltece os elementos identitários da vila - década de 80 do séc. XX (fonte: Maria José Reis Andrade).

*João de Deus dos Reis Andrade nasceu na Fuzeta em 1932 e faleceu em 1998. " Foi poeta, dramaturgo e notável jornalista, sendo, acima de tudo, um homem culto e de grande inteligência, que ao longo da vida se tornou numa respeitada figura da cultura olhanense, cedo evidenciando múltiplos recursos intelectuais, não só como homem de letras, mas também como artista plástico, músico e até como filatelista. (...) desempenhou durante décadas as funções de chefe da Secção das Lotas e Vendagem de Peixe. (...) Os créditos jornalísticos ganhou-os ao serviço do «Século», na qualidade de correspondente e colaborador eventual, muito anos antes de se tornar conhecido como cronista do «Jornal do Algarve». (...) dispersou a sua colaboração por outros órgãos locais, (...) Além disso, trabalhou na Rádio como jornalista e locutor (...)" "Sempre pronto a colaborar em iniciativas de carácter jornalístico, cultural e até desportivo, desde que nelas saísse em relevo a sua "Branca Noiva do Mar", epíteto por si criado para designar a sua aldeia natal da Fuzeta".
Excertos de "Reis d'Andrade, o jornalista da Branca Noiva", texto de José Carlos Vilhena Mesquita no seu blog: Algarve - História e Cultura.



04. Antiga estação de socorros a náufragos construída em 1951 pelo ISN, em frente da barra de então, por forma a facilitar o salvamento de vítimas de naufrágios em alto mar. obra do Engº Henrique Valdez. Note-se a leveza com que o edifício assenta sobre o sapal, mantendo toda a sua dinâmica natural e permitindo uma permeabilidade visual que oferece uma leitura em extensão dos diversos ambientes marinhos - o sapal, os canais navegáveis, as dunas das ilhas barreira e a barra que abre o sistema lagunar ao mar. 2018 (fonte: autor)



05. Vista da área de sapal a norte da vila, com destaque para os moinhos de maré ainda existentes. Ao fundo o cerro de São Miguel à esquerda e o arranque do cerro da Cabeça à direita. Note-se a proximidade visual aparente entre a serra e a área lagunar, ainda que exista uma ampla área de terrenos férteis e pequenos aglomerados urbanos com cerca de 6km de extensão. 2018 (fonte: autor)

INTRODUÇÃO

Num território em constante transformação, influenciado pelo contexto natural e pela ação humana, há inúmeras preocupações que se colocam, quando se projetam planos estratégicos a médio e longo prazo. Está-se perante uma longa e complexa rede de conhecimentos e dinâmicas económicas e socioculturais que está sujeita a constantes alterações, integrando as novas descobertas da ciência e pondo-as ao serviço do Homem, na construção do seu habitat, com vista à melhor e mais sustentável relação com o lugar. Entre avanços e recuos, de geração em geração, o Homem tem vindo a encontrar o seu espaço em cada momento na história, explorando e alterando a paisagem. À medida que o tempo passa, tende a encontrar respostas para as suas inquietações e a procurar novos desafios. Tem-se verificado uma crescente perda de ligação ao lugar e abriu-se até caminho aos novos ideais de globalização e desejo de conquista à escala planetária. Começa então a nascer um desejo de pacificação com um planeta desgastado, e uma necessidade de olhar atrás - voltar às origens - que se reflete na crescente necessidade de conhecer e preservar o meio ambiente, o património vernáculo e as tradições ancestrais de relação do Homem com "a terra".

Sendo Paisagem - "uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos"¹ - torna-se cada vez mais imperativa a necessidade de reflexão e alteração de comportamentos, com vista a uma saudável convivência entre estes dois agentes - o Homem e o meio natural. A simbiose entre o território (contexto físico de um lugar com dinâmicas próprias) e a forma como o ser humano o apreende e altera, reside necessariamente na sua compreensão e na consciencialização da capacidade paradoxalmente produtiva e destrutiva da mão humana. O resultado de uma abordagem que integre multidisciplinarmente uma leitura da paisagem, revela-se muitas vezes a opção mais adequada à convivência e fruição pura do lugar, dando espaço à imaginação do Homem, para criar, consciente que há um dever de racionalidade para com o "seu" território.

Na paisagem, a dinâmica do território é muitas vezes o mote para a criação da arquitetura como forma de o habitar, permitindo encontrar mecanismos de relação com as suas especificidades naturais e fisiográficas. É pela capacidade de se adaptar que o Homem criou formas de se abrigar, quer em vida, quer depois na morte, física e simbolicamente. Esta é também a forma de marcação do seu domínio num lugar. A fixação dos povos em comunidades, com as suas organizações sociais, reflete na arquitetura, simultaneamente, a capacidade de pensar e construir, tanto o espaço individual/doméstico como o coletivo. Um símbolo de identidade, presente nos seus modos de vida e na sua relação com o contexto natural de cada sítio.

Os territórios Litorais são, desde sempre, lugares de grande instabilidade, mas, e por ventura por essa razão, dos mais produtivos e prósperos do planeta.

¹ Decreto n.º 4/2005, Convenção Europeia da Paisagem, Florença, 20 de outubro de 2000

06. Praia a sul da Vila nos anos 60, com destaque para uma criança que brinca e explora a riqueza da linha em que a água da ria "toca" na areia, proporcionando uma caminhada sobre a água, num areal de caráter "terrestre". O brinquedo seria um pequeno barco de madeira, muitas vezes fabricado pelos próprios jovens, com o apoio e mestria dos seus familiares mais velhos, que passavam desta forma um manancial de conhecimentos empíricos, capazes de perpetuar uma secular relação imaterial com o lugar. Ao fundo, a então inovadora estação de socorros a naufragos, e no horizonte, a ilha da Armona com o "monte da armação de Bias" bem demarcado. anos 60 (foto de Floriano Andrade).

07. Território lagunar envolvente à Fuzeta, com diversos elementos arquitetónicos que constroem a paisagem do lugar e a estruturam para um uso contemporâneo, adaptado às exigências cotidianas da sociedade do séc. XXI. O sistema lagunar revela-se um espaço intersticial entre a área terrestre urbanizada e o mar, transformando uma aparente linha de fronteira num rico e denso território "híbrido", constituído em cada lugar por diferentes quantidades e tipos de solo, água, vegetação, fauna, luz, cor, cheiro, som... 2018 (fonte: Rui Silvestre).





Foi destes terrenos entre o mar e a terra que se partiu em busca de novos territórios e foi neles que se fundaram e construíram estruturas de interface para facilitar a relação entre os dois meios (marítimo e terrestre).

Há muito que o Homem “assentou arraiais” com vista à exploração destes espaços intersticiais, sempre com o horizonte marítimo em plano de fundo. Talvez por isso se tenha aventurado, com a tecnologia e conhecimento de cada Era, a chegar mais longe e conhecer mais mar. Em terra, a atividade litoral sempre foi de grande dinâmica, quer pelo avanço da ocupação e capacidade humana, quer pela instabilidade fisiográfica dos limites costeiros. Não admira por isso que a beira-mar seja ainda hoje um lugar de grande pressão demográfica e prosperidade.

“No entanto não poderemos deixar de atender às condições reais deste país pescador ao longo de todo o seu litoral, (...) herdeiro de uma actividade de raiz já substancial a sul do Tejo durante a estada fenícia e a colonização romana, (...).

Comunidades piscatórias profundamente implantadas desde há séculos, (...) foram as sementes da indústria da construção naval e do comércio marítimo português, já para não falar na sua contribuição decisiva em técnicas, equipamentos e homens para a expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI.

Foram e continuam a sê-lo; e é essa a única razão pela qual nos permitimos relembrar, modestamente, um passado histórico que é de todos nós e foi construído dia a dia pela “arraia-miúda” do ocidente ibérico.”²

Do desajustado planeamento e da exploração intensiva dos recursos destes territórios, têm resultado grandes alterações das condições naturais de equilíbrio dos ecossistemas a cada metro quadrado de faixa costeira. É neste momento crucial que urge pensar em estratégias que, por um lado permitam encontrar um novo equilíbrio entre a ação humana e o espaço natural, mas também, e acima de tudo, qual o olhar que queremos e devemos ter enquanto agentes da transformação dos territórios em que vivemos.

Na origem da ocupação humana do litoral estão as necessidades básicas de observar, compreender, comunicar e proteger o território e as suas dinâmicas. Por questões de defesa, quer militar quer da própria austeridade do lugar, quer até pela necessidade de exploração de recursos locais, têm sido desenvolvidas diversas estruturas e tipologias arquitetónicas ao longo da história, com vista à conquista estratégica do mais proveitoso lugar, quer para olhar, estar ou percorrer. A relação entre “ver” e “ser visto” tem vindo a ser explorada nas diversas vertentes do pensamento arquitetónico. São exemplo as torres militares que pontuam o litoral da Costa Portuguesa, assim como as torres de campanário. Estas, tendo a sua origem na necessidade de comunicar, afirmaram-se como marcos da identidade de uma povoação e da sua fé.



² Debates Parlamentares / 3ª república / assembleia da república / série I / I Legislatura / sessão legislativa 02 / número 048 / 1978-03-08 / página 1756

08. Vista sobre a área urbana da então povoação da Fuzeta, registada a partir da torre sineira da Igreja de Na. Sra. do Carmo, com um abrangente domínio visual sobre a ria, a barra (com o ISN já construído), e o mar. anos 50 (foto de Floriano Andrade).

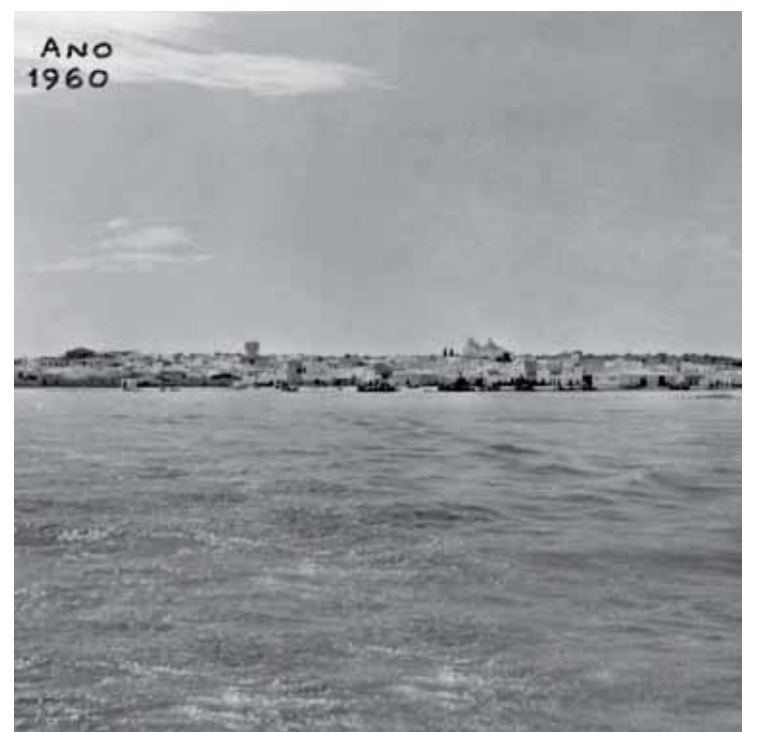
09. Vista do mar para a vila e área lagunar envolvente, com o barrocal e a serra ao fundo. Destaque para a singular configuração do cordão dunar imediatamente a sul do canal/porto da Fuzeta, com uma estrutura dunar “em caracol” que configura uma pequena enseada no interior do sapal, e proporciona na maré cheia, um pequeno “porto de abrigo” para pequenas embarcações 2018 (fonte: Rui Silvestre).

Pelo domínio que representam na paisagem, eram também utilizados como pontos de observação, controlo e afirmação de poder e domínio do território, subsistindo assim uma reminiscência dos minaretes das mesquitas que pontuaram os povoados durante o domínio Árabe do território do Al-Andaluz. A necessidade de comunicar à população e entre populações é uma das razões pela qual se difundiram um pouco por toda a parte.

A área da barra da Fuzeta é assim, das atalaias à povoação, um caso que merece estudo, onde abundam as várias tipologias de torres militares, algumas em avançado estado de ruína, mas ainda assim verdadeiros marcos das posições territorialmente privilegiadas que se mantêm com as suas características originais. Tendo integrado um troço do mencionado sistema defensivo costeiro, esta área representa a única abertura da ria ao mar, entre Tavira e Olhão e é, por isso e historicamente, um lugar instável, quer em geografia, quer em condições de habitabilidade e situação administrativa. Constituindo a atual fronteira entre os concelhos de Olhão e Tavira, parte da ribeira do Tronco e a sua foz foram sempre terrenos disputados e de difícil distinção administrativa, pela sua riqueza. A morfologia do terreno e a sua fertilidade potenciaram o aparecimento de inúmeras hortas e quintas agrícolas, ribeira adentro, assim como no planalto de Bias, e os homens da Fuzeta depressa colocaram “um pé no mar e outro nos campos”, não fossem muitos deles colonos e habitantes “montanheiros”.

Assim se justificou, pela riqueza criada a partir da exploração dos recursos endógenos, e dada a pirataria presente na costa, a construção de uma fortaleza no topo sul da povoação, para sua defesa assim como da sua barra fronteira. Criaram-se assim várias estruturas de importante relação e domínio visual da paisagem, com vista à constante vigia e comunicação com as povoações vizinhas e zonas rurais. Chegam-nos à atualidade a torre sineira da igreja, o sítio do quartel e da antiga fortaleza desaparecida no séc. XIX, algumas das torres militares e, acima de tudo, uma condição de raiz cultural intimamente ligada ao desejo de olhar e contemplar a paisagem, presente em muitos dos edifícios do séc. XX que, ao ditarem o progresso da povoação, não esqueceram a secular relação visual com o mar. Assim se verifica a existência de um volume torreado na marcação da entrada da cada dos pescadores, outro no Estação salva-vidas do ISN, outro no cineteatro que desempenha a função de tanque para recolha das águas pluviais e permite, pela sua escada, a conquista de cota de frente ao mar, entre outros.

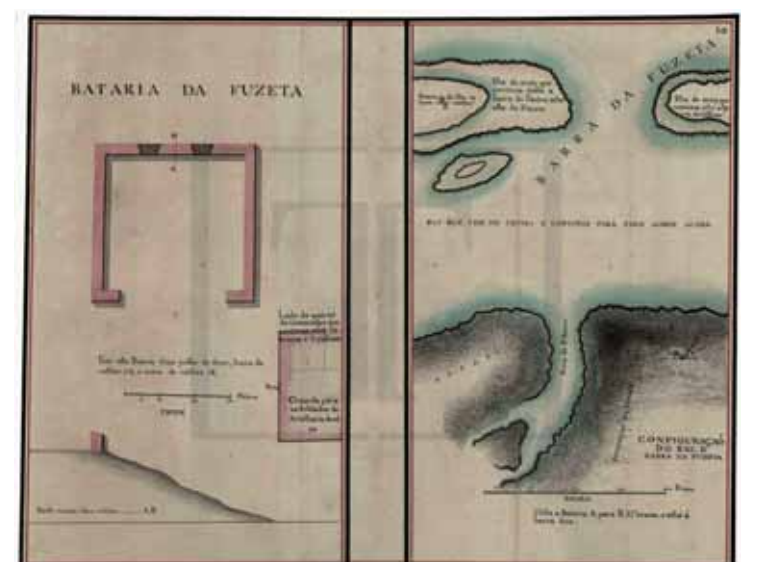
Há, no entanto, outras estruturas arquitetónicas mais adaptadas às atividades de cada comunidade, como são exemplo as torres miradores de Cádiz, à semelhança das torres mirantes de Olhão e Fuzeta no Algarve. Há ainda pequenos apontamentos na arquitetura civil de algumas vilas e cidades, como são exemplo os púlpitos e pangaiais de Olhão que, apenas pela necessidade de aumentar o campo visual no Horizonte marítimo para vigia das armações ou para observação das correntes marítimas, condições meteorológicas, e estado do mar,



10. Vista para a vila a partir do sapal a sul, onde hoje se situa o canal de acesso à barra. Destaque para a maior quantidade de edifícios baixos, dispostos em anfiteatro desde a igreja no topo da colina até às cercas e areal que mediavam a relação entre a ria e a área urbana. 1960 (foto de Floriano Andrade)

11. Planta da área em estudo, no séc. XVIII, onde se destacam as ilhas, a entrada da barra, a povoação, o esteiro da foz da ribeira do Tronco e ainda a bateria militar, com detalhe de localização e distâncias. "fortificações do algarve", por Baltasar de Azevedo Coutinho, capitão do real corpo de engenheiros, 1798. Coleção Cartográfica, Arquivo Nacional Torre do Tombo, (cota: PT-TT-CRT-211_m0025). disponível em:

(<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4499965>)





encontram espaços aparentemente inúteis, resultantes da construção da casa, como as coberturas inclinadas das escadas de acesso às açoteias, para criar novas possibilidades de relação visual na paisagem. Além da necessidade primordial de observar e comunicar, está também a fundamental relação do homem entre os meios marítimo e terrestre. Foram sendo construídas inúmeras estruturas de carácter quer permanente quer efémero, que resultaram numa constante construção e infraestruturização territorial e da paisagem. Enquadram-se nesta categoria as estruturas de cais, quer ligeiros: palafíticos; flutuantes; quer pesados: de paredão; pontão; entre outros. Construíram-se também algumas estruturas de “arraial” que serviram de apoio à atividade piscatória, quer pela sua habitabilidade, quer pelo carácter operativo das suas áreas de varadouro. A adoção de métodos construtivos mais ou menos perenes foi sendo delineada pelo avanço da técnica e pela disponibilidade de materiais no lugar.

A afirmação de uma ocupação permanente com recurso à utilização de métodos construtivos mais duradouros tem vindo a demonstrar-se, em territórios como o litoral arenoso do Algarve, uma utopia que, não sendo sensível à condição dinâmica destes territórios, tende a desaparecer quando há fenómenos de regeneração dos sistemas naturais. Este facto tem vindo a ganhar expressão quanto mais se aproxima de zonas de influência da maré. É nas zonas entremarés e de influência de cursos de água que a instabilidade física do território se acentua. A escorrência de massas de água e a sua capacidade de transporte sedimentar faz destas zonas em constante metamorfose uma das áreas mais produtivas e regenerativas do planeta. Os sapais são assim o ecossistema onde mais se intensifica a percepção da passagem do tempo, tanto pelas alterações de curta duração ou cíclicas, como pelas marcas de alterações mais profundas, prolongadas à escala geológica.

Atualmente vive-se numa Era de grande pressão demográfica sobre os territórios litorais, em oposição à desertificação dos do interior. A incapacidade de dialogar com o contexto específico de cada lugar, em resposta à elevada necessidade de construção para “abrigar” temporariamente o fenómeno turismo, tem acentuado a descaracterização e destruição da paisagem e dos seus recursos naturais. É cada vez mais importante voltar a encarar a capacidade de observação - “ver” e “ser visto” - como forma de “definir e verificar o rumo”, à semelhança da navegação marítima, com vista à clarificação do impacto da ação do homem contemporâneo no território para o futuro.

“Por isso me sinto um Homem do séc. XIX, porque é ao passado e no passado - mas por causa do presente que, com tanta mentira caminha ao nosso lado - que, como Garrett, dirijo a interrogação: que ser é o meu se a pátria a que pertença não está segura de possuir o seu? Como a Sofia que tem a memória longínqua de uma pátria eterna, mas perdida e não sabemos se é passado ou futuro onde a perdemos” ³



³ Costa, Alexandre Alves. Portugal, cidade e arquitectura. Revista de História da Arte nº4 - 2007 - Cidades Portuguesas Património da Humanidade. p.7

12. Vista sobre dois mirantes que se mantêm segundo as suas características originais, num lugar privilegiado do aglomerado urbano, próximos do lugar da antiga bateria militar. A sua implantação no topo do “cerro do Burguel” e a condição de domínio visual sobre o território marítimo ditou a baixa cêrcea que apresentam, constituindo apenas edifícios de dois pisos. Destaque para o horizonte que, embora bastante condicionado pelos edifícios incaracterísticos da envolvente, ainda contempla uma amplitude visual bastante considerável, podendo afirmar-se que constituem já um restrito número de exemplares originais com domínio visual sobre a paisagem, em aceitável estado de conservação, apenas expectantes de algumas obras de restauro. (fonte: Autor)

13. Vista sobre o Canal/Porto da Fuzeta, uma obra levada a cabo nos anos 60 com a construção de dois pontões de betão para contenção das margens da ribeira do tronco, na continuidade do antigo cais de pedra, do qual resta ainda a totalidade da sua extensão, embora em mau estado de conservação. Fixou-se então um porto de abrigo próximo à vila com lota e mercado coberto, o que já acontecia por meio de estruturas efémeras que eram adaptadas morfológicamente a cada situação geográfica ao longo do tempo. Na margem inferior da imagem encontram-se os estaleiros navais, que continuam em funcionamento. (fonte: Rui Silvestre).

METODOLOGIA / ESTRUTURA

A presente dissertação, de carácter projetual, põe as ferramentas da Arquitetura ao serviço de uma aprofundada investigação teórica e consequente reflexão sobre as dinâmicas do território, das suas características intrínsecas, das alterações impostas pela construção antrópica da paisagem, e da significação atribuída ao sítio que veio a constituir lugar.

Com a premissa da elaboração de um projeto de arquitetura que visa a compreensão e valorização do território da Fuzeta e da sua envolvente, potenciando a diversidade dos valores naturais do lugar e os recursos aí disponíveis. E na intenção de encontrar novos olhares, mais ricos e diversos, contrariando a tendência contemporânea da sobrevalorização quase exclusiva do uso balnear dos territórios litorais. Revela-se importante o trabalho de revisão exaustiva, em arquivos e acervos pessoais, dos elementos cartográficos, etnográficos, fotográficos (antigos e atuais), documentais (bibliográficos, gráficos) e orais pelo contacto direto com a população local, que anteceda e origine um compendio de informação específica sobre o lugar e as gentes ao longo dos tempos, assim como uma base sólida para a elaboração dos elementos síntese que influenciarão e informarão a proposta arquitetónica em estudo. Tenciona-se deste modo elevar o nível de conhecimento sobre este território, com recurso à síntese, e proceder à elaboração de um documento que resuma e aponte como hipótese uma sólida proposta arquitetónica, que possa servir de base à reflexão sobre as novas possibilidades e usos, alternativos aos ideais de massificação e gentrificação em curso no Algarve, como em diversos locais do país.

Em termos práticos, o trabalho resultará num conjunto de informação resumida que constituirá o corpo teórico da dissertação, e um conjunto de elementos gráficos - quer de síntese sobre a Fuzeta, quer desenhos, textos, imagens, estudos 3D e maquetas em suporte físico do projeto - na definição de uma proposta arquitetónica concreta e objetiva.

É intenção deste trabalho encarar o projeto como um ensaio, baseado numa metodologia de confirmação, tentativa e erro, que resulte num resumo do trabalho elaborado ao longo de todo o curso da investigação. A tese defendida será assim o resultado do trabalho contínuo de recolha, validação e síntese da informação disponível, convertida na definição de um discurso arquitetónico capaz de contar a história do lugar e apontar possíveis continuidades, a partir das estruturas arquitetónicas propostas e da sua inter-relação.



14. Vista sobre as salinas a norte da vila com vegetação espontânea e fauna local. Ao fundo: vila de Moncarapacho no sopé do cerro de São Miguel e à direita o cerro da Cabeça. (fonte: Autor)

I. DO TERRITORIO

NO MAR

NA TERRA

PAISAGEM LITORAL

NA (RIA) FORMOSA





15. Panorama geral sobre o Sistema Lagunar da Ria Formosa registado de Drone de ponte para nascente, 2018 (fonte: Rui Silvestre)

NO MAR

⁴ MACK, John. O Mar, uma história cultural. Bookbuilders / Letras errantes, Lda. 1ª Edição, 2018. ISBN: 978-989-99720-6-3. pp. 23-24

⁵ Mar, do latim “mare”, define a “massa líquida que circunda os continentes (oceanos), ou os penetra (mar interior)”. É também sinónimo de “imensidade”, “lugar onde se luta” ou até “dificuldade”. Genericamente é o termo utilizado para definir a massa oceânica de água salgada, rodeada por terra, que representa cerca de 97,4% da totalidade de água em estado líquido do planeta (aproximadamente 71% da superfície da terra). Na verdade, grande parte da área vulgarmente apelidada de “o mar”, representa o conjunto dos cinco oceanos da Terra. Há, porém, porções de água designadas de “mares” que, dependendo da sua ligação com os oceanos, podem ser caracterizados como mares continentais, abertos ou fechados.

⁶ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando - Arquitectura Popular em Portugal. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 4ª Edição, 2004. ISBN: 972-97668-7-8. 2ºVolume, p.279

⁷ SOUSA, Leonor Mendes Nobre de. Estruturas Arquitectónicas militares de defesa da Ria Formosa. Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, Faro, 2009. p.3.
“A grande extensão de costa navegável, com cerca de 200km, e os inúmeros ancoradouros facilitaram os contactos com o exterior e o mar foi uma porta aberta para o bem e para o mal: propiciou novos conhecimentos e novas culturas, mas também cobiças, ataques e invasões.”

⁸ OLIVEIRA, Carlos Manuel G. Ramos. Fuzeta: uma abordagem Antropológica. UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, 1971, Dissertação de Licenciatura. p.2 - Citação de Mariano Feio. Le Bas Alentejo et l'Algarve - Lisbonne, 1949. p.107

⁹ MARANT, Alexis. O Mediterrâneo à beira do colapso. [Documentário], Arte France & Capa, 2008. minuto 56.32

“Falamos aqui de um meio feito de água salgada, por oposição à água doce, e que toma por limites terrestres os pontos de ligação entre o mar e a terra, as regiões entre marés, as praias, os promontórios, os estuários e portos contíguos ao mar, distinguindo-se dos lugares e atividades humanas que têm lugar mais para o interior.”⁴

O Mar ⁵ é um dos maiores e mais ricos ambientes naturais do planeta e, por isso, extremamente atrativo. Há muito que o homem estabelece uma relação de vital dependência com o mar, habitando-o e dinamizando as suas margens. A pesca foi e continua a ser um dos meios de sobrevivência, por excelência, de muitos povos, e foram sendo definidas e desenvolvidas inúmeras culturas com base nessa dependência do que o mar oferece. Existem várias especificidades deste meio que influenciam de forma direta a vivência nos territórios litorais. São exemplos os efeitos climáticos, pela existência e confronto de massas de água e ar mais ou menos temperados, as correntes oceânicas, a hidrodinâmica do território, o efeito cinético das ondas, o movimento pendular das marés que origina regimes de marés diferenciados ao longo da crosta terrestre, entre outros.

“Embora variado o clima no País, são, no entanto, muito importantes as influências climáticas atlânticas e mediterrâneas, dominando a última sobre a maior parte desta zona de trabalho e especificamente sobre o Algarve”⁶

O mar mediterrâneo é, sem dúvida, o que mais influência tem no clima do Algarve oriental, ainda que esta região esteja totalmente exposta ao oceano Atlântico. É na relação entre estas duas massas de água que se proporciona o seu clima temperado. Sendo considerado o “berço das civilizações mais antigas”, o mar mediterrâneo representa 1% da totalidade dos oceanos e 10% da biodiversidade marinha na terra. É explorado há séculos e é nele que são despejadas as descargas das cidades que o habitam. O estreito de Gibraltar, que o abastece de água pelo oceano atlântico, é o responsável pelas difíceis trocas, que apenas possibilitam uma renovação total das águas a cada 100 anos. Por ser um dos mares mais explorados, quer pela pesca, transporte de mercadorias, navios cruzeiros, descargas de lixo e indústrias poluentes, entre outros, é também o que apresenta maiores riscos ambientais e maior desgaste. A sobre-exploração das suas margens com a construção contínua de cidades e aldeamentos turísticos, e a pressão demográfica que estes representam, faz desta uma das maiores ameaças em curso, que parece estar a ficar fora de controlo.

O Algarve não é exceção. Há muito que se tem explorado a costa Portuguesa⁷, e em especial a do Algarve, quer por meio de armações fixas de atum e sardinhas, quer pela pesca de mar, em barcos de diversas tecnologias e técnicas. Mariano Feio relata-nos um Algarve de meados do séc. XX, onde o mar oferece *“excelentes condições naturais à atividade do Homem: calmo a maior parte do tempo, possui abrigos suficientes e é muito rico em peixe.”⁸*

A navegação de cabotagem foi também um grande motor económico da região, tendo originado vários aglomerados que se ocuparam do contrabando de produtos oriundos principalmente do sul de Espanha e norte de África. Na continuidade da costa sul de Espanha, o Algarve enfrenta os mesmos problemas na evolução da sua paisagem. Agrava-se constantemente a concorrência turística, o que representa uma exponencial sobre-exploração do litoral. Começam-se a atingir níveis preocupantes, atendendo ao conhecimento atual, com a substituição galopante dos restantes espaços de interesse ecológico e ambiental para construção de novos empreendimentos turísticos, ocupando constantemente as áreas de “beira mar”, e os seus já sofríveis ecossistemas, muitas vezes já amputados nas últimas décadas.

“O mar mediterrâneo é, desde há séculos, cenário de aventuras humanas absolutamente excecionais. Hoje, para salvar este tesouro, os povos que o habitam terão de ultrapassar os egoísmos nacionais e os interesses privados.”⁹



16. Carte Pisane. (1258-1291) Paris, Bibliothèque Nationale de France (BNF), Dep. des Cartes et Plans, Res. Ge. B1118.
(source: https://it.wikipedia.org/wiki/File:Carte_Pisane_Portolan.jpg)

NA TERRA

¹⁰ "terra", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/terra>

¹¹ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando. Op. Cit. 2ºVolume, p.279

¹² CAVACO, Carminda. O Algarve Oriental - As vilas, o campo e o mar. Gabinete do Planeamento da região do Algarve, Faro, 1976. p.13

A terra é, por definição, o “Planeta habitado pelo Homem”, mas também se refere ao “solo” ou “parte sólida da superfície terrestre, por oposição ao mar”, ou ainda a “povoação; localidade; pátria”.¹⁰ É este o lugar onde o homem exerce predominantemente a sua atividade desde a mais antiga era, procurando e construindo o seu conforto e estabilidade. Por oposição ao movimento de rotação próprio do planeta terra - que origina os períodos diurnos e noturnos, assim como as estações do ano e a sua duração, os ciclos de marés ou ainda as deslocações de massas de ar - a sua parte sólida representa o elemento mais constante e aparentemente estático que o constitui, formando uma “plataforma” de vários continentes separados por mares e oceanos. É nela e a partir dela que o ser humano se alimenta, abriga, evolui a sua técnica e conhecimento e funda relações de vital dependência, como a simples ação de deslocação no território - caminhar. No solo se criam e dele se retiram os materiais que constroem as civilizações e os seus símbolos arquitetónicos, mas também ele se altera radicalmente com a ação humana e com a ação erosiva dos restantes agentes do planeta: a água, as correntes marítimas, o vento, a incidência solar, o gelo, as variações e alterações do clima e a vegetação. O seu equilíbrio e continuidade enquanto lugar de fertilidade e riqueza ecológica são constantemente postos à prova e demonstram a capacidade regenerativa que permitiu a vida ao longo de milhões de anos, mesmo havendo lugar a grandes alterações climáticas e ambientais à escala geológica. Embora se verifique uma resiliência singular no planeta e na sua longa existência, é de salientar que tem vindo a desgastar-se num processo de acelerada exploração de recursos, muitos deles não renováveis, e que começam a escassear. Constituída por inúmeras unidades de paisagem e contextos geográficos distintos, a superfície terrestre apresenta uma diversidade extremamente rica e que potencia diversos habitats, onde se inclui o homem, mas também os animais e as plantas.

“Esta província, dada a sua situação geográfica, apresenta condições climáticas muito particulares. Entalada entre o Oceano, para onde desce em declives suaves, e as montanhas que a protegem dos ventos do Norte e quase a isolam, goza na sua maior extensão, desde o cabo de S. Vicente até à foz do Guadiana, de uma excelente exposição a sul, que, com as condições geográficas, constituem os factores caracterizadores do seu clima, o qual, além de mediterrâneo, se aproxima do tipo subtropical, dadas as influências exercidas pelos ventos vindos do Continente Africano.”¹¹

Situada a sul de Portugal, a região do Algarve sempre dispôs de uma enorme riqueza e diversidade de recursos, que lhe conferiram um povoamento bastante disperso pelo território, sinónimo de uma exploração intensa e diversa

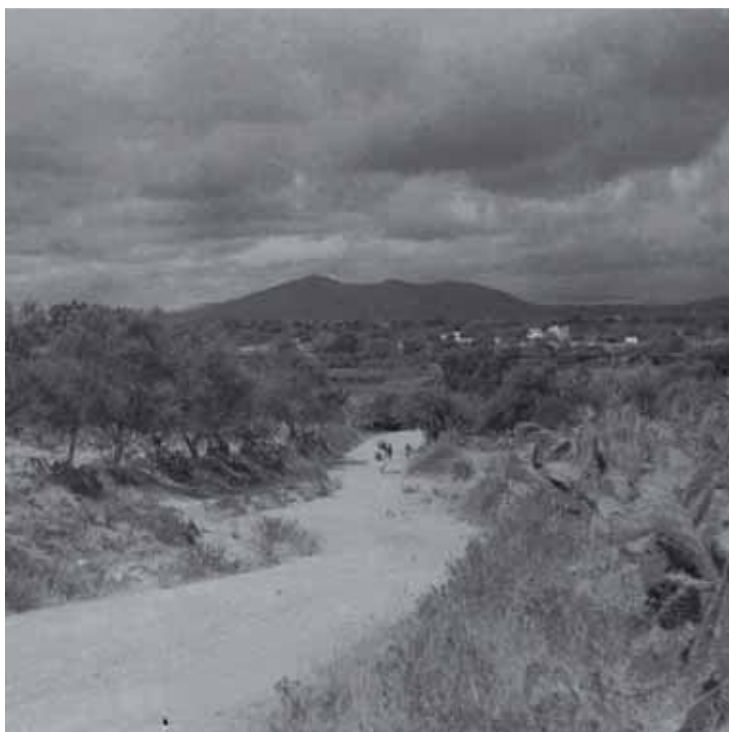
dos extensos campos de cultivo desde o litoral à serra, em quintas, hortas e pomares. As suas fronteiras naturais conferiram-lhe a interioridade e defesa necessárias para a sua autonomia enquanto região que produzia em quantidade necessária para consumo próprio e até para exportação. Assim se justifica a separação na designação do “reino de Portugal e dos Algarves”, onde sempre se autonomizou enquanto reino “após a sua integração no território português, com governador de 1595 a 1808 e sistema particular de impostos até ao final do século XVIII.”¹²

Essa distância quer territorial, quer mesmo socioeconómica que existia entre a região e o restante território do reino de Portugal, a somar às influências de diversas civilizações do mediterrâneo que chegaram por via marítima e por terras de Espanha, fizeram desta uma das regiões culturalmente mais diversificadas do país. O seu clima e orografia ditaram a evolução de usos do solo até à organização do território como hoje a conhecemos. Dos seus portos marítimos, interiorizados pelo sistema lagunar da ria formosa aos de mar aberto no barlavento, ou ainda aos de rio como os do Arade ou do Guadiana, muitas naus e barcos partiram em busca de novos lugares além-mar e da conseqüente disseminação da cultura lusitana. Nos seus avanços e recuos face ao mar se fundaram povoados e propriedades agrícolas, num contínuo produtivo que se distendia para o interior, transversalmente do mar à serra, numa economia que se fazia em todo o terreno. O seu caráter de plataforma de produção e circulação de bens e mercadorias de intensa atividade viria a ser substituído por outro tipo de programas de natureza mais inerte e indiscreta, impondo uma nova conceção de lugar á beira mar - as colónias balneares.

O planeamento moderno do território tem vindo a impor uma enorme pressão urbanística e demográfica no litoral, com o crescente enriquecimento das suas populações, e o abandono/desertificação do interior, pela evolutiva perda de relevância, quer de culturas agrícolas e florestais, quer de populações que perdem o seu devido rendimento económico. Acentua-se assim o afastamento dos grandes centros urbanos geralmente situados na orla costeira, das terras do barrocal mais interior e da serra, que se encontram quase desertas e votadas ao abandono.



17. Carta corográfica do reino do Algarve - publicada por J. B. da Silva Lopes ; J. A. de Abreu - Lisboa, J. B. da Silva Lopes, 1842 (Biblioteca Nacional de Portugal - Biblioteca Digital Nacional cota digital: cc-543-a).



O Turismo tem-se revelado um dos grandes impulsionadores da economia da região nas últimas décadas, sobrepondo-se constantemente às tradicionais atividades ligadas ao mar e ao cultivo de campinas e hortas. Representa um encaixe económico que suplanta em larga escala as outras atividades ainda ativas, e tem votado ao esquecimento uma grande quantidade de saberes e técnicas artesanais que apenas subsistem pelo seu resgate esporádico. Com fim igualmente turístico, destinam-se agora à aquisição em formato de souvenir como peças de artesanato e ocasionalmente como experiências por marcação em pacote de viagem. Com o abandono da atividade e substituição por novas fontes de rendimento, muitos dos artesãos acabaram por deixar de praticar as suas artes e saberes, e muitos acabam por desaparecer sem deixar esses conhecimentos por herança.

Abre-se assim lugar à introdução e fomento de uma cultura global, desligada do contexto específico do Algarve e dos seus recursos endógenos, que conduz ao crescente alheamento e perda da identidade cultural da região. A importação de modos de vida mais “práticos”, que facilitam o dia-a-dia da população e aceleram a sua capacidade de cumprir um maior número de tarefas na sociedade, permitindo ainda dispor de tempo livre para o ócio, acaba por se revelar um “fruto envenenado”, que leva à perda de qualidade de vida e gera pessoas mais infelizes, com uma enorme necessidade de encontrar um escape de encontro existencial - uma reaproximação ao essencial do meio natural.

Recorda-se então a forma apaixonada e livre com que Raul Brandão descreve o Algarve em 1922, especificamente na sua passagem próxima da vila da Fuzeta, quando seguia de comboio para Sagres. Na descrição de um Algarve produtivo e cultivado, oferece uma visão de riqueza regional que ultrapassa a mera sobrevivência económica e realça a felicidade como resultado do seu encanto natural:

*“Estradas orladas de cactos imóveis como bronze, e a deslumbrante Fuzeta, com o seu zimbório entre as árvores esguias. Ao longe, e sempre, acompanha-me o mar, que mistura o seu hálito a esta luz vivíssima. (...) Duas impressões se fixam no meu espírito para sempre: a noite extraordinária, a luz maravilhosa. A luz sustenta. Basta esta luz para se ser feliz. É ela que encanta o Algarve.”*¹³

¹³ BRANDÃO, Raul. Os Pescadores. Editorial estúdios cor, Lisboa, 1967. p.216



18. Caminho rural a poente da Fuzeta, chamado de “caminho do Martinho” nas décadas de 50/60. Esta imagem ilustra bem a paisagem que Raul Brandão descreve, aquando da sua passagem próxima da Fuzeta, no caminho para Lagos em 1922. (foto de Floriano Andrade)

19. Vista sobre o zimbório da Igreja de Na. Sra. do Carmo, em direção a norte. Destaque para os moinhos de maré e para a diversidade de coberturas e formas arquitetónicas, às quais se interpoem diversas hortas com árvores. Nesta imagem, citando Raul Brandão - “ao longe, e sempre,” acompanha-nos também o barrocal e a serra, um misto de campo e mata que relembram estar-se sempre num espaço de interstício entre a terra e o mar. (foto de Floriano Andrade)





20. Paisagem litoral com a Fuzeta e sistema lagunar, na foz da ribeira do Tronco, ao centro. Em primeiro plano vê-se o intenso cultivo do vale da ribeira, de terrenos férteis, onde estão sediadas algumas empresas de produção de citrinos e floricultura. À direita o mato mediterrânico da Afanxia, um coberto vegetal de terrenos abandonados, onde a vegetação autóctone ainda subsiste, sobre um conjunto de afloramentos rochosos. Foi no mais proeminente face à ribeira que foi instalada uma das torres militares de vigia, de origem Árabe. 2019 (fonte: Gabriel Afonso)

PAISAGEM LITORAL

¹⁴ SOUSA, Leonor Mendes Nobre de. Op. Cit., p.7

“Dos Fenícios e Cartagineses herdámos as artes da pesca e da salga e a cultura Greco-Latina entrou na organização administrativa de todo o território, no traçado viário e na unificação linguística. Dos Árabes ficámos com as técnicas da rega, da agricultura hortícola e das almadras, eles que fizeram a síntese entre o quotidiano e o espiritual, no modo de estar, usar e habitar.”¹⁴

O caso do litoral do Algarve é, sem dúvida, um caso de estudo pela riqueza que lhe está na génese, quer do ponto de vista histórico, quer territorial, ambiental, socioeconómico e cultural. A diversidade de povos que o habitaram desde a antiguidade, com as suas influências culturais, imprimiram-lhe um palimpsesto de morfologias urbanas e rurais, assim como de modos de vida e espiritualidade, que foram transformando a região numa rica mistura de culturas e que, curiosamente, e ao contrário do que é habitual pensar-se, permitiu a convivência, em determinadas épocas, entre povos aparentemente “rivais”.

Com a sua disposição *“em anfiteatro exposto ao sul”* e o seu clima de *“carácter temperado e moderado”*, o litoral Algarvio apresenta-se com uma cobertura vegetal essencialmente mediterrânica e um *“intenso povoamento rural”*, vivendo ainda de uma *“activa vida costeira”* de *“urbanização ligada ao mar”*.¹⁵ A paisagem da região divide-se transversalmente em Serra, Barrocal e Litoral, de norte para sul respetivamente, sendo os dois últimos considerados do baixo Algarve. Longitudinalmente, de poente para nascente, divide-se ainda em Barlavento e Sotavento, adicionando-se, segundo alguns autores, uma terceira área que é o Algarve central. A serra corresponde ao maciço antigo Ibérico e a orla ou baixo Algarve é constituída por uma área de *“colinas e planaltos calcários e pedregosos”* que corresponde ao barrocal e por *“extensões costeiras, quase sem relevo”* no litoral. Esta divisão transversal é evidenciada pela utilização dos solos, na agricultura e pelo *“povoamento e modos de vida das respetivas populações.”*¹⁶ A par de uma rede de pequenas ribeiras e rios que correm para o sul, denotam-se na região alguns aglomerados urbanos que se estabeleceram junto às suas áreas de foz, aproveitando assim a grande riqueza de recursos a estas associada, pelo grande reabastecimento nutritivo e sedimentar dos ecossistemas estuarinos. Existe também uma grande relação na fixação dos aglomerados com a existência de nascentes (olheiros) junto à beira mar, permitindo assim a habitabilidade desses lugares e uma maior proximidade entre a atividade marítima e agrícola, que se revelaram grandes fontes de rendimento e ditaram a maior prosperidade do litoral, face ao resto do território. A proximidade com o mar e a maior exposição ao sol ditaram a exponencial procura destes territórios para o usufruto e exploração por colónias balneares e de veraneio.

A grande prosperidade da região deve-se principalmente às suas relações seculares com outras regiões de Portugal e principalmente com outros países,

¹⁸ Idem, p.64

como Espanha e o norte de África. O mar desempenha assim uma dupla função de veículo e recurso económico em si mesmo. As exportações dos produtos regionais como a alfarroba, o figo, a amêndoa, o atum e a sardinha, o azeite, o vinho, a cal, o gado, entre outros, permitiu uma ampla exportação e, sendo de grande qualidade, conquistaram estes mercados, permitindo também aumentar as trocas por produtos existentes em menor abundância ou até escassez na região. Essa abundância de recursos vindos do mar e pelo mar; da salina; da laguna e sapal; dos rios e ribeiras; dos campos agrícolas e da própria situação geológica para a produção das cerâmicas - foram o veículo para o enriquecimento de uma população que derivava de uma pobreza quase extrema, passando a ocupar um nível económico que tangia já uma certa nobreza no séc. XIX. Com o aumento do poder de compra e a crescente abundância de produtos derivados do aperfeiçoamento da técnica e principalmente da melhoria das condições de trabalho no campo, pela industrialização de processos e métodos de produção, começaram a surgir novos costumes e modas de usufruto do litoral, de carácter terapêutico, que rapidamente viriam a mudar a atividade predominantemente produtiva destes territórios, principalmente nos meses estivais.

Encetam-se assim as primeiras dinâmicas de êxodos sazonais oriundos de várias partes da região e até do país, e mais tarde do estrangeiro, aquando da construção do aeroporto de Faro nos anos 60 do séc. XX. O litoral transformou-se assim num grande polo de afluências sazonais que, deixando grandes quantias de lucro nos meses de calor, acabavam por se espriar na incapacidade, agora em declínio, de cativar o turismo nos meses de “época baixa”. A grande pressão urbanística das últimas décadas sobre as falésias, dunas, sapais e campinas tem vindo a deixar um grande rasto de alteração e até destruição de ecossistemas endógenos e de espaços ecológicos com alguma escala, assim como uma substituição exaustiva das diversificadas e seculares culturas de sequeiro, que começam a escassear por todo litoral.

“A morte definitiva da paisagem do litoral começou pelos finais da década de 60 do século passado, quando o frenesim do lucro fácil, a falta de cultura dos promotores e responsáveis e a pouca preparação de muitos técnicos que intervieram, ditou o estilo de crescimento urbano-turístico que haveria de ser a imagem do Algarve.

Fala-se na Alemanha ou na Escandinávia sobre o que as pessoas esperam da Europa do Sul e quase invariavelmente elas falam dos laranjais, dos pinhais, dos olivais e dos matagais mediterrânicos, a par do calor, do mar e do céu azul.

Mas por cá espalhou-se a ideia de que a paisagem turística exótica, sempre verde e com muitas palmeiras, teria muito mais atrativos para quem visita a região.”¹⁷

¹⁷ PESSOA, Fernando Santos. Intervir na paisagem - A morte da paisagem do Algarve, 2006. ISBN: 978-989-8885-01-2. p.67

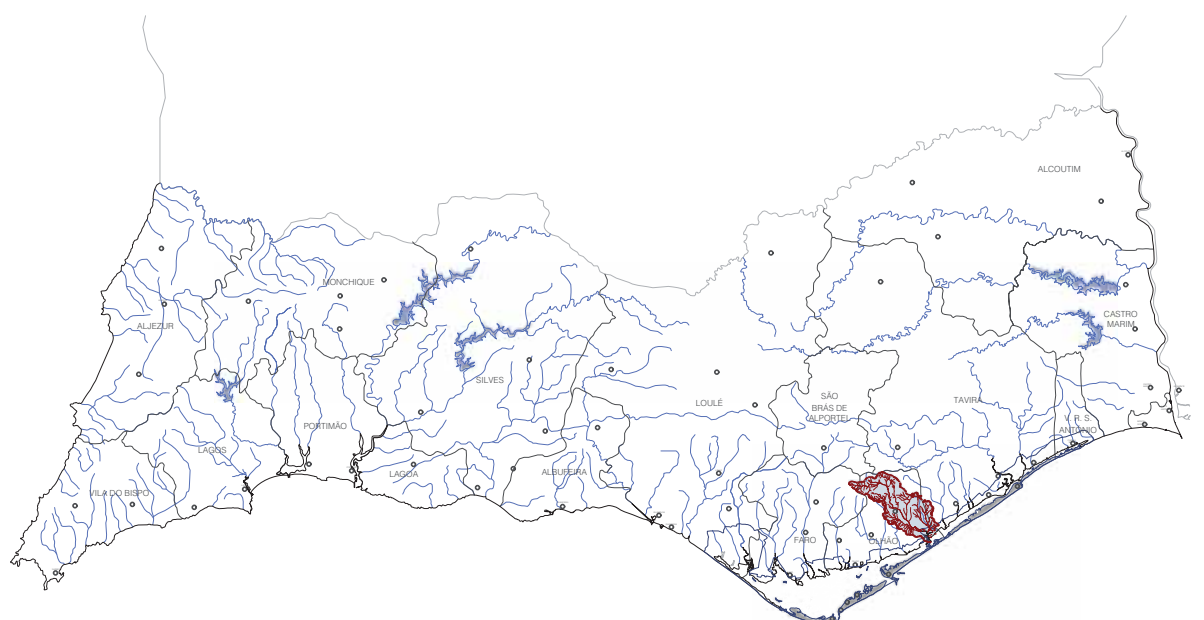
Atualmente assiste-se também a uma alteração constante e de escala industrial das mencionadas culturas pela monocultura do abacate e dos frutos vermelhos, muitos de hidroponia e plantados em estufas artificialmente monitorizadas. No mar, a realidade não é muito diferente, uma vez que se assiste constantemente ao decréscimo acentuado das pescas de pequena escala, apenas subsistindo, e em decrescente número de ativos face ao passado, as de média e grande escala, impulsionadas pela mecanização dos métodos de recolha do pescado e mariscos. A utilização dos referidos meios mecânicos tem ditado um desgaste acelerado e abusivo dos fundos marinhos, começando a fazer-se notar alguns dos seus impactos. A poluição causada pelos esgotos e pelo plástico que circula pelos oceanos, é também um dos grandes responsáveis pelo desgaste e morte de algumas áreas marinhas e espécies de grande valor ecológico. O fenómeno de aculturação prossegue, com a substituição galopante das áreas portuárias destinadas às atividades de pesca por marinas e portos de recreio de sofisticada capacidade.

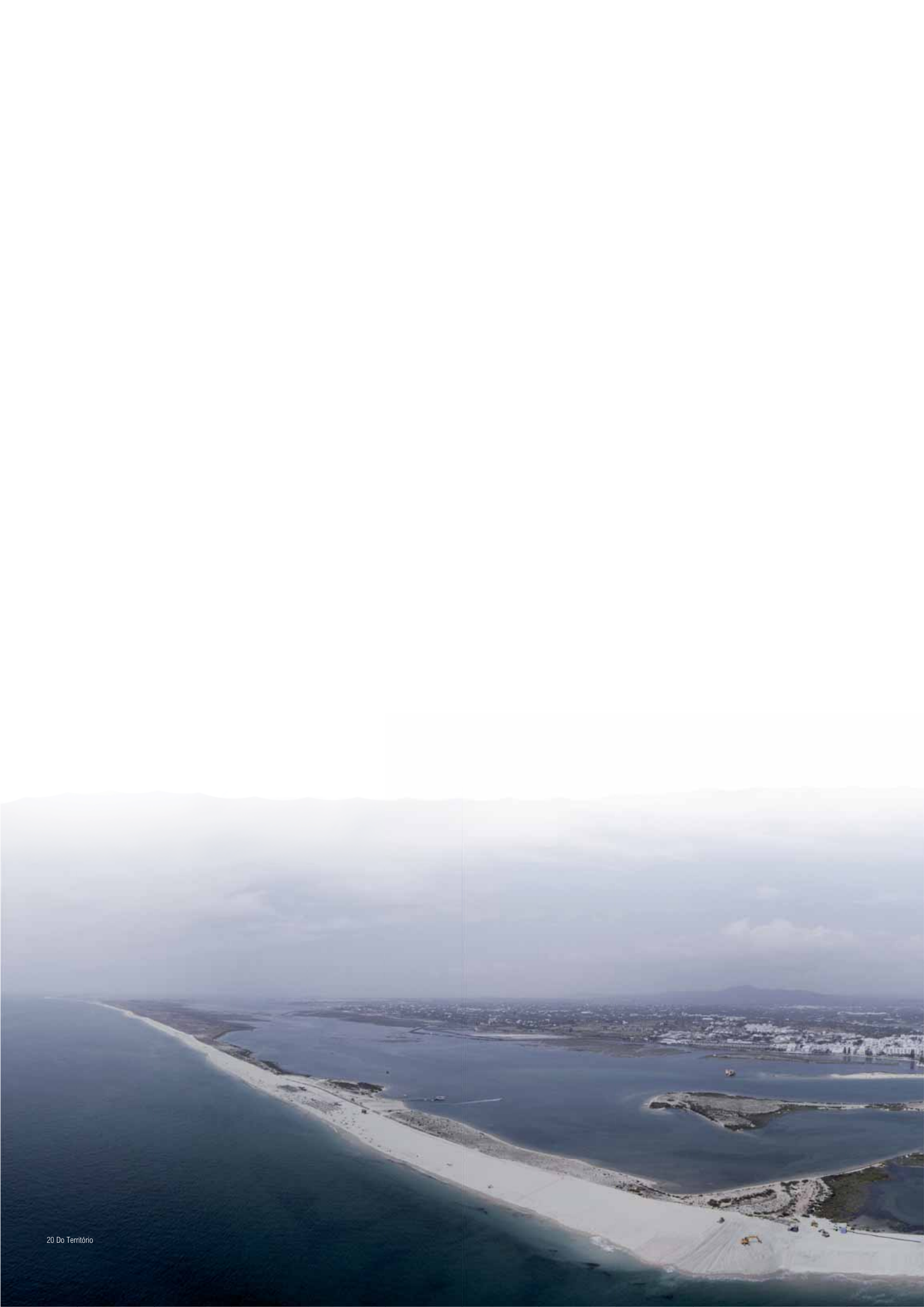
A substituição constante e acelerada dos aspetos identitários da região, e o alheamento sintomático da população e dos órgãos decisores, rumo ao lucro e ao prometido progresso, começa a ditar uma alteração significativa da paisagem, que se nota com extrema voracidade no litoral. Fazendo-se a comparação da evolução urbanística das últimas cinco décadas, face ao abandono dos terrenos agrícolas e à sua morte enquanto espaços de produção e fertilidade, o saldo é severo e aproxima-nos de um território em processo de desertificação galopante do interior e um litoral sem regras, “à beira do caos urbanístico e ecológico”.

*“Mas quando hoje falamos da morte da paisagem, estamos no entanto no cerne de uma situação muito mais grave do que todas as que, desse género, já ocorreram, isto pela dimensão que alcança - além de que agora temos consciência do que acontece e temos conhecimentos que o homem primitivo e até o homem histórico não tinham.”*¹⁸

des.1
Planta do Algarve com identificação das áreas de divisão geográfica nos sentidos norte-sul e nascente-poente. Marcação das linhas de água principais e da área abrangida pelo Parque Natural da Ria Formosa (Elaboração Gráfica de autor)

des.2
Planta do Algarve com identificação dos seus 16 concelhos, com marcação das cidades principais. Destaque para a rede hídrica da região que desagua no litoral, com identificação a vermelho da bacia hidrográfica da ribeira do Tronco (Fuzeta). (Elaboração Gráfica do autor)







21. Enquadramento geral sobre o eixo do canal da Fuzeta, tirado sobre o mar na direção Norte. Destaque para a continuidade das ilhas até ao horizonte, encerrando o sistema lagunar, com a barra da Fuzeta em primeiro plano. Estão em curso, à data da fotografia, os processos de dragagem da ria para reforço do cordão dunar. 2018, (fonte: Rui Silvestre)

NA (RIA) FORMOSA

¹⁹ RAMALHO, Miguel M. [et al.]. Carta Geológica simplificada do Parque Natural da Ria Formosa, Reserva Natural de Castro Marim e Vila Real de Santo António e região envolvente - notícia explicativa. Instituto geológico e mineiro e INETInovação, Instituto da Conservação da Natureza, 2003. ISBN: 978-972-676-206-5. p.60

²⁰ Idem, p.28

²¹ SOUSA, Leonor Mendes Nobre de. Op. Cit., p.8.

²² SILVA, Carlos Alberto dos Santos Naré e. Evolução das “barras” no sistema lagunar da ria formosa - A barra da Fuseta como caso de estudo. Coimbra, Faculdade de letras da universidade de Coimbra, departamento de geografia, 2012. p.3

²³ ICNF. Rede Nacional de áreas protegidas - RNAP [Listagem de áreas protegidas, internet]. Versão de 2018-05-07. p.2

²⁴ SOUSA, Leonor Mendes Nobre de. Op. Cit., p.11.

²⁵ “Vento regional que se faz sentir sobretudo durante o Verão nas regiões do sul de Portugal e de Espanha. (...) proveniente do deserto do Sara, sopra de este ou de sudeste e é extremamente seco e quente.” (<http://knoow.net/cienterravida/geografia/vento-levante/>)

²⁶ RAMALHO, Miguel M. [et al.] Op. Cit., p.28.

²⁷ Idem, p.29

²⁸ SOUSA, Leonor Mendes Nobre de. Op. Cit., p.5

²⁹ Idem, p.11

³⁰ Idem, p.12

³¹ GUEDES, Lívio da Costa. Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII : A «Descrição» de Alexandre Massaii (1621). Arquivo Histórico Militar - Lisboa, Tipografia Guerra, Viseu, Novembro1988. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar (Depósito Legal nº 11517/86). ISBN: 95000. p.107

“Assim, para sul, estende-se do sopé da serra até ao mar, a bem marcada planura do litoral algarvio, bordejada pelo sistema lagunar da ria formosa, com as suas ilhas-barreira, esteiros, canais e sapais.” ¹⁹

Entre o mar e a terra, o sistema lagunar da Ria Formosa exprime-se na peculiaridade da sua condição simultaneamente aquática e terrestre, mutável, que transforma uma simples linha de fronteira entre dois ambientes, num amplo e complexo território, extremamente denso e rico. Vulgarmente conhecido, de forma abreviada, por Ria Formosa, compreende a maior área de sapais do país e alonga-se paralelamente ao mar por cerca de 57km. Sendo um “Sistema Lagunar” e não uma “Ria”, denominação que incorretamente se disseminou por “motivações de índole Turística” ²⁰, “deverá o seu nome à “Barra Formosa” (...) ou à apropriação linguística de “Vale Feroso”, vale que se estende ao longo do Rio Seco.” ²¹ Trata-se de uma extensão de “lagunas contíguas separadas do mar por cordões litorais e separadas entre si pela inércia das correntes e maré.” ²² Compreende uma área de Reserva Natural com cerca de 18.000ha e constitui uma faixa interior de terrenos alagados por água salgada, protegidos da ação costeira por um cordão dunar de cinco ilhas-barreira (Barreta ou Deserta, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas) e duas penínsulas (Ancão e Cacela). Abrange assim os concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo. António. Está classificada desde 1978 como Reserva Natural (Decreto nº45/78, de 2 de maio), integra a lista de sítios Ramsar desde 24 de março de 1981 e é atualmente um dos treze Parques Naturais de âmbito nacional (Decreto-Lei nº373/87, de 9 de dezembro).²³ Morfologicamente, o sistema apresenta duas orientações geográficas principais, formando um polígono triangular que se inicia a poente, junto a Quarteira (Loulé), tomando a direção NO-SE até ao cabo de Sta. Maria - a posição geográfica mais meridional de Portugal continental - e onde inflete, tomando a direção SO-NE, até Cacela (Tavira). Esta forma triangular resulta da ação das correntes marítimas, assim como dos ventos e das ondas. O troço ocidental, exposto a uma maior incidência destas forças de O-SE, encontra-se “sujeito a uma ação mais enérgica” ²⁴ O troço oriental, por oposição, estando protegido da ação predominante, encontra-se exposto ao “Levante” ²⁵, com incidência de E-SE, e goza de uma menor energia, o que origina uma maior dinâmica do cordão dunar e acentua a deposição sedimentar com a constante formação de dunas e bancos de areia. O sistema, além de estar sujeito a uma deriva longitudinal - a deriva litoral - e cíclica das suas barras, de poente para nascente, está também sujeito a um processo de “migração transversal (...) em direção ao continente” ²⁶ A laguna encontra-se assim num movimento “transgressivo”, que se desenvolve através de vários “processos construtivos/destrutivos, designadamente galgamentos oceânicos, transporte eólico de areias e incorporação de deltas de maré enchente.” ²⁷

Estando constantemente sujeita aos movimentos de enchente e vazante da maré, através das suas seis barras, “a área total da zona Lagunar apresenta uma profundidade média de 2m, em que 14% encontra-se permanentemente submersa. Em ocasião de marés vivas, a maré baixa revela até 80% dos fundos.” ²⁸ Pontualmente dá-se a influência dos ventos mediterrânicos de “Levante”, que afetam particularmente o “flanco oriental” do cordão dunar, dada a sua baixa altura de dunas, causada pela pouca “energia construtiva dunar”.²⁹ É, por isso, uma zona de maior suscetibilidade à ocorrência de “galgamentos oceânicos” que, ao mesmo tempo, permitem uma maior renovação sedimentar e oxigenação do interior do sistema lagunar. Trata-se, portanto, de um troço morfologicamente mais instável e, por isso, biologicamente mais rico.

“Concluimos, então, que o comportamento deste sistema natural se caracteriza por se manter em equilíbrio dinâmico.” ³⁰

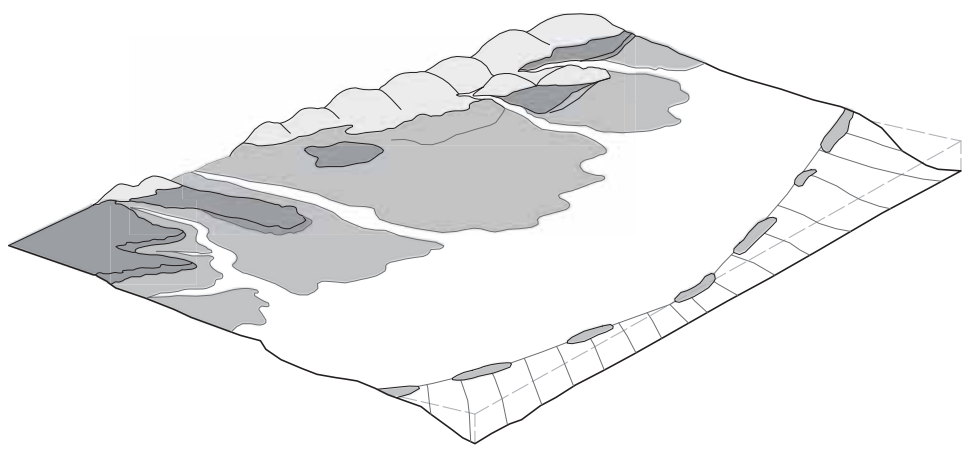
Com as suas características únicas no mundo - como a não existência de rios importantes que alimentem o sistema de sedimentos, e a sua disposição geral em forma triangular, diferente dos alinhamentos geralmente conhecidos, paralelos à costa - o sistema lagunar da ria formosa tem vindo a ser bastante intervencionado pela ação humana, na tentativa do controlo dos seus processos dinâmicos. A construção de molhes e esporões para estabilização de barras e retenção de grandes areais, com recurso a introdução de estruturas pesadas e de grande escala, assim como a própria abertura artificial de barras, têm posto em causa a normal circulação sedimentar pelas correntes de poente para nascente, provocando uma acelerada erosão costeira e uma deficiente reposição dos sedimentos a nascente do cabo de Santa Maria. O pisoteio incrementado pelo uso balnear em massa, para fins turísticos, tem vindo a acelerar ainda mais a degradação e alteração das dinâmicas, quer da estrutura dunar das ilhas, quer da sua cobertura vegetal, e consequentemente da avifauna que aí se abriga.

Historicamente, a Ria Formosa sempre ofereceu excelentes condições naturais que potenciaram a existência de inúmeros habitats quer aquáticos (marinhos, lagunares, estuarinos, ...), quer terrestres (dunares, florestais, matos, ...). A enorme diversidade de ambientes presentes na laguna permite e propicia a existência de uma complexidade de ecossistemas, quer vegetais quer de avifauna, com a ocorrência até de espécies endémicas, que encontram ali um lugar único para a sua fixação e reprodução, ainda que para algumas aves, este seja apenas um lugar de passagem e estadia temporária no curso das suas rotas migratórias.

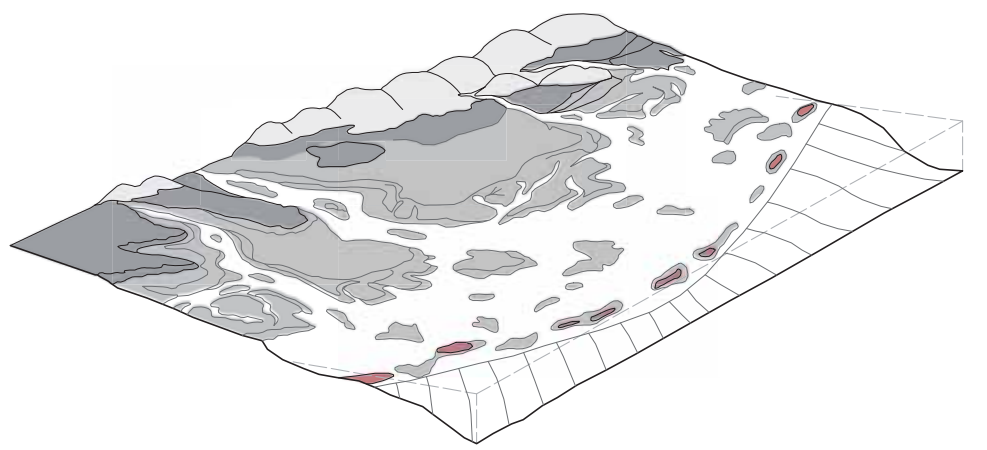
“Esta Çidade de Farõ he de mt.º tratto e menéo por risp.to do seu fermoço Rio e por ter perto de sj 8 Armassois de Atus (...)” ³¹



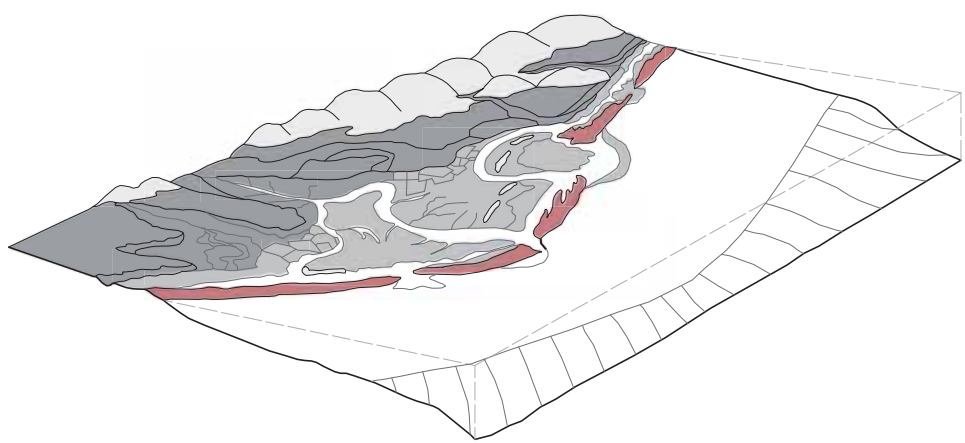
22. Ambiente da ria formosa, vista a partir da Estação do ISN à cota do sapal, quando a maré está vazia. Pela retirada da água, desvenda-se uma paisagem de características únicas, possível de ser percorrida a pé, o que deixa de acontecer assim que a água regressa e cobre com cerca de dois metros de altura, todo o terreno onde antes se podia andar. A rápida e cíclica metamorfose do lugar propicia a riqueza biológica deste ecossistema e permite uma regeneração constante.
2018 (fonte: autor)



8000 BP

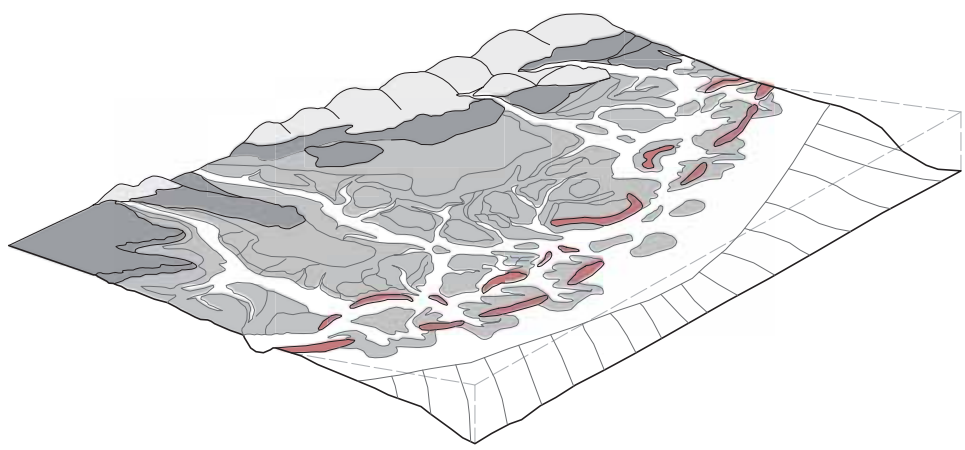


6000 BP

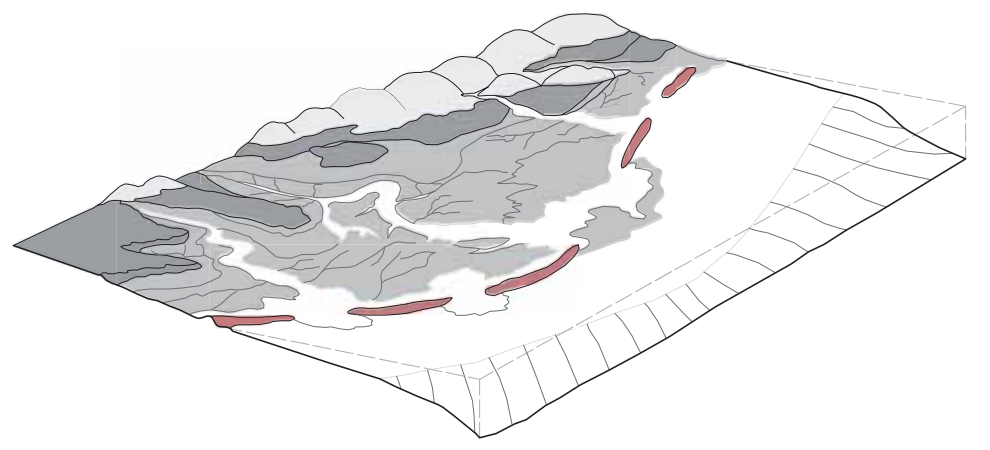


Atual

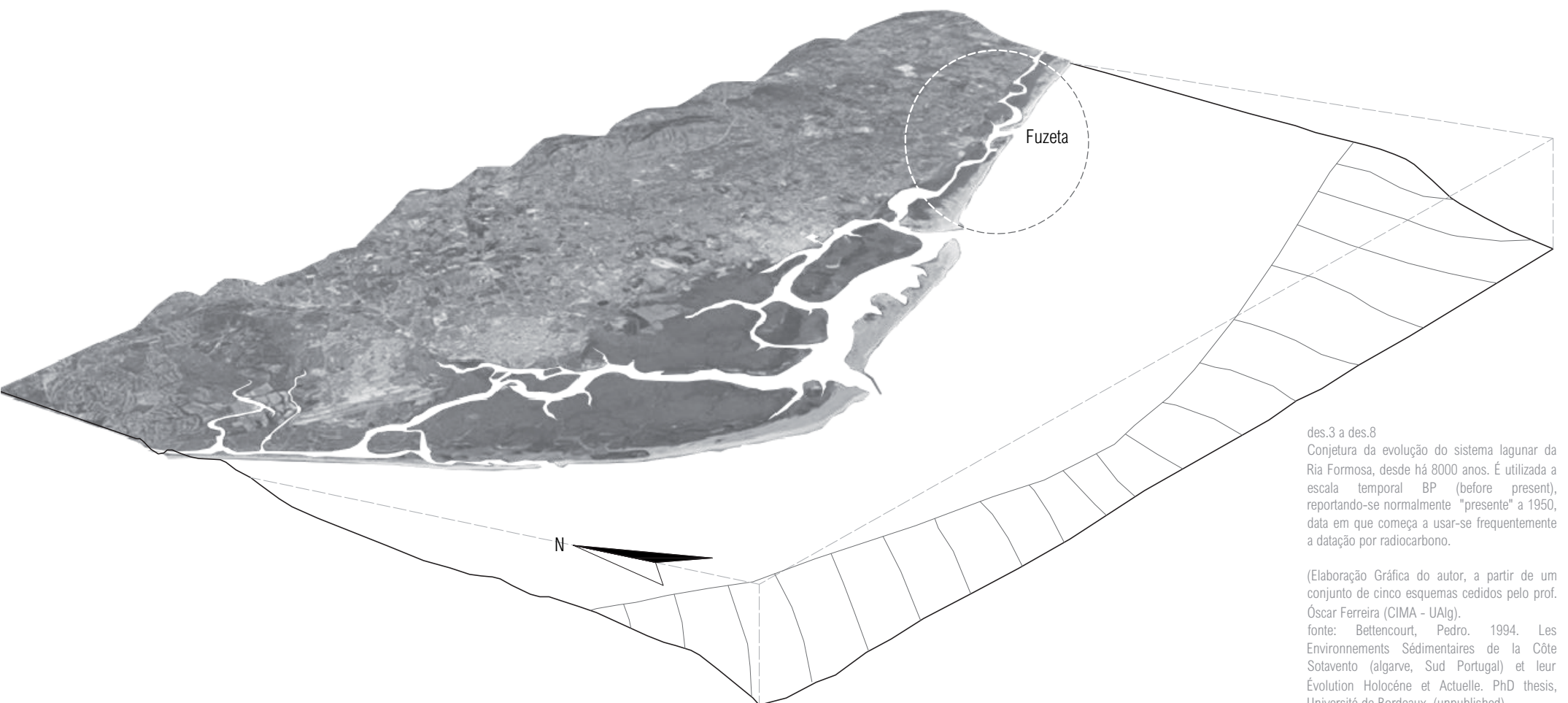
Barrocal
 regueiras e sapais
 Nível médio do mar
 planície aluvial
 Ilhas barreira



3000 BP

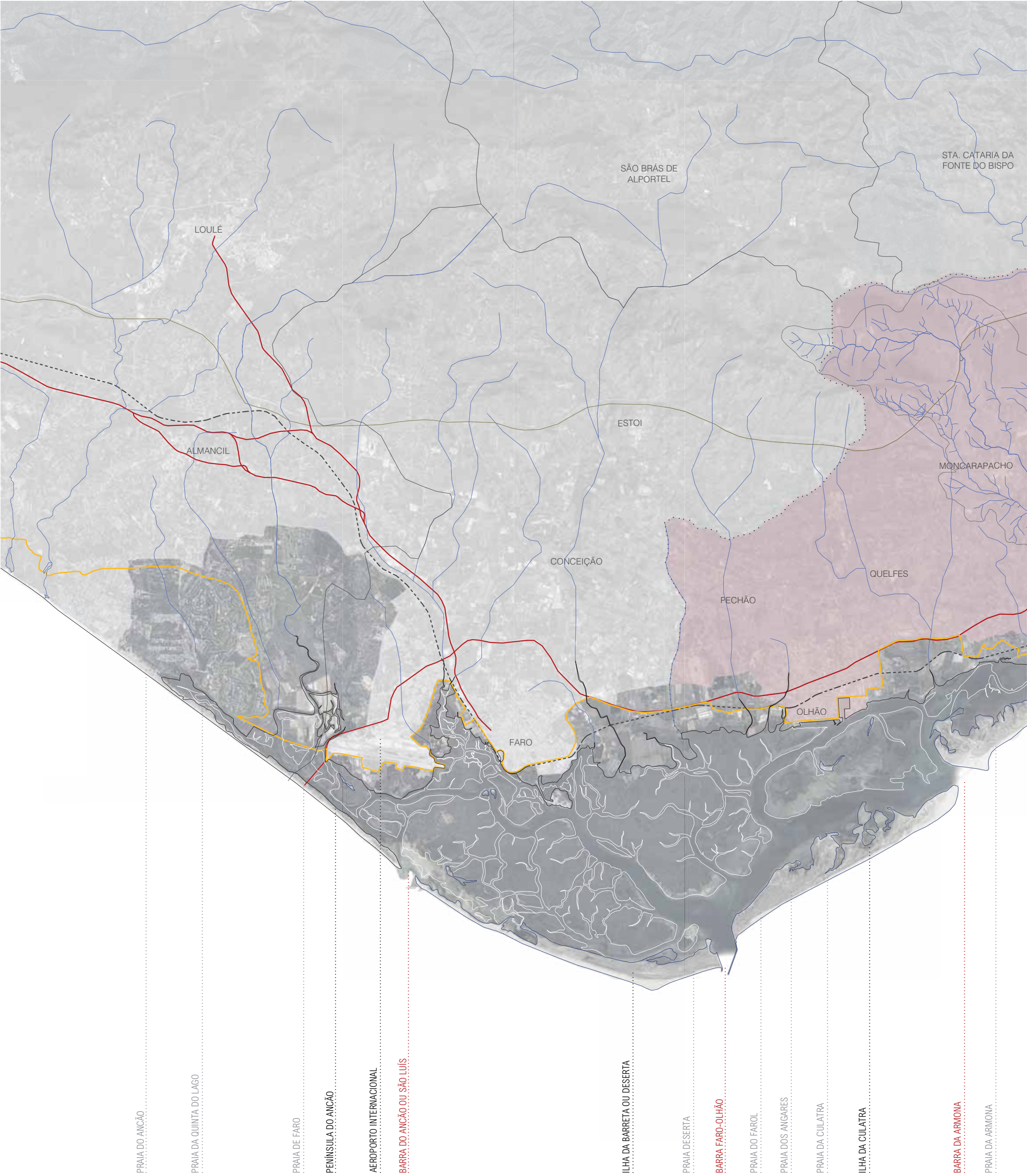


Império Romano



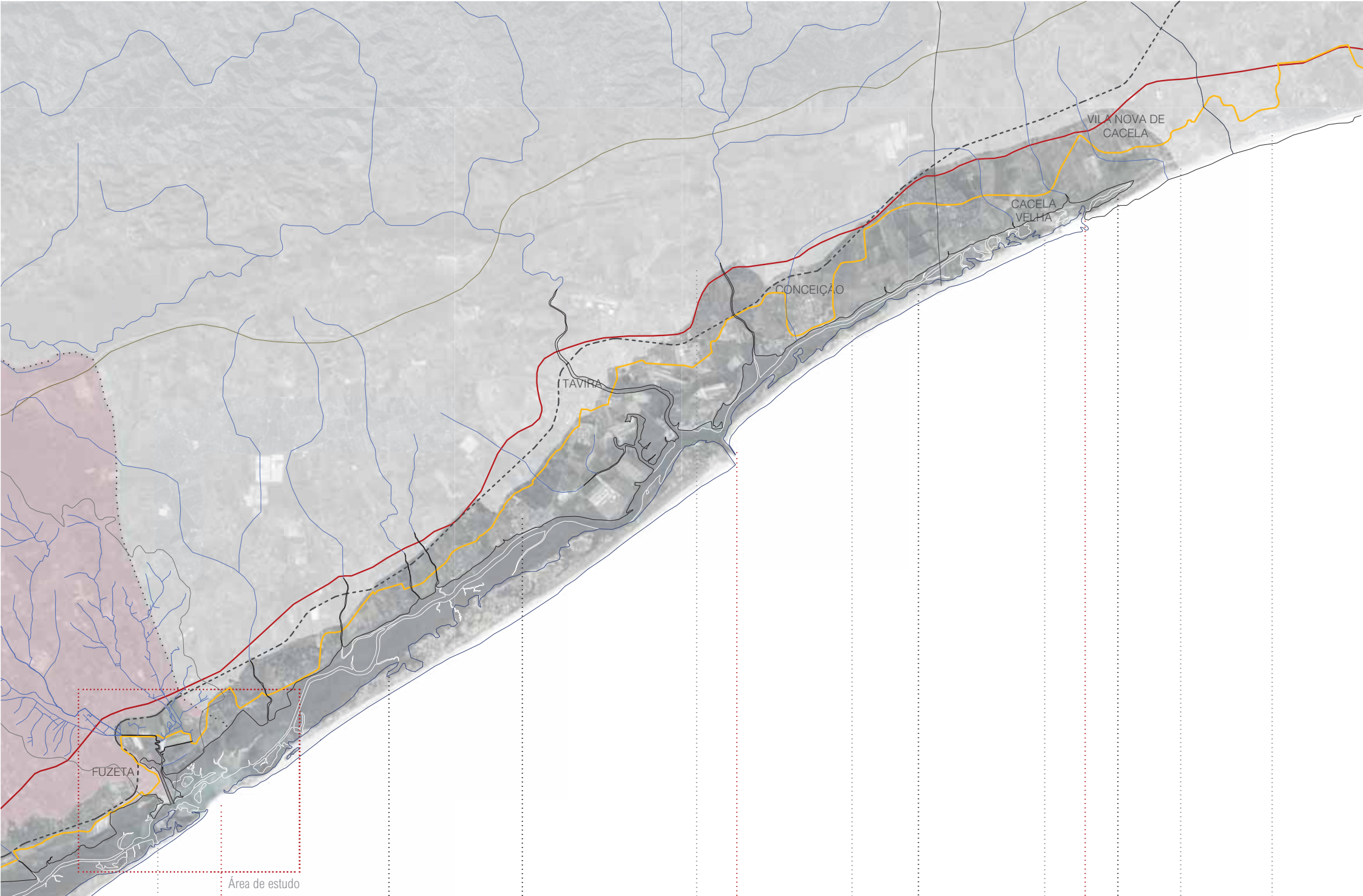
des.3 a des.8
 Conjetura da evolução do sistema lagunar da Ria Formosa, desde há 8000 anos. É utilizada a escala temporal BP (before present), reportando-se normalmente "presente" a 1950, data em que começa a usar-se frequentemente a datação por radiocarbono.

(Elaboração Gráfica do autor, a partir de um conjunto de cinco esquemas cedidos pelo prof. Óscar Ferreira (CIMA - UAAlg).
 fonte: Bettencourt, Pedro. 1994. Les Environnements Sédimentaires de la Côte Sotavento (algarve, Sud Portugal) et leur Évolution Holocène et Actuelle. PhD thesis, Université de Bordeaux. (unpublished).



des.9
 Planta do Parque Natural da Ria Formosa, com identificação do concelho de Olhão. Destaca-se o sistema viário que permite a circulação de pessoas e bens entre os vários aglomerados populacionais do Sotavento Algarvio. Um foco especial na ecovia do litoral - uma via pedonal e ciclável que permite uma estreita proximidade entre o caminhante e o meio natural à beira da ria. Identificam-se ainda as praias costeiras existentes ao longo das cinco ilhas barreira e as seis barras que as separam, abrindo o sistema lagunar ao mar.
 (Elaboração Gráfica do autor)

— Autoestrada A22 — Estrada Nacional 125 - - - - - Caminho de Ferro — Ecovia do Litoral — Rios / Ribeiras



ILHA DA ARMONIA

PRAIA DA FUZETA-MAR

BARRA DA FUZETA

ILHA DE TAVIRA

SANTA LUZIA

PRAIA DE TAVIRA

BARRA DE TAVIRA

PRAIA DAS CABANAS

ILHA DAS CABANAS

PRAIA DE CACELA VELHA

BARRA DO LACÉM

PENÍNSULA DE CACELA

PRAIA DA MANTA ROTA

PRAIA DA ALAGOA

FUZETA


TAVIRA

CONCEIÇÃO

CACELA VELHA

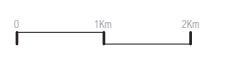
VILA NOVA DE CACELA

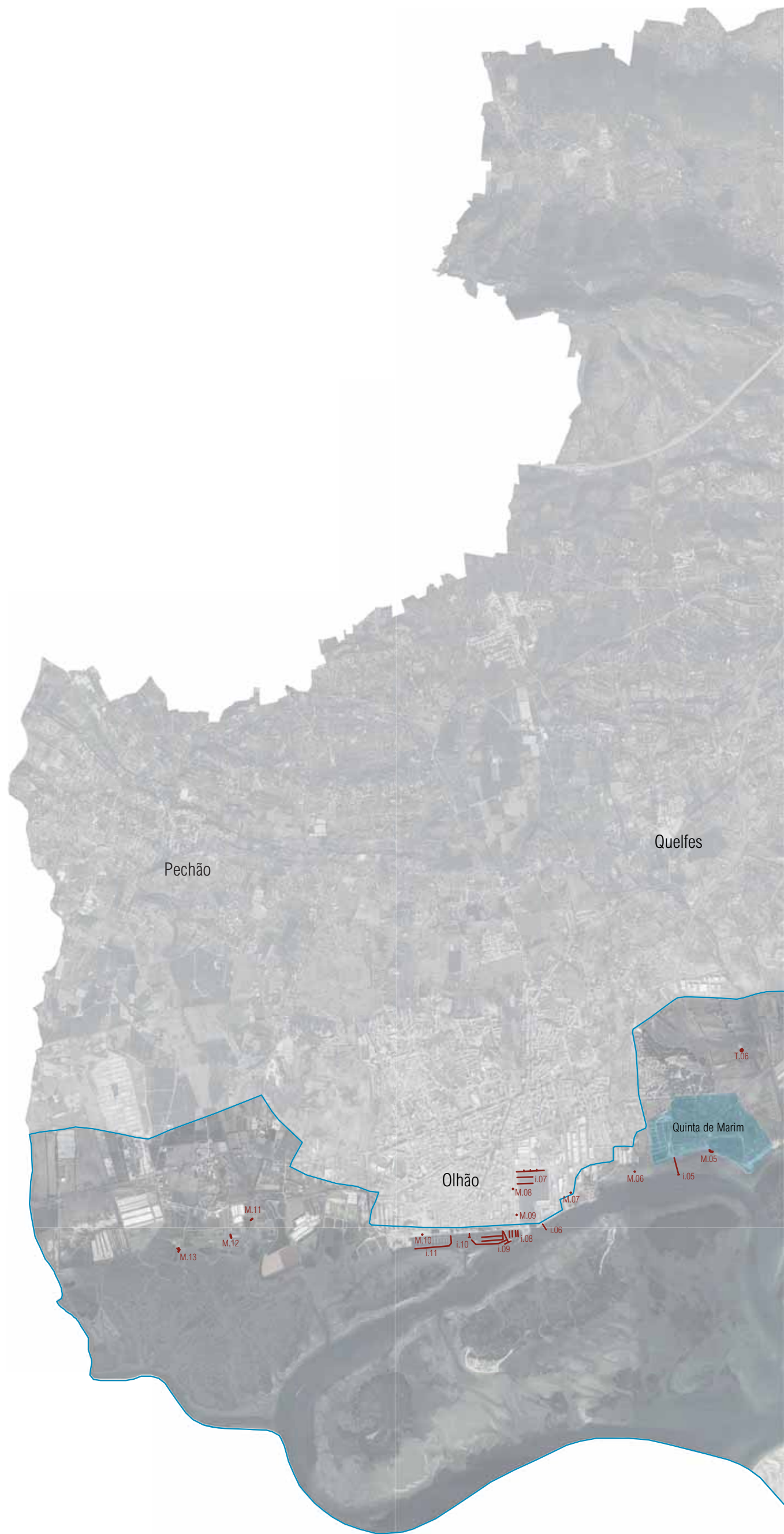
Área de estudo

 Bacia hidrográfica da Ribeira do tronco

 Parque Natural da Ria Formosa

 Concelho de Olhão





— Limite PNRF no concelho de Olhão



Moncarapacho

Fuzeta

des.10
 Ortofotomapa do Concelho de Olhão
 Destacam-se os limites do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF), dentro do concelho de Olhão, assim como a área ocupada pelo centro de educação ambiental da Quinta de Marim. Faz-se um eventário dos moinhos de maré, das torres medievais de vigia da costa e de algumas das infraestruturas de maior importância no quotidiano da atividade marítima.
 (Elaboração Gráfica do autor, a partir da base Google)

LEGENDA:



Torres militares

- T.01 - Alfanxia
- T.02 - Bias I
- T.03 - Bias II
- T.04 - Amoreira
- T.05 - Quatrim
- T.06 - Marim



Moinhos de maré

- M.01 - Mº. Grande da Fuzeta
- M.02 - Mº. José Mendes
- M.03 - Mº. Guerreiro
- M.04 - Mº. Cavacos
- M.05 - Mº. Grande dos Pinheiros / novo de Marim
- M.06 - Mº. Marim (demolido)
- M.07 - Mº. do Inglês (demolido)
- M.08 - Mº. Pequeno (demolido)
- M.09 - Mº. do Levante ou sobrado (demolido)
- M.10 - Mº. da Barreta (demolido)
- M.11 - Mº. da Ingleza (1885). atual mº dos Caliços
- M.12 - Mº. do Pocinho (1885). atual mº do Grelha
- M.13 - Mº. do Rodete (1885). atual mº Bela Mandil

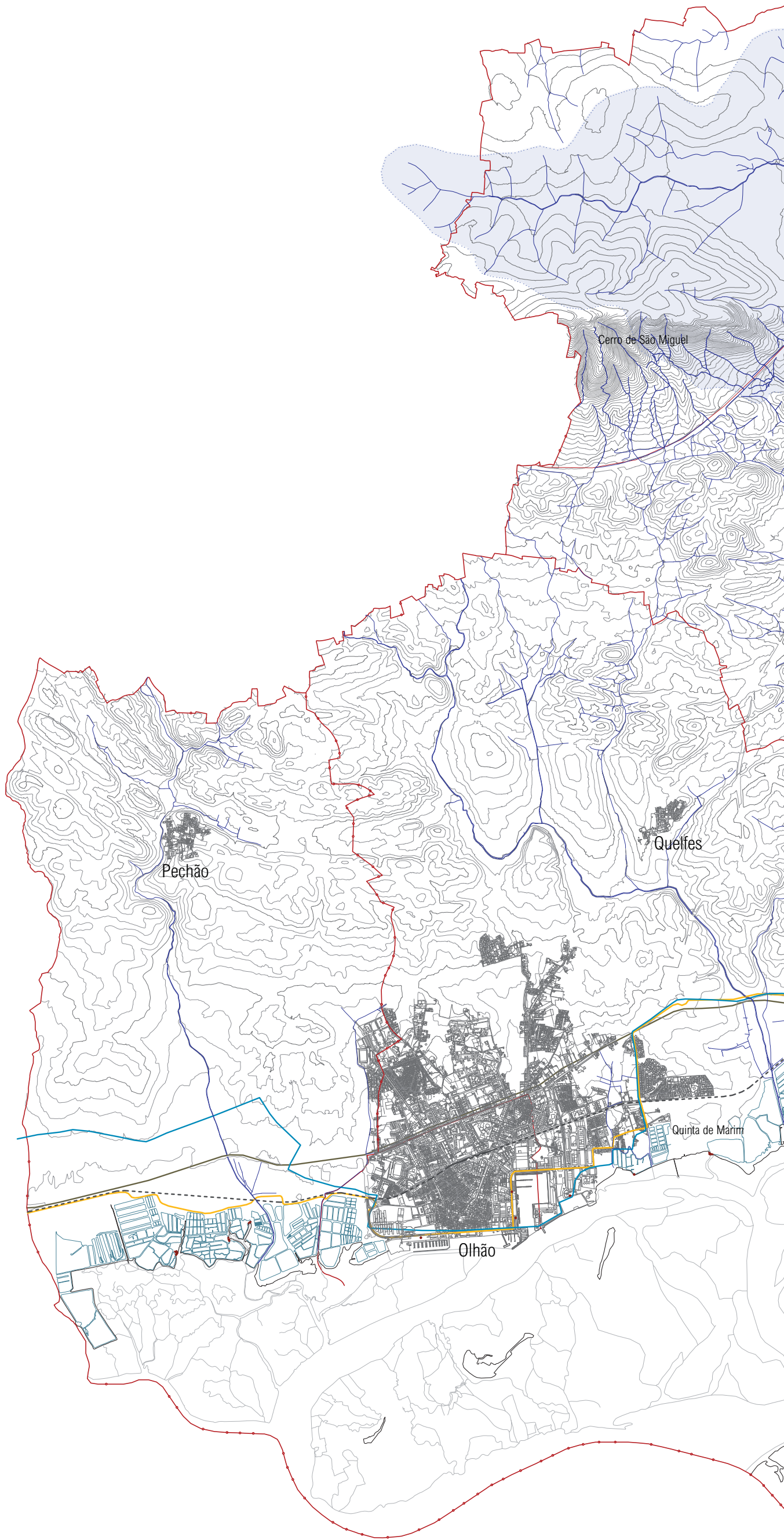
base: (Plano hydrographico das barras e portos de Faro e Olhão (...)) : Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, 1885. fonte: Biblioteca Nacional Digital).

Infraestruturas marítimas

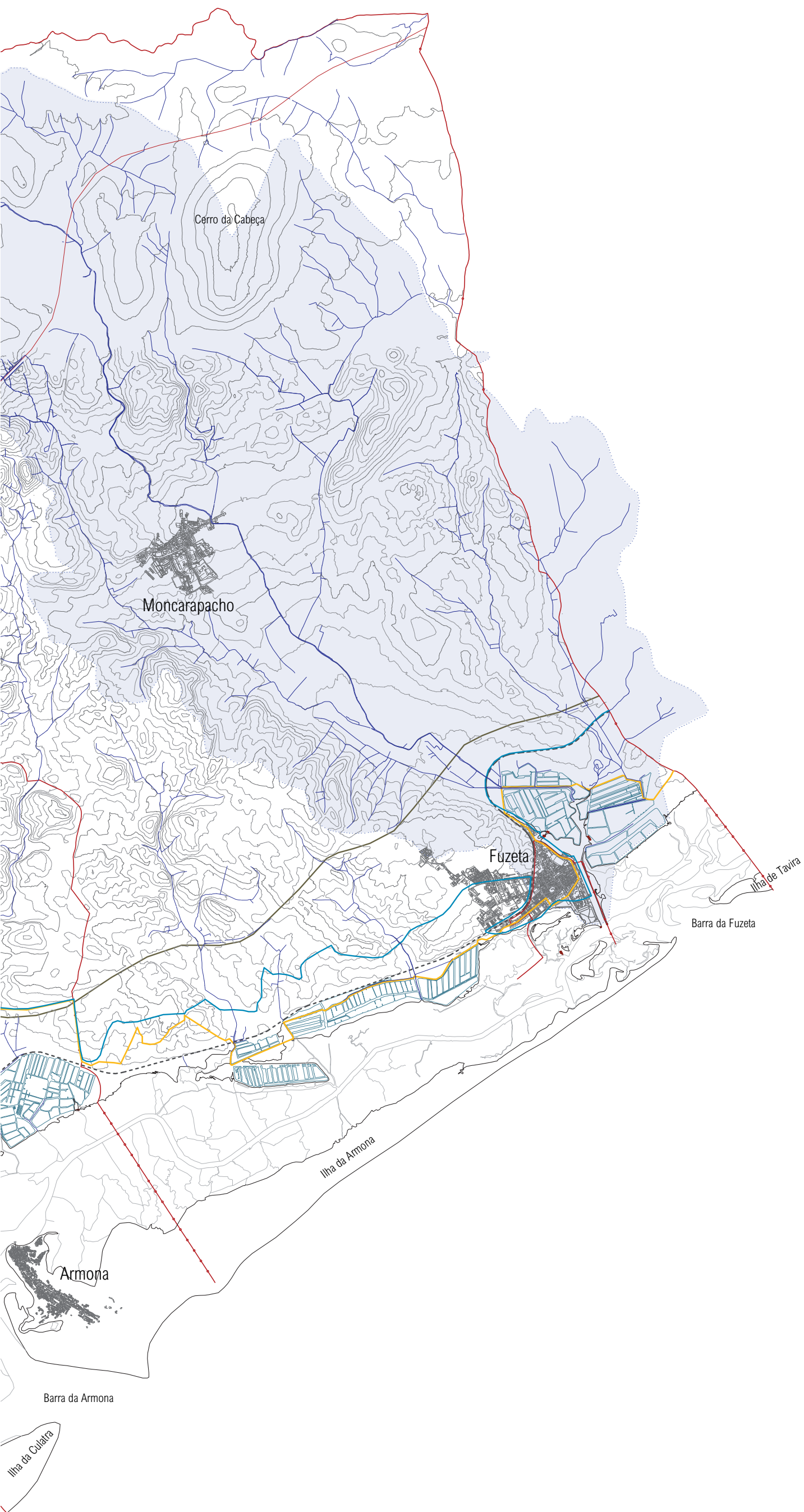
- i.01 - Cais embarque (Porto pesca / recreio Fuzeta)
- i.02 - Estação ISN (Clube Naval da Fuzeta)
- i.03 - Cais embarque flutuante (Fuzeta-mar)
- i.04 - Cais embarque flutuante (ilha Armona)
- i.05 - Cais palafítico (quinta de Marim)
- i.06 - Cais flutuante (Lota)
- i.07 - Ancoradouros (Doca / Porto pesca)
- i.08 - Ancoradouros (Grupo Naval Olhão)
- i.09 - Cais embarque "T" (Porto pesca artesanal)
- i.10 - Cais embarque (Caíque Bom Sucesso)
- i.11 - Ancoradouros (Porto recreio)

Centro de educação ambiental de Marim (CEAM)





— Estrada Nacional 125 — A22 - - - - Caminho de ferro — Ecovia do Litoral



des.11
 Planta do Concelho de Olhão
 Evidenciam-se os aglomerados urbanos de maior densidade e alguns dos pontos notáveis que constituem o património natural do Concelho como os cerros, as ilhas, as barras e espaço lagunar da Ria Formosa.
 É ainda destacada a bacia hidrográfica da ribeira do Tronco que desagua na Fuzeta.
 (Elaboração Gráfica do autor a partir de cartografia cedida pela CMO)

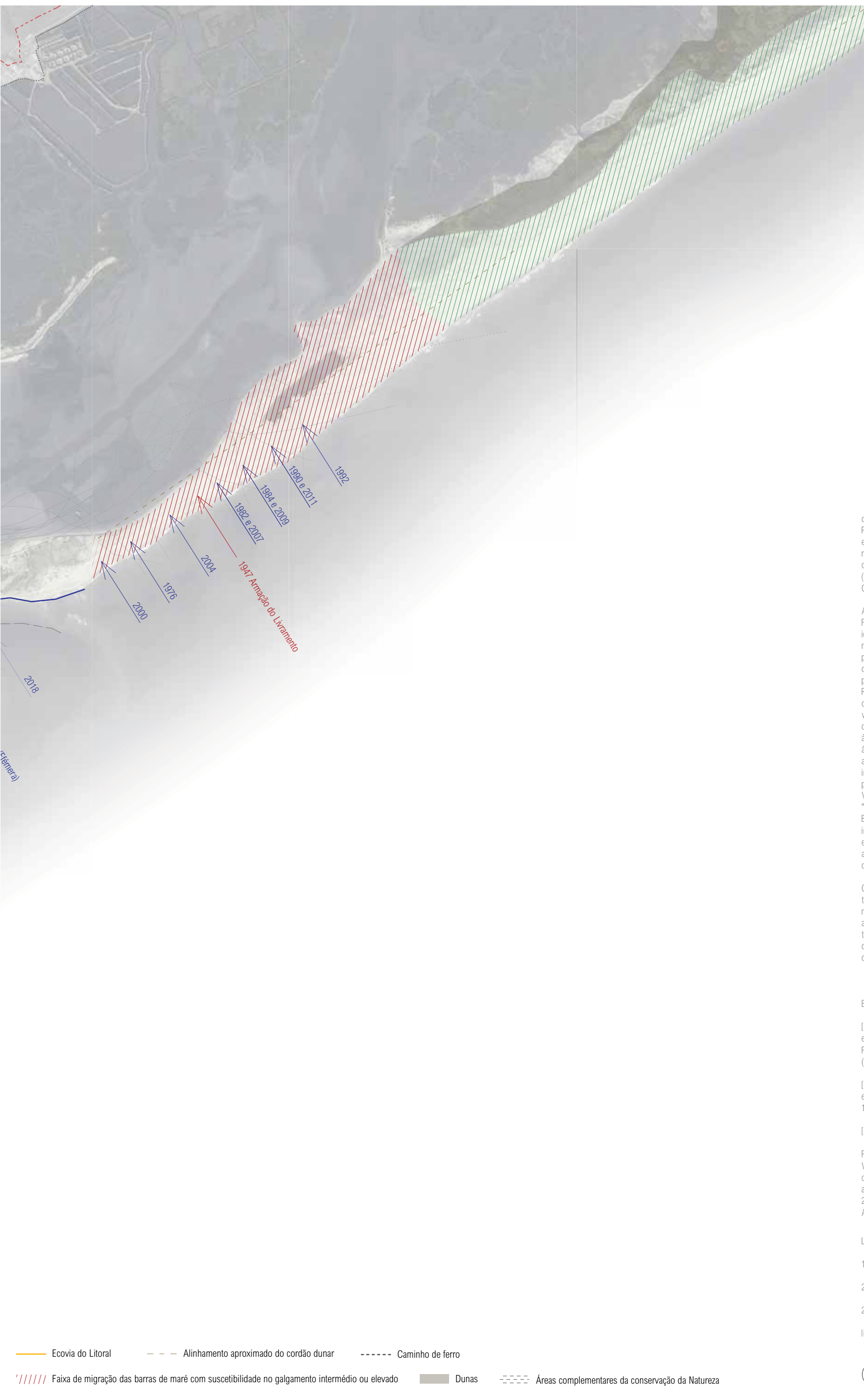


— Rios / Ribeiras — Bacia hidrográfica ribeira do tronco — Limite PNRF - - - Limite concelho Olhão



----- LPMAVE - Linha máxima da preia-mar de águas vivas equinociais (fonte: Agência Portuguesa do Ambiente). - - - - - Linha limite da margem

///////, Faixa de relevo dunar frontal estabelecido e ativo com suscetibilidade no galgamento intermédio ou elevado



des.12
 Planta síntese de evolução da barra da Fuzeta entre 1915 e 2018. Com informação geográfica relativa ao Plano de ordenamento da orla costeira em vigor.
 (Elaboração Gráfica do autor sobre base Google)

A natureza dinâmica do território lagunar da Fuzeta evidencia-se neste desenho, pela identificação de uma área de migração da barra no sentido da deriva litoral predominante de poente para nascente, numa distância na ordem dos 3.8km, entre o Livramento e as salinas a poente da vila.

Registaram-se os eixos das sucessivas barras e canais navegáveis, por forma a realçar a variação das circulações no interior da laguna, o que influenciou naturalmente a circulação da água; o assoreamento e erosão de diversas áreas do sapal e cordão dunar; e ainda a atividade piscatória própria do lugar, com implicações na vivência quotidiana da população.

Verificaram-se três situações de ocupação "urbana" prolongada nas ilhas (armação de Bias, do Livramento e colónia balnear), que inevitavelmente acabaram por revelar-se frágeis e pouco coerentes com os episódios cíclicos de abertura de novas barras e galgamentos oceânicos durante determinadas tempestades.

Construiu-se assim a consciência que viria a tornar-se o tema desta investigação: Se o chão muda tão rápido no tempo, faz sentido uma arquitetura fixa de intervenção pesada no território ou uma arquitetura coerente com a dinâmica e consequente efemeridade próprias do lugar?

Bibliografia de Informação geográfica:

[1915] - Plano hidrográfico da Barra da Fuzeta elaborado na Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, corrigido em 1916 (fonte: Instituto Hidrográfico)

[1944 - 1984] - Ria de Faro. Barra da Fuzeta : evolução 1944-1984. Direcção-Geral de Portos, 1985. p.13 - desenhos 1 a 8

[1990 - 2018] - Google earth Timelapse

Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Vilamoura e Vila Real de S. António. ICN - Instituto de Conservação da Natureza. 2005. Primeira alteração - Maior de 2016. Planta de Síntese folha 2/3. esc. 1:25000. (fonte: Agência Portuguesa do Ambiente)

LEGENDA:

- 1915 Limite Poente -----
- 2011 Limite Nascente (dotted line)
- 2018 Atual - - - - - (dash-dot line)
- limites da posição atual (2018) ————— (solid blue line)

- Ecovia do Litoral ——— (solid yellow line)
- Alinhamento aproximado do cordão dunar - - - - - (dashed line)
- Caminho de ferro (dotted line)
- Faixa de migração das barras de maré com suscetibilidade no galgamento intermédio ou elevado // // // (hatched area)
- Dunas ■■■■ (solid grey area)
- Áreas complementares da conservação da Natureza - - - - - (dash-dot line)



Representando a maior fonte económica da região, quer pela extração do pescado, mariscos, vegetação, sal, entre outros, quer pela utilização turística para alojamento, circulação e usufruto principalmente banhar, há que compatibilizar as atividades humanas com a manutenção e conservação do ambiente natural, até numa lógica de continuidade sustentável da própria economia a longo prazo. A sobre-exploração e o consequente desgaste dos recursos e do próprio território, pode levar a irreparáveis perdas ecológicas e até ao colapso do sistema.

³² RAMALHO, Miguel M. [et al.], Op. Cit., p.31

Como entidades gestoras e de proteção do ambiente, o PNR - Parque Natural da Ria Formosa e o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas têm vindo a alertar para a necessidade de preservação e exploração sustentável, realizando também algumas intervenções, numa lógica de consolidação e melhoria do funcionamento do sistema, com recurso a técnicas e processos pouco agressivos. Na intenção de manter a dinâmica dos processos naturais, essas obras “enquadram-se na filosofia de construir com a natureza”³², com recurso à utilização de materiais naturais para construção de estruturas leves de retenção de sedimentos e passadeiras elevadas, e ainda com a plantação de espécies vegetais pioneiras para reforço dos sistemas dunares.

³³ SILVA, Carlos Alberto dos Santos Naré e. Op. Cit., p.6

“A laguna da Fuseta é, portanto, o resultado da evolução de uma ria que passou a estuário e, ulteriormente, evoluiu para laguna à medida que o Clima se tornava mais árido e a depressão era cheia de sedimentos devido à subida do nível do mar.”³³

³⁴ Idem, p.65

Numa aproximação ao contexto paisagístico da bacia hidrográfica da ribeira do tronco, que desagua na laguna da Fuseta, há que integrar, não só uma abordagem rigorosa dos fenómenos geológicos e meteorológicos à superfície, mas também e com grande relevância, ao nível subterrâneo. Tem esta bacia uma área de 37km² e apresenta um relevo acentuado a montante de Moncarapacho, no seu percurso pela serra de Monte Figo, onde inicia o seu curso, já no barrocal, vindo a quebrar o seu forte declive ainda antes de passar pelo primeiro aglomerado urbano. Seguindo com um declive menos sinuoso na direção NO-SE, apresenta uma disposição hierarquizada de linhas de água, com cerca de 14km de comprimento, até atingir a base da laguna. Apresenta variações altimétricas entre os “0,50 metros ZH, durante a maré vazia junto aos moinhos de maré, (...), até aos 400 metros no cerro de S. Miguel.”³⁴ Dada a predominante existência de formações rochosas calcárias com “criptocarso abundante” a norte do sistema, supõe-se que haja “captura de águas das bacias contíguas” ao nível subterrâneo. Dada a existência, nas “cabeceiras da bacia hidrográfica”, de “inúmeros algares demonstrativos de que a água se vai perdendo na superfície, para depois ressurgir perto da cota zero ou até a cotas inferiores”³⁵, não admira que se assista a várias nascentes ou “olheiros” que surjam, com regimes hidrológicos variados, ao longo do curso da ribeira. São exemplos o “olheiro da Jordana” ou

³⁵ Idem, p.68

³⁶ Idem, p.66

³⁷ OLIVEIRA, Fernando Muñoz de. Ria de Faro - Barra da Fuseta. Evolução 1944-1984. Direção Geral de Portos, 1985. p.3

³⁸ Idem, p.3,

³⁹ PACHECO, Mafalda Batista Pinheiro. A evolução Urbana e Arquitectónica da Fuseta. Instituto Superior Técnico. Lisboa, 2009. p.8

⁴⁰ CAVACO, Carminda. Op. Cit., Vol. 2 p.252.

o “olheiro da Taboeira”, ou até, já fora da bacia da ribeira, mas possivelmente relacionado, o antigo “olheiro da Arte Nova”. Constituindo uma bacia muito alongada, apresenta um “grau máximo de risco de inundação”, ainda que existam “cavidades subterrâneas” que “servem de depósito às águas, pelo que os leitos das ribeiras só transbordam algum tempo depois das chuvadas.”³⁶ Intervém no seu curso duas ribeiras de menor dimensão (ribeira da Fornalha e ribeira da Maragota), que influenciam também no seu desempenho sedimentar e na ramificação intrincada de linhas de água que abrangem e drenam a grande planície aluvial.

Com início a montante do cerro de São Miguel, esta ribeira apresenta um regime hidrológico torrencial, com influência de algumas nascentes ao longo do seu curso, em direção ao mar, intervindo na sua passagem pela laguna, na foz, o regime de marés semidiurno, que se caracteriza pela existência de dois ciclos diários de praia-mar e baixa-mar e apresenta amplitudes de cerca de 3 a 3,5 metros nas marés vivas e de cerca de 0,9 a 1,3 metros em águas-mortas. A saída para o oceano dá-se pela “barra da Fozeta”, como historicamente se vem designando. Esta barra recentemente denominada “barra da Fuseta” situa-se no cordão litoral arenoso e constitui uma “barra divagante cuja tendência é o caminhamento no sentido poente-nascente, numa frente com uma extensão da ordem dos 3km, com a posição mais a poente, a oeste da povoação.”³⁷ A sua Foz foi bastante alterada pela construção dos taludes das várias salinas e caldeiras de moinhos de maré mas, ainda assim, subsistem um “grande número de canais e regueiras, canais pouco profundos e sinuosos, sujeitos a profundas e rápidas alterações no ciclo das marés.”³⁸ É nas suas margens que se encontra a maior intervenção antrópica, tendo sido primeiramente criados alguns pequenos assentamentos sazonais próximos da costa e uma vila de maior dimensão a cerca de 5km da costa (Moncarapacho).

A vila da Fuzeta insere-se, segundo o PDM do concelho de Olhão, nos “Espaços Lagunares Edificados”, divididos em “Espaços Urbanos” e “Espaços Urbanizáveis”, em que os primeiros englobam os “Espaços Urbanos Históricos” e os “Espaços Urbanos Estruturantes”, abrangendo o centro histórico e os terrenos entre a linha de comboio e o núcleo histórico, e os últimos, os “Espaços Urbanizáveis de Expansão”, que se estendem já até às “Atalaias”.³⁹

“Os pescadores de Olhão e Fuzeta exploravam, por outro lado, a riqueza biológica da ria. Usavam algumas pequenas artes (covos, murejonas, fisgas, tapa-esteiros e tresmalhos) para a fauna piscícola e os cefalópodes. Criavam em viveiros muitos mariscos, (...). Apanhavam grandes quantidades de berbigão. A ria fornecia ainda muitas plantas halófilas, colhidas por velhos e trabalhadores dos moinhos (de maré) e, mais raramente, por gente do campo: umas eram vendidas como estrume (seba), outras para alimentação de gados (murraça) e outras ainda como combustível.”⁴⁰



23. Vista sobre a Fuzeta com serra ao fundo. Destaque para a abrangência territorial, onde é possível ver toda a bacia hidrográfica da ribeira do Tronco, desde o cerro de São Miguel até a foz, que por sua vez desagua na ria e se liberta para o oceano a partir da barra da Fuzeta. 2018 (fonte: Rui Silvestre)

Numa pequena resenha sobre o “Relatório de avaliação da execução 1995-2014”, elaborado no âmbito da revisão do PDM (Plano Diretor Municipal) do concelho de Olhão, atualmente em curso, encontram-se algumas indicações da ideologia que se projeta para o futuro do concelho. Dada a desadequação do PDM em vigor, que sofreu a última alteração em 2008, parece mais relevante a análise do referido relatório de 2014, que projeta o novo regulamento. No que ao Turismo concerne, um dos “mais relevantes” setores económicos do país e da região, percebe-se uma grande necessidade de afirmação do concelho no panorama regional, dando a ideia de que este está extremamente desequilibrado face aos restantes municípios do Algarve. É de salientar que na alínea (3.7), dedicada à análise da realidade e definição de orientações estratégicas, a Ria Formosa é introduzida como uma “interposição” que “limitou o turismo balnear”, denotando uma dependência prolongada de outras “atividades económicas tradicionais como a Agricultura, as pescas e a indústria”. É visível o exponencial abandono dessas atividades, em curso há já várias décadas, pelo que parece um pouco desajustada a referida análise, e até falaciosa, dando a ideia de que o concelho continua com uma aceitável dinâmica face a essas atividades tradicionais. Sendo a agricultura um dos sectores mais abandonados no concelho, a avaliar pelo estado dos campos com um coberto vegetal bastante selvagem e pouco cuidado, é de valorizar algumas hortas de pequena e média escala e, com mais reticências⁴¹, as recentes empresas de floricultura. É certo que o setor da Indústria ainda se mantém ativo, sem o fulgor do passado relacionado com a produção conserveira e derivados do pescado, assim como a pesca que continua a laborar-se diariamente, embora com uma menor frota presente no porto, certamente com maior capacidade de captura, mas em decadência enquanto setor económico relevante do concelho.

O Turismo é assim visto como a última “boia de salvação”, sendo feita uma avaliação em baixa, da disponibilidade de alojamento turístico no concelho. Uma vez que efetivamente é possível encontrar mais unidades hoteleiras de relevância, não só em número, mas também em qualidade, dadas as suas distinções de âmbito nacional e internacional, afiguram-se ainda assim, esquecidas nesta avaliação. Dão-se o exemplo da “Casa Modesta” e do “Vila Monte Farm House”, entre outras unidades de carácter urbano e rural, a par do fenómeno do Alojamento Local, que pouco parecem refletir-se na avaliação do município, revelando-se realmente enganadora a realidade hoteleira do concelho. Uma vez revisitado de perto num pequeno périplo pelos aglomerados do litoral e do barrocal inseridos no concelho, é de notar a grande quantidade de pequenos e médios empreendimentos turísticos que foram aqui omitidos ou descuidados. Dada a negra realidade relatada, aparece como “desafio” para o futuro, o reconhecimento dos centros urbanos de Olhão e Fuseta como “âncoras da oferta turística do concelho”. Não havendo qualquer referência ao interior deste, nomeadamente às vilas de Moncarapacho, Quelfes

e Pechão, há uma enorme faixa de território que parece votada ao abandono, com todo o seu potencial relacionado com a atividade rural contínua e mais estável ao longo das várias estações do ano, como possível recurso de combate à sazonalidade intrínseca do turismo balnear.

A salvaguarda das qualidades paisagísticas e ecológicas do litoral pode estar em risco, dada a pressão demográfica e urbanística gerada por um novo plano de ordenamento que vigore com estas premissas. Dada a existência de vários exemplos de um passado de especulação imobiliária que vigorou nas últimas décadas, originando a desqualificação do espaço urbano e rural noutros concelhos do Barlavento, afigura-se importante repensar as estratégias de planeamento do território, sob risco de serem cometidos os mesmos erros do passado. Apresentando a sua orla marítima bastante urbanizada e o interior num processo acelerado de desertificação, o Algarve tem perdido os seus espaços naturais de maior escala, sobrepondo-se constantemente os grandes empreendimentos cercados de jardins exóticos e os relvados sempre verdes dos campos de Golf. Restam, assim, cada vez menos áreas lagunares e de bosque mediterrânico, cujo original é quase inexistente, mas que permitem a continuidade e sustentabilidade dos ecossistemas endógenos e das atividades diretamente relacionadas.

“A Ria Formosa, com as suas ilhas-barreira, canais e sapais, constitui um atrativo turístico singular que, a par de uma criteriosa salvaguarda dos seus valores naturais, convoca à sua valorização e exploração através de um qualificado planeamento territorial, arquitetónico e paisagístico.”⁴²

Parece haver melhores intenções futuras, relativamente à Ria Formosa, sendo apontadas várias diretrizes que, a serem realmente implementadas, poderão salvaguardá-la, e deverão continuar a conferir-lhe o carácter de recurso económico diversificado. Como antítese à monocultura do turismo, poderá manter-se a sua sustentabilidade e evitar o seu colapso enquanto unidade territorial e ecológica singular. O equilíbrio entre a construção de novos equipamentos hoteleiros que o plano prevê e o contexto natural débil da ria, afigura-se o maior desafio para o futuro próximo. Porém é já visível, a avaliar pelos projetos turísticos e de regeneração urbana em curso, um enorme alheamento das referidas condições naturais e patrimoniais existentes, em detrimento de uma necessidade de afirmação de modernidade e abstração, indiferentes ao contexto específico do lugar. O recreio náutico é também apontado como um recurso pouco explorado, que dispõe já de infraestruturas de base bastante sólidas e preparadas para a sua prática. Sendo a sua sobre-exploração um risco acrescido para a ria e para os seus habitats e habitantes, parece poder constituir um potencial de relação e monitorização da natureza, no equilíbrio que pode e deve representar, quer na sua exploração, quer na valorização e manutenção das suas áreas de prática, sendo os praticantes parte integrante do próprio meio - espectadores e agentes.

⁴¹ Pela elevada exploração das reservas freáticas do concelho, pela operação de desflorestação que está inerente à criação de grandes descampados impermeabilizados e pela libertação de adubos e fertilizantes para o solo e linhas de água, com consequente contaminação do subsolo.

⁴² PARDAL, Sidónio. Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Olhão. Revisão do PDM de Olhão - Relatório de avaliação da execução 1995-2014, junho 2014. p.48 e 49



24. Retrato da ilha num dia de grande afluência à zona balnear que se localiza na ilha da Armona, em frente à vila. O areal transforma-se momentaneamente num espaço de grande movimentação de pessoas. Em certas alturas revela-se pequeno para tantos utentes, uma vez que as concessões temporárias de apoios de praia implantadas no areal acabam por estrangular a área de estadia, obrigando a uma grande concentração de pessoas numa área restrita, ou à fuga para áreas não vigiadas. (fonte: Autor)



25 e 26. Sequência de duas fotografias tiradas exatamente do mesmo local, na zona de Sapal a Sul da vila - a primeira com maré cheia e a segunda com maré vazia. É possível observar a enorme quantidade de área a seco que se pode percorrer e cultivar quando a maré vaza. Uma vez com a maré totalmente cheia, apenas se pode navegar com embarcações (fonte: Autor)





27 e 28. Sequência de duas fotografias tiradas exatamente do mesmo local, na zona de Sapal a Norte da vila, com o mesmo intuito das anteriores, reforçando a ideia de que há um território permanentemente exposto à movimentação das marés, que influencia radicalmente a vivência destes lugares. Atente-se que a maré não apresenta um horário igual em todos os dias, influenciando a rotina diária dos habitantes que têm a sua subsistência económica nas atividades da ria.
(fonte: Autor)





29. Atividade salineira artesanal nas décadas de 50/60. Marnotos/salineiros a extrair o sal com os armazéns de apoio a esta indústria ao fundo. No horizonte, é possível ver a cúpula e zimbório da igreja e os ciprestes do cemitério. Pode assim comprar-se com a imagem em baixo, onde a indústria do sal desapareceu. Mantém-se as lagoas que albergam agora uma flora e fauna rica, dependente das condições específicas de um ambiente salino e puro, formando uma paisagem lagunar de grande interesse ambiental. (foto de Floriano Andrade)

30. Ambiente das salinas a Norte da vila, que servem de abrigo a inúmeras espécies de aves e plantas. Nesta área específica, a produção do sal está abandonada, o que aumenta a tranquilidade para as aves se manterem abrigadas nas lagoas. Ao fundo nota-se a área urbana da Fuzeta, que ainda assim apresenta uma volumetria baixa, apenas alterada pelas construções mais recentes de quatro e cinco pisos da frente sul da vila. (fonte: Autor)





31. Vista de sul para a vila nos anos 50, tirada aproximadamente do local da atual estação de socorros a náufragos, possivelmente já construída à data. Ao fundo o local que foi utilizado como fundeadouro de embarcações de maior calado, por forma a estarem mais próximas da barra. Estando a barra, à data, tão próxima deste local, as cotas de fundo seriam certamente mais elevadas, havendo uma maior facilidade na nevegação. O citado edifício foi assim construído sobre um pequeno banco de areia que ali restava, por apresentar um fácil acesso ao mar aberto.
(foto de Floriano Andrade)

32. Retrato do sapal a sul da vila, aquando da maré vazia, com os viveiros de mariscos a descoberto e os seus proprietários no labor do seu cultivo e apanha. Revela-se aqui a desadequação da escala dos edifícios dos anos 70 e 80, que vedaram totalmente a possibilidade de vislumbre do centro histórico, outrora intencionalmente aberto ao mar. Este casario, colina abaixo, encontra-se agora amuralhado por todos os lados, exceto num pequeno troço a nascente, resultante do vazio do campo de jogos, que se encontra já abandonado, servindo apenas de estacionamento no Verão.
(fonte: Autor)

II. DA DEFINIÇÃO DO LUGAR

DO SÍTIO AO LUGAR

DO SÍTIO DA FOZ AO LUGAR DA FUZETA

FOZETA

FUZETA

FUSETA

CRONOLOGIA GERAL

SÍNTESE TERRITORIAL

INVENTÁRIO DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO





Fuzeta.

33. Panorâmica vista do moinho grande da Fuzeta, na década de 30 do séc. XX. Destaque para o antigo mercado coberto, sem a existência da lota e dos pontões que conformam o canal. A igreja, embora bastante desvanecida pela qualidade da fotografia, destacava-se em altura na paisagem.
(autor desconhecido)

DO SÍTIO AO LUGAR

A polissemia dos conceitos de Sítio e Lugar, remete para uma complexa e diversificada rede de conhecimentos e desafia o pensamento filosófico, tornando-os cada vez mais específicos e simultaneamente abrangentes. Sítio é, por definição:

“(talvez do latim situs, -us, posição)

Espaço que um objecto ou pessoa ocupa ou deve ocupar

Parte de uma região ou zona.

Localidade, povoação.

*Chão, terreno ou local em que se podem fazer determinadas pesquisas, recolhas ou observações”*⁴³

Fala-se, portanto, de um suporte com determinadas características materiais, formais, de ocupação e dinâmica, que influenciam na sua evolução e definição enquanto potencial lugar. A capacidade de se constituir como tal é intrínseca a qualquer sítio, e depende da ação humana e da significação que ganha pela alteração da sua ordem natural. Lugar define-se assim pela individualidade específica de um sítio, resultante da conjugação das suas características originais, no estado primitivo ou alteradas - quer por agentes de ordem natural, quer pelo homem - com a atribuição subjetiva de significados e particularidades por parte do indivíduo ou do coletivo, passando a constituir memórias, impressões e sensações singulares resultantes das relações humanas.

*“A concepção com que se distribuem os elementos fundamentais da paisagem: a água, a mata, o prado, a sebe. A arquitectura com que se constroem as casas, as azenhas. A arte com que se idealizam os instrumentos. A verdade com que se esculpem os túmulos e desenha as povoações são a raiz da nossa cultura mesmo da mais erudita ou universal.”*⁴⁴

A metamorfose de um sítio que origina um lugar depende, assim, da compreensão e percepção do ser humano sobre a realidade. Da sua conceção subjetiva e afeto. Das ações que lhe conferem uma dinâmica adicional e o alteram constantemente, dotando-o de outros significados ao longo do tempo. A construção antrópica da paisagem é uma constante que adiciona ao território uma série de alterações e lhe atribui significados socioculturais, ecológicos, ambientais, económicos, éticos, estéticos, entre outros.

“Depois da estigmatizada transformação e destruição - que a modernidade, o crescimento das áreas urbanas e a mecanização trouxeram à paisagem - às preocupações, primeiramente funcionais e depois estéticas e ecológicas crescem, no presente,

*as preocupações de sustentabilidade, identitárias e éticas.”*⁴⁵

Numa lógica de “adição”, o território constrói-se e incorpora os desafios da modernidade, e é marcado por momentos de acelerada transformação e de tranquila existência. Há que repensá-lo constantemente e encontrar formas cada vez mais sustentáveis de manutenção do seu equilíbrio. Assim persistirá um sentido de identidade que radica na intemporalidade dos princípios fundacionais que o constroem enquanto lugar, pensado e materializado por pessoas e para pessoas.

*“The existential purpose of building (architecture) is therefore to make a site become a place, that is, to uncover the meaning potentially present in the given environment”*⁴⁶

O desafio principal da arquitetura, segundo Christian Norberg-Schulz, é o de transformar um sítio num lugar. Desvendar os potenciais significados presentes a priori num dado contexto. Há então uma noção de ligação ao lugar que é essencial valorizar no ato de projetar. Que ultrapassa a mera resposta precipitada a uma solicitação instantânea. Pensar e projetar atualmente o futuro implica, além do conhecimento da tecnologia de ponta e dos materiais mais modernos, uma consciência ética sobre o território a intervir. Sobre a sua história e dinâmicas próprias e sobre as intervenções que o transformaram até aos nossos dias, com vista à adoção das opções mais equilibradas e flexíveis a longo prazo.

⁴³ " Sítio", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013 (<https://www.priberam.pt/dlpo/s%C3%ADtio>)

⁴⁴ TELLES, Gonçalo Ribeiro. Gonçalo Ribeiro Telles, textos escolhidos. Das serras ao Litoral. Lisboa: Edições Argumentum, 2016. ISBN: 978-972-8479-98-5. p.160

⁴⁵ FREIRE, Maria. A paisagem, espaço natural e espaço cultural, A perspectiva do arquitecto paisagista para a qualidade de vida e para uma vida de qualidade. [Congresso Internacional - Interfaces da Psicologia] p.6

⁴⁶ NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius Loci (towards a phenomenology of architecture). p.18



34. Procissão de Nossa Senhora do Carmo. Destaque para o rumo que a romaria toma, de regresso à igreja, depois de ter passado na praia junto à ria formosa. Esta é uma das tradições que, resultante da prática da religião católica, tem reunido ao longo de gerações a população e reforça o sentido de comunidade e união pela fé.
década de 50/60 (foto de Floriano Andrade)

M A R

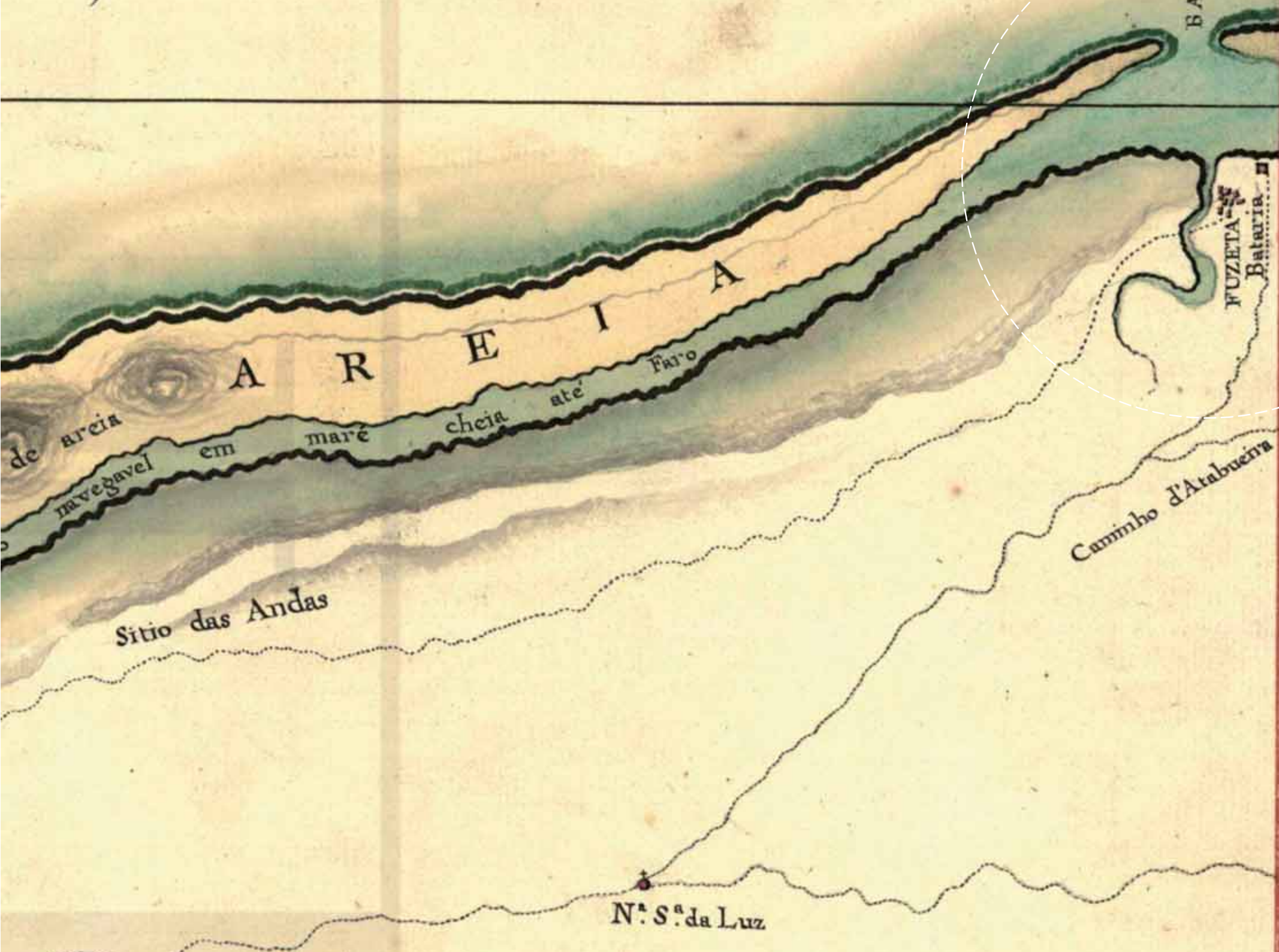
O C

Nesta Cõsta consta haverem alguns bachos de areia, por cujo motivo não podem navegar muito proximo, e com figurança as Nãos de guerra, sem que seja em distancia de legua e meia da costa.



Ç E A N O

BARRA DA FUZETA



A R E I A

de areia navegavel em mare cheia até Faro

Sítio das Andas

Caminho d'Atabueira

N.ª S.ª da Luz

Caminho para Faro

ESCALA

humna legua

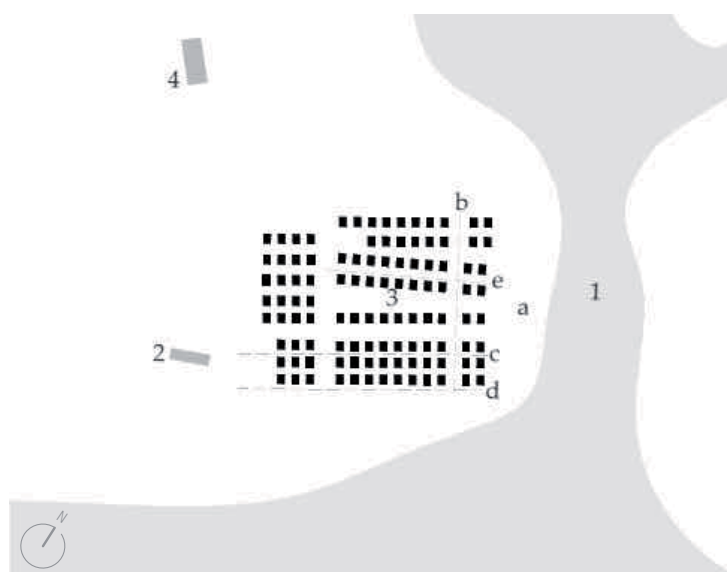
CONFIGURACAO DA COSTA DESDE A FORTALEZA DE S. JOAO, ATHE A BATARIA DA FUZETA

35. "Fortificações do Algarve", por Baltasar de Azevedo Coutinho, Capitão do Real Corpo de Engenheiros, 1798. (fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Coleção Cartográfica, digitarq.arquivos.pt)

Destaque para a localização da povoação, à época de cabanas, que estavam ainda aparentemente longe da bateria militar. É retratado com algum detalhe o espaço lagunar da Ria Formosa. Com uma densidade de construção bastante baixa, existiam apenas alguns pequenos lugares ao longo dos caminhos principais de ligação entre Tavira e Faro. Embora não seja representada a igreja, é certo que esta já existiria à época deste levantamento, não tendo sido alvo de destaque, possivelmente por esta ser uma planta de localização de estruturas militares. Certamente a igreja está representada no aglomerado urbano da Fuzeta, assim como estará igualmente no de Tavira, com igrejas bem mais antigas.

DO SÍTIO DA FOZ À VILA DA FUZETA

⁴⁷ MASCARENHAS, J. Fernandes. Origem dos topónimos das freguesias do concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios. Tavira, 1962. p.12.



36. Reconstituição hipotética do aglomerado primitivo, baseada nas memórias paroquiais de 1758. (fonte: "Fuzeta: Um núcleo urbano piscatório singular" de Mafalda Batista Pacheco, IST. 2018. p.58)
1. "Rio da Fuzeta" 2. Fortaleza 3. Povoação 4. Capela Na. Sra. do Carmo | a) "Azinhaga do Concelho" b) Rua da Borda da Água c) Rua Direita d) Rua da Boa Vista e) Rua do Carmo



37. Aglomerado do Fornico, Faro - anos 60. Retrato aproximado do aglomerado de cabanas primitivo da Fuzeta, junto da foz da ribeira. (fonte: Livro Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto)

⁴⁸ D'ANDRADE, João Reis. Crónicas do Alto da Torre. 2002. Depósito Legal: 187658/02. p.41



38. Frota de embarcações de pesca da Fuzeta, aporadas na "praia" a nascente da povoação, onde hoje se situa o canal navegável e porto de pesca. anos 50/60 (foto de Floriano Andrade)



39. Vista sobre o moinho do José Mendes, ainda em funcionamento. Tirada da cobertura do moinho do Guerreiro. anos 40 (foto de Orlando Ribeiro)

⁴⁹ FERNANDES, Vânia. Universidade Lusíada de Lisboa, "Filtros Urbanos: O pontão na busca de uma continuidade entre Arte, Paisagem e Arquitetura."

*"No séc. XVI, a Fuzeta era apenas um sítio (...) que, a pouco e pouco, se foi desenvolvendo e aumentando em população, para vir a constituir um lugar com a sua capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo"*⁴⁷

O lugar da Fuzeta nasce então da apropriação do espaço da foz da ribeira do tronco, pela alteração das condições de segurança e salubridade da orla costeira, e pela vocação intrínseca do território, com as suas características naturais de fertilidade e proximidade ao mar. Significado do esforço e dedicação de várias gerações em busca da melhor estratégia de uso sustentável dos recursos endógenos, foram sendo desenvolvidas diversas atividades económicas e formas de construção da paisagem. Prosperou assim o aglomerado piscatório que recorria ao campo em tempo de adversidades no mar. Nele se fixaram famílias e habitações, espaços públicos e sagrados, espaços de encontro e retiro. E uma forma particular de olhar o horizonte na esperança do melhor momento para retirar ao mar o maior peixe e à terra o mais rico fruto das colheitas. As suas características únicas revelaram-se então, num lance visual atento e intuitivo de autorreconhecimento, e do mar para a terra, e batizaram-na como a "Branca noiva do Mar".

"Aonde o mar se acaba e a areia começa, (...) perto do cabo de Santa Maria, quase no extremo ocidental da Europa, fica exatamente a pequena e hospitaleira aldeia de pescadores chamada de "branca noiva do mar".

*Resplandecendo ao luminoso sol Algarvio, chaminés e açoteias inundadas de claridade, (...)"*⁴⁸

Atualmente é crescente a homogeneização em cruso na Fuzeta, com a consequente descaracterização da sua identidade, pelo aparente desconhecimento das suas qualidades específicas e únicas. Será esta uma questão importante na atualidade? Como pensar o futuro de um lugar que está a perder a sua identidade e em que se desvalorizam os recursos reais de que dispõe? Por que motivo se valoriza mais o "parecer" do que o "ser"? O artificial ao natural? A ficção à realidade? Estará a essência assim tão distante dos nossos olhos ou é ainda possível reencontrá-la em algum lugar?

Estas são algumas das questões que servem de mote para uma intensa reflexão crítica sobre a atualidade e sobre alguns dos planos de futuro, a curto prazo, para a vila. Acima de tudo, um olhar sobre o que foi, o que é e o que aspirará a ser esta "pequena e hospitaleira" terra, que parece à mercê das mais ambiciosas especulações e recreações exóticas.

*"Na época da globalização, a capacidade de ler e de entender a paisagem torna-se um meio fundamental para superar os riscos da homologação e da insensibilidade às condições específicas do lugar."*⁴⁹



des.13 Conjetura da malha urbana do início do séc. XIX (desenho do autor)



des.14 Conjetura da malha urbana de 1915 (desenho do autor)

Baseada na documentação escrita existente e na escassa cartografia existente, levou-se a cabo um trabalho de conjectura, pela eliminação dos elementos urbanos claramente posteriores à época em estudo, na tentativa de encontrar alinhamentos e indícios de um urbanismo anterior. Foi aqui bastante importante a consulta da dissertação intitulada "A Evolução Urbana e Arquitetónica da Fuzeta" de Mafalda Batista Pacheco.

Sabendo-se que a igreja estaria no séc. XVIII no topo do monte, dada a sua denominação em 1784 como Paróquia Igreja de N. Snr. do Monte do Carmo da Fuzeta, provavelmente afastada do núcleo urbano que povoava a área mais próxima da margem da ria, procedeu-se à eliminação a área circundante ao templo, sendo que a maioria das casas neste lugar são já do final do séc. XIX e início do séc. XX. Curiosamente, quanto mais se foram retirando quarteirões de construção, mais se revelavam caminhos contínuos que se encontram atualmente interrompidos pelo casario. Parece ter existido efetivamente uma maior relação entre a atalaia da torre de Bias e a povoação que contava com uma bateria militar, guarnecida com quartel e paiol de pólvora, no topo da colina sobranceira à vila, posteriormente apelidada de monte do "burguel". A barra, claramente não está justificada neste local, até porque é sabida a grande variabilidade da sua localização, mas dada a localização da bateria militar, deveria ter estado próxima da vila, aquando da sua construção. A representação admitida neste desenho aceita a localização de 1915, que está devidamente documentada no plano hidrográfico da Barra da Fuzeta.

É assumido o caráter hipotético deste desenho, que certamente comporta uma elevada margem de erro, porveniente de equívocos na leitura de documentos ou da inexistência de provas documentais mais exatas. Mas não deixou de se fazer uma primeira experiência que configura uma hipótese de aproximação, de base cartográfica rigorosa, e que retrata a totalidade do terreno, quer urbano, quer envolvente.

Este desenho foi elaborado por sobreposição com a planta do projeto para construção de uma estrada de ligação entre a Fuzeta e a estrada do Litoral, datada de 1870, pertencente à coleção da extinta Junta Autónoma de Estradas, guardada no Arquivo Distrital de Faro; com a Carta Agrícola e Corográfica de Portugal (Direção de Gerardo Pery). Minuta inédita da folha 221 da Carta Agrícola, não publicada. Prancheta A. Escala 1: 50 000. Datada de 1 de setembro de 1901. (Documento cedido por Luís Fraga da Silva); com o plano hidrográfico da Barra da Fuzeta elaborado na Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, corrigido em 1916, pertencente ao Instituto Hidrográfico, com o levantamento ortofotogramétrico do voo RAF 1947, e ainda com recurso às referências bibliográficas históricas, assim como à coleção fotográfica do fotógrafo Floriano Andrade.



40. Levantamento ortofotogramétrico do voo RAF 1947 (fonte: Centro de Informação Geoespacial do Exército)



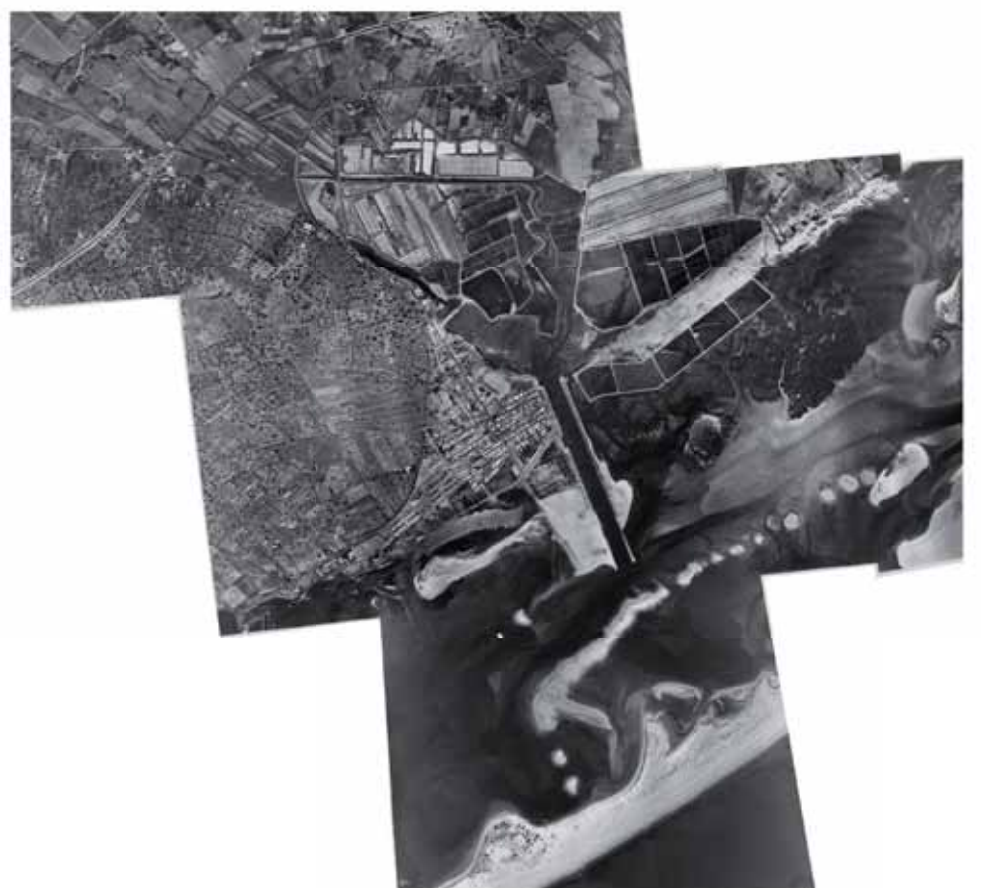
des.15 Reconstituição da malha urbana de 1950 (desenho do autor)



des.16 Reconstituição da malha urbana de 1972 (desenho do autor)



41. Levantamento ortofotogramétrico do voo SPLAL 1950
(fonte: Centro de Informação Geoespacial do Exército)



42. Levantamento ortofotogramétrico do voo FAP de 1972
(fonte: Arquivo Histórico da CMOlhão)



des.17 Reconstituição da malha urbana de 2010 (desenho do autor)



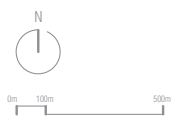
des.18 Malha urbana em 2017 (desenho do autor)



43. Levantamento ortofotogramétrico de 2007
(fonte: base Google Earth)



44. Levantamento ortofotogramétrico de 2017
(fonte: base Google Earth)



FOZETA

⁵⁰ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho. Portugal antigo e moderno: Dicionário geográfico, estatístico, chorografico, heráldico, archeologico, histórico, biográfico e etymologico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias. Lisboa, Livraria editora de Mattos Moreira & companhia, 1874. p.243

⁵¹ MASCARENHAS, J. Fernandes. A População de Moncarapacho no séc. XVI livre e escrava através de rois de confessados inéditos, Separatas «A voz de Olhão». Olhão, 1985. p.10

⁵² LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho. Op. Cit., p.243

⁵³ VAZ, Adérito. As origens da Fuzeta e seu topónimo. Olhão, Biblioteca Cultural Olhanense, 1986, p.9-11.

(O topónimo terá derivado, segundo o autor, do latim - “ficeta plural de ficetum”)

⁵⁴ CABRITA, A. Henrique. Olhão, subsídios para o estudo das origens dos topónimos do concelho. Empresa Litográfica do Sul, Vila Real de Santo António, junho 1978. p.14

⁵⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo PT/TT/CC/1/86/27 CC Corpo Cronológico 1161/1699 / 1 Parte I 1137/1699 / 86 Maço 86 1551-01-02/1551-09-28 / 27 Alvará da rainha D. Catarina para Álvaro Lopes mandar fazer à cidade de faro 10 âncoras de ferro.

⁵⁶ MUÑOZ, Alicia Camara. Las torres del litoral en el reinado de Felipe II: una arquitectura para la defensa del território (...). 1990, pp.55-86

⁵⁷ Idem, p.65

⁵⁸ GUEDES, Lívio da Costa. Op. Cit., p.110

⁵⁹ MASCARENHAS, J. Fernandes. Op. Cit. (Origem dos topónimos...), p.10

⁶⁰ SILVA, Carlos Alberto dos Santos Naré e, Op. cit., p.5

⁶¹ Entre 2,588 milhões e 11,7 mil anos atrás

⁶² SILVA, Carlos Alberto dos Santos Naré e, Op. cit., p.5

⁶³ MPRQ Memórias Paroquiais 1722/1832 / 23 "Dicionário geográfico de Portugal" [Tomo 23, M 2] Moncarrapacho, Tavira 1758/1758 digitarq.arquivos.pt

⁶⁴ Idem, tomo 23, M 2

⁶⁵ SILVA, Carlos Alberto dos Santos Naré e, Op. cit., p.20

“Antes de mais nada apresso-me a dizer que escrevi

Fuzeta, porque assim vejo escripto em todos os auctores; mas estou convencido que é um grande erro, porque, sendo esta palavra diminutivo de Foz, dever-se-hia sempre escrever Fozêta e não Fuzeta”. ⁵⁰

Sendo certo que a Fuzeta se situa na margem poente da foz da ribeira do Tronco, mantém-se a dúvida acerca da origem do topónimo que denomina o lugar onde em 1541, segundo Mascarenhas, seria o *“Sítio das Cabanas e moinhos”*.⁵¹ Várias teorias se têm desenvolvido, curiosamente com um denominador comum, que poucas vezes parece, pela complexidade dos argumentos históricos apresentados, ser encarado como o fator de maior interesse em estudo - A ligação do topónimo ao contexto territorial específico do lugar. É importante salientar que a maioria das teorias defendidas encaram especificidades do lugar como fatores que originaram tal denominação.

Da Foz da ribeira do Tronco⁵², aos figueirais do termo de Faro ⁵³, à barra e arraial da Armação de atuns, ou ainda à denominação Árabe de praia (*“Huza” + diminutivo “eta” = “Huzeta”*) ⁵⁴, muita história haverá por desvendar e, quem sabe, a origem permanecerá por patentear.

O documento mais antigo encontrado, que se refere ao lugar da Fuzeta data de 1551 e é um Alvará da rainha D. Catarina para mandar fazer 10 âncoras de ferro para a *“Armação da Fozeta”*⁵⁵. Em 1572, há também um *“instrumento de venda, renda e aforamento”* de uma propriedade situada em *“Belromão”,* que refere a *“Fozeta”* como morada de *“Francisco Nunes e sua mulher Luzia Vicente”*. Com estas referências ao topónimo com *“Foz”*, será legítimo fazer uma relação direta com a situação geográfica em que a vila atual está implantada. Contemporâneo aos referidos documentos, encontra-se um importante projeto Ibérico que remonta ao domínio Filipino do território Português. Trata-se da “Relacion de las torres (...) en la Costa desde Sant Lucar hasta el cabo de Santa Maria que es a poniente de Faro” ⁵⁶, e teria por finalidade a construção e consolidação de um sistema fortificado Ibérico, contra os ataques de piratas e Corsários. É curiosamente uma das torres que parece haver ou ser projetada para a costa do Algarve a de *“La Foseta”*, que é antecedida numa listagem pela de *“Monte gordo”* e precedida por outras três, respetivamente *“Faro - rio”* e *“Cauo de Sta. Maria”* ⁵⁷.

Parece ser este o primeiro documento que comete uma incorreção na escrita do topónimo, podendo dever-se a uma adaptação do termo à língua Castelhana. Este poderá ser um indício de que a alteração do topónimo advém do afastamento dos autores em relação ao território e às gentes do lugar, assim como, no caso específico, da própria língua falada e escrita. Em 1621, Alexandre Massaii relata-nos:

“Aonde se chama a Fos q he no termo há huã torre q nella

vegiaõ 3 homes de noitte (...) E no mesmo lemitte da fosseta há/3 postos nos quais m.tas vezes desembarquã E se passaõ ao Rio com mare vazia (...)” ⁵⁸

Mais uma vez parece haver aqui um erro de escrita, pelo relato de um arquiteto e engenheiro militar de origem Italiana (Nápoles), que deverá ter adaptado o termo criado da relação dos habitantes com o lugar, provavelmente tendo apenas ouvido a utilização popular do mesmo, e apropriado na sua língua materna.

Curiosamente a grande maioria dos mapas, desde o séc.XVIII, disponíveis na plataforma digital da Biblioteca Nacional de Portugal, em que aparece referida a povoação, são unanimes na denominação “Fuzeta”. Fica por esclarecer qual a origem da substituição da letra “o” pela letra “u”, podendo tratar-se de uma alteração meramente fonética da palavra original.

É certo que atualmente, é já bastante difícil, pela ocupação feita pelo Homem nas últimas décadas, imaginar a morfologia do terreno de outrora, à data da criação do lugar na Foz, mas está ainda bem vincado o vale do “ribeiro” ou *“rio tronco”*, como refere Mascarenhas⁵⁹. Na verdade, trata-se do estuário de uma ribeira que terá sido na antiguidade um rio de maior importância e dimensão, o que justifica, por exemplo, a existência do topónimo “Areias” em referência a áreas de *“planície aluvial construída por sedimentos depositados pelas ribeiras do Tronco e da Maragota”*.⁶⁰ Segundo o geógrafo Carlos Naré e Silva,

*“atualmente, ribeiras são cursos de água não permanentes, mas durante pelo menos parte do Plistocénico”*⁶¹, *provavelmente, eram permanentes. Só isso explica o facto de umas ribeiras tão insignificantes tenham construído planície aluvial tão grande como a que hoje se observa. Com o clima atual, as ribeiras têm regime hidrológico pluvial com caráter irregular e torrencial”*. ⁶²

Nas Memórias Paroquiais de Moncarapacho⁶³, em 1758, é relatado pelo padre Manuel Mendes Correa que o *“rio da Fuzeta” “nasce caudaloso, e corre todo o anno”* e que *“hê navegável para barcos pescadrez”*. Refere ainda que *“na distância de todo o rio tem trez moynhos de farinha”*. ⁶⁴

Claramente a Fuzeta ocupa uma posição privilegiada, dispondo de uma barra para o mar aberto e uma grande área de sapal, com toda a riqueza ecológica e produtiva que a este ecossistema está associada. A ocupação da vertente nascente do *“Planalto de Bias”* ⁶⁵, permite no contexto do sotavento Algarvio, a oriente do cabo de Santa Maria, o usufruto de uma vasta área abrigada dos ventos predominantes de Oeste e Norte.

^[1] Da Definição do Lugar

Amara 15. Maio 86. Num. 37.

Partes ad ~~Amara~~

Maio 86. Doc. 27. N. 1153

Alvará da Rainha D. Catarina para Álvaro Lopes mandar fazer à cidade de Faro 10 âncoras de ferro. 10/03/1551
Arquivo Nacional Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 86, n.º 27, digitalq.arquivos.pt

A 10 de Março de 1551

45. Alvará da Rainha D. Catarina para Álvaro Lopes mandar fazer à cidade de Faro 10 âncoras de ferro. 10/03/1551 Arquivo Nacional Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 86, n.º 27, digitalq.arquivos.pt

"Cada âncora teria um quintal de peso para a armação da fuseta e daria mais 500 braças de rede, além dos 3.000 que são obrigados a lançar, tudo por empréstimo e se entregariam a André Domingues e a Francisco Domingues, seus moradores."

destaque para a toponímia utilizada à época:

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Ainda que a sua origem, enquanto aglomerado urbano permanente, seja muito recente, não deixa de ser curiosa a condição de “regeneração da paisagem” que alimenta a ilusão de que este sítio nunca teria sido habitado e construído pelo Homem, com todo o seu potencial.

É de salientar que há inúmeros vestígios arqueológicos de diversas épocas, nos terrenos imediatamente próximos, e que o território apresenta características de acelerada morfodinâmica, desde os assentamentos mais antigos até aos nossos dias. Ocupando parte da povoação, uma extensa área aterrada nas últimas cinco décadas do séc. XX, muito se pode contar de um aglomerado urbano que nasceu num estuário em processo de assoreamento, potenciando o aparecimento de um porto naturalmente abrigado, com um acesso, embora instável na sua localização, direto ao oceano Atlântico.

Foi este o motivo pelo qual se “assentaram arraiais” de várias Armações de atum ao longo dos tempos, quer na ilha, quer na praia de Moncarapacho, “chamada Fuzeta, quasi logar” (1758).⁶⁶ Pela constante instabilidade do cordão dunar e dos fatores climáticos, as referidas Armações sempre cultivaram, desde a antiguidade, a mais rica das suas qualidades - a condição móvel das construções e apetrechos de pesca, para transporte e adaptação aos processos morfodinâmicos do território. Estas tipologias arquitetónicas que povoaram por muitos séculos a Costa Mediterrânica, e em especial a Algarvia, introduziram aqui uma cultura que vive de uma condição de instabilidade, e que por isso se revela espontânea e ecologicamente compatível com o Habitat lagunar. Não admira por isso que, passados vários séculos de ocupação, pouco mais reste visível do que alguns achados arqueológicos de estruturas industriais e indícios de áreas urbanas em zonas de antiga ocupação portuária, como os casos de Marim e Balsa. Havia, por tanto, uma condição que imperava na ocupação e construção da paisagem litoral - O respeito e convivência com as dinâmicas de equilíbrio do ecossistema.

A barra sempre se foi movimentando, e com ela a povoação de caráter efémero. “A migração periódica, rápida e irregular da “barra” da Fuzeta, é conhecida documentalmente desde o séc. XVIII.”⁶⁷ A instabilidade do canal de saída para o mar reflete-se em análises científicas que afirmam que “o ciclo completo de migração do canal artificial em questão, dura pelo menos 50 anos e migra no total mais de 3500 m”, e ainda que “a migração do canal artificial não é linear, dependendo de múltiplos fatores e por isso progressiva ou intermitente”.⁶⁸ As marés podem “atingir amplitudes de mais de 4m, o que acarreta grandes correntes de fluxo e refluxo (...) com grande diferença de potencial capazes de imprimir grande dinâmica à água, o que lhe confere a capacidade de abrir novas “barras”.⁶⁹

Dada a geomorfologia deste território, não admira que sempre se tenha configurado um dos locais de maior cobiça do litoral Algarvio e cenário

de inúmeros confrontos, quer militares quer civis, na tentativa da sua conquista, não só administrativa, mas principalmente dos recursos e produtos locais. Comprovam-no as várias torres do sistema defensivo da ria formosa, já aqui mencionado na intervenção Filipina do séc. XVI, e que ganham maior representatividade entre a Fuzeta e Olhão. Conhecem-se seis destas estruturas arquitetónicas numa extensão de ria de aproximadamente seis quilómetros. Restam três delas, a de Bias I e a de Quatrim em ruína, e ainda a de Marim, recuperada e habitada numa quinta rural. Sabe-se ainda com precisão onde estariam as restantes, todas elas em posições visualmente privilegiadas, pela existência dos escombros de grande dimensão.

“Os primeiros assentamentos da Fuzeta foram feitos por pescadores da armação de atum e tinham carácter sazonal”.⁷⁰ A ocupação mais permanente começa com a construção, no séc. XVII⁷¹, de um “quartel para defesa da povoação e da entrada da barra” na “colina sobranceira à ria.” Mais tarde há referências, nas citadas memórias Paroquiais de 1758 à “capella da Senhora do Carmo”. O primeiro assentamento de caráter urbano foi o “eixo viário de direção norte-sul, que dividia a área na zona leste, onde se localizavam as cabanas, da zona poente com o quartel.” Os assentamentos primitivos “eram compostos por um grupo de cabanas (...) e seguiam regras de ortogonalidade quer na localização, quer na organização das cabanas no território, dando origem a um traçado regular com frentes direcionadas ao mar”. Tendo o Algarve sido bastante afetado pelo terramoto de 1755, a Fuzeta não foi exceção e terá sido também parcialmente destruída.

Comprovam-no as referidas Memórias Paroquiais de Moncarapacho que referem no ponto 26 da descrição da “Terra” que “No Terramoto do anno de 1755 teve algumas ruínas nos templos e cazas, porém vão se reparando”. Data então de 1757⁷² uma escritura para a construção da Igreja da Fuzeta. Poderá ter-se tratado de obras de reconstrução da primitiva capela, uma vez que esta terá sido parcialmente destruída. O aglomerado foi-se densificando, assim como a população, vindo a constituir-se como lugar e a ganhar uma constante autonomia dos aglomerados limítrofes.

⁶⁶ PACHECO, Mafalda Batista Pinheiro. Op. cit., p.14 (citação de: MASCARENHAS, J. Fernandes. Correio do Sul, Faro:10/09/1953)

⁶⁷ SILVA, Carlos Alberto dos Santos Naré e, Op. cit., p.16

⁶⁸ Idem, p.17

⁶⁹ Idem, p.28

⁷⁰ PACHECO, Mafalda Batista Pinheiro. Op. Cit., p.19 (Todas as citações no parágrafo).

⁷¹ VAZ, Adérito. Op. Cit., p.10

⁷² ANICA, Arnaldo Casimiro. Tavira e o seu Termo, Memorando Histórico. Tavira, 1993. pp.58 e 59

Rio

1. Cima do Rio de Tavares, para do Moncarapacho.
2. Aíto caudaloso, e por este nome.
3. Entre este e do de Moncarapacho, e do de Tavares.
4. Aíto marginal para baixo, para do.
5. Aíto do rio de Tavares.
6. É um rio de água doce, e de muito caudal, e vem do Moncarapacho, e do de Tavares, e do de Tavares.
7. Entre estas duas partes, e no meio, e também se encontra a parte de do.
8. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
9. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
10. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
11. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
12. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.

13. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
14. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
15. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
16. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
17. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
18. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.
19. Aíto marginal do rio de Tavares, e do de Tavares, e do de Tavares.

Heura J. M. de Tavares

46. MPRQ Memórias Paroquiais 1722/1832 / 23 "Dicionário geográfico de Portugal" [Tomo 23, M 2] 1758/1758 / Moncarapacho, Tavira 1758/1758. Arquivo Nacional Torre do Tombo, digitalq.arquivos.pt cota: PT-TT-MPRQ-23-172_c0297

Embora este documento se refira à toponímia com "uz", é aqui integrado por retratar um lugar ainda muito primitivo, com as suas cabanas, nascentes de água doce, rio navegável e desimpedido... É assim um documento que remete para o imaginário da primitiva ocupação sazonal na praia.

Toda avaliada
F.C. 37 - F.A. 221 - P. 1ª

Freguesia de S. Estevão.

120000

128000

175000

180000

30

35

36

37



Freguesia de S. Estevão
Freguesia de Moncorração

- 32. Aires.
- 33. Alimtil.
- 34. Bins do Nogueira
- 35. Dello Gumpo
- 36. Ponte Santa
- 37. Caracos.
- 38. Cahim.
- 39. Bins do Sul.
- 40. Fone.
- 41. Coração.
- 42. Vinhas.
- 43. Bacolho.
- 44. Alxand. angie
- 45. Sobceira de Baixo
- 46. Muntiras.
- 47. San do Limamento.
- 48. Pinheiro.
- 49. Hortas da Luz
- 50. Torre
- 51. Anão.
- 52. Pintasilgo.
- 53. Pedras de Lheia.

NB. A freguesia da Luz
compõe-se simplesmente
de prédios urbanos.

Folha 1 de

141

Concelho de Fuzeta
Freguesia de S. Espirito

1. Fuzeta
2. Foz de S. Espirito
3. Foz de S. Martinho
4. Foz de S. Antonio
5. Foz de S. Joao
6. Foz de S. Pedro
7. Foz de S. Paulo
8. Foz de S. Sebastiao
9. Foz de S. Vicente
10. Foz de S. Agostinho
11. Foz de S. Nicolau
12. Foz de S. Gregorio
13. Foz de S. Ildefonso
14. Foz de S. Eusebio
15. Foz de S. Primitivo
16. Foz de S. Felice
17. Foz de S. Adalberto
18. Foz de S. Valentin
19. Foz de S. Eusebio
20. Foz de S. Martinho
21. Foz de S. Antonio
22. Foz de S. Joao
23. Foz de S. Pedro
24. Foz de S. Paulo
25. Foz de S. Sebastiao
26. Foz de S. Vicente
27. Foz de S. Agostinho
28. Foz de S. Nicolau
29. Foz de S. Gregorio
30. Foz de S. Ildefonso
31. Foz de S. Eusebio

Setembro de 1901
Henrique Ochoa



LEGENDA INTERPRETATIVA:

- 01 - Bateria militar
- 02 - Torre de Bias
- 03 - Igreja de Na. Sra. do Carmo
- 04 - Rua Formosa, atual Rua da Liberdade. Estranhamente é representada a passar muito próxima da igreja e a desembocar na bateria militar, o que levanta dúvidas quanto à certeza de se tratar realmente desta rua, ainda que seja a via mais importante/estruturante da povoação à época.
- 05 - Limite nascente apresenta-se totalmente aberto à ria, o que denuncia, em conformidade com outros documentos analisados, que as embarcações e toda a atividade ligada à ria e ao mar era feita no areal/praias na margem poente da foz da ribeira do tronco.
- 06 - Os moinhos de maré são representados como elementos pertencentes ao sapal, com as suas caldeiras e um caminho de acesso a partir da povoação que une todos os engenhos. Intriga a colocação de um dos moinhos numa posição central à sua caldeira, uma vez que estes estão sempre posicionados na priferia, servindo de comporta de saída da água, o que lhes confere a energia motriz.
- 07 - A foz da ribeira é retratada com uma franca abertura à laguna, e consequentemente ao mar. Denota-se assim a inexistência de uma exploração intensiva do sal, com a construção de salinas em grande escala, o que viria a acontecer apenas em meados do séc. XX, com a instalação de uma exploração industrial de grande dimensão, em toda a área da foz, condicionando artificialmente o curso da ribeira desde a zona da Ataboeira.
- 08 - Pequena exploração salineira, representada por uma estrutura geométrica de quatro lagoas, o que contrasta com a representação de outras estruturas de exploração de sal na contemporânea minuta referente à área a poente desta, que integra o lugar de Olhão. Aí são desenhadas estruturas bem mais complexas e de maior dimensão.
- 09 - Descrição dos tipos de cultivo existentes nos terrenos rurais. A magenta encontram-se representadas vinhas e figueirais e a azul, figueirais e olival
- 10 - A barra situava-se, à época, a sul da povoação, em conformidade com outros documentos analisados, e é desenhada com um "ilhéu" no centro, o que corrobora a tese de que o assoreamento desta é constante e altera-se bastante em curtos lapsos temporais. É interessante verificar que, em 1901 não nos é destacada a armação de Bias, mas apenas um símbolo triangular com o topónimo "Fuzeta", que poderá referir-se a um marco territorial. Neste mesmo lugar é retratada com precisão, em 1915, a existência de um arraial, onde é destacada uma balizagem na "barraca do Gomes".
- 11 - Representação de uma construção na ilha, o que pode identificar a existência de um arraial de armação ou de uma construção isolada, como veio a existir a estação de socorros a naufragos - uma estrutura construída em 1925 em madeira que viria a ser destruída, já reforçada em alvenaria, num temporal em 1941.

47. Carta Agrícola e Corográfica de Portugal (Direção de Gerardo Pery). Minuta inédita da folha 221 da Carta Agrícola, não publicada. Prancheta A. Escala 1: 50 000. Datada de 1 de setembro de 1901. (Documento cedido por Luís Fraga da Silva)





48. Não sendo já um retrato da "Fozeta - a primitiva povoação de cabanas", esta panorâmica tirada a partir do telhado da Igreja mostra uma aldeia em desenvolvimento, ainda que a sua arquitetura e contexto urbano apresentem características que a relacionam com o assentamento primitivo. Pode, por isso, dizer-se que é um documento importante para a história da vila, por retratar um momento de transição entre um aglomerado precário/efêmero e um moderno sistema urbano ortogonal de arquitetura singular, que resultou de uma adaptação do "espaço de habitar" ao "modo de habitar" neste lugar ao sul. Além da integridade dos sapais e da foz da ribeira, vê-se a barra a sul da vila com uma ampla abertura ao mar (com maré cheia), e ainda evidencia uma enorme quantidade de telhados de tesouro, em detrimento das modernas açoteias e mirantes. Nesta época ainda não existia escola primária, a bateria militar ainda mantinha o seu paiol e o sapal ainda não tinha sofrido grandes alterações morfológicas. É de salientar que a barra se situava no local onde hoje está sediada a zona balnear na ilha.

1934 (foto de José Agostinho)

FUZETA

⁷³ VAZ, Adérito. Op. Cit., p.16

*“É a partir da construção em pedra e cal que há mais referências à povoação da Fuzeta, embora o tempo das cabanas desde as almadravas não seja para ignorar”.*⁷³

Dada a proliferação da utilização do topónimo “Fuzeta”, esta denominação marcou assim a consolidação e identidade do lugar, sendo diminuta a população que conheceria o topónimo original. Tendo caído em desuso a denominação que ligava o moderno lugar ao sítio do primitivo assentamento, há já vários séculos que vem sendo utilizado o topónimo com “u” em cartografia, documentos oficiais do reino, e até documentação local, muitas vezes pertencente às Paróquias ou às Comarcas. Mais tarde, já nos séc. XIX e XX, encontra-se alguma informação dispersa entre os arquivos das Câmaras Municipais de Tavira e Olhão, assim como de instituições públicas - Junta autónoma de estradas⁷⁴; Governo Civil, entre outras. Servem todas estas referências para mostrar que, desde há muito, se fixou e enraizou o novo apelido, como símbolo da apropriação pela população e entidades oficiais.

A Fuzeta situa-se então na margem poente da ribeira do tronco e confronta-se a norte e oeste com a freguesia de Moncarapacho, a sul com a Ria Formosa e a Nascente com o concelho de Tavira. Dista, em linha reta, 3.5km da vila de Moncarapacho a noroeste, 4.5km da Luz de Tavira a nordeste, 5.5km de Quelfes a este, 8km de Olhão a sudoeste e 12km de Tavira a nordeste.

Segundo Mafalda Pacheco⁷⁵, que divide o desenvolvimento urbano da Fuzeta em quatro fazes de expansão, “o pólo urbano inicial era constituído pelas ruas entre a ligação a Moncarapacho e a margem da ribeira (...) correspondente a uma área sem desnível topográfico que facilitava o assentamento das cabanas.” A evolução urbana deu-se pelo prolongamento destas ruas pela encosta a poente, rumo ao topo da colina onde já existia o quartel militar, e que dispunha de um melhor domínio visual da barra e do mar aberto. Esta condição bastante valorizada (por questões de segurança e controlo quer marítimo quer meteorológico) pelos pescadores, deu o mote para a criação de uma nova área urbana - “o sítio ou bairro do Burguel” Foi então que se deu a divisão da “população em dois sectores sociais: por um lado os “terrestres”, que se mantiveram na zona baixa, por outro lado os “marítimos” na colina”. Mais tarde, dada a “consolidação do pólo da baixa e bairro do Burguel”, surge em meados do séc. XIX o “novo polo a norte constituído pela zona da igreja”. É de salientar que só depois da criação dos referidos bairros de cabanas de junco e barrão, se deu a sua substituição por casas de pedra e cal, como comprova a descrição de Silva Lopes que relata:

*“Vai crescendo a povoação, convertendo-se as cabanas em casas de alvenaria que chegam quasi ao pé da arruinada fortaleza.”*⁷⁶

Em 1835 dá-se a independência da Paróquia, por decisão do governador do bispado Frei António de Santo Ilídio da Fonseca e Silva, e em 1876, por decreto real, dá-se a passagem da Fuzeta do Termo de Tavira para o

Termo de Olhão. Esta separação deu-se, por vontade da população, pela maior proximidade ao lugar de Olhão, em comparação com Tavira, onde tinham que se deslocar para os atos administrativos e judiciais. Num último esforço pela manutenção do termo de Tavira sem a perda da promissora povoação em grande progresso, a respetiva Câmara Municipal procedeu ainda, em 1867, à construção de um edifício coberto para mercado de géneros. Em 1869 construiu um mercado coberto para venda de peixe e em 1870, um poço público⁷⁷ - o poço novo. Tendo já classificado em 1860⁷⁸ como “conveniente” a construção da ligação entre a povoação e a estrada do litoral, que se encontrava em construção próxima da povoação nesse mesmo ano, a referida Câmara reiterou em 1868 a necessidade, pondo-a “à cabeça” das “prioridades na construção das estradas municipais”.⁷⁹ Foi assim a primeira a ser construída no concelho de Tavira.

As embarcações foram sendo registadas com matrícula “FZ”, como se mantém até aos nossos dias, e foram também feitas inúmeras obras de desenvolvimento, quer urbano, quer de equipamentos. A povoação foi crescendo em população e em área urbanizada, e é em 1904 inaugurada a linha férrea e a estação da Fuzeta, próxima da “nascente da Tabueira”. Marcou-se assim um forte limite urbano, que pelo corte que representa no terreno para manter uma cota estável em todo o percurso do comboio, a poente da povoação, obrigou à construção de duas pontes para ligação aos terrenos agrícolas das “atalaias” de Bias. O aparecimento do comboio veio trazer à Fuzeta uma nova possibilidade de relação com o exterior, adicionando aos seculares transportes, quer marítimos quer de tração animal, o progressista transporte motorizado terrestre que passou a transportar pessoas e mercadorias. A tradição da pesca é, sem dúvida, o fator de fixação deste aglomerado, aleado às condições de proteção natural e riqueza de recursos marinhos, mas é-o também, e em grande medida, o campo. Já Silva Lopes referia ter a Fuzeta:

*“Boas terras de pão e outras que estão cobertas de vinhas, alfarrobeiras, oliveiras, amendoeiras e figueiras; fábrica bem o vinho e azeite em lagares próprios. Os habitantes não são menos laboriosos em terra do que no mar; dão-se muito ao fabrico e cultura dos campos, que estão bem aproveitados.”*⁸⁰

O facto de a povoação estar localizada na encosta do planalto de Bias, entre a ria e o campo, revela uma riqueza de recursos complementares, que fez com que esta se tornasse extremamente atrativa. Dá-se um exponencial aumento da população e da frota marítima, sendo que em 1790 havia apenas 6 caíques, em 1841 já havia cerca de 13 caíques e 28 lanchas e em 1874 rondavam já os 18 caíques e 32 lanchas (pesca e cabotagem em Portugal e Norte de África).

⁷⁴ Em pesquisa no Arquivo Distrital de Faro encontrou-se, no decorrer desta dissertação, duas plantas constantes de dois processos referentes à construção das estradas de ligação entre a Fuzeta e a Alfandanga e outra entre a Alfandanga e Moncarapacho, datadas de 1870 e 1876 respetivamente. O arquivo seria da antiga Junta Autónoma de Estradas.

⁷⁵ PACHECO, Mafalda Batista Pinheiro. Op. Cit., p.20 (Todas as citações no parágrafo).

⁷⁶ LOPES, João Baptista da Silva. Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do reino do Algarve. Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa,1841, p.371

⁷⁷ ANICA, Arnaldo Casimiro. Op. cit., p.60

⁷⁸ Debates Parlamentares / monarquia constitucional / câmara dos senhores deputados da nação portuguesa / número 021 / 1860-05-26 / p. 274

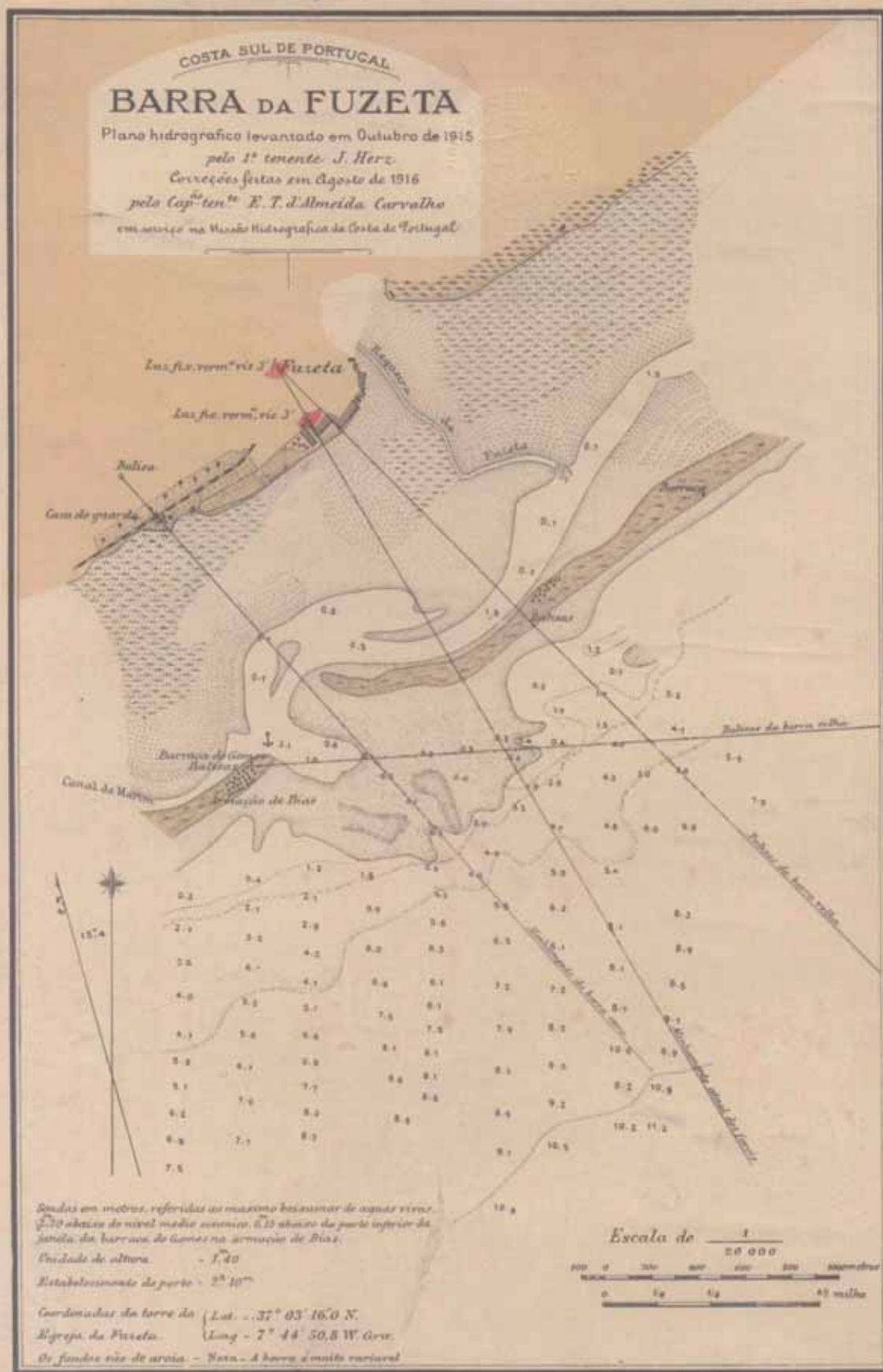
⁷⁹ ANICA, Arnaldo Casimiro. Op. cit., p.60

⁸⁰ LOPES, João Baptista da Silva. Op. cit., p.372

⁸¹ NOBRE, Antero. Opúsculos Históricos sobre Olhão - Termo de Olhão 1974, Município de Olhão, 2008. ISBN: 978-972-96041-4-0. p.152 (descrição em 1890)

⁸² VAZ, Adérito. Op. Cit., p.23

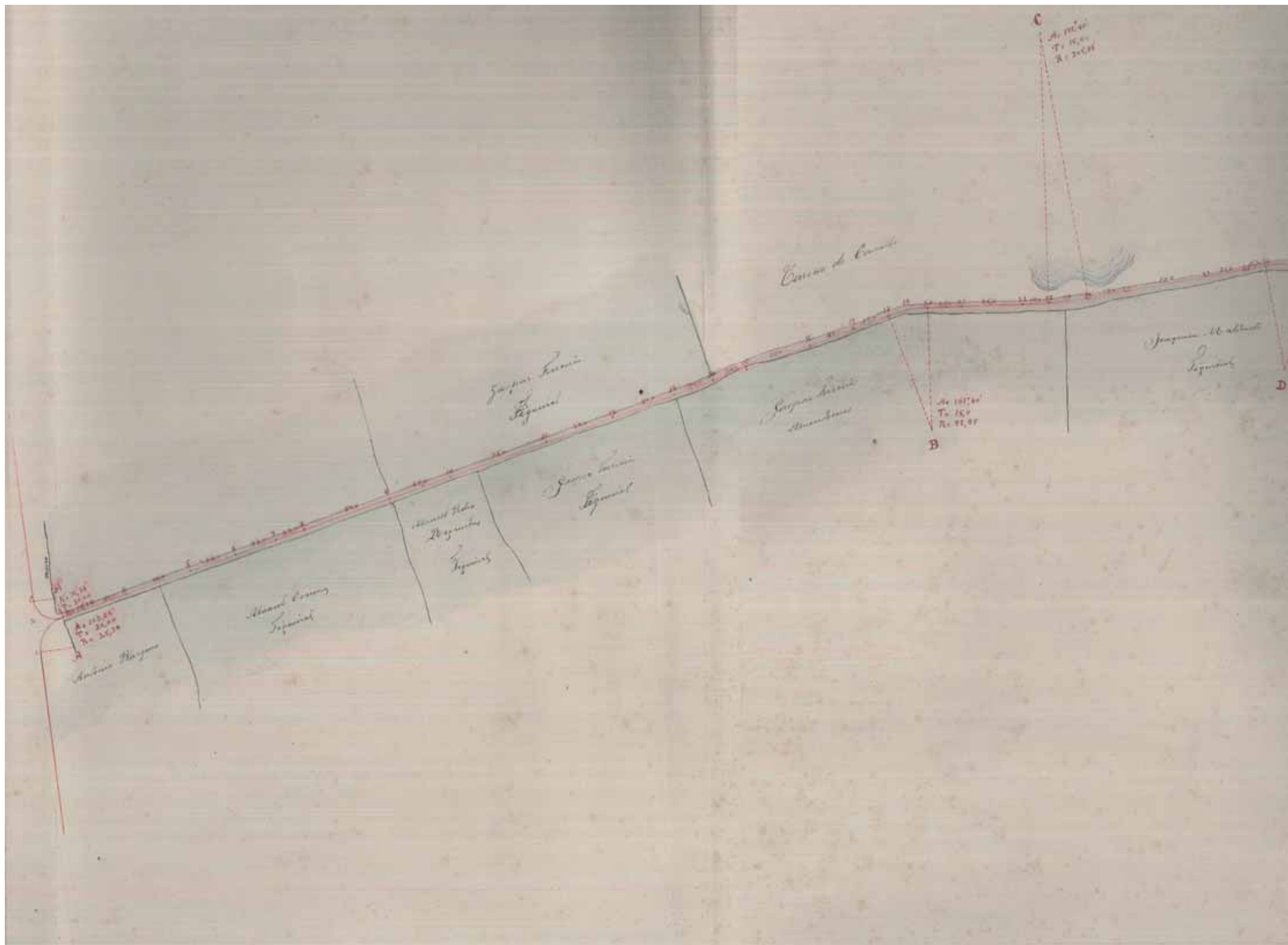
⁸³ Idem, p.22

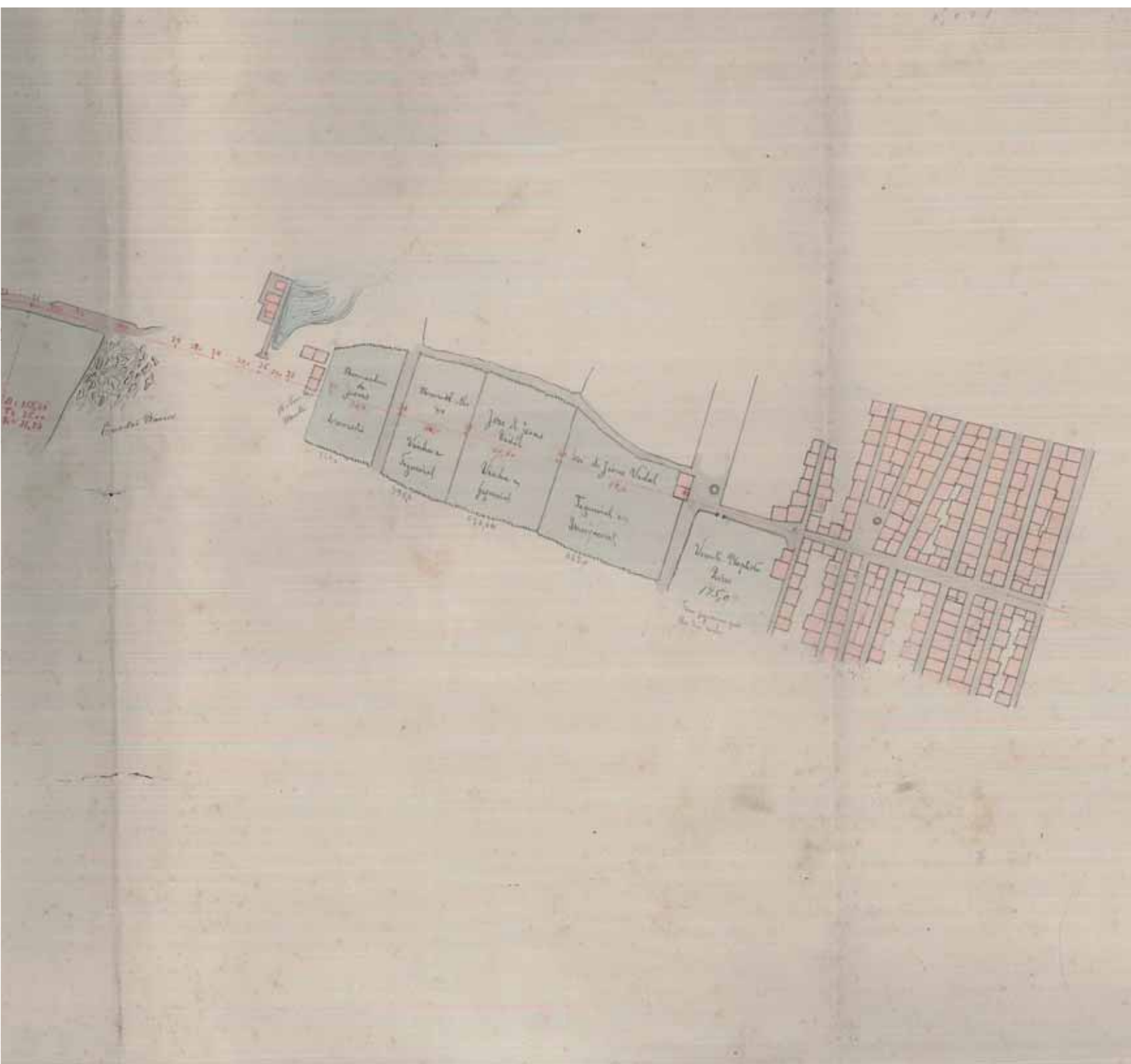


95

B3-18 C14

49. Plano hidrográfico da Barra da Fuzeta elaborado na Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, corrigido em 1916, (fonte: Instituto Hidrográfico)





50. Projecto de construção da estrada nacional 125-5, originalmente concebida como "estrada municipal de 2ª classe da Fuzeta à estrada do litoral, pela repartição de obras públicas do distrito de Faro. Arquivo Distrital de Faro. Junta Autónoma de Estradas 1856/1969. Processos de Construção de estradas municipais do concelho de Olhão. 1870-1871

Este documento foi um importante achado da investigação, na medida em que veio confirmar de forma clara, muita da informação já conhecida por fonte escrita e oral. Tratando-se de um documento inédito, que estava guardado no arquivo distrital de Faro, foi motivo de frutífera troca de reflexões com a investigadora Mafalda Batista e com os orientadores, tendo vindo a ocupar lugares de destaque, quer na tese de Doutoramento intitulada Fuzeta: Um núcleo urbano piscatório singular, quer na presente Dissertação.

Ao longo de 1.439.08m, são identificadas as propriedades e respectivos cultivos a afetar pela nova infraestrutura. Trata-se de um documento que sintetiza graficamente, pela primeira vez, uma área urbana consolidada, composta de quarteirões geometricamente alinhados, com uma relativa autossuficiência de "infraestruturas" primitivas de abastecimento de água (nascentes e poços), de extração de pedra para a construção (alvenaria, cantarias, mós de moinhos...), moinhos de maré para a produção de farinha para pão, hortas/lavradios e pomares de fruto (abundante figueiral, amendoeiras, vinha e ameixoeiral) e um projeto de valorização do seu principal caminho de acesso, a partir da estrada real. Apesar da especificidade técnica da planta, é interessante a "desvalorização", da linha de margem junto da ria formosa, onde apenas se referenciam as nascentes da Taboeira e o esteiro do moinho de maré. Ainda que fosse uma aldeia piscatória à beira ria - parece neste documento - viver à época, extremamente dependente da existência de um espaço rural de produção agrícola, como forma de sustento e até de exportação, como é sabido nos casos do vinho e do figo.

⁸⁴ CRISPIM, Paulo Dinis de Jesus. Análise e diagnose da paisagem da Fuzeta, projectos de requalificação no concelho de Olhão, Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais, Faro, 2006. p.35

⁸⁵ NOBRE, Antero. Op. Cit., p.150 e 151

⁸⁶ Informações constantes do processo que foi consultado no Instituto de Socorros a Náufragos em Caxias, com a cota E.13, referente à “Estação Salva-Vidas - Fuzeta”

⁸⁷ OLIVEIRA, Carlos Manuel G. Ramos. Op. Cit., p.121

⁸⁸ MASCARENHAS, J. Fernandes. O vinho da Fuzeta na economia do Algarve - subsídios. Separata do jornal «Povo Algarvio», 1954. p.8

⁸⁹ Idem, p.10

⁹⁰ Idem, p.12

⁹¹ Referidos em várias publicações e na primitiva denominação do “sítio” da Fuzeta, estes são conhecidos na Taboira desde meados do séc.XV - SILVEIRA, Ana Cláudia. A edificação de moinhos de maré no salgado algarvio entre os séculos XIII e XVI. revista XELB 10 | Actas do 7º Encontro de arqueologia do Algarve. p.605

O progresso do aglomerado conduziu ao aparecimento de “duas escolas primárias oficiais e várias escolas particulares, um destacamento da Guarda Fiscal, uma delegação marítima, um edifício apropriado para o mercado público diário e alguns belos edifícios particulares”.⁸¹ Em 1916 dá-se a criação da freguesia⁸² e em 1925 é criado o Compromisso marítimo da Fuzeta, independente do de Tavira⁸³, que se mantém ativo até 1943, ano em que é criada a casa dos pescadores de Olhão, à qual passa a pertencer. Em 1930 instala-se a rede de iluminação elétrica pública e particular e na década de 50 é construída a delegação da casa dos pescadores de Olhão, com centro de saúde e centro de dia, é ampliada a escola primária e é construído o bairro dos pescadores, assim como o novo mercado coberto.

É também nesta década que são feitas as obras de instalação da rede pública de água e esgotos, começam as obras de construção do cais e porto de pesca e é também plantada a “mata” nos aterros do sapal a sul.⁸⁴ Relata-nos Antero Nobre que em 1970 havia a grandiosa quantia de 40 traineiras e grandes lanchas (na pesca do alto à pescada), “240 pescadores fusetenses (...) na pesca do bacalhau e mais de 300 empregam-se diariamente nas pequenas artes de pesca da Ria Formosa e seus esteiros.”⁸⁵ Uma verdadeira comunidade em plena atividade, com “lota de peixe, um centro de assistência social, um amplo e moderno cine-teatro, uma biblioteca pública mantida pela Fundação Gulbenkian, um parque de jogos, uma indústria de produção e higienização de sal, entre outras atividades.”.

A segurança dos pescadores foi sendo acautelada por diversas instalações do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN). Inicialmente existira um armazém de madeira com uma rampa direta para o mar, na ilha, construído entre 1925 e 1927, o qual viria a ser substituído, entre 1937 e 1939 por uma estrutura de alvenaria na mesma ilha. Mais tarde, depois da destruição causada pelos temporais de 1941, o ISN propõe em 1951⁸⁶ a construção de uma nova estrutura, desta vez dentro da ria, junto do canal de Olhão. É pela mão do Engº Henrique de Travassos Valdez que nos chega a elegante estação de socorros a náufragos assente sobre estacaria no sapal a sul da atual vila.

“Dada a existência, para leste da povoação, de largas extensões de lodo, onde nada se poderia plantar, as “atalaias” foram, portanto, o local para onde a comunidade se expandiu quando procurou conseguir, por meio de propriedade rural, quer uma fonte alternativa e/ou complementar de subsistência, face às incertezas do mar, quer uma capitalização.”⁸⁷

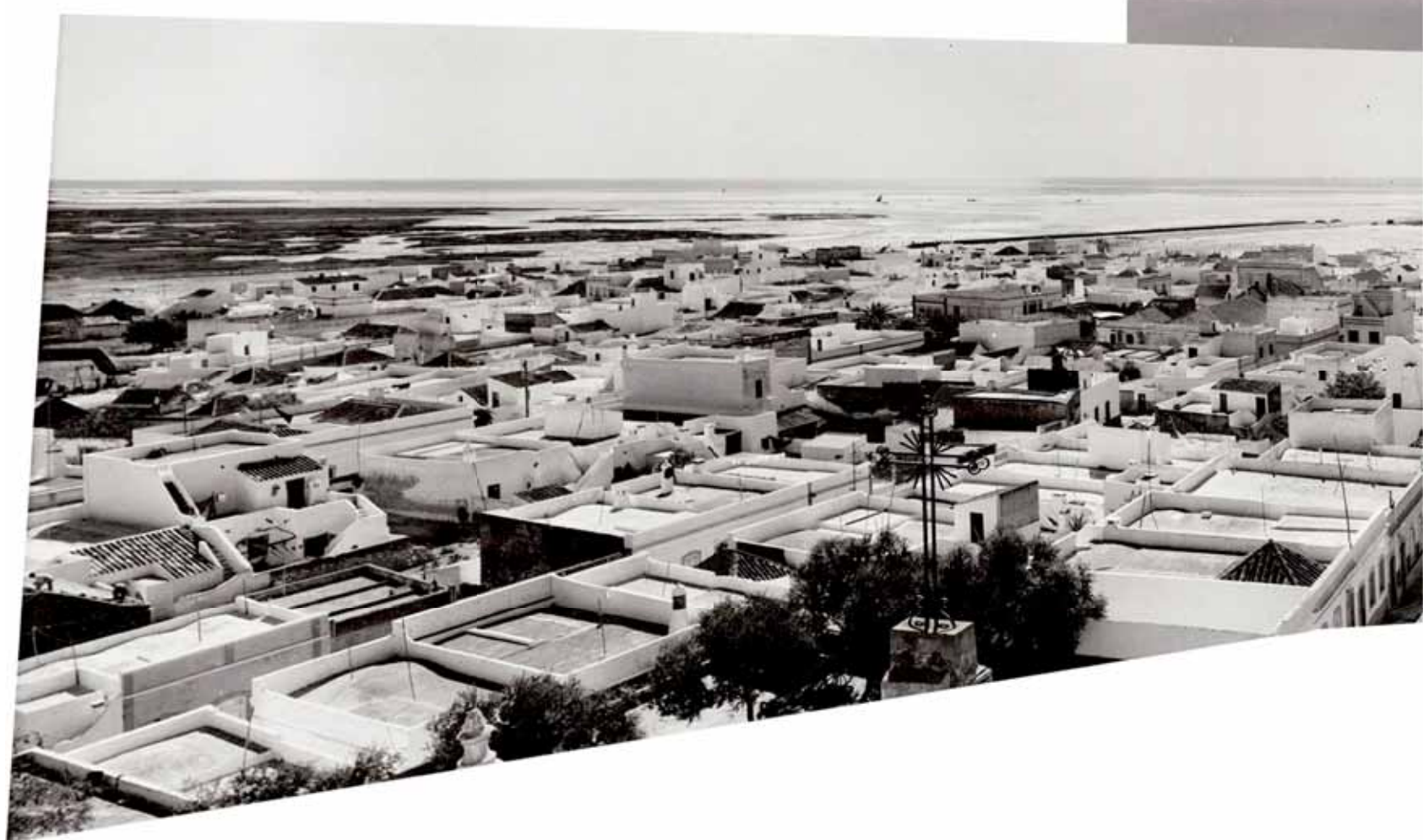
A agricultura, assumindo uma importância secundária na economia da Fuzeta,

não deixara de ser uma alternativa de sustento da população, assim como a cultura e apanha de mariscos. Foi nesta primeira atividade que se notou mais, uma continuidade na relação com as povoações limítrofes, tendo a Fuzeta os seus campos ou “atalaias” nos terrenos fora da povoação a poente. O famoso vinho da Fuzeta, ganhou especial notoriedade e tal denominação por ser exportado a partir desta barra. Era então essa a principal porta de saída do vinho produzido na região, e era de tal forma apreciado que “José Avelino de Almeida, no seu Dicionário Chorographico, diz que o vinho da Fuzeta é o «mais especial de todo o Algarve»”.⁸⁸

O valor do afamado vinho viria a decair aquando da “invasão da filoxera”, deixando as vinhas “completamente abandonadas aos caprichos dos homens, nem sempre conhecedores das boas tradições da vida dos povos”.⁸⁹ Houve assim lugar a uma série de atividades que resultavam do referido cultivo das terras, como os lagares de vinho (“havia em 1952 nesse concelho 12 de prensa e 4 de varas”⁹⁰), os moinhos de maré para fabrico de farinha⁹¹, a própria apanha dos frutos e o fabrico do pão, entre outras.



51. Bairro Económico da Fuzeta ou bairro dos Pescadores. Aspeto de uma vista a partir de uma açoteia, na direção do edifício da casa dos pescadores, da autoria do arquitecto Inácio Peres Fernandes, final da década de 40 até meados da década de 50. (foto de Floriano Andrade)





52. Fotomontagem panorâmica sobre a Fuzeta, tirada do topo da torre sineira da Igreja. Ao fundo, destaque para o momento das dragagens e construção dos pontões de estabilização do canal navegável de acesso ao porto de pesca. Vê-se também o aglomerado de cabanas e pequenas casas de veraneio do início da "colonização" do areal onde viria a ser a zona balnear da Fuzeta-mar. É ainda bastante evidente nesta época a importância que o quartel da guarda fisca (antiga bateria militar) tinha no perfil da área urbana, no seu contacto com o mar. Vêem-se ainda alguns telhados de tesouro, reflexo do acelerado processo de substituição pelas açoteias abobadadas e mirantes.
anos 50/60 (fotos de Floriano Andrade e montagem do autor)

FUSETA

É esta, então, a nova denominação da agora vila (elevada a esta categoria em 1990⁹²) que, como já foi referido, tem vindo a perder a ligação à origem do topónimo. Parece ter sido uma alteração proveniente do novo código administrativo⁹³, quem sabe, mais um erro fonético, aquando da escritura do referido documento. Esta alteração marcou também uma acentuada mudança social e de planeamento do território, uma vez que começa a veicular-se aliada a uma ideia de progresso, sendo orgulhosamente assim referida por Antero Nobre como “a mais progressiva de todas as freguesias do concelho de Olhão e mesmo uma das mais progressivas de todo o Algarve.”⁹⁴

Foi de tal forma acelerado o processo de alteração do paradigma económico da população que, aleado ao incremento do novo sector “Turismo”, foi necessária a criação de uma enorme quantidade de fogos de habitação para albergar temporariamente os forasteiros que visitavam a terra. Criou-se um parque de campismo e reforçou-se o cais e os aterros a sul, que viriam a conformar a “frente ribeirinha” da turística vila da Fuseteta.

“A construção civil tem aumentado e substituído casas antigas, que na verdade tem alterado um pouco o cunho característico da antiga povoação piscatória”⁹⁵

A construção civil ganhou aqui um novo folego. Deixando de estar vinculada às necessidades da população, passou a servir a especulação em torno do novo fenómeno que se acentuara no Algarve com a construção do Aeroporto Internacional de Faro em 1965. Sendo primeiramente “ocupado” o Barlavento Algarvio, foi cerca de 10 anos mais tarde que começa a chegar à Fuseteta a nova enchente sazonal. Estas dinâmicas implicaram a alteração de costumes da população e uma nova pressão demográfica sobre o território. Inicia-se assim a substituição gradual dos terrenos agrícolas/cercas e do edificado tradicional mais próximo da ria, pela nova tipologia de rendimento - edifícios de 4 e 5 pisos com “apartamentos turísticos vista mar”. Foi assim aberto caminho à criação de uma “muralha” de betão que veio substituir as antigas cercas, cultivadas ou de apoio à pesca junto à ria, e encerrar o centro histórico numa “zona de sombra” nas traseiras. Perverteu-se assim uma das maiores qualidades da arquitetura espontânea e tradicional deste antigo aglomerado piscatório - a possibilidade de ver o mar da açoteia e do mirante.

“Com o Turismo de massas durante as décadas de 80 e 90, a praia da Fuseteta prosperou e passou a ser a segunda maior fonte de riqueza da terra, logo a seguir à pesca”⁹⁶

A exposição da população aos fenómenos de construção intensiva e especulativa associada ao “Progresso” económico e social prometido pelo Turismo veio assim introduzir, na cultura local, um novo conhecimento e

acesso a técnicas e materiais, assim como a formalismos arquitetónicos e urbanos provenientes do estrangeiro. Estes, pouco se têm refletido no real progresso, representando até um retrocesso quando se avalia o seu impacto na sustentabilidade ambiental ou a eficiência energética das construções. É certo que uma parte da população lucrou e continua a lucrar com a procura crescente de alojamentos e equipamentos hoteleiros, assim como atividades ligadas ao turismo. Associando-se ao clima e ao território pouco densificado, a condição favorável em que o Algarve e Portugal se encontram atualmente, ao nível da segurança internacional, face a outros países em torno do Mediterrâneo, não é de admirar a crescente especulação a que se assiste e o aumento exponencial da procura. Encontra-se já, também, o paradoxal abandono de estruturas mais antigas, muitas construídas para o turismo nos anos 60 e 70, assim como muitos edifícios abandonados ainda em construção, configurando-se enormes devolutos na paisagem litoral.

Em 2010 assistiu-se novamente a um dos fenómenos que mais contribui para a imprevisibilidade das consequências de um planeamento desorganizado e especulativo neste território - a reabertura da barra da Fuzeta na sua posição mais ocidental. Foi a 2 e 3 de março desse ano que “um temporal arrasou metade da praia e abriu uma nova barra”.⁹⁷ Em consequência resultou a destruição natural de algumas das casas de veraneio que existiam no areal (já há alguns anos ameaçadas, e muitas tinham já sido destruídas em anos anteriores). O programa POLIS⁹⁸ veio assim, em junho do mesmo ano, proceder à limpeza dos destroços das casas destruídas pela força do temporal e também à demolição da totalidade dos restantes fogos. Teve também lugar uma operação de alimentação artificial do cordão dunar, (que resultou no encerramento da barra aberta de forma natural no referido temporal), e outras quer de dragagem dos canais interiores da ria, quer de abertura de uma nova barra a cerca de 1,5km para nascente.

Atualmente a nova barra encontra-se totalmente assoreada, com difíceis condições de navegabilidade, e assiste-se à grande pressão do mar sobre a área onde era suposto, segundo um ciclo natural de migração hidrodinâmica, existir a dita barra. Tudo leva a crer que, em condições normais, sem a futura intervenção humana, estaria para breve a sua reabertura por galgamento dunar, e conseqüente consolidação como canal de saída para o mar, recomeçando o seu ciclo evolutivo normal. A destruição natural das edificações de 2010, assim como as de há algumas décadas, dos arrais fixos das armações, também eles construídos em alvenaria, (à semelhança do arrail do Barril, ainda existente e atualmente ameaçado pela força do mar), demonstra como a intervenção nestes territórios deve ser idealizada com a devida efemeridade própria da natureza do lugar, e refletir alguma capacidade de adaptação, dada a fatalidade já experienciada anteriormente.

⁹² Debates parlamentares / 3ª república / Assembleia da república / série II-A / V legislatura / Sessão legislativa 04 / número 016 / 1990-12-22 / p. 316 - 317

⁹³ MASCARENHAS, J. Fernandes. Op. Cit. (Origem dos topónimos...), p.12

⁹⁴ NOBRE, Antero. Op. Cit., p.153

⁹⁵ VAZ, Adérito. Op. Cit., p.25

⁹⁶ SILVA, Carlos Alberto dos Santos Naré e, Op. cit., p.13

⁹⁷ Idem, p.14

⁹⁸ Polis Litoral Ria Formosa S.A. - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa



53. Vista do topo da igreja, sobre o cruzeiro, para Sul. São visíveis as alterações que foram sendo feitas ao nível arquitetónico nas habitações. Muitas delas cresceram um a dois pisos em altura e perderam muitas das suas características originais. Para a descaracterização do centro histórico contribuiu em muito a construção dos edifícios de habitação coletiva nas áreas das antigas cercas a sul. Hoje é completamente impossível ver o canal navegável a partir da igreja, assim como é quase impercetível o espaço lagunar entre a vila e a ilha.
2018, (foto do autor)



54. Vista a partir da açoteia de um dos edifícios mais altos da frente sul. À cota a que a foto foi tirada, é possível ver sobre todas as coberturas dos quarteirões a norte. 2018 (foto do autor)



55. Vista a partir do topo do depósito de água do cinema. Note-se como é impossível ver o mar a sul, num dos pontos mais altos construído nos anos 50. 2018 (foto do autor)

56. Moinho do guerreiro, recentemente reconstruído, com a entrada norte da vila em plano de fundo. Note-se a escala do edificado junto à ria formosa, no lugar onde outrora existira uma fábrica de sal. 2018 (foto do autor)



⁹⁹ RIBEIRO, Orlando. Geografia e Civilização - Temas Portugueses. Livraria Letra Livre, Lisboa, 2013. ISBN: 978-989-8268-16-7. p.102

¹⁰⁰ D'ANDRADE, João Reis. Op. Cit., p.41

Integrada na atual União de freguesias de Moncarapacho e Fuseta, criada aquando da reorganização administrativa levada a cabo em 2012/2013, a Fuseta tem sido alvo de um maior investimento imobiliário nos últimos anos. Ainda assim, continua a assistir-se ao avanço da construção desorganizada e desqualificada na zona histórica, sem qualquer plano de valorização e salvaguarda do património artístico e arquitetónico aqui existente. A opção da demolição total do edificado tradicional, para substituição pelo incharacterístico edificado de dois e três pisos configura-se a regra, e poucos são os casos em que, com a sua aparência de reabilitados, o são genuinamente. A expressão “manter a fachada” continua a ser a mais utilizada pelos investidores. Parece não haver a sensibilidade e o entendimento do real valor, quer histórico-cultural, quer estrutural no contexto urbano, das abóbadas que configuravam quarteirões unos, das açoteias e mirantes que ofereciam um sistema de vistas bem idealizado e funcional por entre volumetrias proporcionalmente equilibradas, ou ainda da continuidade regrada de platibandas e vãos das empenas em cada rua.

A par da delapidação do Centro Histórico, assiste-se também à continuação da construção dos grandes edifícios, agora de condomínio fechado, na frente ribeirinha. Foi em 2009 que se construiu, em frente do bairro dos pescadores, o maior complexo de luxo que veio, à semelhança dos edifícios dos anos 80, vedar completamente a permeabilidade visual que este bairro, com as suas singulares açoteias, sempre gozou.

O crescimento urbano na zona das “atalaias” a poente, apresenta já algum planeamento e, apesar de estar a ocupar todos os terrenos agrícolas próximos da vila, começa a consolidar-se como uma área de expansão mais equilibrada. Por oposição, a área nascente da vila apresenta ainda o grande vazio urbano do terreiro/Campo de futebol, que se mantém expectante. A sua utilização no Verão, como parque de estacionamento para o grande número de veículos que afluí à vila, por consequência da intensa atividade balnear, revela o potencial deste espaço como futuro equipamento público polivalente, com uma enorme e vital relação com a ria formosa, dada a sua localização sobre o antigo areal - porto natural na foz da ribeira do Tronco. Todos estes simples gestos de “progresso” têm conduzido à alteração da identidade e à homogeneização de uma das povoações que Orlando Ribeiro classificara em 1961 de “*aspecto único em todo o Algarve*”⁹⁹.

“Humilde, resignada, sujeita aos caprichos extraordinários do mar que a viu nascer e dos homens que depois dela nasceram, habituou-se a ficar queda e muda, submissa a todas as vontades alheias, e estranhamente calma perante as vicissitudes que a afligem.

*E hoje, mais do que nunca, deveria elevar bem alto a sua voz, pedindo aos homens uma proteção maior, já que tudo tem dado e muito pouco recebido.”*¹⁰⁰



57. Vista aérea sobre a vila, a partir de Sul. Note-se a área de salinas a norte do aglomerado urbano, um dos redutos que permite uma maior percepção da identidade do lugar, pela existência dos moinhos de maré e das suas caldeiras, assim como a memória viva de um antigo porto de abrigo natural, que viria a ser infraestruturado, modernizando-se e preparando-se para o futuro. 2018, (fonte: Rui Silvestre)

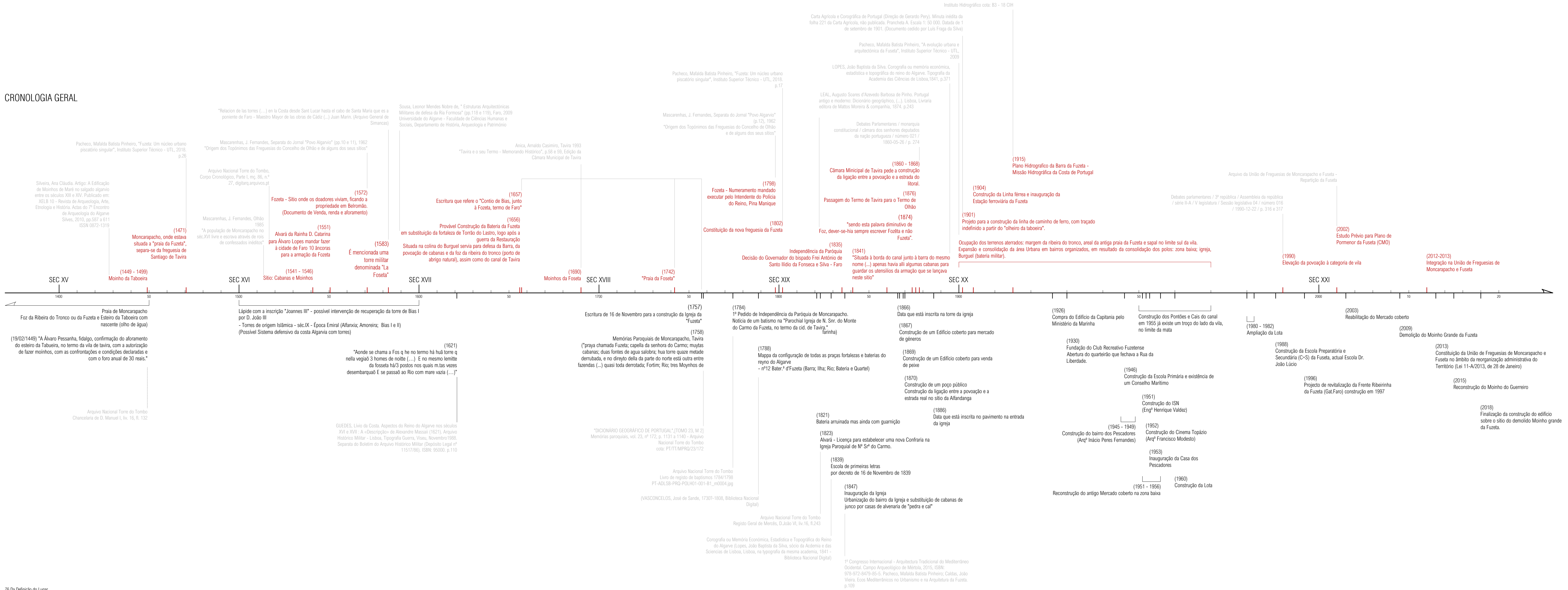




58. Aproximação ao contexto urbano e arquitetónico atual da vila. Ao fundo, recortado pelas enúmeras construções de maior altura que se ergueram na frente de ria, ainda se vislumbra o mar, embora apenas seja apenas uma possibilidade a partir de algumas açoteias, em propriedade privada. Esta foi tirada a partir do mirante do nº18 - Rua da Igreja. 2018, (foto do autor)



CRONOLOGIA GERAL

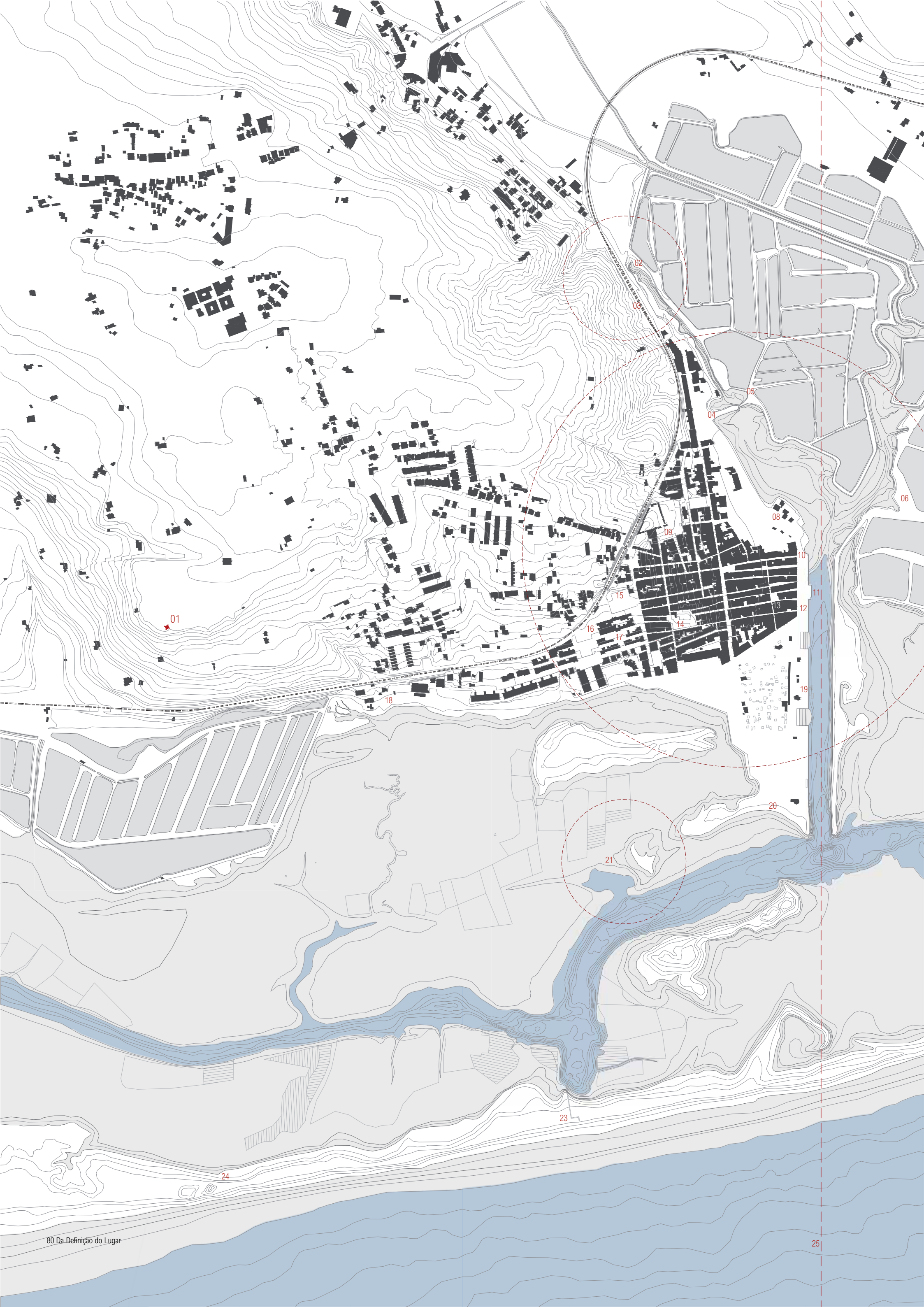


SÍNTESE TERRITORIAL





59. Vista de Drone sobre o sistema lagunar na área correspondente à foz da ribeira do Tronco. Em primeiro plano o sapal, onde o assoreamento do canal de Tavira é evidente, pela proximidade da atual barra. Ao momento da fotografia encontravam-se em curso os trabalhos de dragagem do canal e da barra. Ao fundo, além da serra que desenha o horizonte, são bem visíveis os aglomerados urbanos de maior densidade, respetivamente da direita para a esquerda: Moncarapacho, Olhão e Faro. Atrás do cerro de São Miguel é visível a vila de São Brás de Alportel. 2018, (fonte: Rui Silvestre)





des.19
Planta de síntese territorial

(Elaboração Gráfica de autor, a partir das bases especificadas no capítulo das observações)

LEGENDA:

- 01 - Torre de Bias
- 02 - Nascentes de água da Ataboeira (olheiros)
- 03 - Estação ferroviária da Fuzeta
- 04 - M^o. Guerreiro
- 05 - M^o. Zé Mendes
- 06 - M^o. Grande da Fuzeta
- 07 - Cinema Topázio (arq. Francisco Modesto. 1952)
- 08 - Estaleiros Navais
- 09 - Igreja de Na. Sra do Carmo e cemitério
- 10 - Mercado Municipal da Fuzeta / Mastro de sinais (no largo 1^o de Maio)
- 11 - Porto de Pesca
- 12 - Posto de vendagem da Fuzeta - Delegação sul da rede de lotas e postos de vendagem nacional.
- 13 - Delegação marítima da Fuzeta - Capitania do Porto de Ólhão
- 14 - Antiga bateria militar (abandonada)
- 15 - Escola Primária
- 16 - Antiga Casa dos Pescadores / atual Centro Social Na. Sra. do Carmo
- 17 - Bairro dos Pescadores (arq. Inácio Peres Fernandes. 1945-1949)
- 18 - Sítio da Arte Nova (próximo de uma nascente outrora importante para a população, assim como o poço aí construído que se encontra tapado e com os muros em ruína).
- 19 - Cais embarque (Porto recreio Fuzeta)
- 20 - Praia Fuseta-ria (localmente conhecida como praia dos tesos)
- 21 - Estação ISN / atual Clube Naval da Fuzeta(Eng^o Henrique Valdez)
- 22 - Barra da Fuzeta
- 23 - Praia Fuseta-mar
- 24 - Achados arqueológicos da Armação de Bias (descobertos vestígios arqueológicos pelo autor, no decorrer do presente trabalho, numa saída de campo, postos a descoberto em consequência da agitação marítima registada nos meses de Fevereiro e Março de 2018. Foi assim noticiado o achado no jornal Público, pelo jornalista Idálio Revez a 6 de Março de 2018, tendo sido registado o auto de achado pela DGPC no eventário de sítios arqueológicos com o código nacional de sítio (CNS: 37472).
- 25 - Eixo do canal construído nos anos 60/70, por forma a regularizar a saída da ribeira do tronco, criando um porto de abrigo para a pesca e posteriormente para o recreio.

- Máxima preia-mar / Zona entre marés
- Mínima baixa-mar
- Salinas

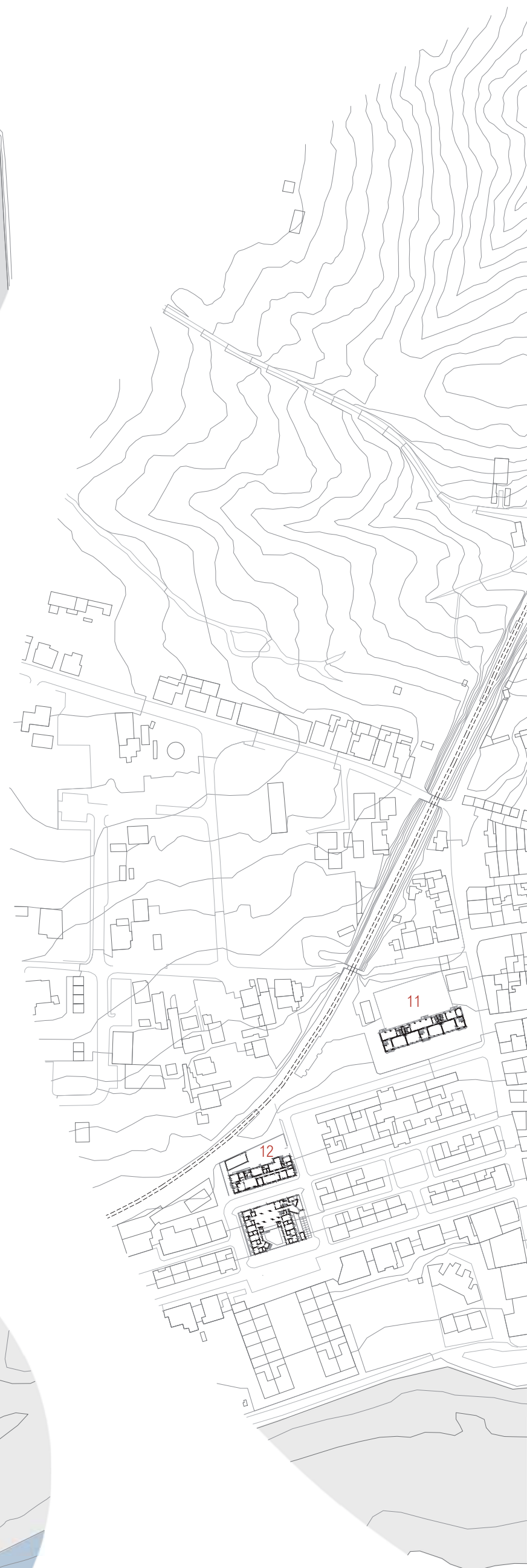
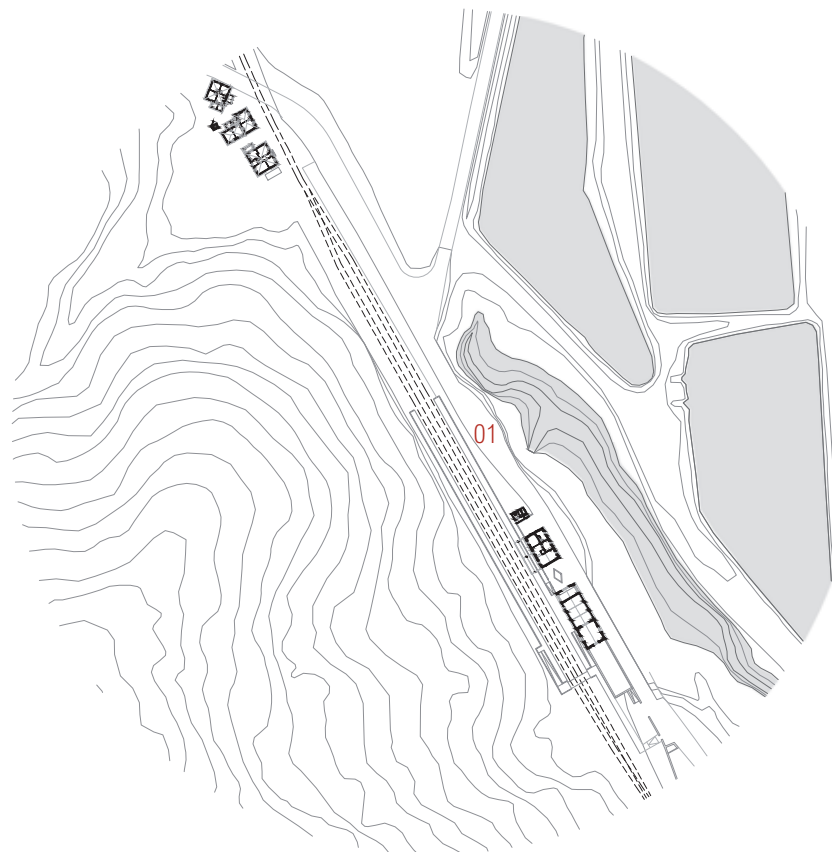


INVENTÁRIO DE
PATRIMÓNIO
ARQUITETÓNICO



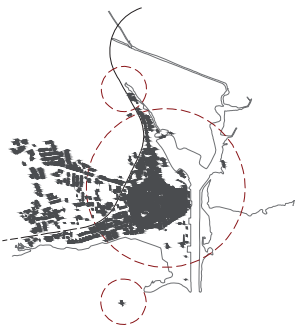


60. Vista Panorâmica a partir de Drone com Área Urbana e paisagem envolvente. Em primeiro plano a área de salinas e os meandros da alterada foz da ribeira do Tronco. No horizonte à direita, o campo, onde começa o barrocal; ao centro as ilhas barreira e o canal navegável com cais de serviço e à esquerda a colina da Arroteia e sítio do Pinheiro. 2018, (fonte: Gonçalo Vargas)



des.20
 Inventário do Património Arquitetónico relevante,
 de carácter Público
 obs. Alguns exemplos foram originalmente
 públicos, embora atualmente estejam afetos a
 outras entidades que não o Estado.

(Elaboração Gráfica de autor, a partir das bases
 especificadas no capítulo das observações)



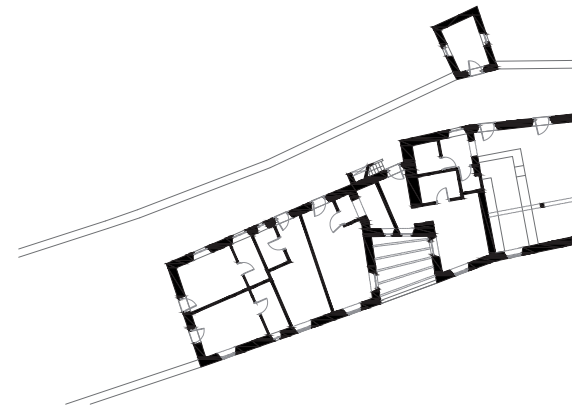
LEGENDA:

- 01 - Estação ferroviária da Fuzeta
- 02 - M^o. Guerreiro
- 03 - M^o. Zé Mendes
- 04 - M^o. Grande da Fuzeta
- 05 - Cinema Topázio
- 06 - Igreja de Na. Sra do Carmo
- 07 - Mercado Municipal da Fuzeta / Mastro de
 sinais (no largo 1^o de Maio)
- 08 - Posto de vendagem da Fuzeta - Delegação sul
 da rede de lotas e postos de vendagem nacional.
- 09 - Delegação marítima da Fuzeta - Capitania do
 Porto de Olhão
- 10 - Antiga bateria militar (abandonada)
- 11 - Escola Primária
- 12 - Antiga Casa dos Pescadores / atual Centro
 Social Na. Sra. do Carmo
- 13 - Estação ISN (atual Clube Naval da Fuzeta)

- Máxima preia-mar / Zona entre marés
- Mínima baixa-mar
- Salinas







MOINHOS DE MARÉ (Desde séc. XV)

des.21 Planta dos três moinhos com as suas caldeiras, antes da sua ocupação pelas salinas, anos 40/50.
des. 22 e 23 Planta piso 0 (levantamento 2018)

- 02 - Moinho do Guerreiro
- 03 - Moinho de José Mendes
- 04 - Moinho Grande da Fuzeta
- a - Engenho recuperado em 2017 (a funcionar)
- b - Comporta de entrada de água na maré cheia

- Linha de margem antiga
- Direção da entrada de água na caldeira
- Direção de saída da água da caldeira



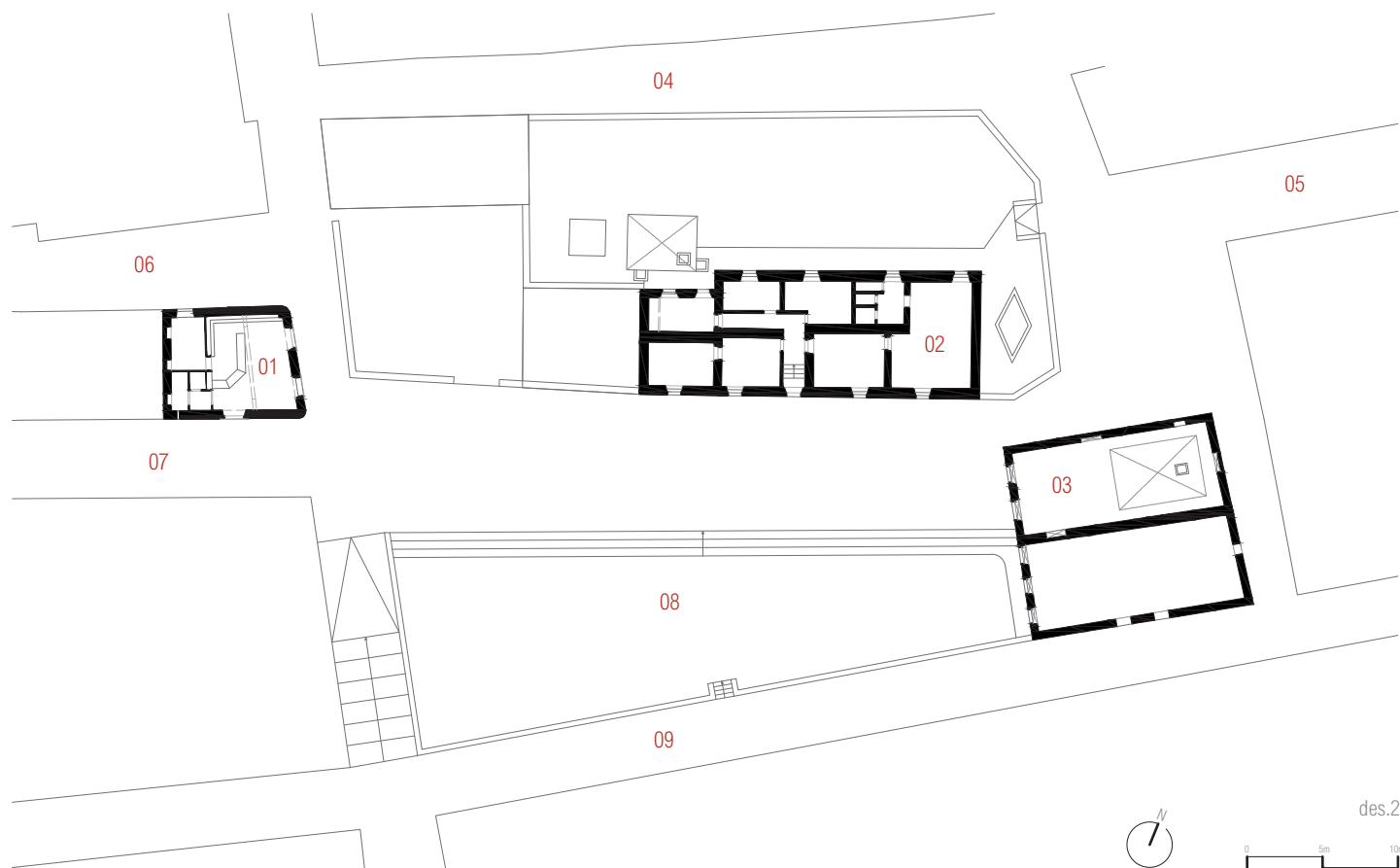
61. fonte: Os moinhos de maré da ria Formosa. Luis Filipe Rosa Santos p.21



62. fonte: arquivo pessoal Da. Ana Luísa Mendes Segundo

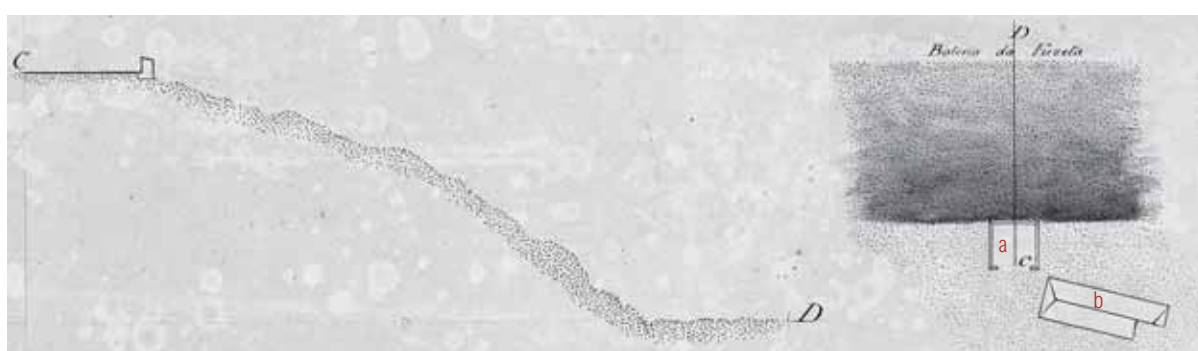


63. foto do autor (2019)



ANTIGA BATERIA MILITAR (séc. XVII)

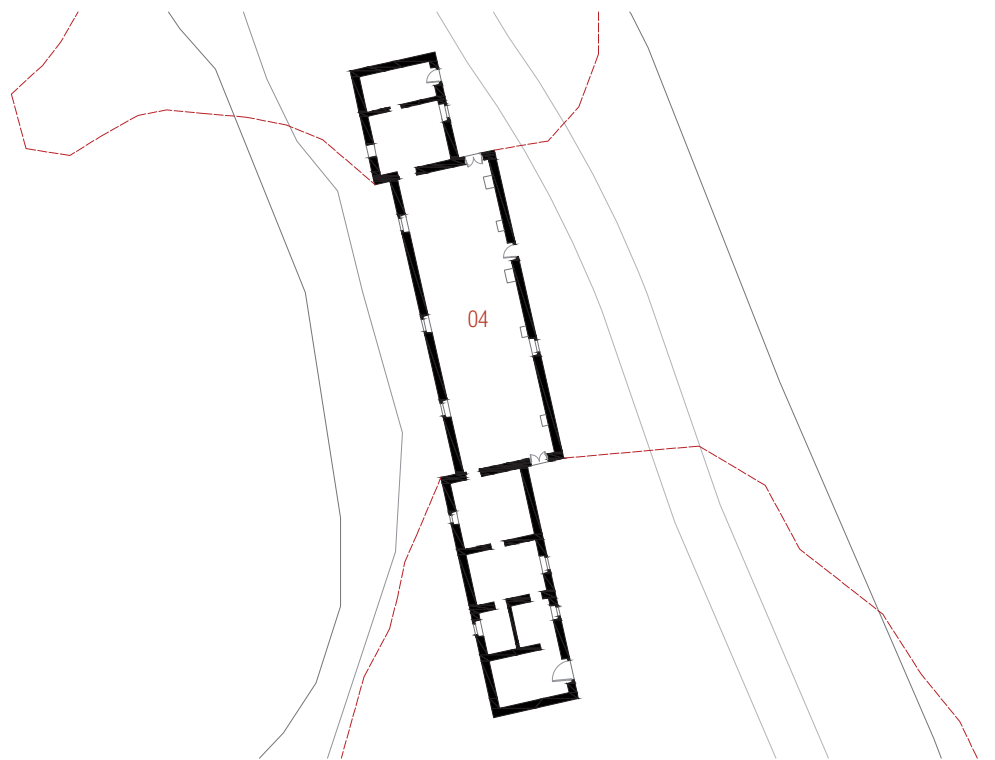
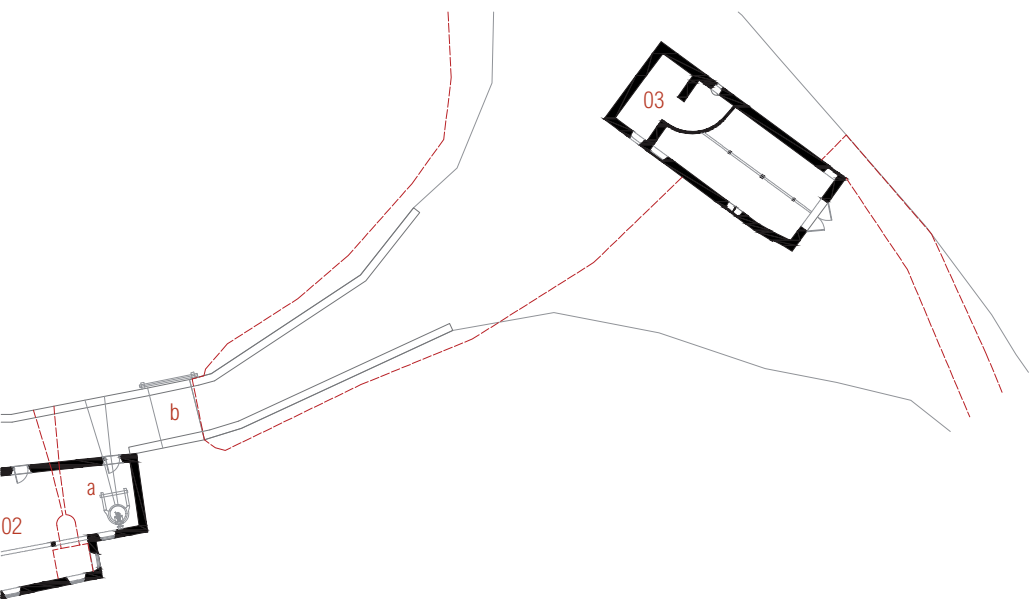
- des.24 Planta piso 0 (levantamento 2018)
- 01 - Restaurante "Paiol" (local do antigo paiol da bateria militar. construção nova - 1944).
- 02 - Antigo quartel militar
- 03 - Casa particular (possível localização do antigo forte, com cisterna de grande dimensão, ainda existente)
- 04 - Rua Miguel Bombarda
- 05 - Rua Dr. Teófilo Braga
- 06 - Travessa do Paiol
- 07 - Rua do Paiol
- 08 - Largo Dona Benedita de Oliveira
- 09 - Rua do Contra Almirante Marcelino Carlos



68. Perfil da bateria com encosta. Planta da bateria militar, com indicação de a) bateria b) quartel c) paiol. fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar Direção de Infra-Estruturas do Exército. cota: 90-2-19A-27 (séc.XVIII - XX)



69. foto do autor (2019)



des.22 | des.23



64. fonte: O Algarve Oriental. Carminda Cavaco. vol. 1. p.53

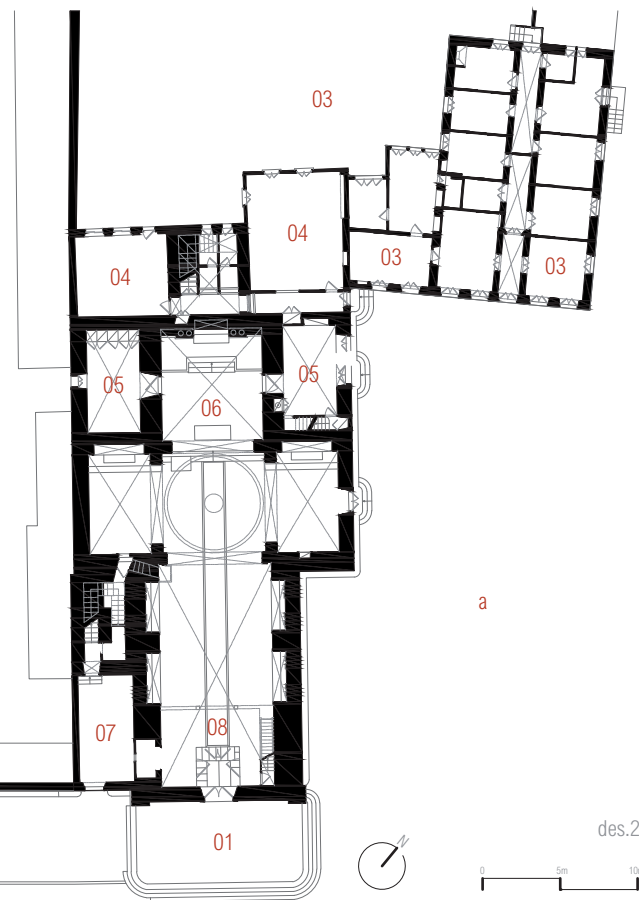
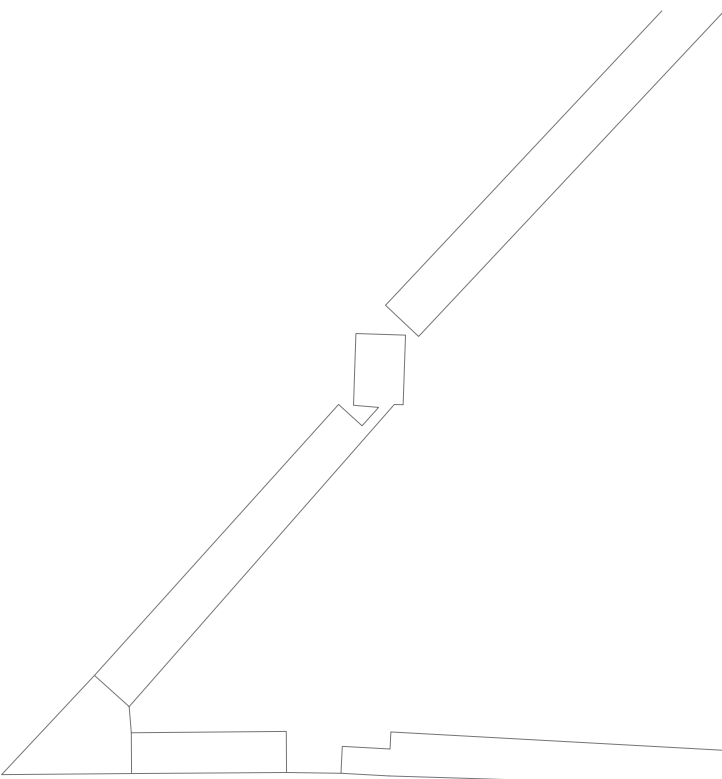
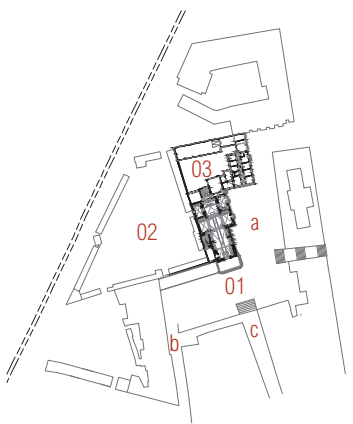


65. fonte: Os moinhos de maré da ria Formosa. Luís Filipe Rosa Santos p.23



66. fonte: Parque Natural da Ria Formosa - ICNF

67. foto do autor (2019)



des.25



des.26



IGREJA NA. SRA. DO CARMO (séc.XVIII)

Há referências a uma anterior capela, sem informação precisa. 1757 - Escritura para construção da igreja da Fuzeta. 1784 - Registo de Batismo na "Parochial Igreja de Na. Sra. do Monte do Carmo da Fuzeta".

des.25 Contextualização urbana do conjunto
des.26 Planta piso 0. (levantamento 2018)
(em baixo) ANTT. digitalarq. 1784

- 01 - Adro
- 02 - Cemitério
- 03 - Casas e anexos com terreno
- 04 - Salas de catequese
- 05 - Sacristia
- 06 - Altar mor
- 07 - Casa mortuária
- 08 - Nartex
- a - Largo da Igreja
- b - Rua Gonçalo Velho
- c - Rua da Igreja



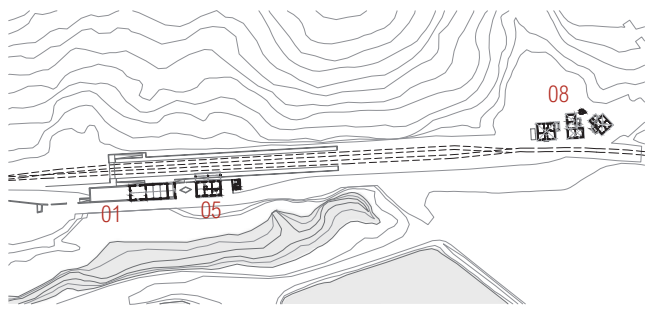
70. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo (anos 50/60)



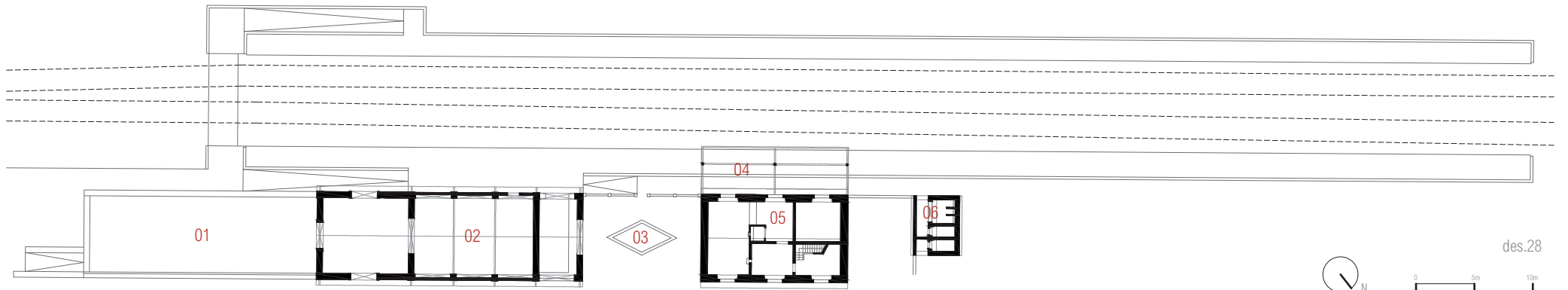
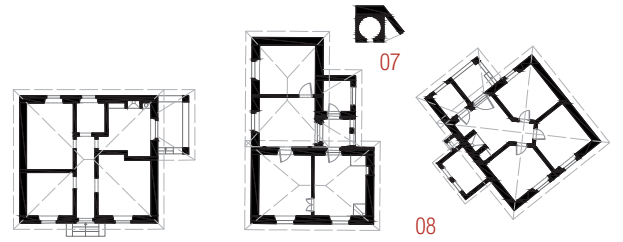
71. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo (anos 50/60)



72. fonte: Rui Silvestre, 2018



des.27



des.28



ESTAÇÃO FERROVIÁRIA (1904)

des.27 Contextualização urbana do conjunto
des.28 Planta piso 0. (levantamento 2018)

- 01 - Cais de mercadorias descoberto
- 02 - Cais de mercadorias coberto / Armazém
- 03 - Jardim da estação
- 04 - Cais de embarque
- 05 - Estação
- 06 - Instalações Sanitárias
- 07 - Forno
- 08 - Casas



73. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo (anos 50/60)



74. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo (anos 50/60)



75. foto do autor (2018)



des.29 | des.30



ESCOLA PRIMÁRIA (1946) ampliada nos anos 50.

des.29 Reconstituição hipotética do edifício primitivo (1946)
des.30 Planta piso 0. (levantamento 2018)

- 01 - Recinto de recreio
- 02 - Átrio de entrada
- 03 - Sala de aula
- 04 - Alpendre
- 05 - Sala polivalente
- 06 - Copa
- 07 - Instalações sanitárias



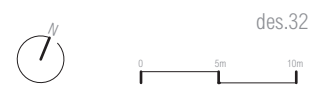
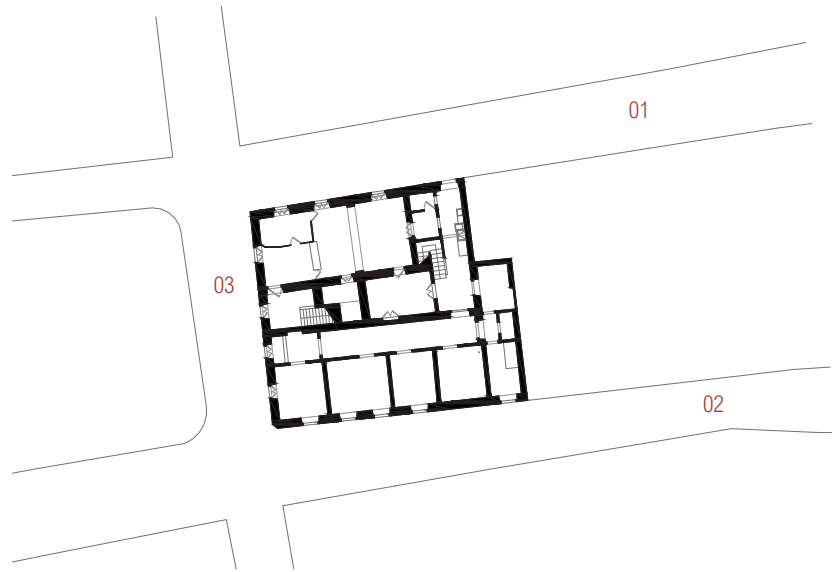
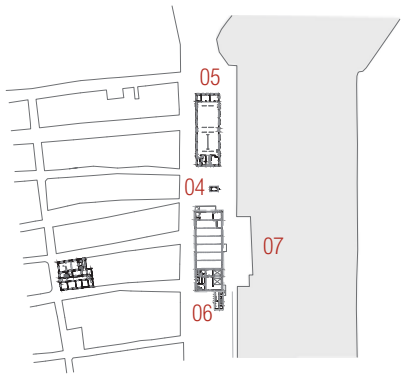
76. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo (anos 40/50)



77. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo (anos 60)



78. foto do autor (2019)



DELEGAÇÃO MARÍTIMA DA FUZETA CAPITANIA DO PORTO DE OLHÃO (1920)

des.31 Contextualização urbana
des.32 Planta piso 0. (levantamento 2018)

- 01 - Rua Miguel Bombarda
- 02 - Rua Dr. Teófilo Braga
- 03 - Rua Coronel Brandeiro
- 04 - Avenida Marginal / Largo 1º de Maio
- 05 - Mercado
- 06 - Posto de vendagem da Fuzeta / Lota
- 07 - Porto de Pesca



79. fonte: Delegação Marítima da Fuzeta.



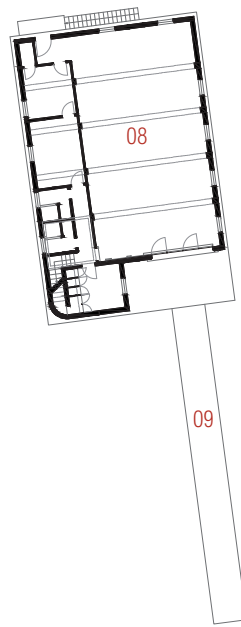
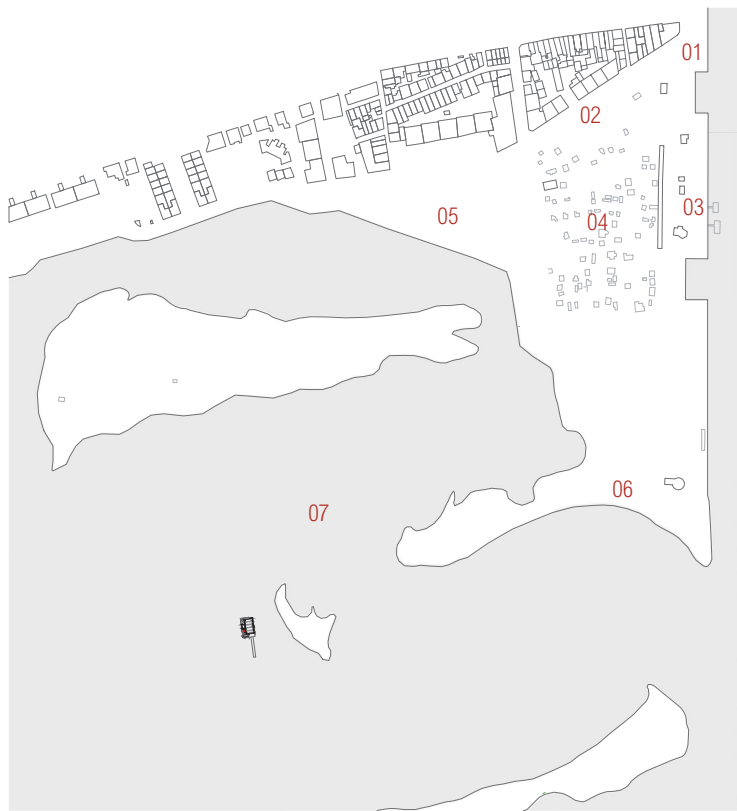
80. fonte: SIPA (IPA.00014015)



81. fonte: Delegação Marítima da Fuzeta.



82. foto do autor (2018)

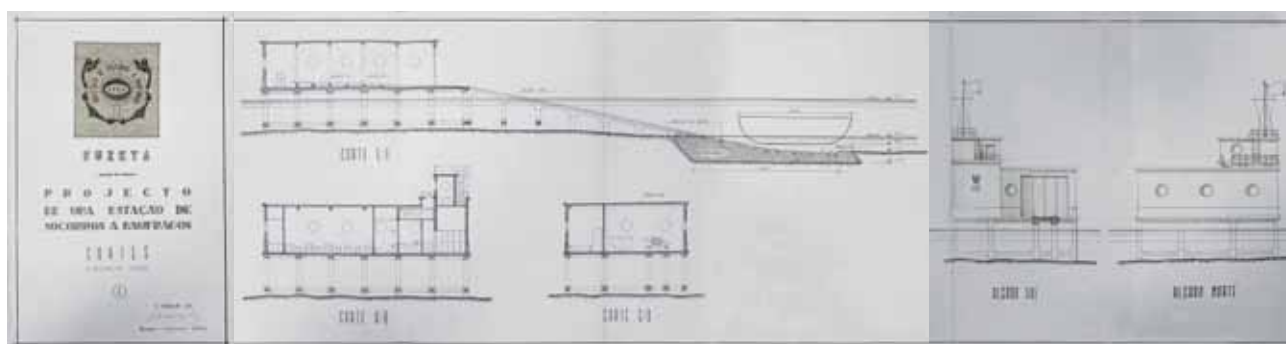


83. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo, anos 40 Antiga Estação de Socorros a Náufragos na ilha

ESTAÇÃO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS (1951)

des.33 Enquadramento territorial
des.34 Planta piso 0. (levantamento 2018)

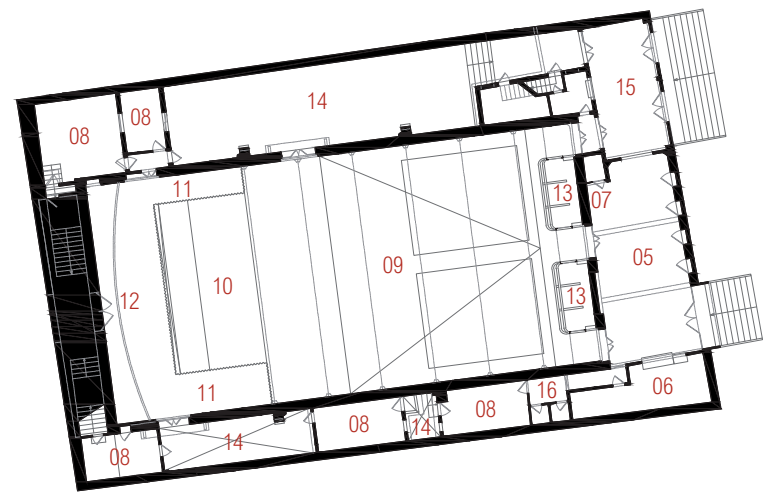
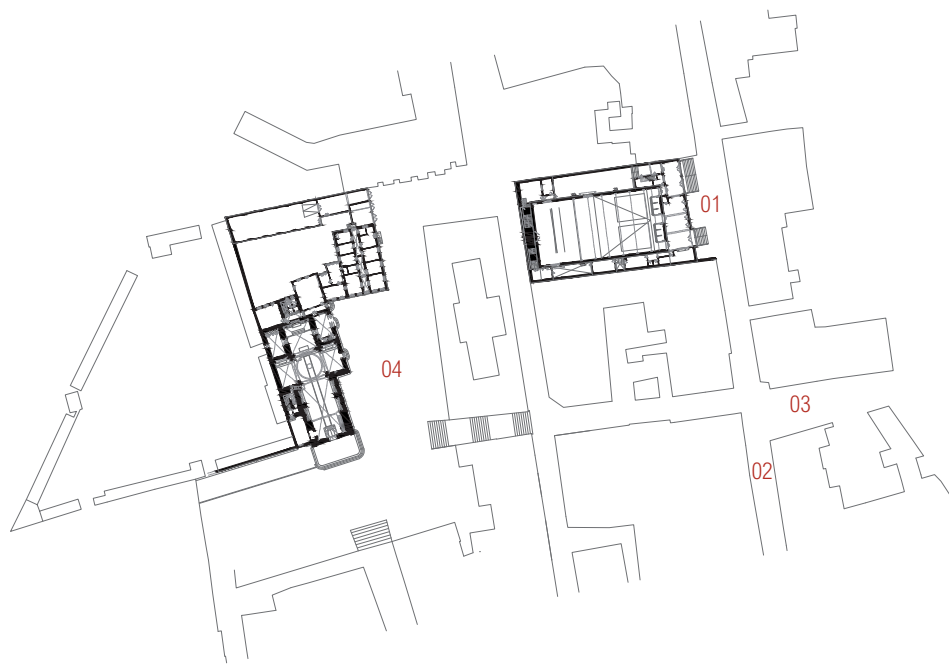
- 01 - Avenida Marginal / Largo 1º de Maio
- 02 - Avenida 25 de Abril
- 03 - Cais de embarque
- 04 - Parque de Campismo
- 05 - Jardim da Fuzeta
- 06 - Praia Fuzeta-ria
- 07 - Sapal
- 08 - Sala dos barcos
- 09 - Rampa para a ria



84. fonte: Instituto de Socorros a Náufragos



85. foto do autor (2018)

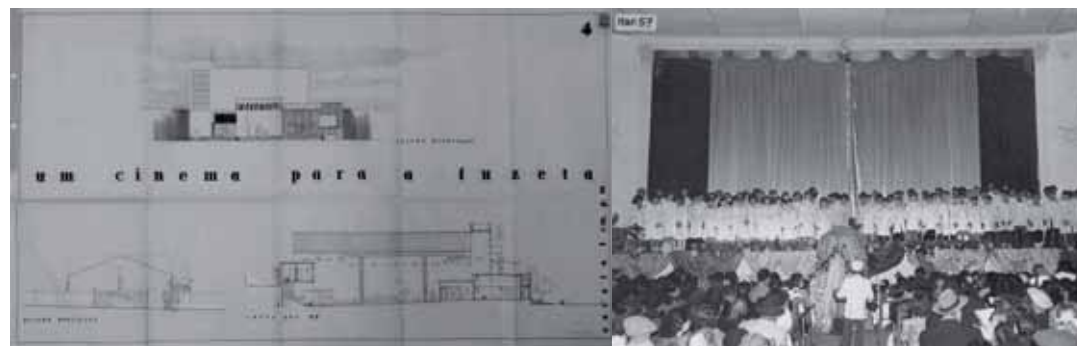


CINEMA TOPÁZIO (1952)

des.35 Contextualização urbana
des.36 Planta piso 0. (levantamento 2018)

- 01 - Largo do cinema
- 02 - Rua da Liberdade
- 03 - Rua Cap. Henrique Galvão
- 04 - Largo da Igreja

- 05 - Foyer
- 06 - Bar
- 07 - Bengaleiro
- 08 - Sala de aula / ensaio / estúdio
- 09 - Plateia
- 10 - Palco (improvisado)
- 11 - Coxias
- 12 - Antigo ecrã de projeção
- 13 - Frisas
- 14 - Pátio
- 15 - Sala multiusos
- 16 - Instalações sanitárias



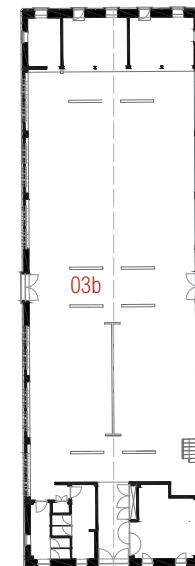
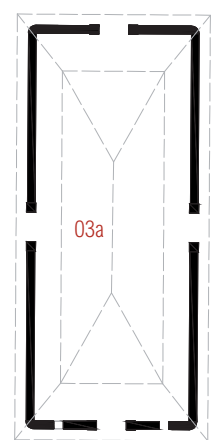
86. fonte: Câmara Municipal de Olhão (1952)



87. foto de Floriano Andrade (1957)



88. foto do autor (2019)



MERCADO COBERTO (1951-56) - construção primitiva de 1867, reconstruído nos anos 50 e reabilitado em 2003.

des.37 Evolução urbana - cais nascente da vila
des.38 Reconstituição hipotética do edifício primitivo (1867)
des.39 Planta piso 0. (levantamento 2018)
des.40 Planta piso 0. (levantamento 2018)

- 01 - Areal anterior a 1867
- 02 - Terraplanagem de plataforma com cais
- 03 - Mercado: a - 1867 / b - moderno
- 04 - Mastro de sinais (no Largo 1º de Maio)



89. foto de Floriano Andrade (1950)



90. foto de Floriano Andrade (1956)



91. foto de Floriano Andrade (anos 60)



92. foto do autor (2019)



des.41



des.42 | des.43



CASA DOS PESCADORES (1953)

des.41 Reconstituição do conjunto urbano inicial do Bairro dos Pescadores (anos 60/70)
 des.42 Reconstituição - edifício primitivo (1972)
 des.43 Planta piso 0. (levantamento 2018)

- 01 - Bairro dos Pescadores
- 02 - Casa dos Pescadores
- 03 - Apeadeiro
- 04 - Escola Primária
- 05 - Caminho de ferro
- 06 - Cercas e hortas
- 07 - Ria



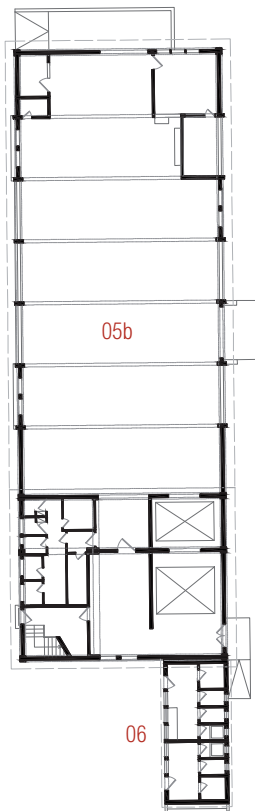
93. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo (anos 60/70)



94. fonte: Da. Ana Luísa Mendes Segundo (anos 60/70)



95. foto do autor (2019)



des.44 | des.45



POSTO DE VENDAGEM DA FUZETA | LOTA (1960)
 Ampliado em 1980-82.

des.44 Edifício primitivo (1960)
 des.45 Planta piso 0. (levantamento 2018)

- 05 - Lota: a - 1960 / b - 1980-82
- 06 - Instalações sanitárias públicas



96. foto de Floriano Andrade (1959/60)



97. foto de Floriano Andrade (anos 60)



98. foto de Floriano Andrade (anos 60)



99. foto do autor (2018)

III. DA PERCEÇÃO DO
LUGAR

NO LUGAR

CAMINHAR / NAVEGAR

PARAR / OLHAR





100. Vista do sapal para a serra. Nesta imagem é possível imaginar um território sem mar, ainda que ele exista efetivamente no lado oposto à perspectiva captada. Aqui reside a essência e identidade deste território que permite enquadrar ambientes distintos, de caráter terrestre e marítimo. Mas que apenas está totalmente definido quando se compreende a complexidade e riqueza de uma simbiose perfeita entre os dois, resultando num território misto, que não sendo só terra, nem só mar, nem simplesmente misto, ganha as dinâmicas da maré, das correntes, dos ventos, das ações humanas e da luz viva dos dias que passam.
2018 (foto do autor)

NO LUGAR

Dada a situação especial que o sistema lagunar da Ria Formosa representa em si mesmo, como anteriormente verificado, importa olhar para ele como envolvente imediata da Fuzeta urbana. Como o aglomerado nasce e se estabelece, intrinsecamente ligado e dependente das qualidades específicas do sítio, e como se tem vindo a perder essa ligação fundacional.

“A Fuzeta (...) situa-se no litoral algarvio entre Olhão e Tavira, num trecho da Costa onde, entre terra firme e mar aberto, se interpõem áreas de lodos e areias, que as águas cobrem parcialmente, formando em certas alturas, um emaranhado de ilhotas, baixios e canais.”¹⁰¹

Não obstante a quantidade de alterações e consequente perda de qualidades que a Fuzeta tem sido alvo, é de notar que é na sua relação com a paisagem, e à escala própria de uma aproximação territorial, que se encontram ainda alguns valores intactos e um sentido de vital vínculo identitário. Desvenda-se o extraordinário e sobrevivente caráter de um lugar que preserva ainda uma vivência de escala humana, e proporciona surpreendentes experiências de encontro do indivíduo com os segredos e recantos do espaço natural. Numa rara simbiose com as atividades económicas tradicionais, de exploração dos recursos endógenos, é ainda possível usufruir de uma experiência próxima com os pescadores, nas suas artes e espaços de trabalho. Com alguns dos mariscadores ainda em atividade e as suas histórias. Ou ainda com a atividade de construção e reparação naval, que dá continuidade a uma das mais importantes e ancestrais atividades de fabricação, pondo a técnica e os saberes empíricos ao serviço da conquista do meio marítimo, a partir dos recursos que cada lugar oferecia.

Em suma, num olhar da terra ao mar, é ainda possível encontrar na Fuzeta alguns aspetos naturais de grande valor, e de continuidade com as seculares dinâmicas de construção da paisagem. É na possibilidade da sua revelação, compreensão e manutenção que residem as premissas para um planeamento sustentável a longo prazo, com base nas vivências e saberes de um passado intimamente dependente do mar e da terra. Carecendo hoje de interpretação e adaptação aos desafios contemporâneos, são também eles os valores a preservar e projetar para o futuro.

Sem entrar numa descrição detalhada do projeto, que encontrará nesta dissertação o seu fundamento e lugar, é importante introduzir e analisar o conceito de distância, assim como a consciencialização e valorização de um olhar abrangente e integrado, convocando-os como capacidades essenciais para abarcar e entender a riqueza da Fuzeta. Numa relação com a paisagem envolvente e com os valores ecológicos, ambientais, éticos e estéticos endógenos. Porque é aí que se resguardam e conservam intactos, num

reduo de sobrevivência, os valores estruturantes do território e da paisagem, face à violência da especulação e do processo de “betonização” em curso no Algarve. Porque é também com essa distância que se conquista um olhar suficientemente livre dos pequenos problemas e vicissitudes do cotidiano. Permite-se o vislumbre dos grandes desafios, consequentes da homogeneização e “esterilização” da paisagem, assim como dos espaços do habitar.

O ato de “caminhar/navegar”, assim como a escolha acertada da forma, tempo e local para “parar”, oferecem então a possibilidade do contacto *in loco* com os aspetos naturais da paisagem e revela as grandes dinâmicas de alteração a que esta está constantemente sujeita. Denuncia os devaneios da ação humana e as suas consequências no equilíbrio natural do meio ambiente, e permite desvendar os potenciais valores a explorar na medida certa em cada contexto territorial específico. Este tipo de aproximação ao lugar permite um olhar multidisciplinar, pelo diálogo e contacto direto que se estabelece instintivamente com a complexidade orgânica de ambientes e sensações, no qual se equacionam intuitivamente e sem um raciocínio racional instantâneo, valores e atributos de ordem física, biológica, antrópica, cultural, ecológica, ambiental, entre outros. Numa perspetiva cultural da paisagem, influenciada pela significação que o homem atribui em cada Era e contexto espacial, segundo os cânones da sociedade a que pertence, encontram-se na Fuzeta inúmeros valores naturais, assim como marcas indelévels da secular construção antrópica da paisagem. Estes permitem afirmar inequivocamente uma riqueza patrimonial singular, silenciosa, mas de grande valor identitário e simbólico, que se encontra ameaçada pela já citada proliferação dos fenómenos de colonização e massificação em curso por todo o Litoral Algarvio, com especial consolidação nos aglomerados exponencialmente dilatados do Barlavento da região.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Carlos Manuel G. Ramos. Op. Cit., p.2



101. Esta imagem revela o essencial da paisagem da Fuzeta, construída entre o mar e a terra, num interstício produtivo que é o sistema lagunar. O homem tem vindo a encontrar constantemente o melhor equilíbrio entre as suas atividades de exploração dos recursos endógenos, garantindo a manutenção e regeneração sustentável dos habitats que lhe são imprescindíveis à sobrevivência. São visíveis diversas alterações antrópicas que acabaram por ser absorvidas pelas dinâmicas físicas do meio e que constituem já curiosidades geológicas, apenas decifráveis numa análise cuidada à evolução das movimentações das dunas e barras.
2018 (foto do autor)

CAMINHAR / NAVEGAR

¹⁰² CARRERI, Francesco. Walkscapes, O caminhar como prática estética. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2013. p.27

“O ato de atravessar o espaço nasce da necessidade natural de mover-se para encontrar alimento e as informações necessárias para a própria sobrevivência. Mas, uma vez satisfeitas as exigências primárias, o caminhar transformou-se numa fórmula simbólica que tem permitido que o homem habite o mundo.”¹⁰²

No caminhar como no parar, há um sentido de deambulação e busca que persiste. Em cada passo e a cada olhar, desvenda-se um jogo de dúvidas e revelações que convoca todos os sentidos, fazendo da experiência de uma caminhada, um encontro errante com a verdadeira essência do lugar e da paisagem que o define. É nesta que residem as variáveis específicas de um território. As que fazem deste um organismo vivo, em constante equilíbrio, ao qual se podem sobrepor alterações de humanização que o constroem e transformam.

Cada indivíduo, ao deambular procurando um caminho, vive a experiência de modo diferente. É uma descoberta eminente, não só do lugar como de si mesmo, no confronto entre a percepção do real e o imaginado. A paisagem vive e constrói-se dessa mesma tensão, que se cria ao passar de gerações, entre os recursos naturais que a constituem e a forma que o Homem encontra de com estes se relacionar e os explorar. No encontro de condições de fixação e prosperidade, estabeleceram-se povos e lugares, em territórios mais ou menos inexplorados. Do sentido de sobrevivência ao sentido de propriedade houve espaço para o cultivo e reconhecimento do mundo, das suas dinâmicas e da distribuição de recursos pelo planeta, que levaram povos a prosperar ou a extinguir-se.

“Com o termo “percurso” indicam-se, ao mesmo tempo, o ato da travessia (o percurso como ação do caminhar), a linha que atravessa o espaço (o percurso como objeto arquitetónico) e o relato do espaço atravessado (o percurso como estrutura narrativa).¹⁰³

O ato de percorrer é assim encarado como uma ação que, constituindo em si mesma uma forma de desvendar o espaço, implica uma marcação física ou imaginária do caminho percorrido no território, e uma consciencialização individual da experiência da caminhada como instrumento “cognitivo”. O caminhar tornou-se assim um objeto de estudo e exploração, quer pela literatura, filosofia, sociologia, arte, entre outras áreas do conhecimento. A land art, por exemplo, integra o caminhar como prática estética, onde escultura, arquitetura e paisagem se fundem num espaço singular, e se transformam em objeto artístico. Onde o movimento é o meio para a percepção da ideia total. O indivíduo passa assim a integrar a própria peça, deixando de estar na posição exterior de espectador. A subjetividade individual assume aqui um papel fundamental na percepção da peça de arte, e esta deixa de ser um objeto para constituir uma experiência artística da

paisagem. Richard Long¹⁰⁴ refere-se à natureza como um elemento superior, que interfere na sua experiência do mundo - “a natureza produz muito mais efeito em mim que eu nela.”¹⁰⁵

*Ca-mi-nho*¹⁰⁶

(latim vulgar *camminus, de origem celta)

substantivo masculino

Nome genérico de todas as faixas de terreno que conduzem de um a outro lugar.

Estrada, atalho, vereda.

Espaço que se percorre.

Direcção.

Meio, via.

Destino.

[Náutica] Rumo.

*Ca-mi-nhar*¹⁰⁷

verbo intransitivo

Andar (em determinada direcção).

Dirigir-se.

verbo transitivo

Percorrer, andando.

O “caminhar” como ato de errância e descoberta, que traça e recupera rumos e atalhos, numa definição constante de objetivos e direcções, revela-se uma das mais intensas relações que o indivíduo estabelece com o meio. A surpresa constante do encontro com o desconhecido. Do reencontro e confirmação do conhecimento adquirido e a procura constante do inexplorado e do futuro, revelam-se ferramentas essenciais para a definição do espírito de uma comunidade. Para a construção da sua paisagem, em que o indivíduo intervém e adiciona saber ao coletivo.

A necessidade humana de busca constante de novos lugares e experiências, tem vindo a incentivar e financiar o investimento na conquista da velocidade e na padronização de modos de vida, substituindo as ancestrais tradições e costumes dos povos - resultado da sua convivência secular com o contexto. A construção dos novos espaços das cidades, muitas vezes sobrepostos às áreas mais antigas, acaba por absorver as marcas dos tempos da sua evolução e os seus ritmos. Criam-se áreas residuais, que resultam da desqualificação do edificado ou dos espaços “entalados” entre o antigo casco urbano e a periferia agrícola agora construída.

¹⁰³ Idem, p.31

¹⁰⁴ Artista Inglês, nascido em 1945. É conhecido pelas suas obras de land art. Ganhou o prémio “Turner Prize” (1989)

¹⁰⁵ CARRERI, Francesco. Op. Cit., p.125

¹⁰⁶ “caminho”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013 (<https://www.priberam.pt/dlpo/caminho>)

¹⁰⁷ “caminhar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013 (<https://www.priberam.pt/dlpo/caminho>)



102. Caminhos espontâneos que são intuitivamente traçados na duna, constituindo zonas lineares sem vegetação pelo pisoteio constante, como resultado da livre circulação em passeios de banhistas e mariscadores artesanais de conchilha da costa. Curiosamente estes caminhos apresentam-se maioritariamente na linha de fecho do cordão dunar, o que revela uma necessidade instintiva de circulação com domínio visual da paisagem, seja por contemplação ou necessidade de orientação na definição do rumo a seguir.
2018 (foto do autor)

A vias rápidas e autoestradas revelam-se grandes corredores de velocidade, que desferem nos terrenos ocupados, o golpe do esquecimento e abandono. Abrem-se espaços vazios, expectantes, ao serviço de novas vagas de urbanismo ou continuamente votadas ao abandono. São geralmente encaradas como áreas de criminalidade. Marginais. Terrenos desaproveitados. Espaços desprezados que carecem de intervenção urbana. A arquitetura tem por missão transformar esses “não-lugares”, potenciando novos usos e gerando novas dinâmicas, quer pela construção de novo edificado, quer pela definição dos seus limites e valorização enquanto vazios urbanos.

“Terrain vague - Um lugar vazio, sem cultivos nem construções (...) Também é um lugar aparentemente esquecido onde parece predominar a memória do passado sobre o presente, um lugar obsoleto onde perduram certos valores apesar de um abandono completo do resto da atividade urbana; em suma, um lugar que é exógeno e estranho, (...) A relação entre a ausência de utilização e o sentimento de liberdade é fundamental para compreender toda a potência evocativa e paradoxal do terrain vague na percepção da cidade contemporânea. O vazio é a ausência, mas também a esperança, o espaço do possível.”¹⁰⁸

O desafio de pensar e valorizar estas áreas nas cidades, urge igualmente em áreas naturais que, pelo abandono das atividades tradicionais que os construíram e ocupavam, se revelam ignorados, vagos. Sem a riqueza da atividade humana, estes lugares desgastam-se, tornam-se selvagens, embora a própria natureza acabe por retomá-los e estabelecer novos equilíbrios ambientais. A incapacidade humana de encontrar nestes espaços a beleza e liberdade das suas memórias. De ler nas ausências as novas possibilidades de encontro e sublimação do inexplorado. Acabam por ditar geralmente a sua ocupação com novas densificações urbanas, desaproveitando estes lugares que pareciam predispostos a permanecer vazios, livres, disponíveis à experiência da errância e do retiro.

Numa era em que tudo tende a ser descartável e efêmero, a viagem representa o retiro muitas vezes ambicionado pelo indivíduo que habita a cidade, e dela se torna refém. O turismo tem vindo a revelar-se uma possibilidade de escape que o homem moderno tende a valorizar, em busca de novas experiências. De encontrar o equilíbrio perdido no progresso. A procura é diversa e pode ser de carácter profissional, cultural, recreativo, religioso, ecológico, de saúde ou misto. Atualmente será o turismo uma atividade de procura de cultura, tranquilidade e ócio, ou estará a transformar-se numa ferramenta de padronização dos lugares e da sua identidade, que transfigura num povo as vivências, os ideais, os sonhos e as ambições de outros?

Cada vez mais o turismo se transforma na grande arma de combate à precaridade económica. À falta de emprego. À exaltação de cada lugar com vista ao seu enriquecimento económico e “progresso”. A condição de “barco salva-vidas” que esta atividade tem vindo a conquistar, ganha novos contornos, quando a cultura específica de cada lugar fica sujeita a fatores exógenos de parametrização e qualificação de modos ou estilos de vida, e que muitas vezes se revelam desajustados a outras realidades e contextos. Embora esta atividade possa representar uma das modalidades de errância e descoberta, está cada vez mais, sujeita aos processos de globalização que tendem a delimitar caminhos e criar estereótipos de sítios e monumentos a visitar. Revela-se assim um tipo diferente de conhecimento do mundo. Partindo do mesmo princípio da errância, tende a ser direcionando e massificado. Perde a essência do ato de vaguear em busca do desconhecido. Há até lugar aos roteiros e mapas turísticos, para que o visitante não se desvie do caminho pré-estabelecido. Os lugares a visitar destacam-se largamente nos mapas, e os espaços não catalogados aparecem muitas vezes desvalorizados ou até apagados. O caminho é aqui entendido como a linha que liga dois pontos, em cujo interesse está nas extremidades e não no espaço intersticial - o percurso.

Para adicionar à equação a complexidade própria da presente era digital, encontramos sujeitos também à entrada constante de informação que vem do mundo pelo sistema global em rede, de disseminação de informação - a internet. É todo um novo universo que põe a informação e especialmente a imagem, de consumo imediato, ao serviço da imaginação. Oferece a possibilidade de fazer rápidas associações e caminhos mentais, numa descoberta superficial do mundo. Afiguram-se novas possibilidades e dinâmicas, que tendem a gerar grandes alterações no pensamento e nos costumes de cada indivíduo, pela procura do que nunca experienciou, mas sabe agora que existe. Daí se constroem novos olhares e ambições das sociedades, baseados numa cultura essencialmente visual, de captações momentâneas do real ou encenadas. Desperta-se assim uma sobrevalorização do que “vem de fora”, e enfatiza-se o alheamento ou recusa do que é geneticamente familiar.

O caminhar revela-se então um fator importante na definição do indivíduo. Dos povos e dos seus costumes. Representa o tempo e espaço despendidos na errância rumo ao progresso e à conquista do sonho. Carece constantemente de verificação e confirmação do rumo a seguir. Dos obstáculos e derivas possíveis resultam novas possibilidades e desafios, obrigando a um esforço constante de adaptação ao desconhecido. O rasto que se imprime a cada passo, fica igualmente vincado e a sua marca perdura como herança para o futuro das novas gerações. Cabe ao indivíduo refletir sobre qual a pegada que herdou, qual a que desejava herdar, e qual a que decide deixar para o futuro.

¹⁰⁸ CARRERI, Francesco. Op. Cit., p.43



103. O movimento dos barcos sobre o plano de água da maré cheia é uma constante neste lugar mutável, que resulta da necessidade de circulação de pessoas e bens no ato cotidiano de o habitar. A marcação de uma esteira na água, resultante da circulação acelerada de uma embarcação, revela-se assim um momento de agitação fugaz que tende a normalizar, mas que foi necessário para uma movimentação no espaço. Uma alteração momentânea das condições do lugar que o influenciam e alteram, muitas vezes sem causar um prejuízo duradouro, mas que contribuem para a sua variação ao longo do tempo.
2018 (foto do autor)



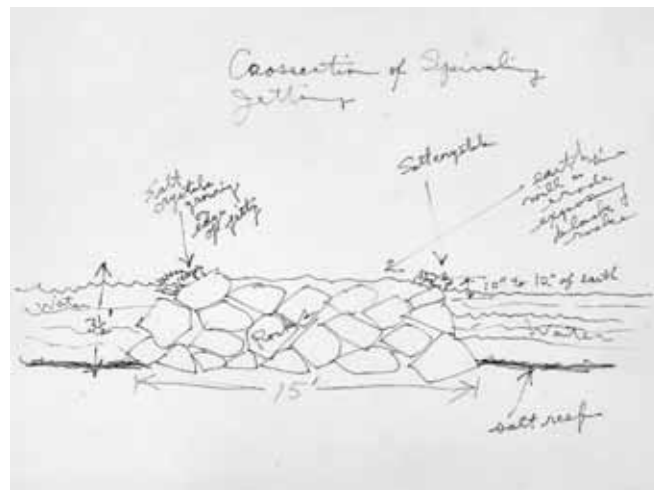
104. Caminho de acesso à Acrópole, Atenas. Dimitris Pikionis (1957)



105. Spiral Jetty. Great Salt Lake, Utah, EUA. Robert Smithson (1970)



106. Walking a line in Peru. Richard Long (1972)



110. Pormenor construtivo da obra que integra a materialidade do lugar, fazendo assim parte da mesma unidade de paisagem. O artista manipula os diversos materiais e usa-os, na mesma lógica da sua formação e existência no estado virgem, e amplia a intencionalidade do gesto na paisagem, integrando no seu pensamento o próprio processo de "envelhecimento" a longo prazo, admitindo que a peça será parte da sua própria ruína. (fonte: Robert Smithson. The museum of Contemporary Art, Los Angeles, 2004. p.73)

Referências:

Aproximação à Land Art, crucial no entendimento de como a clareza de um objeto construído à escala da paisagem, tem a capacidade de a transformar, num gesto, partindo de pressupostos construtivos extremamente delicados e intencionais. O território é em si mesmo encarado como parte integrante e diferenciadora da obra de arte. As suas especificidades, materiais e dinâmicas são premeditadamente utilizadas como espaço e matéria para a criação artística. O detalhe construtivo acaba por refletir a própria simplicidade e gênese do lugar, partindo desta como meio para a transformação da realidade. Nos casos aqui estudados, explora-se o tema do caminho como razão para pensar e agir sobre a paisagem. Do caminhar ao rasto/trilho talhado na paisagem, da ligação entre dois lugares à recreação do próprio lugar/linha do caminho, da escultura à construção da topografia, da fixação do espaço percorível em pedra ao desafio do caminhar sobre a água ou no ar, da criação de novas topografias e caminhos ao encontro de novos lugares que desafiam o próprio lugar, transformando-o - são algumas das ações artísticas que foram pensadas e aplicadas sobre os diversos territórios aqui apresentados.



107. Mankingholes on the Pennine Way, Reino Unido. Hamish Fulton (1973)



108. Corn-Walk. Hungria. Juhász Ákos + Eke Dániel (2014)



109. The Floating Piers. Lago Iseo, Itália. Christo y Jeanne-Claude (2016)



110. Primeiro estudo para a fixação dos cais ao fundo do rio. Uma aproximação da paisagem à escala do pormenor construtivo.
"2000 metres wrapped, inflated piers. Rio de La Plata, Argentina. Christo y Jeanne-Claude. 1969. não construído
(fonte: Christo and Jeanne-Claude, The floating piers, lake Iseo, Italy, 2014-2016. Taschen. p.6)

PARAR / OLHAR

“Entretanto, para quem navega, o andar é tão importante quanto o parar. Quem levanta a âncora para uma longa viagem, além das velas e dos remos, leva certamente consigo também a âncora: a possibilidade de parar e conhecer de perto outros territórios e outras gentes.”¹⁰⁹

É no momento do “estar” como produto de uma desaceleração do movimento no espaço, em que o tempo se escoia e o indivíduo estabelece as mais demoradas relações com o contexto, que se têm dado muitas das grandes descobertas e conquistas da humanidade. Desvendam-se os inúmeros recursos disponíveis no planeta e a potencialidade da sua exploração. Nos ocasionais encontros com um rio, uma floresta, um deserto ou um oceano, fizeram-se associações de causalidade e descobriram-se segredos das diferentes lógicas de movimentos e dinâmicas evolutivas da terra.

Destas descobertas e vivências ao longo dos séculos, têm-se vindo a desenvolver fatores identitários de povos, na sua ligação ao contexto territorial específico de cada lugar. Esse conhecimento resultante da paragem (quer temporária de pernoita ou acampamento, quer permanente pelo estabelecimento de povoações fixas) faz de um povo, simultaneamente, o maior explorador e protetor da paisagem, e dos seus recursos. Defende-os e cultiva-os para que possa dispor deles. Desenvolve o saber com base nas dinâmicas do território dominado e cultiva o sentido de propriedade. A exploração desses recursos locais definiu assim diversas atividades humanas (pesca, agricultura, pecuária, atividade mineira, silvicultura...) que o Homem sempre adaptou aos seus modos de vida e às suas necessidades. Adaptando-se simultaneamente às dinâmicas próprias e à manutenção dos valores ecológicos e ambientais propícios à sua sobrevivência.

Se o movimento - caminhar - implica uma acelerada experiência do espaço, o tempo da permanência - parar - contém em si a possibilidade da revelação do essencial, da disponibilidade para a reflexão, da ocasião para o encontro com o outro, da libertação do vulgar e do quotidiano. Despende tempo para deter-se no olhar, para questionar e compreender, para ganhar mais tempo e vislumbrar fixamente o horizonte, conferindo-lhe nitidez e profundidade. Recuperando o contexto náutico subjacente à ideia da navegação e deriva, Francesco Carreri recorda-nos:

“Quem navega aprende os perigos do mar e do aproximar-se da costa sem dar com os baixios, mas deve saber onde parar, como construir uma relação com o território onde resolve fundear, como desembarcar e como falar com a população autóctone, quais sinais enviar, quais palavras dizer, como comportar-se para não vir a ser morto, para não ser percebido como hostil, mas sim como hospede bem-vindo.”¹¹⁰

A paragem é importante para o descanso, contemplação e estabelecimento de contacto próximo com o meio. Implica muitas vezes um intercâmbio de relações e conhecimentos que devem enriquecer a experiência quer do viajante quer do anfitrião. O viajante assume o papel de observador, mas carrega simultaneamente em si, a responsabilidade de agente ativo na construção do espaço e da experiência. A subjetividade e distância impostas pelo indivíduo, são assim decisivas para a riqueza da experiência e apreensão de novos conhecimentos acerca dos fatores culturais identitários de cada lugar. Ditam a abertura e aceitação das populações locais a desvendar os seus segredos e modos de viver. A aprendizagem e partilha cultural depende assim da forma como se chega, como se está e como se abandona um determinado povo. Parar implica necessariamente um olhar aproximado do contexto escolhido para passar esse tempo. As diversas formas de olhar (longe, perto, dentro, fora, com ou sem obstáculos visuais, em altura, em profundidade), assim como o estado emocional e cultural do observador, implicam diferentes aproximações ao lugar e diferentes apreensões subjetivas dos aspetos que permitem identificar esse mesmo contexto. Pertencer a ele implica um envolvimento “de corpo e alma”.

“Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios. Do estudo da arquitectura popular portuguesa podem e devem extrair-se lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza...”¹¹¹

¹¹⁰ Idem, p.33

¹¹¹ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando. Op. Cit., 1^oVolume, p.XXIII



111. Ao longo de um passeio pelas salinas é possível usufruir de diversos enquadramentos que sintetizam, de forma clara, o território com os seus sistemas. Ao longe, a norte, apresentam-se proeminentes os cerros que anunciam a serra para o interior do Algarve. No sopé avizinham-se as vilas mais antigas, outrora mais seguras e prósperas pelo seu caráter rural de quintas, pomares e hortas. As linhas de água que escorrem para sul arrastam consigo os aluviões que cobrem o litoral e formam o sistema lagunar, e aqui se constroem as vilas e cidades outrora piscatórias e produtivas (sal, vinho, frutos...), agora maioritariamente turísticas.
2018 (foto do autor)

¹¹² FRADE, Pedro Augusto. Casa, cozinha, horto em Alcácer do Sal. Universidade autónoma de Lisboa, 2016. p.62

Há acontecimentos que se revelam importantes na definição do modo de estar e vivenciar um determinado território por parte de uma sociedade e dos seus indivíduos. Estes dividem-se em três escalas¹¹² de abrangência social, e correspondem a diferentes solicitações espaciais.

Há os eventos de larga escala, que "ocorrem numa dimensão territorial e menos frequentemente" como são os espetáculos desportivos, festas e feiras anuais, procissões, manifestações políticas"; os de média escala, "que se verificam localmente (...), fazendo parte de uma rotina diária de um ou mais indivíduos", como são as "missas, mercados, barbearias, cafés, restauração"; e os de "escala íntima", que são de carácter pessoal, como a "alimentação, descanso, sexo, higiene, banho".

A tradição, transmitida ao longo de gerações, resulta da "inter-relação de todos os padrões de acontecimentos humanos do lugar", e reflete a sua atmosfera, a interação e envolvimento do homem com o espaço, os seus modos de vida e ambientes espaciais daí resultantes.

Com a industrialização dos métodos de exploração dos recursos endógenos, e com a consequente alteração da escala da intervenção humana, assiste-se constantemente à desvalorização da ligação entre o Homem e o meio.

É na quebra dessa ligação que reside a perda de identidade dos povos, face ao seu território. Assiste-se até à disputa entre povos, dos recursos mais valorizados à escala global. Instalam-se guerras e dão-se catástrofes ambientais e humanas, por um objetivo que de sustentável, cada vez reflete menos.

*"A paisagem dá-nos a imagem do território, transmite-nos (...) o espírito do lugar de cada região ou sítio."*¹¹³

A paisagem acaba por refletir claramente qual o estado em que se encontra uma determinada sociedade, e aponta caminhos possíveis para a sua evolução. Muitas vezes são os próprios fatores locais que parecem indicar o rumo mais acertado. Mas recorrentemente, pela elevação de valores políticos economicistas, acaba por ser posta em causa a própria integridade e os valores ecológicos, estéticos, ambientais e de sustentabilidade da paisagem. A alterações que lhe são impostas acabam por desvirtuá-la e acentuar os seus desequilíbrios. O planeamento do território está assim ao serviço da especulação e da perda dos valores de humanização da paisagem, impondo uma escala de intervenção e urbanização quase maquinal. Como se o espaço deixasse de ser pensado e desenhado para as pessoas, passando a estar ao serviço da máquina e da velocidade, do rendimento e do lucro. O panorama que Francesco Carreri apresenta, "em que os espaços do estar são ilhas do grande mar formado pelo espaço do ir",¹¹⁴ acaba por ser aplicável a muitos dos lugares modernos.

O caso de estudo da Fuzeta também carece de um olhar atento sobre

estes princípios, numa lógica de manutenção das suas características naturais particulares no contexto Algarvio, onde já muito foi desbravado e urbanizado. A sua feliz condição de urbanidade, em que a pequena escala ainda subsiste, embora bastante ameaçada pelos novos planos de "valorização" e modernização em curso, oferece a possibilidade de manutenção de uma qualidade de vida para a população local e para os forasteiros que aí decidam "fundear". Com a capacidade de oferecer uma conjugação rara entre aspetos ecológicos, sociais, culturais e económicos, pela baixa densidade de ocupação e ainda reduzida massificação turística, a Fuzeta requer um novo modo de olhar e vislumbrar o futuro, fora dos cânones já testados e muitas vezes desastrosos do passado recente do Algarve. Será a altura certa para se fazer a pergunta - Que caminho seguimos e onde queremos parar?

*"Deste modo mergulho no lugar do projecto, sinto-o e, ao mesmo tempo, olho para fora, para o mundo dos meus outros lugares. Das obras que constroem uma presença especial no seu lugar tenho muitas vezes a impressão que dispõem de uma tensão interior que aponta para lá do lugar em si. Fundamentam o seu espaço concreto enquanto revelam o mundo. O que vem do mundo entrou neles numa ligação com o local."*¹¹⁵

¹¹³ CARRERI, Francesco. Op. Cit., p.28

¹¹⁴ ZUMTHOR, Peter. Pensar a Arquitectura. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2009. p.41



112. Num exercício de afastamento, com vista à libertação dos problemas quotidianos, que afetam uma visão clara sobre o aglomerado urbano, é ainda possível em alguns lugares, encontrar interessantes enquadramentos que revelam um contexto urbano do sul, com tipologias arquitetónicas indissociáveis do contexto bioclimático da região. Uma arquitetura que se relaciona com o próximo e o distante, com a luz e com a sombra, que vive dos cheios e vazios, e que convida à experiência da escala doméstica numa constante continuidade, desde a casa ao espaço público do largo, da rua, da travessa ou do beco. Neste enquadramento revelam-se já alguns condicionalismos dos edifícios mais recentes, que constantemente recusam as características desta arquitetura singular, impondo-se nas frentes de maior qualidade face à ria.
2018 (foto do autor)



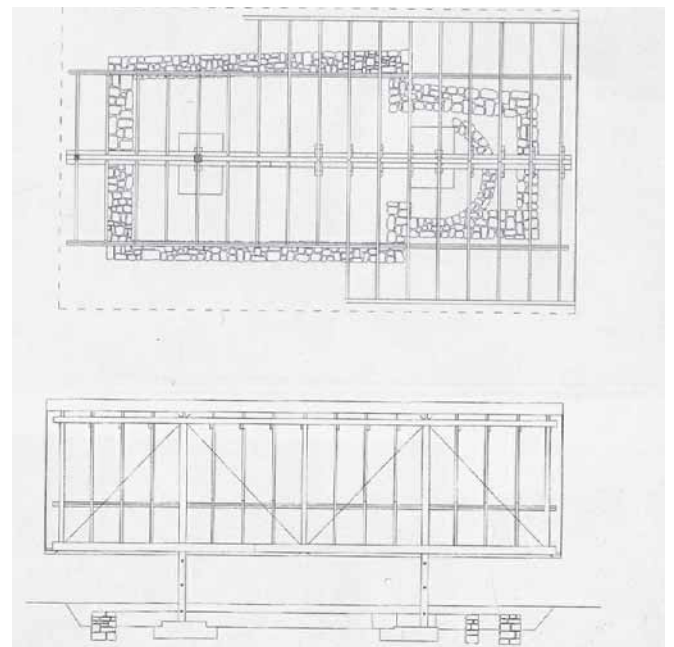
113. Tendas Tuareg. Khayma, Deserto Sahara, Marrocos



114. The Color Inside. Austin, EUA. Overland Partners, James Turrell Skyspace. (2013)



115. Floating Roof. Dobrava, Slovenia. Oton Jugovec (1970)



116. architectuul.com

Mirante ►



Mirante da estação de Socorros a náufragos. Fuzeta 2018 (foto do autor)



Mirante de Olhão (autor desconhecido)



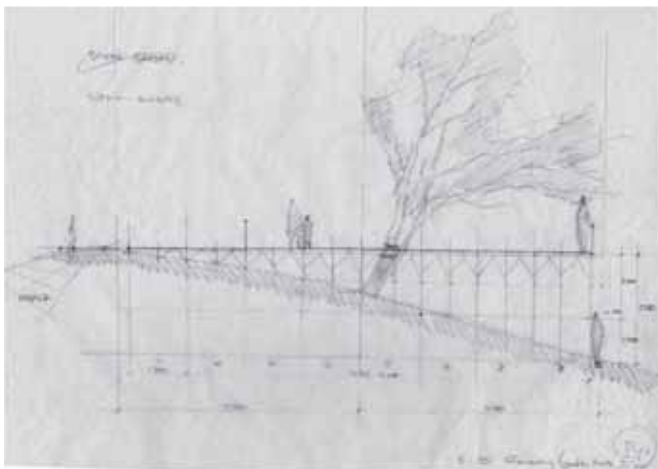
117. "Air Garden" installation. Sapporo International Art Festival's exhibition. Ryo Yamada's. (2014)



119. L'Escalier Céleste. Marha, Marrocos. Hannsjörg Voth. (1980-1987)



120. Prancha de salto em betão armado numa piscina portuguesa."Cidade de Pedra", Moçambique, África do Sul.



118. archdaily.com

Referências:

Divididos em duas intenções que constroem espaços, os casos de estudo aqui apresentados refletem, por um lado a necessidade primitiva do homem de se abrigar, e por outro a necessidade igualmente primitiva de ambicionar chegar mais longe, mais alto, ser mais livre. O Abrigo reflete a fragilidade do ser humano que precisa de proteção, utilizando a sua inteligência para o construir ou apropriar. O habitar deixou assim de ser apenas para pernoita ou proteção da intempérie, e ganhou novas motivações, como a proteção e armazenamento de algo importante para um indivíduo ou sociedade, e é até encarado como objeto de criação artística. Por outro lado, o "mirante" como lugar construído para conquista da distância, à escala do corpo, é aqui extrapolado para o campo da arte, quer numa passagem que ambiciona ultrapassar as barreiras do recinto de um jardim, projetando o visitante para a "vastidão do céu aberto", quer numa "escada celeste" de 16 m de altura, construída com técnicas ancestrais no derto ou numa escada de uma prancha de saltos que permite projectar-se no céu e no mar.

IV. DA CONSTRUÇÃO
DO LUGAR

AS ARQUITETURAS
PRIMITIVAS

A TORRE

O CAIS

A CABANA



121. A Fuzeta, de praia a vila, construiu-se entre o mar e a terra, num interstício produtivo que é o sistema lagunar. O homem tem vindo a encontrar constantemente o melhor equilíbrio entre as suas atividades de exploração dos recursos endógenos, garantindo a manutenção e regeneração sustentável dos habitats que lhe são imprescindíveis à sobrevivência.

Nesta imagem são visíveis diversas alterações antrópicas que acabaram por ser absorvidas pelas dinâmicas físicas do meio, e que constituem já curiosidades geológicas, apenas decifráveis numa análise cuidada à evolução das movimentações das dunas e barras, como é o caso deste "caracol" dunar, originado por uma antiga barra, que tenderá a reabrir naturalmente neste lugar.

2018 (foto de autor)



DAS ARQUITETURAS PRIMITIVAS

¹¹⁶ ZUMTHOR, Peter. Op. Cit., p.17

*“A presença de certas obras provoca em mim algo misterioso. Parecem simplesmente estar lá. Uma pessoa não lhes dá nenhuma atenção especial. E, no entanto, é quase impossível imaginar o lugar onde estão sem elas. (...) Conseguir projectar edifícios que, no decorrer do tempo, se acabam por unir desta forma natural com a figura e história do lugar desperta a minha paixão.”*¹¹⁶

A exploração em busca das melhores condições, tirando partido de cada contexto geográfico, com vista à sua escolha para ficar e habitar é, desde sempre, um dos motivos pelo qual o homem se move e transforma o território. Os povos nómadas, procuram constantemente novos territórios e recursos, acabando por tornar-se sedentários quando encontram sítios propícios à sua fixação e prosperam enquanto comunidade.

Dada a ancestral criação de arquétipos triviais, testados e disseminados à escala global, torna-se importante desvendar aqueles que definem a base fundacional de um aglomerado e da sua identidade, a fim da sua compreensão e adaptação contemporânea. Estes patentearam-se intemporais pela sua continuada utilização em toda a história, e pelo carácter operativo e funcional de que são expoentes. Flexíveis e capazes de responder a diversos contextos e culturas, nascem de premissas universais, que permitem dar respostas pragmáticas às condições de cada lugar, em perfeita sintonia com as suas características naturais e ambientais, tirando destas o melhor partido. Pelo conforto e eficiência que representam, expandem-se pelo território, de forma direta ou com apropriações e regionalismos, constituindo pilares primordiais de culturas e civilizações, na sua capacidade de influenciar vivências e modos de habitar em comunidade, ao longo de gerações. Esta procura ganha relevância, principalmente quando a legibilidade do arquétipo começa a afigurar-se imperceptível, pelas sucessivas alterações e interpretações, deixando de responder aos princípios que lhe estão geneticamente intrínsecos.

O desconhecimento ou alteração abrupta da forma de habitar um lugar, e a introdução da tecnologia para camuflar incompatibilidades resultantes do alheamento face às condições naturais do território, introduzem e fomentam o recurso a respostas arquitetónicas desadequadas, revelando-se insustentáveis e incapazes de ultrapassar a mera noção de gosto datado e subjetivo.

*“Mas irão perder-se também os saberes tradicionais, corporizados em métodos construtivos que hoje diríamos sustentáveis, pela ligação com os materiais locais e pela capacidade de se adaptarem ao meio e ao clima?”*¹¹⁷

Não é intenção deste trabalho fomentar um “regresso ao passado” de forma literal, com todas as vicissitudes que a ele estão associadas, mas sim

¹¹⁷ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando. Op. Cit., 1º Volume, p.VII (Prefácio de Helena Roseta, 2003).

¹¹⁸ FRADE, Pedro Augusto. Op. Cit., p.30

um despertar de consciência para a importância da compreensão do contexto natural em que o indivíduo e a comunidade participam ativamente, e para a necessária manutenção do equilíbrio entre estes. A tendencial substituição da cultura específica de cada lugar por uma cultura global revela, muitas vezes, uma desajustada influência de sistemas políticos capitalistas, na desenfreada rota do lucro fácil, pela elevada oferta de produtos supérfluos e muitas vezes incompatíveis com a natureza cultural dos lugares. O facilitismo, aparentemente sinónimo de melhoria da qualidade de vida, acaba por se revelar uma arma de autoridade e de ataque cultural premeditado, à qual algumas sociedades se rendem e outras procuram combater, pela sua sobrevivência.

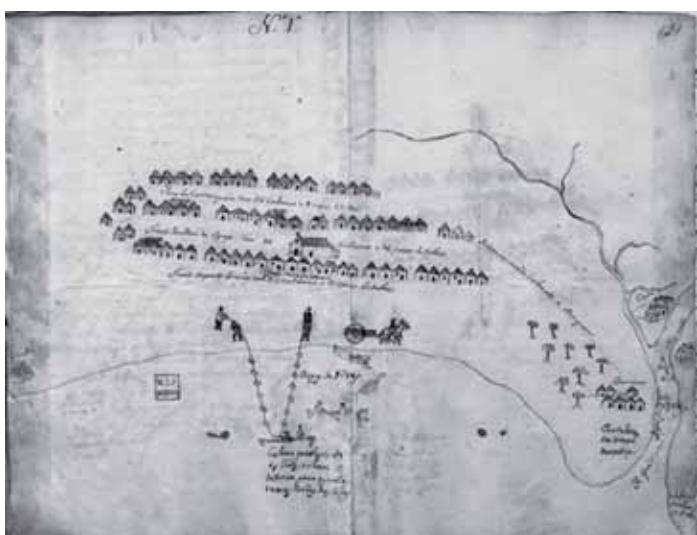
No caso da Fuzeta, é crescente a necessidade de recentrar o olhar sobre a origem da sua arquitetura distinta que, estando em processo de aculturação e acelerada desfiguração, ainda permite um último vislumbre de algumas das formas construtivas puras que, deixam adivinhar a sua vital relação com um território natural, cada vez mais artificializado. Há ainda uma memória viva da ocupação primitiva do antigo areal, quer em terra, quer nas ilhas, que viriam a transformar-se ulteriormente em edifícios mais pesados e formalmente menos adaptados ao clima e à morfologia geográfica específica do lugar. Naturalmente aparecem uma série de aparelhos tecnológicos e materiais sintéticos, na tentativa de recriação artificial de ambientes confortáveis, que retiram a pureza de uma arquitetura simples e flexível.

*“De que modo pode a arquitetura contrariar esta tendência e criar algo que retorne a uma verdade para com um lugar, a sua população, os seus materiais e modos de construir, para com os seus costumes?”*¹¹⁸

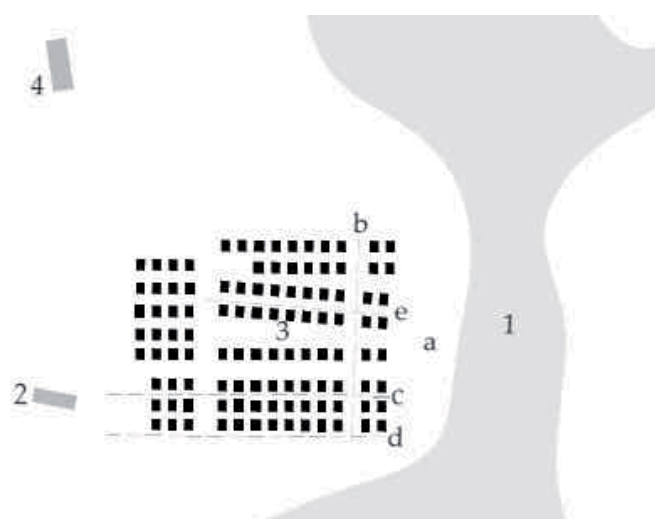
É no afastamento face aos pequenos problemas do quotidiano que, à proporção da paisagem, se tornam flagrantes todas as pequenas incompatibilidades. Revelam-se então claros desequilíbrios e artificialismos, que parecem resultar da crescente indisponibilidade imaginativa do homem para repensar os seus modelos habitacionais e sintetiza-los em formas e ambientes harmoniosos. Num mundo cada vez mais complexo e confuso, a que o homem tende a habituar-se, cresce uma desvalorização da qualidade e do valor da experiência face à quantidade e custo a investir.

Os arquétipos que seguidamente se apresentam sintetizam alguns dos princípios formais e funcionais da originalidade de uma arquitetura notável, que ultrapassa os pitorescos apelidos de “cubista” ou “levantina”, dando uma leitura de conjunto em que a exceção e a regra encontram espontaneamente o seu lugar na definição da comunidade. São primeiramente apresentados, numa leitura abrangente e superficial, alguns exemplos e argumentos historicamente excepcionais e paradigmáticos, pelo mundo, das tipologias em estudo.

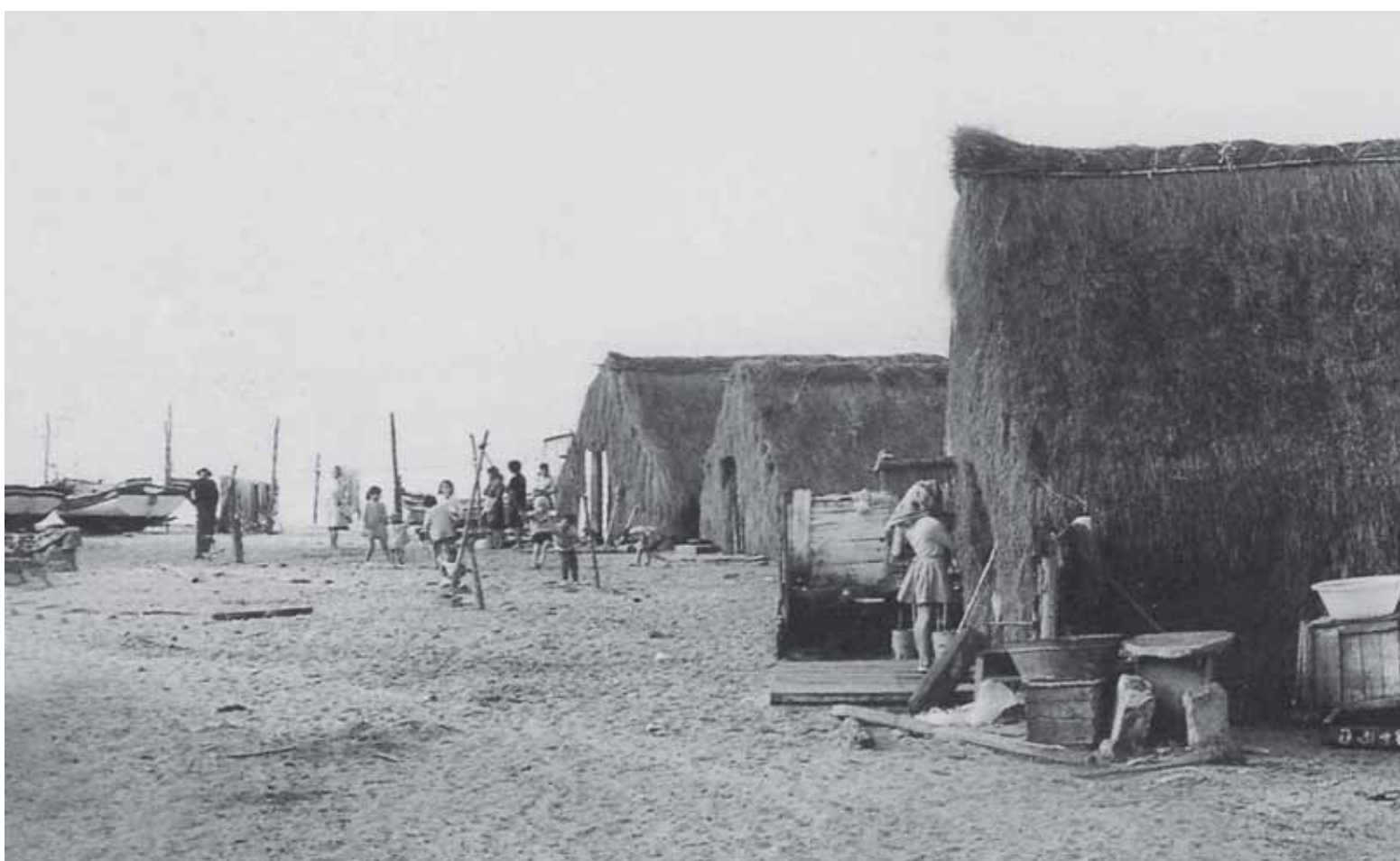
Segue-se uma aproximação ao contexto específico da cultura mediterrânica e à originalidade dos modelos da ria formosa. Integram-se princípios relacionados com materialidade, forma, função, aspetos construtivos e até valores de ordem económica e sociocultural, que pela sua transformação e associação, permitiram encontrar modelos originais e replicáveis. Funcionais e adaptados a cada contexto, revelam-se igualmente adaptáveis às novas necessidades do pensamento arquitetónico contemporâneo. Servirão assim de alicerce conceptual para o projeto, na medida em que é possível recriar hoje, estruturas, ambientes e relações essenciais, com uma forte ligação ao lugar e às suas dinâmicas.



Desenho da praia e cabanas de Monte Gordo em 1773 (fonte: PESSANHA, Fernando, 2013. p.82)



Reconstituição das cabanas da Fuzeta no séc. XVIII (fonte: PACHECO, Mafalda Batista. 2018. p.58)



122. Aglomerado de cabanas em Quarteira. Retrato de um tipo de vida costeiro, estreitamente ligado ao mar, num contexto de assentamento provisório, que muitas vezes acabou por originar fixações de aglomerados urbanos mais modernos, noutros casos acabou por ser abandonado e sofreu um processo de regeneração natural, com a degradação e desaparecimento dos materiais vegetais que compunham as construções. anos 60. (fonte: Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto)

Defesa



123. Torre de Bias. 2018 (foto do autor)

Em ruína, cercada por vegetação densa e alta. Ao fundo a ria formosa e o mar, razão pela qual esta torre foi construída, uma vez que se localizava próxima da entrada da barra, numa zona de "passo" na maré vazia, entre a ilha e a terra pelos terrenos lodosos. Esta torre estava também em frente à antiga Armação de Bias, a qual seria provavelmente protegida pela guarda que se encontrava constantemente a vigiar a costa.

Sagrado



124. Igreja de Nossa Senhora do Carmo. 2018 (foto do autor)

Reconstruída depois do terramoto de 1755, não se sabe a data da sua fundação. Poderá ter existido uma capela primitiva de menor dimensão, mas não há evidências arqueológicas que o comprovem. Apenas se reparou, no decorrer dos levantamentos arquitetónicos levados a cabo para a presente dissertação, que as paredes que envolvem o altar mor apresentam uma espessura que ultrapassa largamente a média das restantes que compõem o templo - 1.70m. Por hipótese poderão corresponder a estruturas da antiga capela que seria no topo do monte, relativamente afastada do aglomerado urbano.

Abrigo primitivo



125. Cabanas de junco antigas, na ilha.
(fonte: Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto)

Mais tarde foram substituídas pelas casas de veraneio construídas com materiais industriais. Estes abrigos de apoio à atividade pesqueira eram construídas com recurso aos materiais vegetais originários da ilha e dos sapais junto à vila, com recurso a técnicas próximas da construção naval.

Lagunar ►

Cais



126. Cais palafítico em madeira de acesso à praia, que existiu na ilha nos anos 50/60. (foto de Floriano Andrade)



Casa palafítica, de vigilância (fonte: Oliveira, Carlos Ramos de. 1971. p.114)



Armazém palafítico na Torre d'Aires, Sítio do Pinheiro, Tavira. 2019 (foto do autor)

Vigia



127. Estruturas palafíticas no sapal a sudoeste da vila. 2018 (foto do autor)

Armazém



128. Barracas construídas sobre palafitas de madeira. anos 80 (foto de Adérito Vaz)



Cais palafítico da Carrasqueira, Comporta (fonte: www.troiareort.pt)

Antigos abrigos de armazenamento de apetrechos e vigia dos viveiros de marisco. Quando simples plataformas palafíticas eram também apelidados de "pangaios".

Situavam-se no sapal a sul, onde os proprietários dos viveiros de mariscos guardavam os instrumentos de trabalho e pernoitavam pontualmente para guarda da propriedade. O acesso na maré baixa era feito a pé, e quando subia o nível da água acima do sapal era apenas feito com recurso a embarcações. Estas barracas ainda existem a noroeste do local da antiga armação de Bias, embora bastante arruinadas.

A TORRE



129. Torre de Bias (representação de 1607)



130. Torre de Bias
2018 (foto do autor)



131. Torre da Igreja
2018 (foto do autor)



132. Mirante no Burguel
2018 (foto do autor)



133. Mirante da estação ISN
2018 (foto do autor)

Apresentando-se como elemento arquitetónico singular, a torre é, por definição, uma construção em que a dimensão em altura é francamente maior que em largura, gozando assim de uma condição de verticalidade excepcional. Podem, porém, encontrar-se algumas torres de proporções menos convencionais, mas mesmo assim, denominadas como tal. Acontece, muitas vezes, quando a própria orografia do terreno de implantação goza já de um amplo campo visual sobre o território envolvente, potenciando o seu carácter dominante na paisagem, e também quando o propósito da construção é de carácter fortificado, conferindo uma maior proteção ao seu interior ou um isolamento com vista a uma intencional camuflagem. Encontram-se torres com várias funções e tipologias, de carácter urbano, rural, ou em ambiente marítimo, nomeadamente de defesa militar e controlo costeiro; comemoração; comunicações e aviso, de carácter religioso, militar, informação à navegação; telecomunicações; habitação; serviços; e até de componente estrutural em construções mais complexas. Estas diferenciam-se, não só pelas funções mencionadas, mas também pela sua materialidade, morfologia construtiva, época de construção, simbolismo, região e clima.

A torre é usada como elemento arquitetónico desde a antiguidade e encontram-se vários exemplos, de diversa origem, que nos mostram a sua importância enquanto elemento simbólico de afirmação de poder e domínio, quer religioso, militar ou de nobreza, assumindo-se muitas vezes como elemento fundacional de um lugar ou área na cidade. O Farol de Alexandria ou a torre de Hércules são exemplos que nos mostram, pela sua monumentalidade e robustez, à semelhança das pirâmides Egípcias ou dos Zigurates da antiga Mesopotâmia, a capacidade humana e o valor atribuído ao domínio de um lugar, na antiguidade. Mais recentes são os campanários de origem cristã e os minaretes de origem árabe, ambos de arquitetura religiosa ou, de carácter defensivo/militar, as torres almenaras ou “atalayas” de defesa costeira, as torres couraças, albarrãs e de menagem dos castelos medievais, ou ainda as diversas torres que marcam as portas ou zonas estratégicas de panos de muralha. Há também inúmeros exemplos de estruturas de carácter civil, quer privadas - como são os prédios de habitação por todo o mundo (desde a idade média à modernidade); as torres dos palácios medievais de Bolonha e da Toscana (Lucca, San Gimignano, Florença,... alguns são agora miradouros públicos); as torres “miradores” de Cádiz; os belvedere Italianos ou os mirantes de Olhão - quer de carácter público ou cívico, como são os faróis de orientação à navegação marítima; os marcos geodésicos ou “talefes” de georreferenciação territorial; os miradouros ou torres de observação; as torres tecnológicas de controlo costeiro; telecomunicações e até as de carácter singular. Estas, originalmente provenientes de diversas funções, podem conquistar a categoria de símbolos nacionais e de referência na cidade como são exemplos: a torre Eiffel (Paris); o padrão dos descobrimentos e a torre de Belém (Lisboa); a

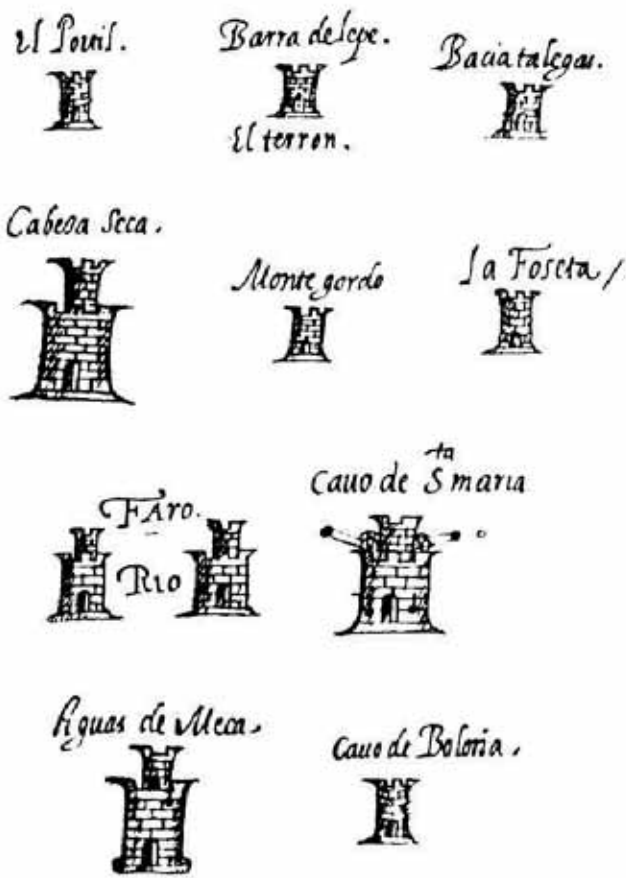
torre dos Clérigos (Porto) ou ainda o Big Ben (Londres).

*“A assiduidade da pirataria moura no litoral algarvio, sobretudo durante os meses do verão mediterrânico, foi a principal responsável pela montagem de um sistema de vigilância e defesa da costa. Tal dispositivo (...), baseava-se na existência de várias torres de vigia, também designadas como fachos, atalaias ou almenaras, que davam rebate de mouros quando avistavam uma embarcação suspeita.”*¹¹⁹

Dada a hostilidade da paisagem do litoral português, e em especial do Algarve, na idade média, eram constantes os ataques de piratas e a consequente insegurança das pequenas e pobres populações que o habitavam. Deixada quase ao abandono desde a ocupação romana, dependente da pesca e de uma economia de pequena escala, a região tornou-se bastante agreste, com uma acelerada degradação das estruturas arquitetónicas e urbanas e até dos próprios terrenos, pelo assoreamento de rios e estuários, outrora fonte de riqueza e abundância. Houve lugar ao desenvolvimento de grandes áreas pantanosas em que se desenvolveram habitats muito particulares, de pouca salubridade, que causavam a difícil habitabilidade destas áreas. Durante a ocupação Árabe, esta região desenvolveu uma grande dinâmica no tratamento e cultivo dos terrenos outrora incultos, mas de grande fertilidade e riqueza, gerando assim uma maior prosperidade, alvo de cobiças e ataques na tentativa da sua conquista. Foi então que se iniciou a construção de um inédito sistema defensivo costeiro, que visava o controlo das entradas por via marítima, junto de “passes” - zonas baixas que ficam a seco na maré baixa, permitindo a passagem das ilhas barreira para a terra firme - e de estuários e rios navegáveis para o interior. Assim se justifica a existência de torres alinhadas em posições recuadas paralelamente ao mar, e nas encostas das linhas de água mais importantes.

Introduziu-se assim, na cultura local, uma crescente necessidade de defesa, o que obrigou ao estudo cuidadoso da geomorfologia do terreno para o posicionamento estratégico das torres de vigia que viriam a proliferar pela costa. Este sistema construído inicialmente durante o domínio islâmico, oferecia um manancial de lugares pontualmente posicionados, privilegiados na sua abrangência visual sobre o território marítimo e terrestre, de carácter fortificado e de pequena escala na paisagem - um conjunto inter-relacionado de “púlpitos” a aproximadamente sete metros do solo, e alguns com espaços interiores para abrigo temporário. Este “observatório bélico” viria ironicamente a ser utilizado contra as investidas mouras, depois da sua expulsão, nas diversas tentativas de reconquista, do séc. XIII em diante. Foi no séc. XVI reforçado o sistema, com a reabilitação das estruturas existentes e possível adição de novas torres, e mais tarde deu-se a construção de uma série de baterias e fortes ao longo da costa, aumentando assim a capacidade bélica da região.

119 GARCIA, Cristina; OLIVEIRA, Luís. Anda Mouro na Costa. Instituto Conservação da informação e divulgação, Lisboa [Brochura Parque Natural Ria Formosa/ICN]



O A. 155 10

RELACION delas torres que por se auer menester en la Costa desde Sant lucar hasta el cabo de Santa Maria que es a poniente de Faro.

La carbonera. De Sant lucar ala carbonera que es una veynte. ay tres leguas y ay agua de pozos en abundancia: y los nauos de los enemigos auer allí muchas veces y parase auer menester una torre Ordinaria por que sea de mucho provecho, es en tierra del duque de medina sidonia.

La Higuera. De la carbonera ala Higuera ay dos leguas: y en el camino no ay agua y en la Higuera es estancia de Pescadores y auen allí nauos de enemigos que es tierra toda esta despoblada: y allí aguardan los nauos que vienen de Sant lucar y van allí. Tanue que a ya torre Ordinaria es del mismo Duque.

Rio del Oro. De la Higuera al Rio del Oro ay tres leguas, ay agua en abundancia y es estancia de pescadores y auen allí de ordinario los nauos de enemigos por saber agua por ser en abundancia y a esta parte tiene necesidad de torre muy buena y que pueda sustentar buena artilleria es tierra del mismo duque de medina sidonia.

Jubianes. Del rio del Oro a Jubianes ay dos leguas ay agua, es estancia de Pescadores y auen allí los nauos de enemigos siempre, ha menester torre Ordinaria.

Santa salen. De Jubianes ala barra de Salen que es la de Guada ay una gran legua a que es menester muy buena torre con muy buena artilleria, porque en una legua del rio es todo despoblado y en él pueden estar muchos Nauos en Puerto, ay agua y es tierra de tierra Seca de allí. Es muy buena torre del mismo Duque.

La Barra de Santa. De la barra ala punta de Mola que es ala entrada de Guada y palos ay la legua de la ynfrenta de la alaguet de la mar ay un poco como isla que llaman nes la cabeza de la manica y otros el manec: allí conuene que sea una torre muy buena por que con la ayuda de la guerra de los de la Torre de Salen no pueden estar en ella los nauos de enemigos, y ha de ser una que pueda estar requeros: y de la misma torre quatro otras de las torres

134. índice de figuras que representa uma série de torres do referido sistema defensivo, onde se destacam as torres que se prolongavam ao Algarve, com referência a uma torre "La Foseta". (fonte: Excerto retirado do trabalho "Las torres del litoral en el reinado de Felipe II: una arquitectura para la defensa del territorio (I)" da autoria de Alicia Camara Muñoz e publicado em: Espacio, Tiempo e Forma, Serie VII, História del Arte, t.3, 1990, pp.55-86)

135. Reprodução de uma página da "Relacion de las torres (...) en la Costa desde Sant Lucar hasta el cabo de Santa Maria que es a poniente de Faro". (mesma fonte da figura anterior)

Foram também construídos, a partir do séc. XIX, vários faróis de sinalização à navegação costeira, com o mesmo princípio de localização estratégica, mas agora para serem vistos a partir do mar, ao contrário das torres medievais que se camuflavam e serviam principalmente para ver da terra para o mar.

*“O desejo de vigiar o mar, principalmente a chegada das embarcações, que é geral nos locais de pesca, parece ser o motivo principal de se erguerem, acima do primeiro nível de terraços, outros mais altos e facilmente acessíveis.”*¹²⁰

¹²⁰ RIBEIRO, Orlando. Op. Cit., p.103

Numa evolução cíclica, aparecem os mirantes - torres urbanas de caráter doméstico - que serviam de patamar de observação da costa, agora pelos mestres dos barcos e armadores de atum e sardinha. Consta também do propósito desta singular arquitetura, a necessidade de observação da costa para a navegação de cabotagem e para o contrabando que se desenvolvia em torno do mediterrâneo. Seriam, portanto, volumes verticais de alvenaria, adicionados à casa posteriormente, muitas vezes em substituição de coberturas em telhado de tesouro que, por motivos de ordem pragmática, deixaram de configurar espaços inutilizados da habitação, e passaram a constituir um dos mais importantes equipamentos domésticos e urbanos. Com a adoção destes elementos em Olhão e em menor número na Fuzeta, pela maior relação e continuidade construtiva com Tavira, criou-se uma arquitetura de caráter peculiar e genuíno em Portugal. Há, no entanto, um efeito de contaminação ideológica e formal decisivo na referida arquitetura, que se prende com a relação dos pescadores destes lugares com o Norte de África, nas campanhas de pesca, e pelo ocasional encontro com a cultura Árabe. As influências notam-se, não só pela alteração que a estrutura urbana primitiva sofreu, principalmente em Olhão, mas também pela forma peculiar de habitar a casa e viver o espaço exterior como continuidade do espaço interior da habitação, passando a constituir uma nova divisão a céu aberto.

*“Em cima a soteia, para onde se sobe por degraus de tijolo, e muitas vezes sobre a soteia o mirante. (...) Subo à soteia - a melhor parte da casa. O homem de Olhão tem por ela uma paixão entranhada. Se um vizinho a ergue, ele nunca fica atrás - levanta-a logo mais alto. É que a soteia é o seu encanto: sítio esplêndido para respirar, eira para a alfarroba e o figo, e quarto para dormir no Verão sob um pedaço de vela.”*¹²¹

¹²¹ BRANDÃO, Raul. Op. Cit., p.194

¹²² LOPES, Francisco Fernandes. “Olhão” in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol XIX, Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, 1949. p.300

¹²³ PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA. Rui Cunha fotografia e audiovisuais, Lda. Impriluz Gráfica Lda. 3ª edição - novembro 2000. ISBN: 972-9034-73-7

Sendo ainda, por vezes, pouca a altitude conquistada com a adição de um mirante sobre a açoteia, foi também criada uma outra tipologia ou peça arquitetónica “quase simples púlpito ou torre de vigia, a que se deu o nome de contra-mirante.”¹²² Esta complexidade de formas e componentes da casa, que batizou Olhão de “cidade cubista”, reflete uma eficiente resposta às necessidades e desafios do clima e da geografia do lugar, que deu origem a

uma economia muito própria, enraizada nos recursos endógenos e na exploração do potencial de relações próximas, por via marítima, com outros povos e culturas. Para acentuar ainda mais o caráter pitoresco e romântico destas povoações, falta referir as formas orgânicas puras dos zimbórios e torres sineiras dos templos aí erigidos, que marcam indelevelmente o seu “skyline”. Entre um mar de açoteias, mirantes, contra-mirantes e púlpitos, espreado-se paralelamente à ria um manto caído sobre os antigos areais das cabanas que originaram tais lugares, erguem-se cúpulas brancas com relevos barrocos e torres sineiras apontadas ao mar, servindo de farol de balizagem à navegação marítima. Na ria encontram-se também as balizas ou farolins - pequenas torres ou boias com indicação luminosa - que servem ao propósito de marcar os canais e regueiras de maior cota batimétrica, a fim de garantir a segurança da navegação dentro do sistema lagunar, variável com as marés.

A torre constitui o arquétipo que permite, no âmbito do projeto, a conquista do maior campo visual, com o objetivo principal de oferecer um maior domínio sobre a paisagem, pela sua posição privilegiada e sobranceira. Permite assim um olhar abrangente e informado das complexas e simultâneas dinâmicas que ocorrem no seu horizonte. Os sítios escolhidos para olhar a paisagem e permitir a sua compreensão, serão ligeiramente afastados do aglomerado urbano e elevados às cotas essencialmente necessárias, como as antigas atalaias, para que o seu campo visual permita uma abrangência de conjunto e ultrapasse as barreiras físicas ao nível do solo. Oferecem uma síntese da paisagem em cada enquadramento projetado e convidam à reflexão do indivíduo sobre a “sua” presença no território.

*“Subir em altitude, mas subir para a olhar de outro modo, para redescobrir um Algarve que sendo o mesmo já é outro, para dar razão aos que a apelidaram de formosa.”*¹²³



136. Torre de Bias, em ruína, cercada por vegetação densa e alta. Ao fundo a ria formosa e o mar, razão pela qual esta torre foi construída, uma vez que se localizava próxima da entrada da barra, numa zona de "passo" na maré vazia, entre a ilha e a terra pelos terrenos lodosos. Esta torre estava também em frente à antiga Armação de Bias, a qual seria provavelmente protegida pela guarda que se encontrava constantemente a vigiar a costa. 2018 (foto do autor)

137. Torre sineira da igreja de Nossa Senhora do Carmo. Constitui ainda hoje um marco na paisagem urbana da vila e continua a servir a sua função original de comunicação à população. Esta é também utilizada, desde há várias décadas, como balisa luminosa de triangulação para marcação da entrada barra. Seria completada por outros sinais luminosos como o do quartel da guarda fiscal e da capitania, assim como os da ponta dos molhes na entrada do canal navegável. 2018 (foto do autor)



138. Casa dos pescadores, construída nos anos 50 para prestação de serviços sociais e de saúde aos pescadores e suas famílias. É curiosa a marcação da entrada principal do edifício, de arquitetura do Estado Novo, por uma torre, acentuando o seu caráter comunitário que o destaca no ambiente urbano. Apresenta algumas semelhanças, ainda que evocativas, com a torre militar de Marim e Quatrim, pela presença das gárgulas no topo e pela sua dimensão. O acesso ao topo é feito, num primeiro nível pela escadaria comum de acesso ao 2º piso, de seguida por uma escada de serviço que acede ao 3º piso e por último, pelo exterior através de uma escada vertical na parede. 2018 (foto do autor)

139. Casa de habitação tradicional - constitui um exemplar único de adição posterior à construção original de um mirante, e numa terceira fase de evolução foi construído um contra-mirante ou púlpito. A prova de uma primeira construção térrea é a presença de uma chaminé de balão de grande dimensão, que ficou posteriormente parcialmente tapada pelo mirante. O púlpito, alé de ser um exemplar único, representa uma necessidade assumida de subir para ver e controlar o mar, resumindo-se apenas à estrutura estritamente necessária: uma escada de acesso, um patamar de paragem e uma guarda. 2018 (foto do autor)



TORRES MILITARES
Litoral do Algarve e Andaluzia

des.46 TORRES MILITARES NO LITORAL DO ALGARVE E ANDALUZIA

Desenho executado com base na informação sobre as torres do antigo sistema de vigilância costeiro.
Disponível em (https://es.foursquare.com/danielora/10/torres-almeranas-en-el-litoral-de-andaluz%3FNAO=1)

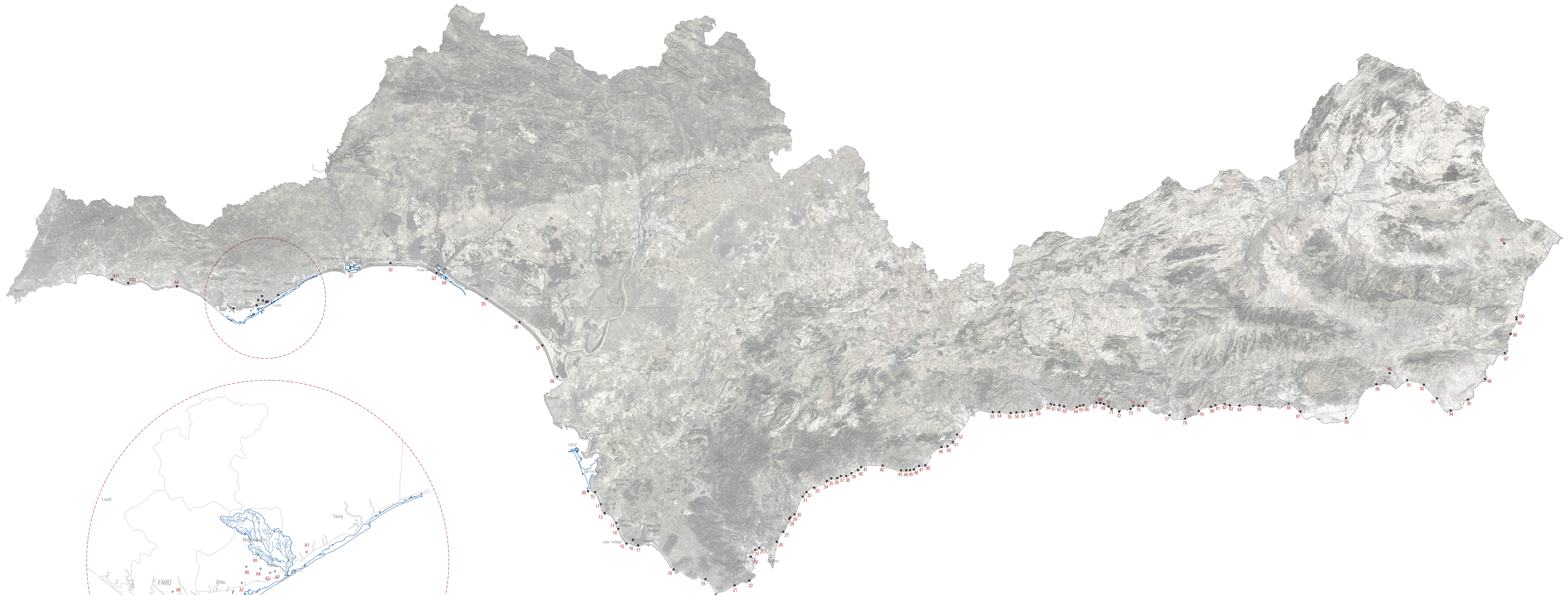
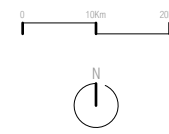
A informação sobre as torres do Algarve teve por base a dissertação: Estruturas Arqueológicas militares de defesa da Ria Formosa de Leonor Mendes Nobre de Sousa. Universidade do Algarve, 2009. Houve ainda um trabalho de reconhecimentos dos locais, de pesquisa "in situ" na toponímia dos lugares (Atalaia, Torre, Forte,...), que levaram à adição de três outras torres do Barlavento, uma delas recentemente intervenionada no concelho de Lagoa.

ALGARVE

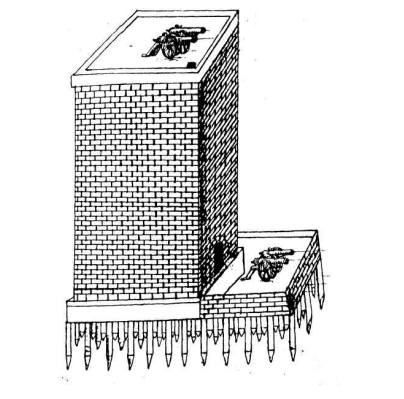
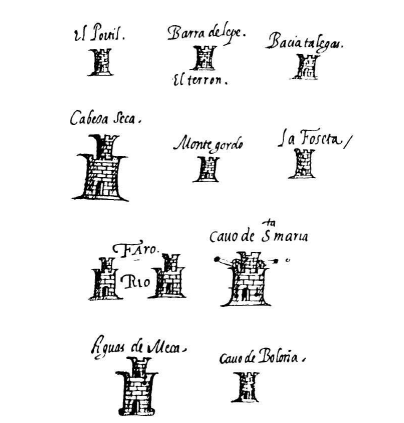
- A1. Torre de Aires (fig. 01)
- A2. Torre de Bias I (fig. 02)
- A3. Torre de Bias II
- A4. Torre da Amoreira
- A5. Torre de Allarxia
- A6. Torre de Quatrim (fig. 03)
- A7. Torre de Marim (fig. 04)
- A8. Torre de Santo António
- A9. Torre da Madroineira (fig. 05)
- A10. Torre da Praia do Cavalho (fig. 06)
- A11. Torre da Lapa (fig. 07)

ESPAÑHA

- 1. Torre Canela
- 2. Torre del Catalán
- 3. Torre Umbría
- 4. Torre Arenillas
- 5. Torre del Loro
- 6. Torre de la Higuera
- 7. Torre Carbonera
- 8. Torre de San Jacinto
- 9. Torre de Sancti Petri
- 10. Torre Bermeja
- 11. Torre del Puerto
- 12. Faro de Rocha
- 13. Torre de Castilnovo
- 14. Torre de Palmar
- 15. Torre Almenara de Trafalgar
- 16. Torre de Macá
- 17. Torre del Tajo
- 18. Torre Camarinal
- 19. Torre de la Peña
- 20. Faro de Punta Tarifa
- 21. Torre del Guadalmei
- 22. Torre del Fraile
- 23. Torre del Almirante
- 24. Torre de Entre Rios
- 25. Torre del Rocadillo
- 26. Torre Nueva
- 27. Torre Carbonera
- 28. Torre Nueva de Guadaro
- 29. Torre Quebrada de Guadiaro
- 30. Torre de La Chullera
- 31. Torre de la Dal
- 32. Torre de Arroyo Vazquez
- 33. Torre de Saladaveja
- 34. Torre del Padrón
- 35. Torre del Valerín
- 36. Torre del Guadalmansa
- 37. Torre de Saladillo
- 38. Torre de Baños
- 39. Torre de las Bovedas
- 40. Torre del Duque
- 41. Torre del Ancón
- 42. Torre del Río Real
- 43. Torre del Lance de las Cañas
- 44. Torre Ladrones
- 45. Torre de Calahanda
- 46. Torre Nueva de la Cala del Moral o Torraesatos
- 47. Torre de Cala Moral
- 48. Torre de Calaburras
- 49. Torre Vigia de Torremuelle
- 50. Torre Vigia de Torrequebrada
- 51. Torre Bermeja
- 52. Torre de los Molinos
- 53. Torre de las Palomas
- 54. Torre del Cantal
- 55. Torre de Banagalbón
- 56. Torre de Chilches
- 57. Torre Moya
- 58. Torre de Jaral
- 59. Torre de Manganeta
- 60. Torre Ladada
- 61. Torre Derecha o Nueva
- 62. Torre de Lagos
- 63. Torre del Morche
- 64. Torre de Calaceite
- 65. Torre de Macaca
- 66. La Torrealla
- 67. Torre de Muro
- 68. Torre del Río de la Miel
- 69. Torre del Pino
- 70. Torre Calea
- 71. Torre de Cerro Gordo
- 72. Torre Faro de la Herradura
- 73. Torre de Velilla
- 74. Torre del Tesorillo
- 75. Torre de los Diablos
- 76. Torre de Cambron
- 77. Torre de Atalaya Nueva
- 78. Torre de Carchuna
- 79. Torre de Cambriles
- 80. Torre de Baños
- 81. Torre de Caulor
- 82. Torre de Melicóna
- 83. Torre del Puntalón
- 84. Torre de la Rábida
- 85. Torre de Guainos
- 86. Torre de Alhamilla
- 87. Torre de Ballerma
- 88. Torre de Cerrillos
- 89. Torre de Garrofa
- 90. Torre de Cárdenas
- 91. Torre del Perdalgal
- 92. Torre de Torregarca
- 93. Torre de San Miguel
- 94. Torre de Vela Blanca
- 95. Torre de Cala Higuera
- 96. Torre de los Lobos
- 97. Torre de Mesa Roldán
- 98. Torre del Rayo
- 99. Torre del Pirulico
- 100. Torre de Macenas
- 101. Torre de Huércal-Overa



RELACION de las torres que se levantaron en el Reyno de Portugal...
 Estas torres se levantaron para que se pudiese descubrir a los enemigos que se acercaban a las costas...
 Estas torres se levantaron para que se pudiese descubrir a los enemigos que se acercaban a las costas...
 Estas torres se levantaron para que se pudiese descubrir a los enemigos que se acercaban a las costas...



140. Conjunto de três imagens do mesmo documento. Na primeira uma página do documento, na segunda um índice de figuras que representavam as torres do Algarve e na terceira um "Modelo de torre fundada sobre el mar" de Costóbal de Rojas no "Sumario de la militia antigua y moderna", 1607, Arquivo General de Simancas.
 (fonte: Excerto retirado do trabalho "Las torres del litoral en el reinado de Felipe II: una arquitectura para la defensa del territorio (I)" da autoria de Alicia Camara Muñoz e publicado em: Espacio, Tiempo y Forma, Serie VII, História del Arte, t.3, 1990, pp.55-86)

O CAIS

As estruturas arquitetónicas de interface entre o meio hídrico e o meio terrestre representam ferramentas fundamentais de relação funcional com a paisagem. São, normalmente, importantes construções que, pelo seu carácter utilitário e estruturante, se revelam essenciais na vida cotidiana da maioria das povoações ribeirinhas, quer em rios, mares, barragens, lagos, áreas lagunares, entre outros - permitindo e potenciando a utilização do meio aquático como espaço de circulação de pessoas e mercadorias. Estas construções podem ser de carácter temporário ou permanente e nascem, muitas vezes, em lugares naturalmente propícios à sua instalação, quer pelo fácil acesso terrestre e marítimo, quer pelas características geomorfológicas específicas do lugar. São estruturas que, sobrepondo-se elevadas em áreas alagadas, permitem uma continuidade da utilização típica do meio terrestre - a circulação sobre solo resistente - o que facilita o acesso às embarcações aí ancoradas ou atracadas, que se mantêm em flutuação. Há, porém, estruturas modernas que podem não se instalar em territórios com as melhores características, mas que, sendo geopoliticamente e funcionalmente mais eficazes na escala da sua utilidade, podem induzir à artificialização dos sítios de implantação, quer pela construção de estruturas mais pesadas e resistentes, quer pela alteração do próprio terreno (aterros, escavações, dragagens...).

Existem várias tipologias de cais, dependendo da relação que estabelecem com o lugar e com a funcionalidade para a qual foram concebidos. Estes podem desempenhar funções de plataforma logística com ou sem equipamentos, ancoradouro, embarcadouro, percurso (pier), entre outras, o que pode ditar direções e características formais diferenciadas em relação à margem terrestre e ao aglomerado urbano que servem. Modernamente, e em maior abundância nos mares e oceanos, têm sido construídas as grandes estruturas portuárias de serviço ao transporte de longo curso, quer de passageiros quer de mercadorias, que servem a grande escala das rotas marítimas intercontinentais e que necessitam, por isso, de grandes profundidades de calado e estruturas extremamente resistentes, assim como grandes plataformas e equipamentos logísticos. Há também as estruturas de menor dimensão e abrangência, quer territorial quer funcional, que estabelecem uma maior relação com o contexto específico do lugar, não só pela proximidade de relação inerente, entre o Homem e o meio, mas também pela menor escala e impacto que exigem. A materialidade depende, muitas vezes, da necessidade funcional, mas também da disponibilidade de materiais e técnicas existentes e exequíveis em cada contexto.

No passado foram criadas, com recurso aos materiais no seu estado mais selvagem, diversas técnicas construtivas, de carácter vernáculo, que respondiam em diversos lugares do mundo, às necessidades de cada povo e das suas atividades económicas. São exemplo as palafitas, que se registam desde o ano 2000 a 1800 a.C. no lago de Zurique¹²⁴ e que representam formas espontâneas de habitar a água. Normalmente construídas em madeira, estas

estruturas apresentam duas tipologias: as que sustentam o chão e as paredes de abrigos sobre os prumos verticais ou estacas, e as que sustentam “apenas as plataformas onde depois são construídas as casas”¹²⁵.

Existem, por todo o mundo, inúmeros povos que habitam este tipo de estruturas, construídas por diferentes razões, e nem sempre apenas ligadas à existência da água no seu estado normal, mas também pela resistência aos sismos, a fenómenos de cheia ou à própria influência dos ciclos de marés.

“Os autores introduzem este método de habitação e sobretudo como ele se desenvolve até aos dias de hoje, sob o apoio de vários exemplos encontrados em ambientes aquáticos ou naturais, de forma a mostrar que a construção palafítica pode tomar diferentes formas e caminhos sendo um deles a readaptação das técnicas construtivas na cultura e arquitetura atual.”¹²⁶

Existem em Portugal diversas estruturas de cais palafíticos que, ao longo de séculos, tem vindo a construir lugares sobre a água e a resistir ao tempo, não pela durabilidade física dos seus materiais, mas sim enquanto conceito invariável de continuidade construtiva, que representa um património imaterial ligado ao “essencial, o local, o mais elementar”¹²⁸ - o saber e as técnicas que tem vindo a ser reutilizadas e adaptadas até aos nossos dias. São exemplos os resquícios de ocupações de cultura avieira do rio Tejo, o cais palafítico da Carrasqueira, ou ainda as construções de apoio à atividade da apanha do marisco na ria formosa, entre Quatrim - Olhão, e o sítio do Pinheiro - Tavira. Numa posição central da referida área, existe um curioso porto, referido pelos locais como o Porto-de-Pau, que atualmente apenas configura um pequeno areal na foz de uma pequena ribeira, que poderá coincidir com o possível porto Romano de Ambia¹²⁸, que originou o topónimo Bias. Há também, apenas em registo fotográfico, algumas estruturas desaparecidas nos anos 70, de simples cais palafíticos, apenas de carácter funcional, no canal navegável junto à vila da Fuzeta e na sua ilha. Estes, com o aumento da sua utilização e das cargas suportadas, assim como pela alteração e fixação das margens da ribeira do Tronco que veio a configurar o atual canal da Fuzeta, foram sendo substituídos por estruturas construídas com materiais industriais de maior resistência e durabilidade, e houve também uma alteração do princípio estrutural de palafítico para flutuante. Subsistem, porém, alguns exemplos, bastante arruinados, e de construção bastante recente (anos 80) de algumas casas palafíticas para a vigilância dos viveiros de mariscos, mas já sem utilização. Existiu também uma tipologia igualmente palafítica, designada por “pangaio” que, segundo Carlos Ramos Oliveira, seria utilizada para abrigar a ameijoia depois da sua apanha em grandes quantidades para expedição, e assim favorecer “os seus atributos gastronómicos”¹²⁹. Certamente, pela plataforma que estas estruturas proporcionavam, seriam também utilizadas como depósito de apetrechos relacionados com o cultivo, manutenção e a apanha dos bivalves.

¹²⁴ NUNES, Ana Rita Madeira. *Arquitetura da água, cais palafíticos da Carrasqueira*. Universidade de Évora - Dissertação de Mestrado em Arquitetura, 2016. p.21

¹²⁵ Idem, p.25

¹²⁶ Idem, p.27

¹²⁷ EL Croquis. Aires Mateus 2011/2016 - en el corazón del tiempo. El Croquis editorial, 2016. p.24

¹²⁸ SILVA, Luís Fraga da. *Ocupação Romana de Ossonoba e Balsa - Ajustamento da rede viária ao Itinerário Antonino XXI (Balsa Ossonoba m. p. XVI)*, 2009. (<http://geohistorica.net/arkeotavira.com//alg-romano/marim2/pdf/FM.2.01.pdf>)

¹²⁹ OLIVEIRA, Carlos Manuel G. Ramos. Op. Cit., p.113



141. Cais palafítico em madeira na ilha, onde se apanhava o primeiro barco de carreira para regressar à vila. Ao fundo encontram-se algumas das casas de veraneio que foram construídas com materiais industriais, muitas em substituição das primitivas cabanas de junco.

anos 50/60 (foto de Floriano Andrade).

142. Cais suspenso que se localizava no canal navegável, aquando da sua construção, como se pode verificar na imagem, onde o acesso à estrutura de madeira era feito por uma duna de areia com vegetação espontânea. Destaque para o sistema estrutural em treliça de madeira que garante a guarda e permite o suporte do vão entre a ancoragem à terra e a sapata flutuante suspenso.

anos 50/60 (foto de Floriano Andrade).

Destas apenas restam algumas construções no sítio do Pinheiro, mas bastante alteradas pela adição de abrigos sobre elas, tornando-as mais complexas e mistas nas suas funções.

O mesmo princípio estrutural foi utilizado em algumas das estruturas defensivas da costa Algarvia, existindo apenas referências escritas. Há também um desenho para um “modelo de torre fundada sobre el mar”¹³⁰, concebido para poder ser construído na água ou em pântanos, em que o princípio estrutural seria uma torre de pedra assente sobre um grande número de estacas de madeira para nela assentar artilharia. Leonor Sousa refere:

*“Estabeleceu-se técnicas de construção utilizando baterias de madeira, por serem rápidas de construir e de reparar; fisicamente mais leves, não iriam sofrer danos estruturais sendo melhor suportadas pelo terreno; embora sendo matéria-prima perecível a médio prazo, era a solução imediata, prática, eficaz e mais de acordo com as condições mutáveis da ria.”*¹³¹

Verifica-se, portanto, uma forte relação entre os ancestrais métodos construtivos em madeira, que tem caído em desuso, e as características dos territórios escolhidos para a sua implantação. Resultam assim estruturas que, servindo o seu propósito em cada momento na história, com a sua perda de função e conseqüente abandono, acabam por se degradar, sem prejuízo ambiental quando a sua manutenção recorreu a materiais naturais, voltando a integrar o solo de onde nasceu o seu material primordial - a madeira. Destes métodos construtivos restam apenas memórias dos seus sucessos ou fracassos, dada a sua condição perecível, e a conseqüente reciclagem de métodos e saberes, aplicando-os em novas construções, por vezes reinventados com recurso às tecnologias contemporâneas.

O cais revela-se o arquétipo que continuamente tem vindo a permitir e reforçar o contacto com a água, ganhando novas formas e materialidades, mas sempre com o mesmo princípio de interface entre o meio marítimo e o terrestre. É utilizado no projeto como uma estrutura palafítica de madeira, como ancestralmente se construía, com recurso aos materiais locais. Numa simbiose entre o ambiente marítimo, que necessita de infraestruturação para ser vivido, e as matas contíguas, são usadas as madeiras dos seus pinheiros, zambujeiros e sobreiros. A versatilidade das estruturas aqui utilizadas, permite a integração de diversas tipologias de relação com a ria, como as rampas, as escadas, as passarelas de circulação, as plataformas de atracagem e as plataformas de paragem e descanso. A estrutura palafítica, pela carga que representa no solo e pela sua ergonomia, não oferece uma relevante resistência às correntes de enchente e vazante, assim como às de escoamento da ribeira do Tronco. Permite uma maior adaptabilidade funcional às diferentes fases da maré ao longo do dia e do ano. Representa a forma mais económica e adaptável às condições dinâmicas do meio e permite uma intencional efemeridade que adiciona à intervenção a riqueza arquitetónica específica das estruturas ancestrais, intimamente ligadas ao contexto do sistema lagunar da ria formosa e das suas ilhas.

¹³⁰ MUÑOZ, Alicia Camara. Op. Cit., p.76
(Cristóbal de Rojas - Sumario de la milicia
antigua y moderna, 1607)

¹³¹ SOUSA, Leonor Mendes Nobre de. Op. Cit.,
p.13



143. Cais de acesso à ilha, onde atracam os barcos de carreira e outras embarcações de serviço ao funcionamento das concessões e da praia. Trata-se de uma estrutura mista, em que uma parte é palafítica e está assente na duna, fazendo a transição na direção da água para uma estrutura fixa assente numa sapata de betão e numa estaca metálica, que por sua vez sustenta uma estrutura rotativa, permitindo a oscilação com a variação do nível da maré e desemboca numa plataforma flutuante, amarrada a duas estacas metálicas de grande dimensão.
2017 (foto do autor)

144. A própria estação de socorros a náufragos, construída em 1951 pelo Engenheiro Henrique Valdez, assenta sobre uma estrutura palafítica de betão, alicerçada no terreno lodoso por via de estacas. Nas opções de projeto, por questões práticas, foi aplicada uma solução de rampa de varadouro para subida das embarcações de socorro que ficavam guardadas onde eram arranjadas no interior do armazém suspenso e de uma escada de acesso à porta de acesso pelo lado da vila, à qual se pode aceder a pé na maré baixa ou de barco na maré alta, havendo cunhos de amarração para o efeito. O edifício apresenta também, apesar da sua exposição e domínio no território, uma torre de observação para ampliação do alcance da vigia da costa e da meteorologia.
2018 (foto do autor)

A CABANA

“O homem, com o seu engenho, cria os meios de adaptação ao ambiente que o rodeia, procurando o mais produtivo aproveitamento da terra e a técnica mais adequada à construção do seu abrigo, de acordo com as condições geológicas e climáticas.”¹³²

A construção de “abrigos” é, desde a pré-história, uma das atividades humanas que mais depende e se relaciona com os aspetos fisiográficos do território. É no conhecimento empírico das especificidades de cada sítio que se revela a eficácia de um assentamento, vindo a constituir lugar ou a ser abandonado. As necessidades de “protecção contra os rigores do clima, e das intempéries, o frio, a neve, a chuva, o vento, o sol, as inundações, e contra o terror da noite e os ataques de animais ferozes e por ventura gentes inimigas”¹³³, fez do abrigo o refúgio do homem no território. A construção em condições de morfologias territoriais instáveis levou à criação de arquiteturas diversas, muitas vezes de carácter efémero ou móvel, mas sempre alicerçadas nos recursos de cada região, não só pela dificuldade de transporte dos materiais de sítios longínquos - no passado - mas também pelas qualidades naturalmente intrínsecas dos materiais locais, geneticamente adaptados às condições do lugar.

“Por estes dados se conclui da importância do factor clima na definição formal das construções e no carácter que imprime às regiões. Nada é improvisado, nada é arbitrário, antes pelo contrário, tudo está devidamente justificado e verificado pela experiência.”¹³⁴

A definição de “abrigo”, na qual se associa a necessidade de abrigar à construção direta de uma cobertura ou à apropriação de um espaço geologicamente “esculpido”, configura uma tipologia simplificada e muitas vezes exígua, de carácter temporário. Segundo alguns investigadores, distinguem-se claramente de outras “construções primitivas”, de carácter permanente (habitação, armazém, entre outros usos) com tipologias arquitetónicas mais elaboradas, embora sejam igualmente construídas com materiais locais. O seu carácter primitivo refere-se tanto à forma de habitar como à materialidade e carácter formal. Dividem-se em abrigos naturais, seminaturais e artificiais, e são normalmente construídos em pedra e/ou materiais vegetais, com recurso a técnicas que os conjugam ou exploram como único elemento construtivo. Ao carácter temporário associam-se normalmente materialidades perecíveis, assim como técnicas e processos construtivos menos sofisticados em termos de processamento dos materiais. A materialidade e aspeto visual da obra construída é, quase sempre, o reflexo dos processos construtivos empregues e dos materiais no seu estado natural. Consequentemente, pela rudimentar manufatura das construções, está-lhes intrínseca uma condição de ecologia e eficiência energética, desde o

primeiro corte à queda do último elemento estrutural aquando da sua ruína, voltando ao estado natural sem prejuízo do meio ambiente.

“No litoral Algarvio, e nomeadamente nas praias de areia da costa e Ilhas do Centro e Sotavento, a Leste das arribas ocidentais, a partir da Armação da Pêra, a construção deste tipo - as cabanas ou palhotas, de junco, estorno ou barrão, ou palha - tem grande relevo, e, em certos casos, documentam-se desde há séculos.”¹³⁵

Muitos são os exemplos, no caso do Algarve, como ao longo da costa mediterrânica, de povoações de cabanas que originaram vilas e cidades, atualmente com grande dinâmica, mas muitas vezes tão diferentes da sua morfologia originária, que se torna difícil imaginar o original contexto de “um litoral deserto e de difícil acesso, dos períodos pioneiros do seu povoamento”.¹³⁶ Parece ser este o tipo de construção endémico da costa arenosa do Algarve, que construiu aglomerados de Armações de atum e sardinha, mas também algumas habitações e povoações ligadas à pesca, já em terrenos lodosos e sapais. A vila da Fuzeta é um singular exemplo de aglomerado ribeirinho, organizado ortogonalmente em bairros de cabanas, que veio a servir de traçado base para a evolução urbana que chega aos nossos dias. Com o aperfeiçoamento da técnica, foi-se “cultivando” o mar e a terra, o que proporcionou uma crescente prosperidade destes lugares. Começou-se a “domesticar” os territórios alagados e incultos, transformando-os em fonte de rendimento a par da principal atividade - a pesca. A cabana foi sendo assim disseminada como construção prática e eficiente, que apenas com recurso aos materiais disponíveis numa costa áspera e inhóspita, permitia simultaneamente o abrigo necessário e a adaptação constante às alterações do meio.

“O emprego de outros materiais naturais para a construção de habitações, ou simples abrigos, como o colmo, o bracejo ou o estorno, é em muitos casos índice de baixo nível económico, mas, sob o ponto de vista construtivo, manifesta um certo engenho.”¹³⁷

Com a ocupação pelas “colónias de turismo balnear” das ilhas-barreira da ria formosa, nos anos 50 do séc.XX, algumas das construções tradicionais existentes foram apropriadas e adaptadas para habitações de veraneio de algumas famílias economicamente mais abastadas. Estas continuaram, em tempos de convivência entre banhistas e pescadores, a ancestral forma construtiva de ocupação das praias e ilhas. Mais tarde viriam a ser substituídas por construções em materiais industriais de maior facilidade e versatilidade construtiva - símbolo do progresso. Com a sucessiva e galopante substituição destas construções primitivas, apenas nos restam atualmente as memórias dos mais velhos e as fotografias de um passado recente, que relatam uma originalidade fundacional que caiu em desuso.

¹³² MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando Op. Cit., 2ºVolume, p.282

¹³³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988 (Primeira edição de 1969). p.11

¹³⁴ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando. Op. Cit., 2ºVolume, p.291

¹³⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. Op. Cit., p. 193

¹³⁶ Idem, p. 9

¹³⁷ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando Op. Cit., 2ºVolume, p.308



145. Aglomerado de cabanas do ramallete, colocadas junto à ria. Pela sua localização extremamente próximas da cota máxima da maré, estas cabanas poderiam ter pequenos embasamentos de pedra ou paredões de contenção, uma vez que estavam expostas a uma acelerada erosão do solo onde assentavam. Tinham a particularidade de permitir que o barco chegasse mesmo até à porta do abrigo com a maré cheia. anos 60 (fonte: Livro Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto)

146. Estas cabanas, ou por vezes conhecidas como barracas, embora pouco utilizadas, eram já construídas em madeira nos paramentos verticais e cobertura inclinada de duas águas em junco. Estes exemplares existiram na Fuzeta e implicavam um esforço maior na sua construção, uma vez que exigiam grandes quantidades de madeira que teria de ser serrada em terra e trazida de barco para a ilha. Houve situações em que os canaviais eram plantados para garantir uma proteção extra face ao vento. Podem ver-se ao fundo as cabanas integralmente em junco e a ria. anos 60 (fonte: Livro Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto)

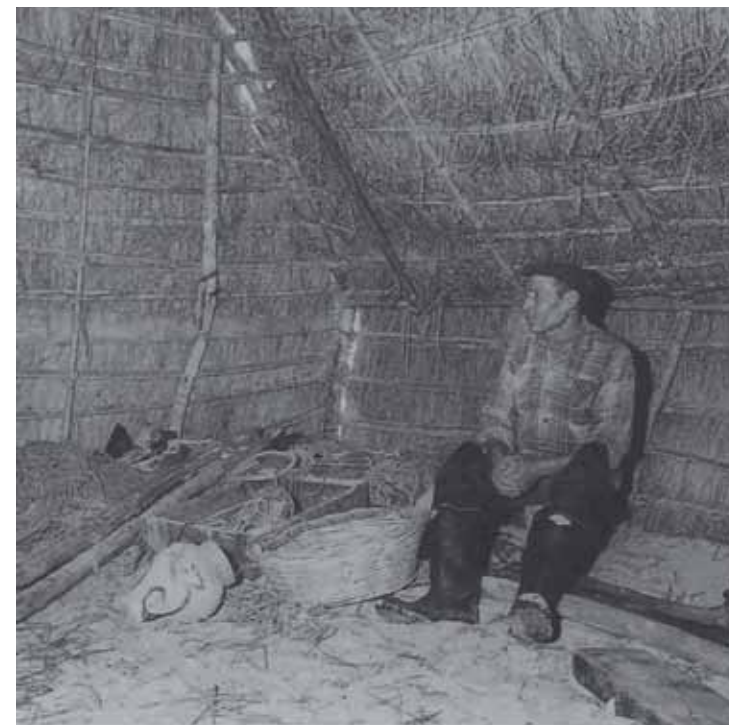
É possível, com recurso a bibliografia específica assim como através do enriquecedor contacto com os habitantes mais antigos da vila, resgatar alguns dos aspetos construtivos mais marcantes desta tipologia primitiva.

Estruturalmente, uma cabana era “formada de junco, que revestia uma armação de madeira (... de pinheiro). Tudo atado com cordas de pita (piteira) e tamiça (corda feita de palma). Mais modernamente empregavam pregos.” Eram, por vezes, forradas interiormente com “caniçado (de cana), atado com tamiça, o qual era caiado.”¹³⁸ Orientavam-se normalmente “no sentido Norte-Sul, com porta na empena virada a Sul”. “Por vezes os cunhais das empenas e ombreiras de portas e postigos são rematados por molhos seguidos de barrão”.¹³⁹

*“Mas parece-nos que, desses sistemas e processos, alguns ensinamentos se poderiam reter, não só como elementos de conhecimento do Homem e da interpretação histórica da sua cultura, (...), mas mesmo como sugestões aproveitáveis e válidas, esteticamente e funcionalmente, para a arquitectura de todos os tempos, produto de uma sã experiência secular de adaptação a circunstâncias locais, que se aperfeiçoaria com eventuais ajustamentos ditados pelos conhecimentos actuais”.*¹⁴⁰

A cabana surge neste trabalho como resultado da investigação sobre o lugar da Fuzeta, a sua origem e evolução urbana. Revela-se o arquétipo que constituiu grande parte dos aglomerados piscatórios durante vários séculos, e também um dado importante na compreensão urbana e construtiva dos modernos aglomerados litorais. Pela sua perecibilidade, estas construções que duravam em média vinte anos, acabaram por votar um grande período de vivência ribeirinha ao esquecimento. Lapso temporal do qual pouco mais se sabe do que as difíceis e instáveis condições de habitabilidade da costa, a presumível riqueza das povoações interiores, alvo de constantes assaltos e pilhagens, o grande engenho e conhecimento empírico das populações litorais, a sua inesgotável capacidade de adaptação e a sua audácia na vida marítima. A sustentabilidade e impacto ambiental destas construções, embora precárias em condições de habitabilidade, permite resgatá-las de forma contemporânea. Numa perspetiva de recuperar e reinventar os antigos e engenhosos processos construtivos, carece de uma abordagem simultaneamente funcionalista e evocativa, de adaptação à atualidade. Sem meras intenções passadistas e de regresso à agrura dos tempos idos, é importante recordar que esse passado existiu. Que deixou marcas e produziu conhecimentos. E que estes se encontram votados ao esquecimento, alvo até de alguma hostilidade. Talvez esse passado ainda esteja bem presente nas populações de classe económica mais desfavorável, que recordam a cabana como uma casa simples, modesta e agradável, embora pobre.

Este projeto resgata a primordial funcionalidade de abrigo e recupera a materialidade e os métodos construtivos ancestrais. Com intencionais adaptações contemporâneas de atualização funcional e construtiva, recriam-se atmosferas próprias do ambiente marítimo, que nascem da metamorfose dos materiais do próprio lugar. Revelam-se as mais surpreendentes texturas, cheiros, jogos de luz e sombra, brilhos e cores, num diálogo e tensão constantes. Traz-se à luz do “luminoso sol Algarvio”, uma nova forma de pensar e habitar o primitivo abrigo. Com o seu forte simbolismo evocativo, estético e funcionalista, os novos abrigos proporcionam espaços de acolhimento e conforto, que convidam à meditação e fruição da “ria”.



¹³⁸ VASCONCELOS, José Leite de. Etnografia Portuguesa. Imprensa Nacional - casa da moeda, Lisboa, 1975. p.280

¹³⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. Op. Cit., pp. 210 a 212.

¹⁴⁰ Idem, pp. 9 e 10



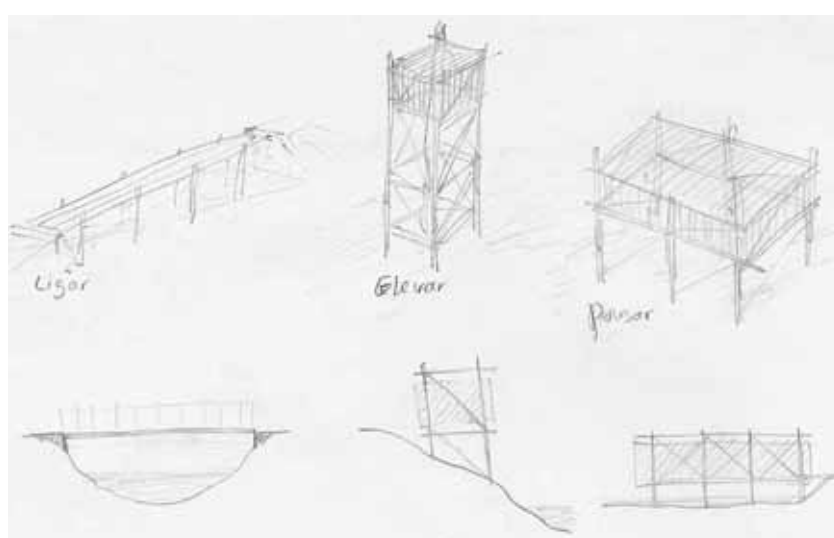
147. Atmosfera interior de uma cabana de armazenamento de apetrechos de pesca. Constituindo um espaço abrigado que providencia sombra e ventilação natural, estes espaços eram também utilizados para se proceder à preparação das artes de pesca para utilização na faina cotidiana. Pode ver-se um "alcruz" que era utilizado na pesca ao polvo e um canastra de verga ou utilizado para acomodar o "aparelho" utilizado na pesca. anos 60 (fonte: Livro Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto)

148. Interior de uma cabana para habitação em Quarteira. Espaço da sala/cozinha forrado a tabuado de madeira caiado. anos 60 (fonte: Livro Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto)

149. Ambiente do exterior de uma cabana na ilha da Fuzeta, utilizada como casa de veraneio. Esta foi uma das ultimas cabanas a existir na ilha e já não apresentava uma função estritamente funcional, contendo por isso decoração e vedação de recinto com portico no exterior, de forma a delimitar uma área restrita para uso do espaço exterior, o que no caso de estar em função constituiria um entravo à prática das tarefas de manutenção, preparação e armazenamento dos apetrechos de pesca. anos 60/70 (foto de Floriano Andrade)

V. DA PROPOSTA DE
NOVOS OLHARES

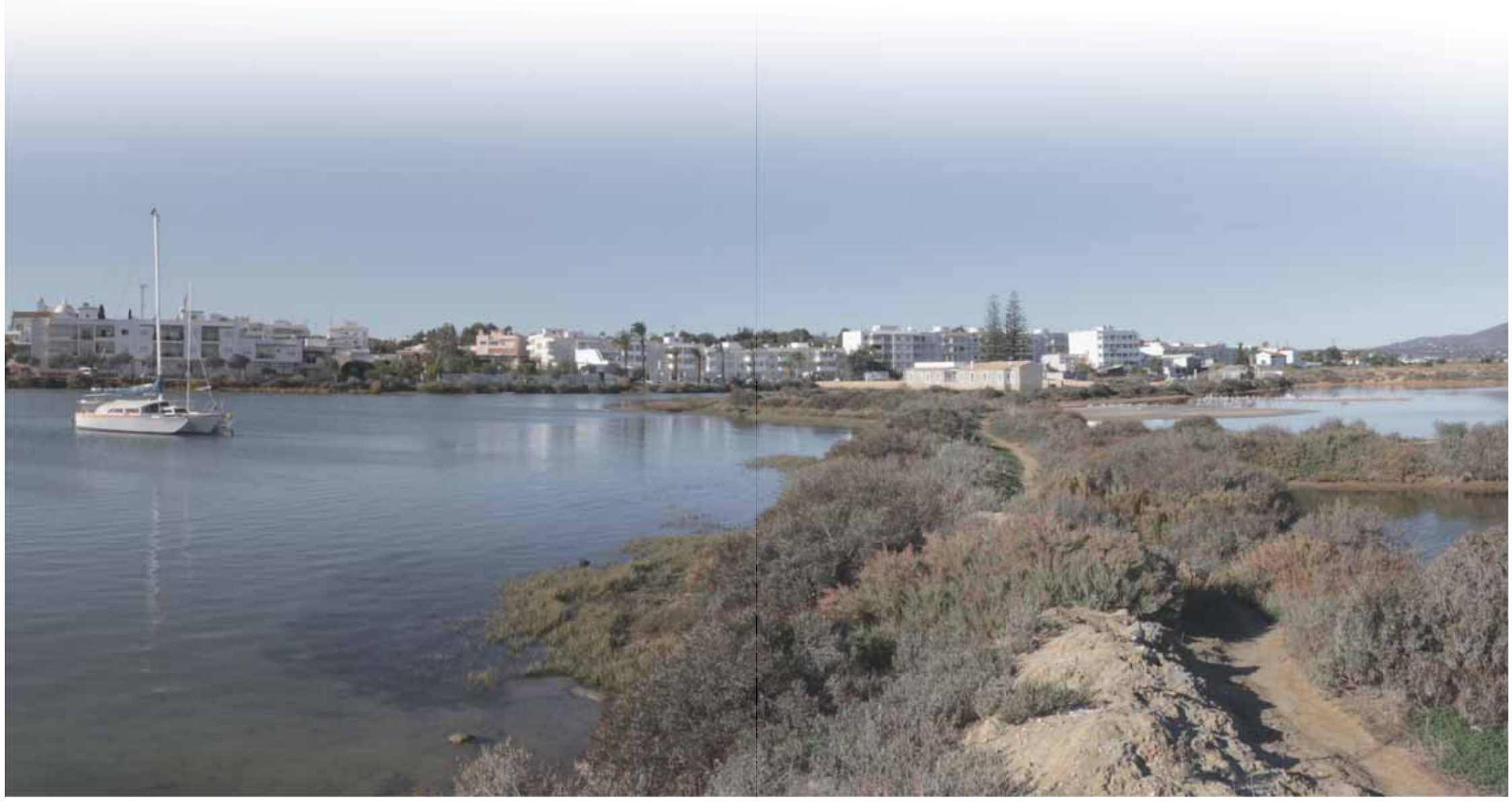
UM PERCURSO LITORAL
REFERÊNCIAS DE PAREDE
TRÊS CAIS
O LUGAR DE ABRIGO
DOIS MIRANTES NA
PAISAGEM
REVELAÇÃO DE NOVOS
OLHARES
REDESCOBERTA DO LUGAR
TÉCNICAS E
MATERIALIDADES
FORMA E FUNÇÃO
EM CONTINUIDADE



Primeiro esquisso de intenções de projeto



150. Área das salinas a Norte da vila. Enquadramento para a vila onde se pode ver também o caminho dos moinhos à direita, que irá ser integrado e valorizado no projeto e o alinhamento do canal navegável, que será também integrado no projeto e utilizado como percurso pré-existente que liga e põe em contraponto os dois novos mirantes na paisagem
2018 (foto do autor)



UM PERCURSO LITORAL

¹⁴¹ Várias citações no texto” - Flora do Parque Natural da Ria Formosa (<http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnrf/flora>)

142

www.ciclovias.pt/ciclovias/5algarve/1algarve/litoral/elitoral.php

O caminho enquanto traçado de um movimento continuado e acertado ao longo de gerações constitui um legado importante na definição de planos e projetos de desenvolvimento local. Revela um dos mais importantes reflexos da interação entre o homem e o seu espaço de habitar. Ligando pontos importantes da vida cotidiana, o percurso revela normalmente o caminho mais proveitoso, não só em distância, mas também em segurança (domínio visual, camuflagem), conforto, aprazibilidade, continuidade, importância enquanto espaço de encontro de uma comunidade, entre outros.

No território Litoral, com a sua planura e exposição à luz e ao rigor do clima, o caminho constitui um efetivo meio de contemplação e compreensão da paisagem e dos seus recursos. Permite numa curta distância o encontro com diversas espécies animais - aves, répteis, peixes, entre outros. Assim como com a flora rica e exuberante, que muda significativamente a sua coloração, dimensão, folhagem e floração ao longo das estações do ano. Que muda também em altitude, podendo variar entre o baixo, médio e alto sapal, com uma enorme variedade de plantas halófilas, dependendo da sua exposição à variação do ciclo de marés, da constituição sedimentar do solo proveniente de sedimentos aluviais e estuarinos, entre outros fatores. Há também, quer nas ilhas, quer nas margens da ria, os ambientes dunares, ricos em plantas xerófitas que sobrevivem a fatores extremos de insolação, vento, exposição ao sal, erosão das areias e baixa disponibilidade de água doce, e que têm por missão fixar e robustecer a estrutura dunar, garantindo que esta se torna suficientemente estável para que outras plantas se vão fixando e criem solo cada vez mais rico. Um processo muitas vezes, e ciclicamente, influenciado pela instabilidade própria das áreas dunares expostas ao galgamento oceânico no caso das ilhas, e à erosão eólica, sedimentação ..., uma luta natural pela sobrevivência. Podem ainda encontrar-se ambientes de mata, o que resta do “bosque mediterrânico original”, que deu lugar aos pinhais e restos do “antigo bosque climático do sobreiral termomediterrânico”¹⁴¹

É, assim, uma revelação constante de uma atmosfera riquíssima, com influências diversas, que oferece uma densa e complexa experiência, apenas possível de abarcar se despendida uma disponibilidade e generosidade para entender os sinais de um ecossistema em constante transformação, que apresenta padrões de comportamento, aos quais o homem adiciona condicionantes e os altera, para desta relação retirar conforto e lucro.

Dado o interesse desta paisagem distinta, foi criada a Ecovia do Litoral, que percorre o litoral meridional do Algarve “numa extensão de cerca de 214Km”, atravessando doze concelhos desde Sagres até Vila Real de Santo António, e que oferece um percurso contínuo por caminhos próximos do mar. “Este projecto está a ser desenvolvido em articulação com a Diputación Provincial de Huelva (Espanha), por forma a garantir a sua ligação

e continuidade no país vizinho. A Ecovia do Algarve é a infraestrutura que em Portugal integra o EuroVelo 1, Rota da Costa Atlântica - desde o Cabo Norte, (Escandinávia), até Sagres, a mais longa das 14 rotas EuroVelo, com 8.186 km.”¹⁴² Há também uma série de percursos que constituem, em conjunto com a Ecovia do Litoral, a rede viária do Algarve, nomeadamente a linha ferroviária do Sul, as autoestradas A2 e A22, Os itinerários complementares IC1, IC4 e IC27, a estrada nacional EN2 (que liga Faro a Chaves) e a EN125 (que liga Sagres a Vila Real de Sto. António), entre outras estradas e caminhos de âmbito municipal e local, e ainda uma outra ciclovias que atravessa a serra Algarvia, denominada Via Algarviana. As rotas fluviais são também um fator distintivo da paisagem da Ria Formosa, uma vez que permitem a ligação entre vários aglomerados urbanos da região, por meio marítimo, quer por mar alto, quer por canais interiores do sistema lagunar (alguns apenas percorriéis por embarcações sem motor ou completamente interditados pela proteção da biodiversidade e interesse enquanto “maternidade” de diversas espécies animais autóctones), e que permitem uma fruição da diversidade natural destes territórios.

A referida Ecovia do Litoral atravessa de poente para nascente a vila da Fuzeta, assim como os seus terrenos lagunares, o que faz desta vila um local de paragem num grande percurso que atravessa o Algarve e o liga a Espanha e à Europa, por meio de bicicleta ou a pé, constituindo a única via dedicada ao usufruto de uma experiência de baixa velocidade em contacto amplificado com a paisagem e com o ambiente. Dada a sua relação contínua e até tangente em alguns pontos com o espaço lagunar, passando por alguns pequenos portos e ancoradouros, há um potencial por explorar que é o reforço da relação entre os dois meios (marítimo/lagunar e terrestre), permitindo uma diversidade de percursos e experiências. Não só paralelos à costa, mas também que atravessem transversalmente o sistema lagunar, e permitam o acesso às ilhas e areais, pelos canais e regueiras da ria, de uma forma compatível com a especificidade dos ecossistemas. Propõe-se desta forma uma reflexão sobre o papel da rede viária de pequena escala e de baixa velocidade. Apontam-se várias possibilidades, quer de meios de transporte fluvial e terrestre, como as canoas, os barcos movidos energia solar ou a remos, as jangadas, o *Paddle*, o *windsurf*, o *surf*, a natação, a bicicleta, o triciclo, a caminhada e corrida, entre outros, quer de possibilidades de conjugação entre as duas tipologias, reforçando a ideia da descoberta do lugar a partir do caminhar/navegar *in situ*. Convida-se também à fruição individual e coletiva desta paisagem e da sua carga poética intrínseca, com uma multiplicidade de ambiências capaz de sublimar, oferecendo um passeio diverso e transcendente.



*"Mar sonoro, mar sem fundo, mar sem fim,
A tua beleza aumenta quando estamos sós
E tão fundo intimamente a tua voz
Segue o mais secreto bailar do meu sonho,
Que momentos há em que eu suponho
Seres um milagre criado só para mim." 143*

¹⁴³ ANDERSEN, Sophia de Mello Breyner.
Poemas escolhidos, Dia do Mar, 1947. p.1

151. Vista sobre o território litoral, na área de estudo. Ao centro a linha de comboio, um dos principais eixos que influencia o desenvolvimento da área urbana. Em baixo à direita vê-se o limite das salinas a poente da vila, onde se nota o percurso de chegada à Fuzeta pela Ecovia do Litoral, vindo de Olhão. A continuidade do percurso é dificultada pela passagem por estradas marginais ao espaço urbano, sem lugar seguro para peões e que acabam por desvalorizar a experiência da passagem vila. Um potencial momento de paragem e contemplação ou descanso, transforma-se num mero caminho de passagem que desvaloriza o lugar. Na imagem reforça-se o traçado da ecovia e a sua condição de caminho litoral a encarnado, e indica-se já a proposta de um novo percurso alternativo a branco. 2018 (fonte: Rui Silvestre)

REFERÊNCIAS DE PAREDE

No decorrer deste projeto foram estudadas várias propostas arquitetônicas por forma a informar e validar algumas das opções a desenvolver.

Sendo este um trabalho que goza de uma liberdade propositiva impar, procurou-se por um lado, compreender alguns programas arquitetônicos inovadores, propositivos e com abordagens fortemente ligadas à compreensão e respeito pelo lugar. Por outro lado, tentou-se encontrar casos em que o paralelismo de premissas e ambições para o desenvolvimento da proposta arquitetônica fossem semelhantes, quer pelas características do território, pelas lógicas de abordagem ao contexto, pela intencionalidade do gesto ou ainda pela transformação que impunham no próprio lugar, valorizando-o e revelando as suas qualidades, até ali pouco evidentes.

A escolha de cinco casos de estudo permitiu a compreensão de alguns dos seus pressupostos, como a influência da autoria e da encomenda, a importância da localização, o valor do contexto geofísico, a apropriação, quer pela população residente, quer por visitantes, entre outros. Da proposta de um "jardim produtivo", desenhado para os cinco sentidos num centro de investigação, à criação de um observatório do sol que origina diferentes percepções do lugar pela movimentação das marés, ou à revelação de um banho de mar próximo de uma praia, ou ainda à fixação da memória de um acontecimento numa antiga vila piscatória, e até na reinvenção dos "racks" de seca de peixe para dispositivos culturais no "Salt festival", foram algumas das abordagens que serviram de mote ao pensamento do projeto que aqui se apresenta.



152. Productive Garden: An Endless Path for the Five Senses | Young Eun Choi, Juliane Myking Eide, Mercè Lorente Gras, David Kennedy, Niklas Lenander and Pedro Sjöblom Tavares. (The Oslo School of Architecture and Design, 2014).

" We often thought of the calmness, stillness and observation required in a research centre to catch that glimpse of the inexplicable, the as of yet undiscovered."

(fonte: koozarch.blog)



153. Sun observatory Drie Streken | Marc van Vliet (Holanda, 2016)

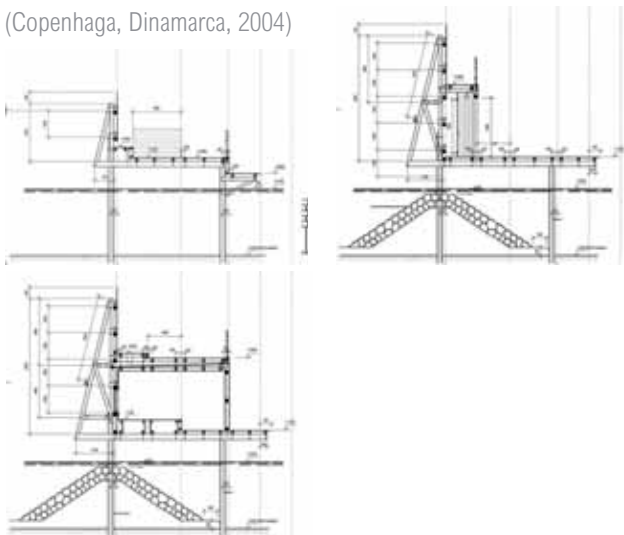
" Over the course of history, people have erected structures all over the world to observe and celebrate the sun. Like former ritual sites designed to bring people together, the floating wooden structure 'Drie Streken' by artist Marc van Vliet connects visitors to the sun and the horizon. The floating observatory is located in the northern Dutch flat sands, and it changes form in sync with the tides."

(fonte: inhabitat.com)



Banhos

154. Kastrup Sea Bath / White Arkitekter
(Copenhaga, Dinamarca, 2004)



Desenhos de execução para diferentes composições espaciais.
(fonte: www.archdaily.com)



Memorial

155. Steilneset Memorial | Peter Zumthor + Louise Bourgeois
(Noruega, 2011)



Pormenor do sistema estrutural e fundação no terreno.
(fonte: Peter Zumthor 2002-2007, buildings and projects. volume 4. Scheidegger & Spiess. p.179)



Polivalente

156. SALT Festival Installations | Rintala Eggertsson Architects
(Noruega, 2014)

DISPOSITIVO TERRITORIAL

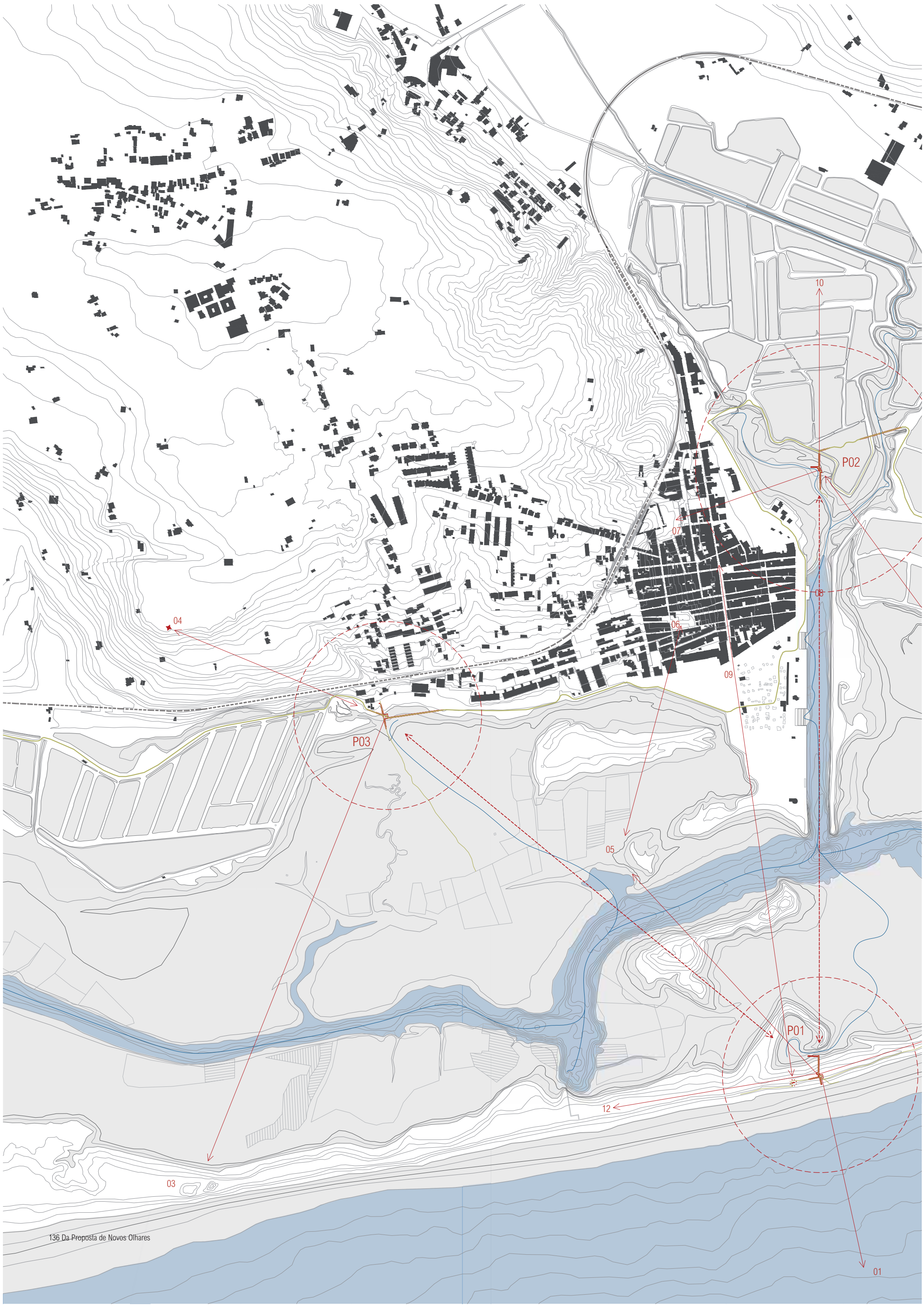


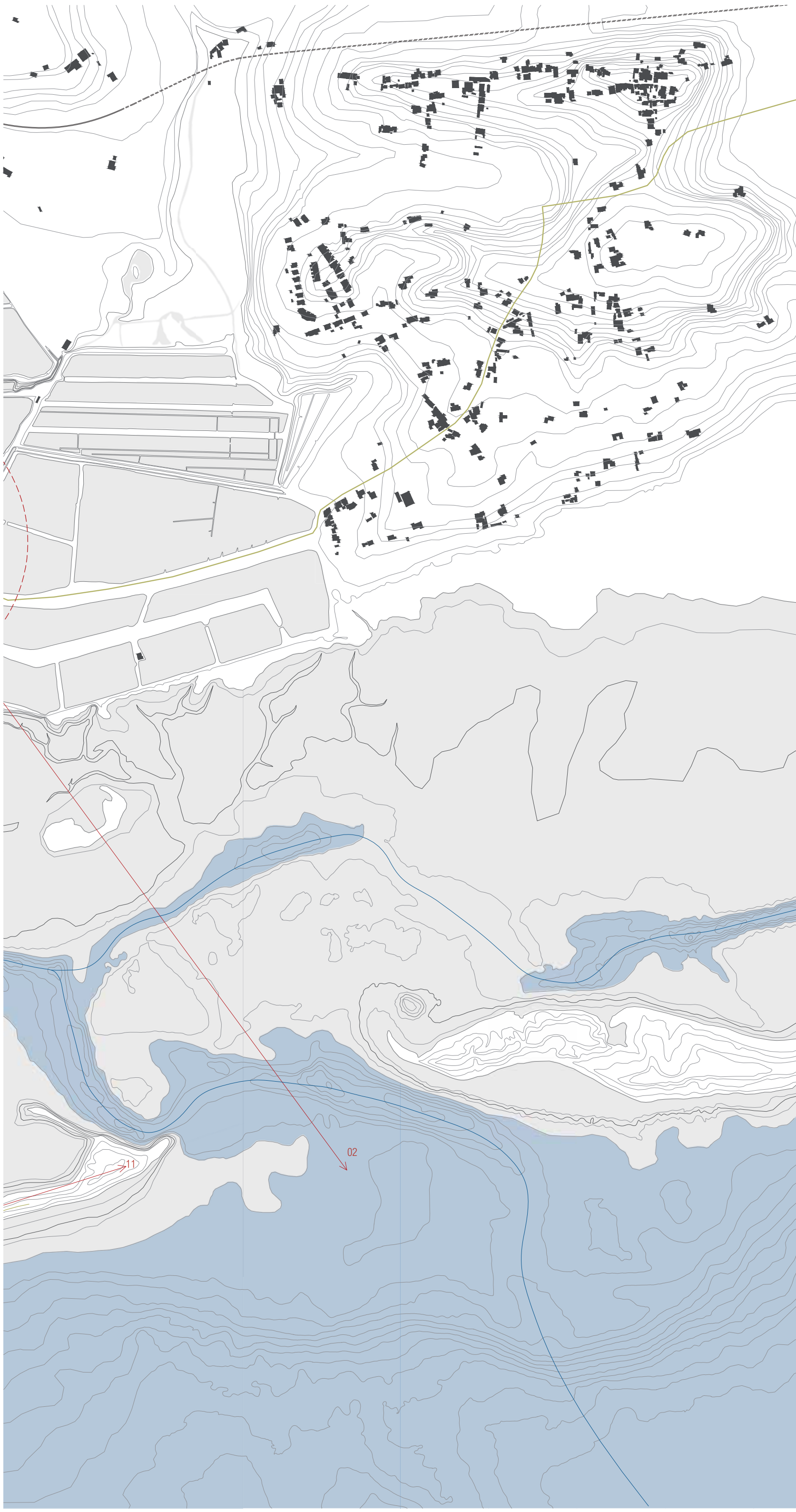


Fuzeta Estoi Alfândanga Cerro de São Miguel Moncarapacho Serra Monte figo Serra do Caldeirão



- LEGENDA
- 01 - Antiga armação de Bias (1915)
 - 02 - Zona balnear (Fuseta-mar)
 - 03 - Barra
 - 04 - ISN
 - 05 - Torre de Bias
 - 06 - Zona balnear (Fuseta-ria)
 - 07 - Casa dos pescadores (Centro Social)
 - 08 - Escola primária
 - 09 - Antiga bateria militar
 - 10 - Igreja Na. Sra. do Carmo
 - 11 - Lota
 - 12 - Mercado
 - 13 - Moinhos
 - 14 - Estação ferroviária | Olheiros (nascentes)
 - 15 - Salinas
- P01 - Proposta: Cais mirante na ilha
P02 - Proposta: Cais mirante nas salinas
P03 - Proposta: Cais na Arte Nova - "pangaio"
- Ecovia do Litoral
 - Rotas fluviais (locais)
 - - - Rotas fluviais (longa distância)
 - Ribeira do Tronco





des.47
Estratégia de relações visuais entre o existente e a proposta.

(Elaboração Gráfica do autor, a partir das bases especificadas no capítulo das observações)

LEGENDA:

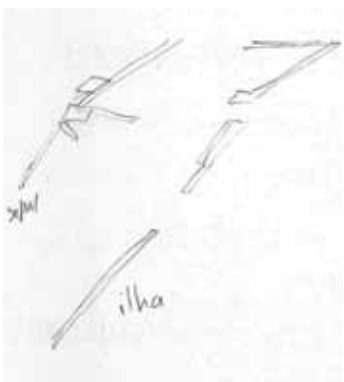
- Existente:
- 01 - Mar
 - 02 - Barra
 - 03 - Monte da antiga armação de Bias
 - 04 - Torre de Bias
 - 05 - ISN
 - 06 - Antiga bateria militar | mirantes zona histórica
 - 07 - Igreja Na. Sra. do Carmo
 - 08 - Eixo visual do Canal/Porto
 - 09 - Eixo visual da Rua da Liberdade
 - 10 - Salinas e serra ao fundo
 - 11 - Ilha de Tavira
 - 12 - Ilha da Armonia/Olhão ao fundo

- Proposto:
- P01 - Cais mirante na ilha
 - P02 - Cais mirante nas salinas
 - P03 - Cais na Arte Nova - "pangaio"

- Relações visuais com a envolvente
- - - - -> Relações visuais da proposta
- Ecovia do Litoral
- Caminhos/trilhos
- Rotas fluviais
- Linha de máxima preia-mar
- Zona entre marés
- Linha mínima de baixa-mar



TRÊS CAIS



Primeiro esquisso dos cais nas salinas e na ilha

O cais surge como possibilidade de relacionar o meio terrestre e marítimo/lagunar, oferecendo um meio de interface infraestruturado, capaz de induzir a uma variada complexidade de relações e percursos, que podem ser livremente descobertos ou premeditados. A estrutura de cais palafítico revela-se, pela investigação efetuada e pelo estudo de diversos casos de estudo, o melhor e mais adequado método construtivo para implantação em espaços lagunares de sapal e duna, uma vez que são executados com recurso a uma pequena quantidade de esbeltos elementos construtivos, conjugados de forma intrincada e engenhosa, o que lhes garante uma rigidez e robustez capaz de resistir à dinâmica, por vezes rigorosa do clima. Ainda assim, e pela efemeridade própria deste tipo de estruturas, uma vez que a sua materialidade é perecível - madeira com recurso pontual a pequenos elementos metálicos - é importante encarar essa metamorfose como premissa para qualquer intervenção que a ela recorra. Não deixa de ser interessante a capacidade de

resistir ao tempo que estas estruturas têm demonstrado, não pela continuidade física dos seculares cais, mas acima de tudo a resistência e continuidade do método construtivo, não só em Portugal, mas também por todo o mundo. Efetivamente revela uma leveza e resiliência a fenómenos de cheia, enxurrada, sísmicos, de ventos fortes, erosão, entre outros - que permite continuar a utilizar-se como hipótese mais económica e mais adequada aos processos de regeneração e equilíbrio natural dos ecossistemas, das suas espécies animais e vegetais e dos seus elementos geológicos.

Para o projeto em estudo, o cais palafítico, assegura uma continuidade com a reminiscência dos antigos cais da Fuzeta alguns deles fotografados e ainda presentes na memória de muitos Fuzetenses, e ainda do topónimo "Porto de Pau", bem próximo a poente da vila.



Pertencentes ancestralmente a este território, estas estruturas revelam a sua efemeridade material e paradoxal continuidade enquanto método construtivo, que recorrentemente é utilizado, quer em estruturas de carácter efêmero para apoio às atividades de recolção de mariscos e pesca, quer na própria construção das infraestruturas de apoio balnear, muitas delas também legisladas para serem de carácter temporário, uma vez que devem ser retiradas da ilha no inverno.

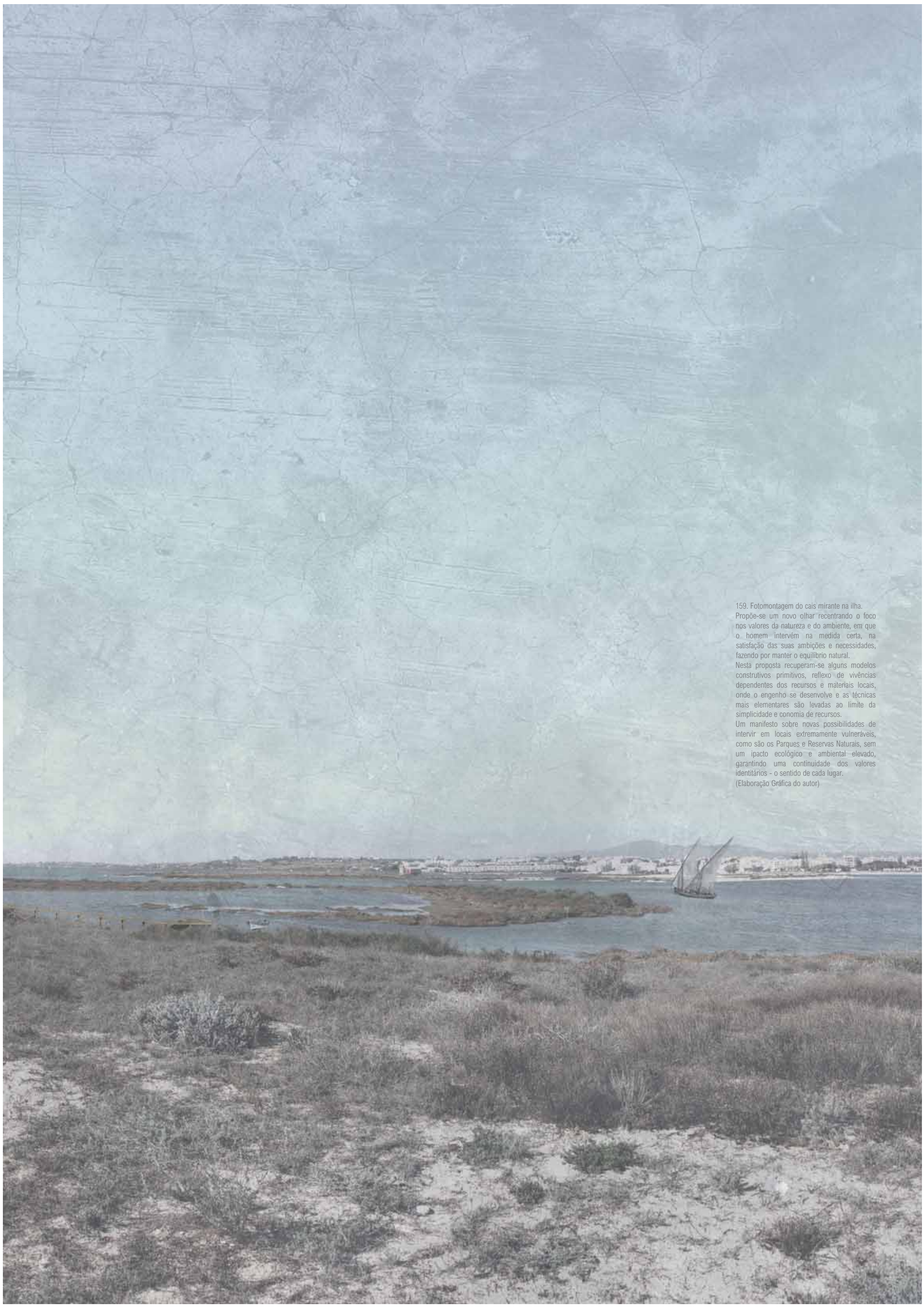
São assim propostas três estruturas de cais que garantem o apoio aos percursos propostos, permitindo várias possibilidades na utilização de meios de transporte diversificados. Estas peças arquitetónicas são concebidas e localizadas em pontos de extrema importância no território, uma vez que se constituem como espaços âncora na definição de uma paisagem complexa, constituída por vários ambientes e inter-relações. A proposta valoriza não só,

espaços que apresentam uma elevada facilidade de acesso, quer por meio de caminhos terrestres, quer de canais fluviais; mas também que influenciaram historicamente e culturalmente a definição da Fuzeta enquanto lugar e da sua paisagem envolvente. Dá-se relevo às atividades tradicionais que resistem na cultura local, oferecendo condições de utilização destas estruturas como meio operativo para a um reforço da sua existência, e integra-se nesse cotidiano uma afluência de novos utentes - os forasteiros - que gozam de uma interação *in loco* com as atividades artesanais, e com a paisagem onde elas se desenvolvem. Desenham-se espaços multifuncionais que potenciam novos usos, baseando-se num princípio de espaço disponível para apropriações diversas ao longo do tempo, e que oferecem conforto para os trabalhadores e para os turistas.

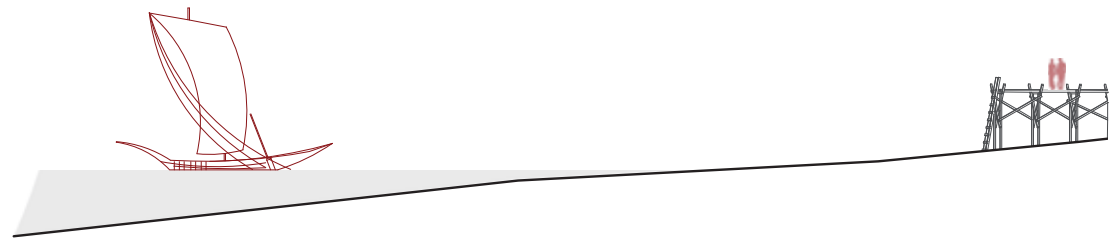
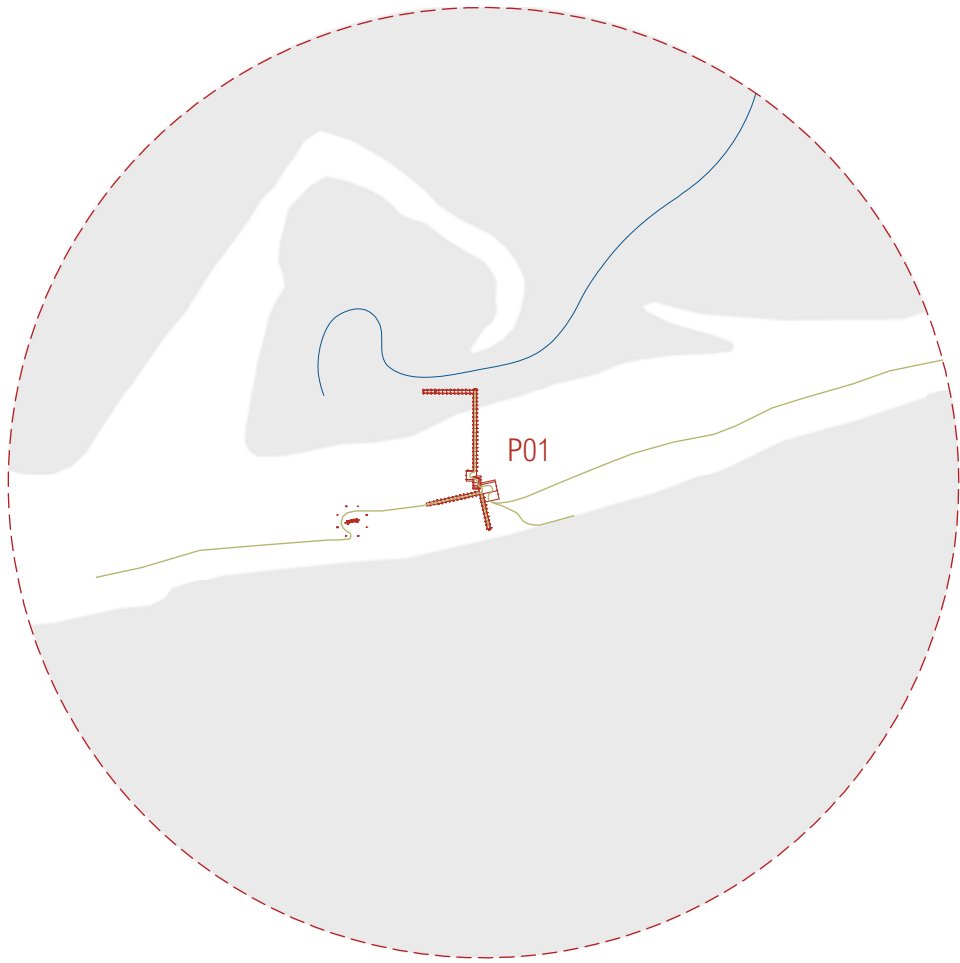
158. Localização dos três cais palafíticos, com as suas torres mirantes.
(Elaboração Gráfica do autor)



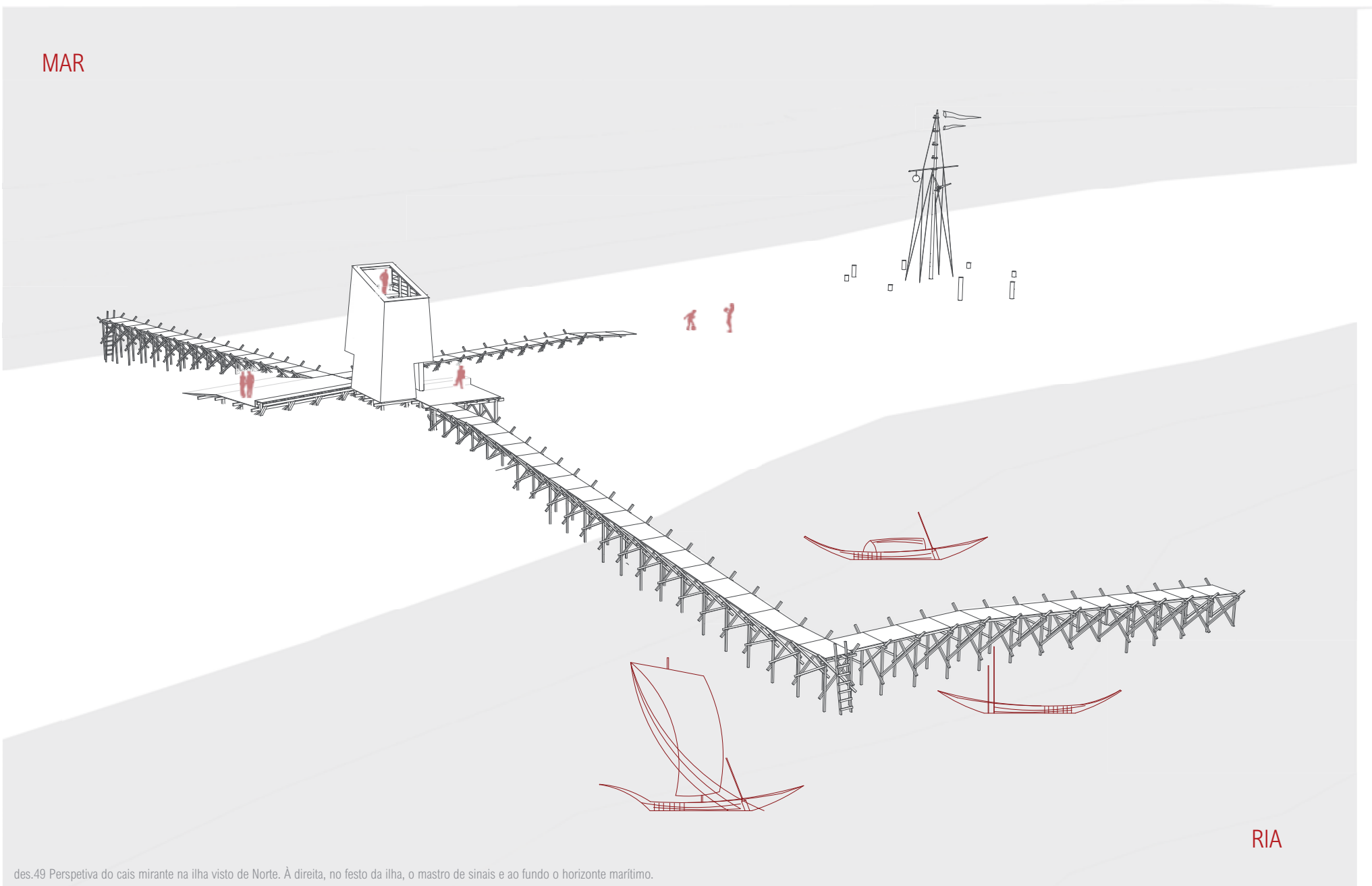




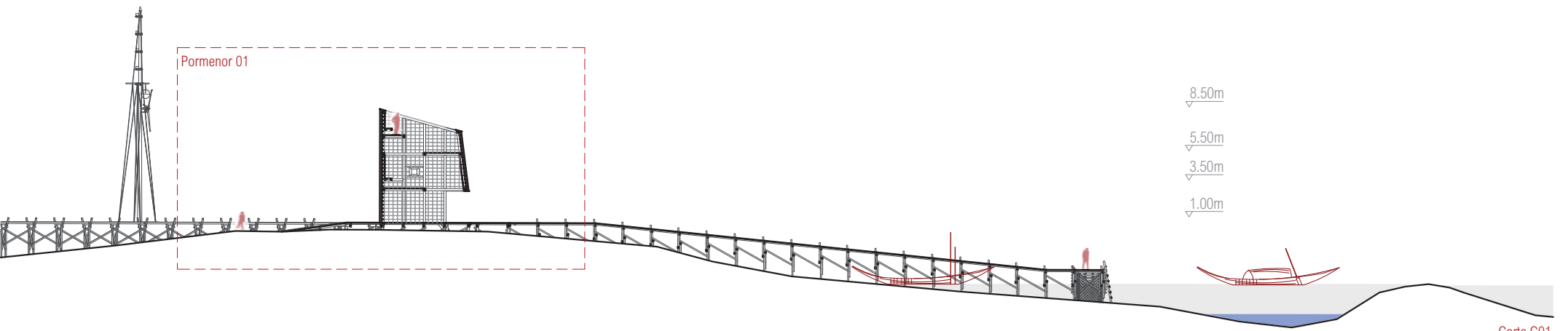
159. Fotomontagem do cais mirante na ilha. Propõe-se um novo olhar recentrando o foco nos valores da natureza e do ambiente, em que o homem intervém na medida certa, na satisfação das suas ambições e necessidades, fazendo por manter o equilíbrio natural. Nesta proposta recuperam-se alguns modelos construtivos primitivos, reflexo de vivências dependentes dos recursos e materiais locais, onde o engenho se desenvolve e as técnicas mais elementares são levadas ao limite da simplicidade e economia de recursos. Um manifesto sobre novas possibilidades de intervir em locais extremamente vulneráveis, como são os Parques e Reservas Naturais, sem um impacto ecológico e ambiental elevado, garantindo uma continuidade dos valores identitários - o sentido de cada lugar. (Elaboração Gráfica do autor)



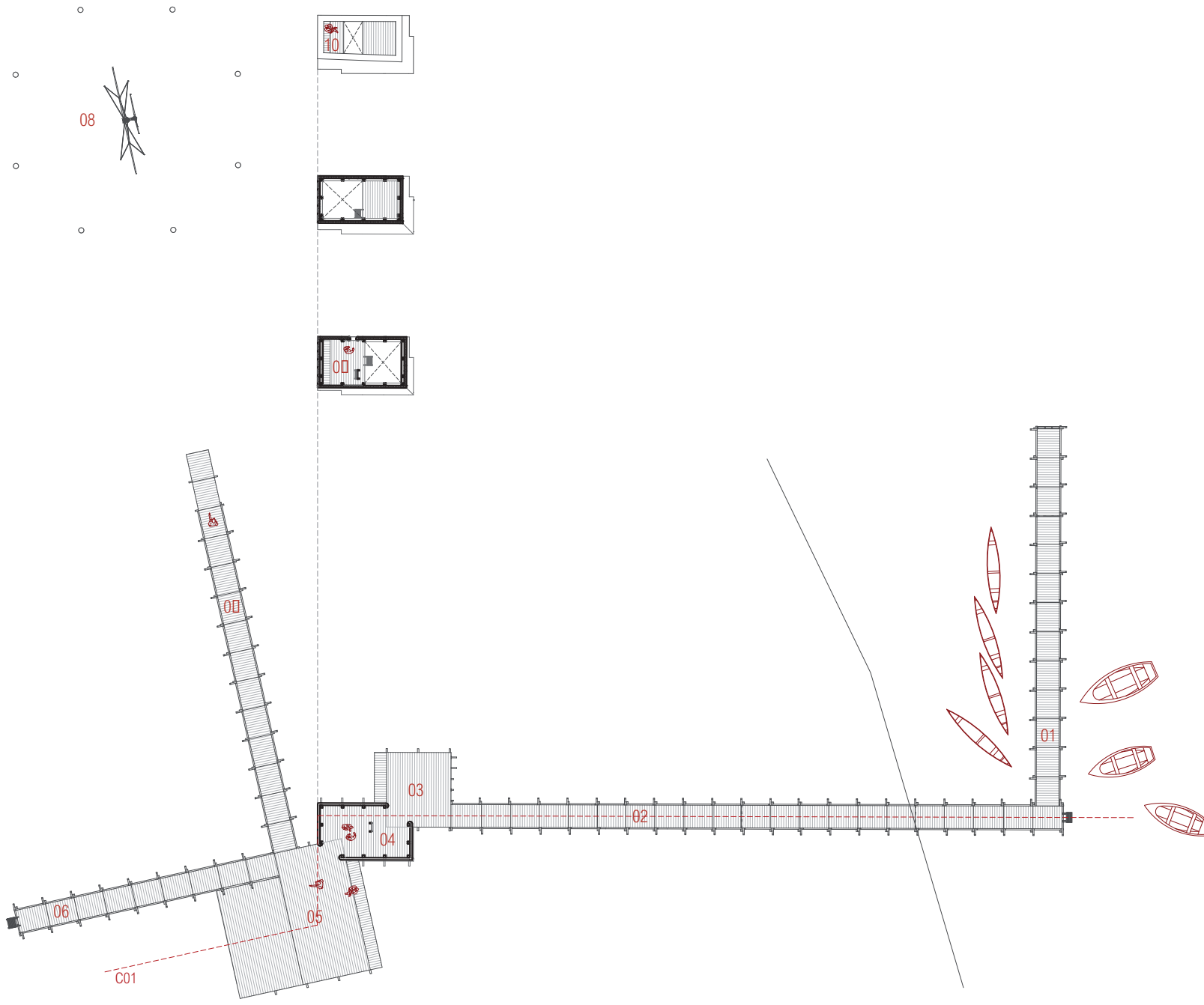
des.48 Planta de localização



des.49 Perspetiva do cais mirante na ilha visto de Norte. À direita, no fecho da ilha, o mastro de sinais e ao fundo o horizonte marítimo.



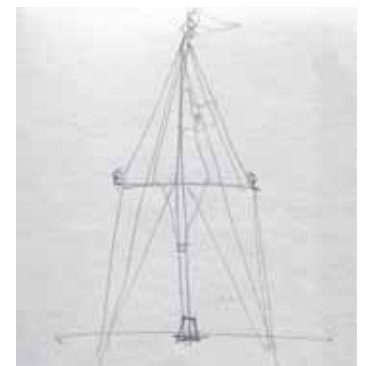
Corte C01



P01 Cais mirante na ilha
 Permite-se a subida a uma cota que oferece um foco em pontos essenciais do território, pondo-os em diálogo pelas relações que se podem observar entre eles. Accede-se à torre através de um cais palafítico que recebe os visitantes que chegam de barco a partir do canal navegável e os que chegam a pé a partir da ilha. Mais afastado e alinhado com o eixo visual da rua da liberdade, constrói-se um mastro de sinais à navegação, com produção de energia própria (eólica) para alimentação da sinalização luminosa à noite. Este mastro assume-se como a única peça tecnológica do projeto, pela sua função e seria fundado numa estaca de grande dimensão, por forma a constituir a única peça a permanecer, em caso de alteração morfológica do cordão dunar, podendo manter-se como marco da existência de uma estrutura que, pela sua própria efemeridade, acabou por desaparecer naturalmente.

LEQUEADA

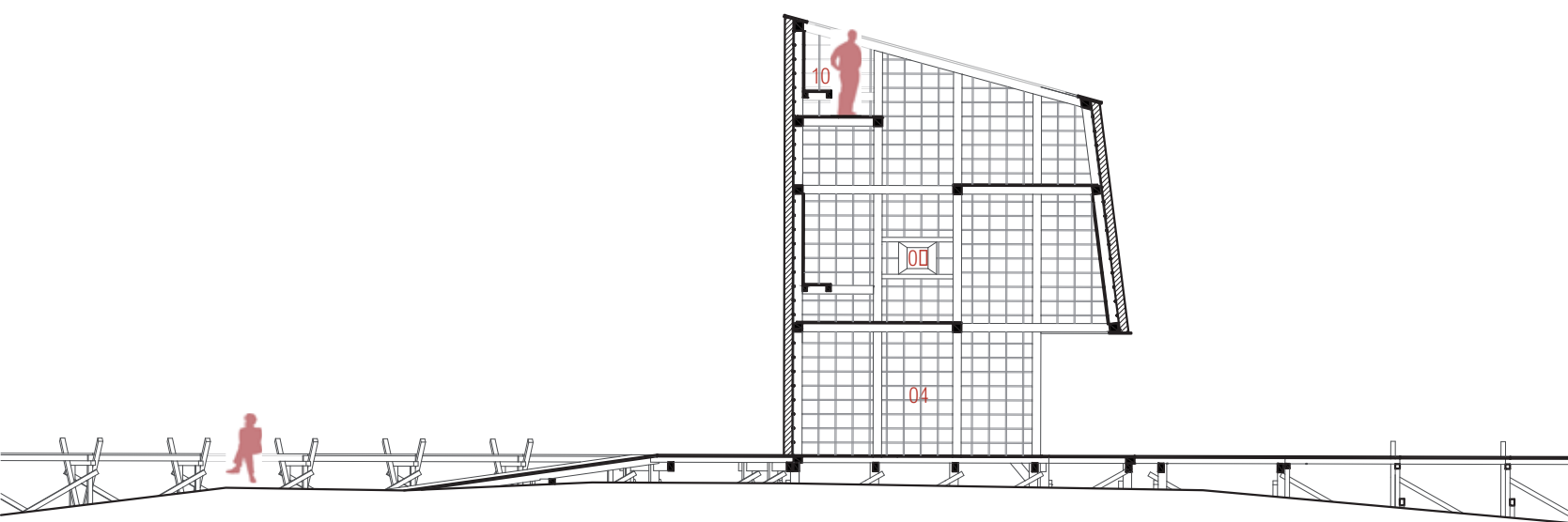
- 01
- 02
- 03 - Espaço de contemplação da ria
- 04 - Abrigo (Espaço coberto de acesso à torre)
- 05 - Praça do mar
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10



09 - Espaço de relação com o ISN
 10 - Mastro de sinais à navegação (explora a profundidade de campo até à serra)

(Elaboração Gráfica do autor)

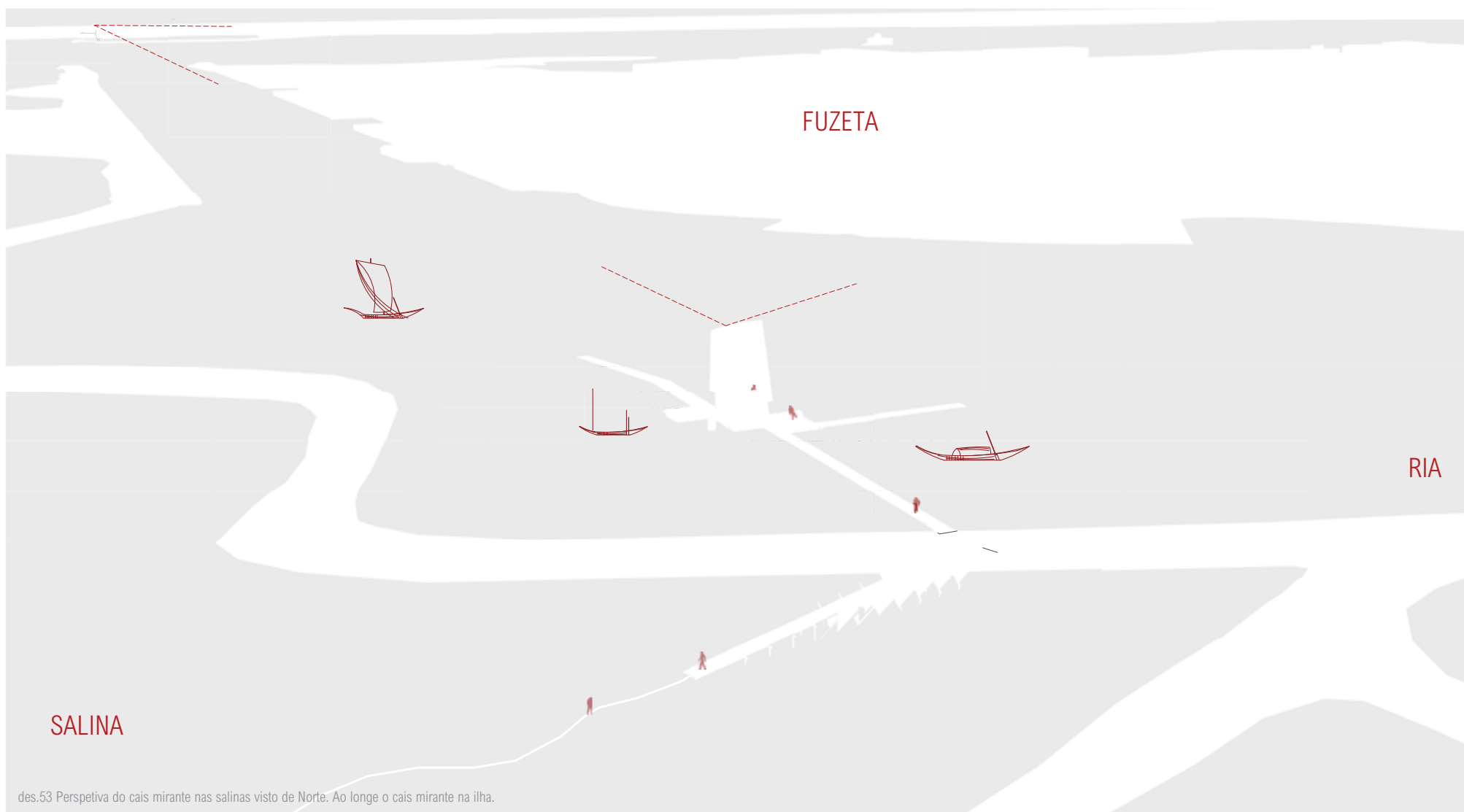
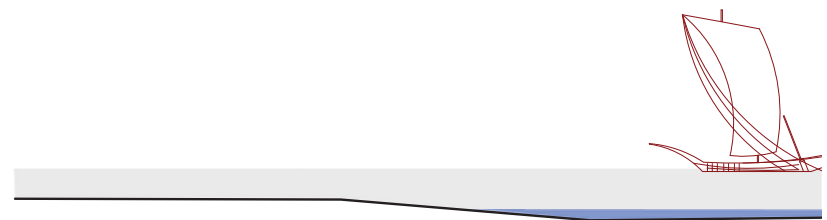
des.50 Desenho de implantação, com cortes horizontais por piso e corte vertical pela torre.



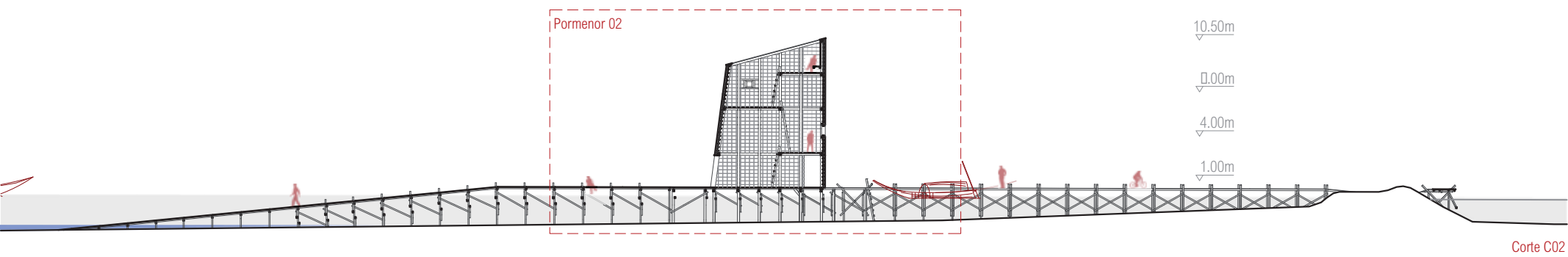
des.51 Pormenor 01 - Torre assente sobre o cais, com os seus vãos intencionalmente apontados à paisagem e inclinação do topo, abrindo a perspectiva a norte - à vila, ao campo e à serra.



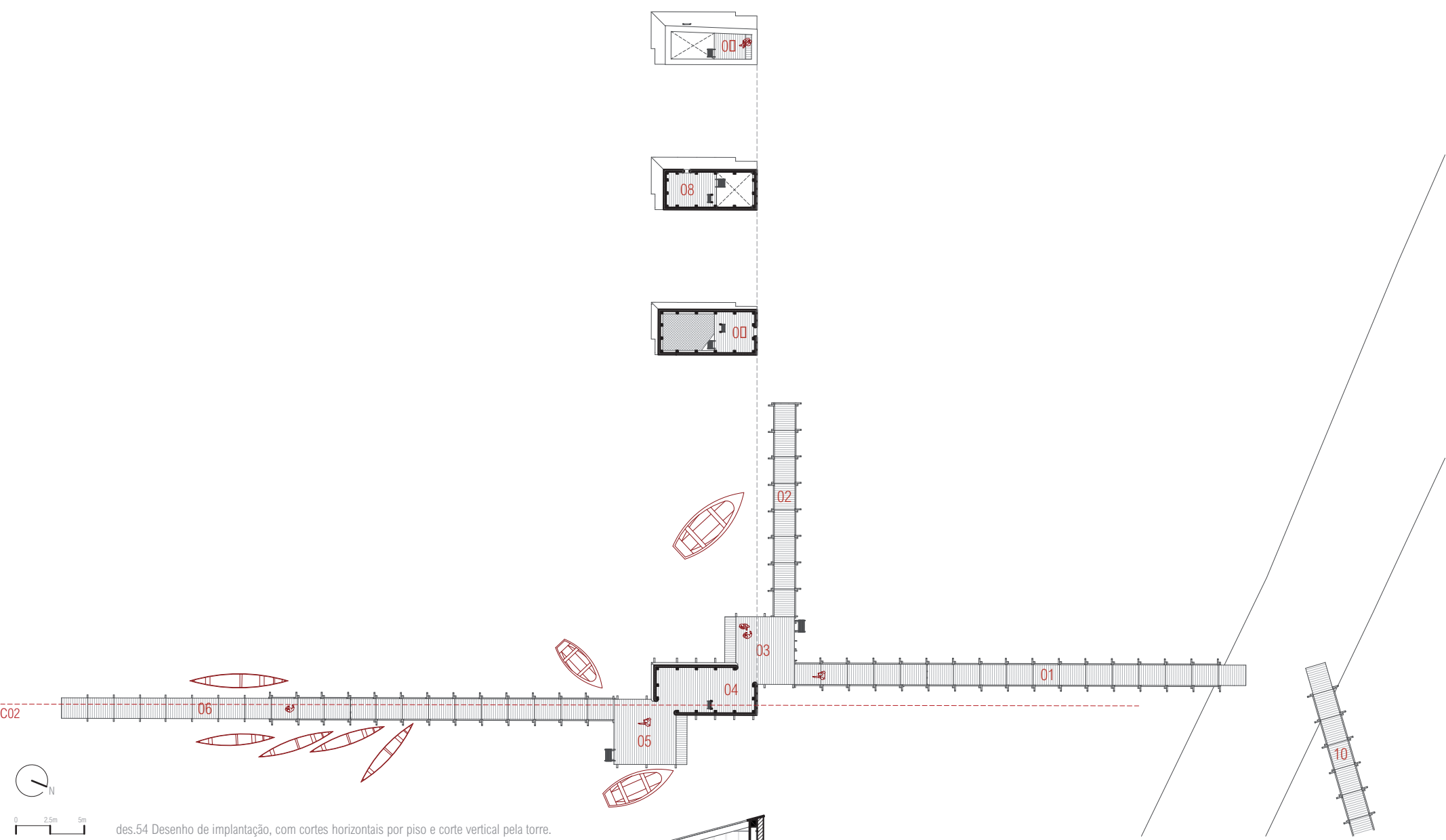
des.52 Planta de localização



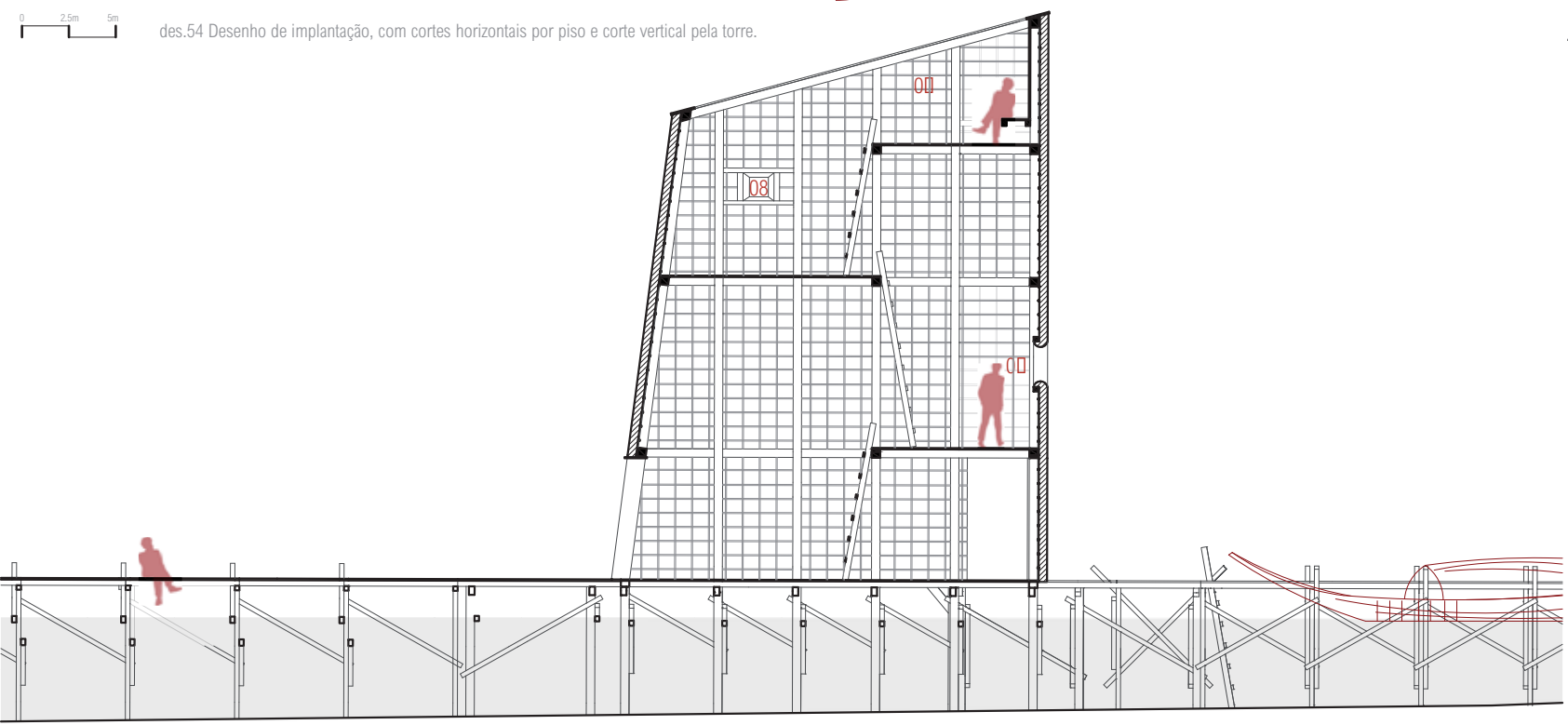
des.53 Perspetiva do cais mirante nas salinas visto de Norte. Ao longe o cais mirante na ilha.



Corte C02



des.54 Desenho de implantação, com cortes horizontais por piso e corte vertical pela torre.

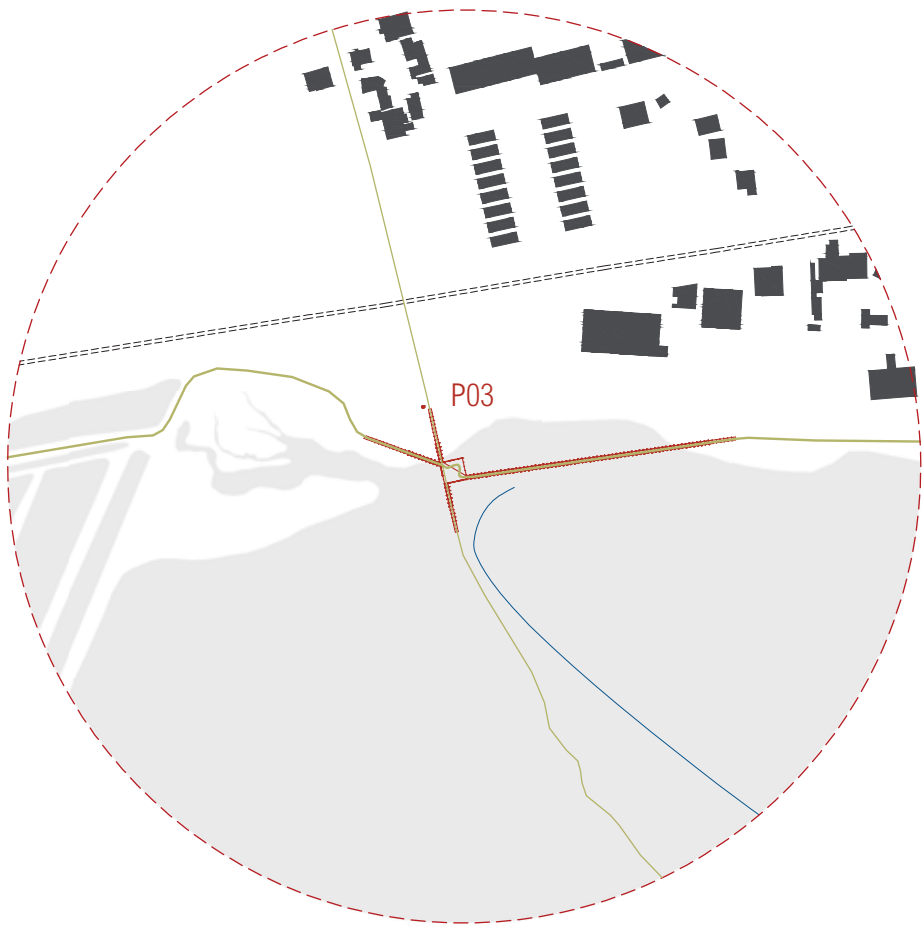


des.55 Pormenor 02 - Torre assente sobre o cais, com os seus vãos intencionalmente apontados à paisagem e inclinação do topo, abrindo a perspetiva a sul - à ria e ao mar.

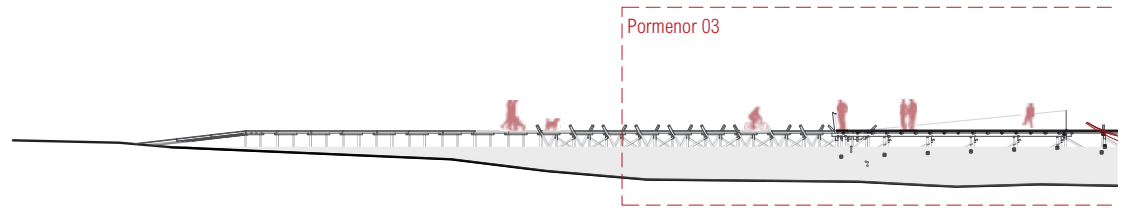
P02 Cais mirante nas salinas
 Permite-se a subida a uma cota que oferece um foco em pontos essenciais do território, pondo-os em diálogo pelas relações que se podem observar entre eles. Acede-se à torre através de um cais palafítico que recebe os visitantes que chegam de barco a partir do canal navegável e os que chegam a pé a partir do caminho dos moinhos de maré. Para dar continuidade ao percurso da ecovia é adicionada nesta intervenção uma ponte pedonal que atravessa a ribeira do tronco, aproximando o visitante aos moinhos de maré, à margem da ria formosa e a todo o esplendor do seu património natural.

- LEGEDA
- 01 - Espaço de contemplação das salinas
 - 02 - Abrigo (Espaço coberto de acesso à torre)
 - 03 - Espaço de contemplação aberto à ria
 - 04 - Rampa para o sapal (acesso varia com a maré)
 - 05 - Espaço de observação das aves nas salinas
 - 06 - Espaço dedicado à contemplação da Igreja.
 - 07 - Espaço de observação de campo até ao horizonte
 - 08 - Espaço de observação de campo até ao horizonte
 - 09 - Espaço de observação de campo até ao horizonte
 - 10 - Rampa de acesso à salina (banho salino)

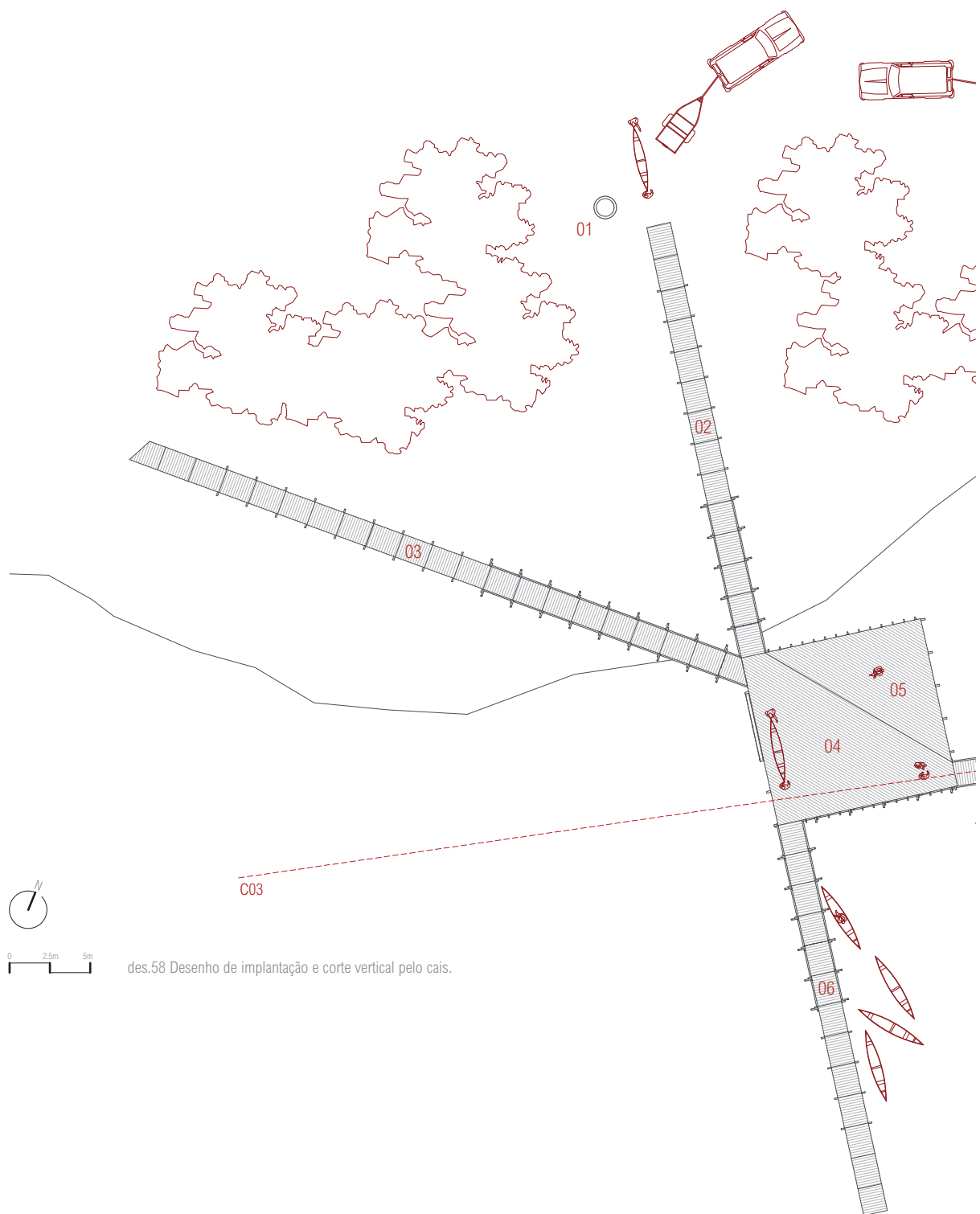
(Elaboração Gráfica do autor)



des.56 Planta de localização

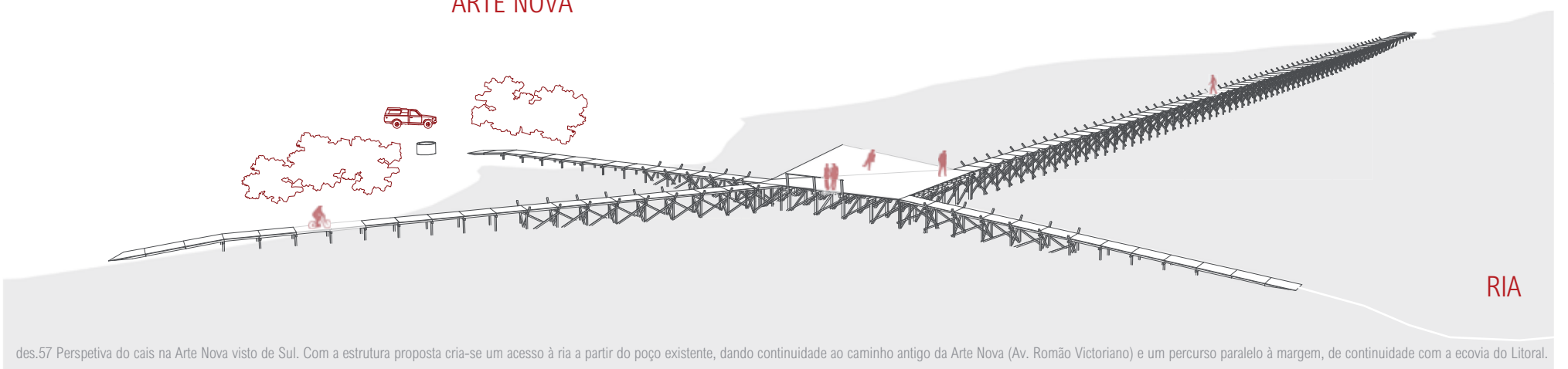


Pormenor 03

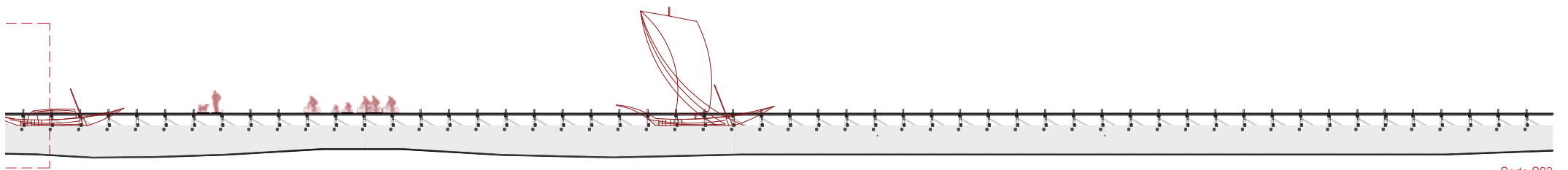


des.58 Desenho de implantação e corte vertical pelo cais.

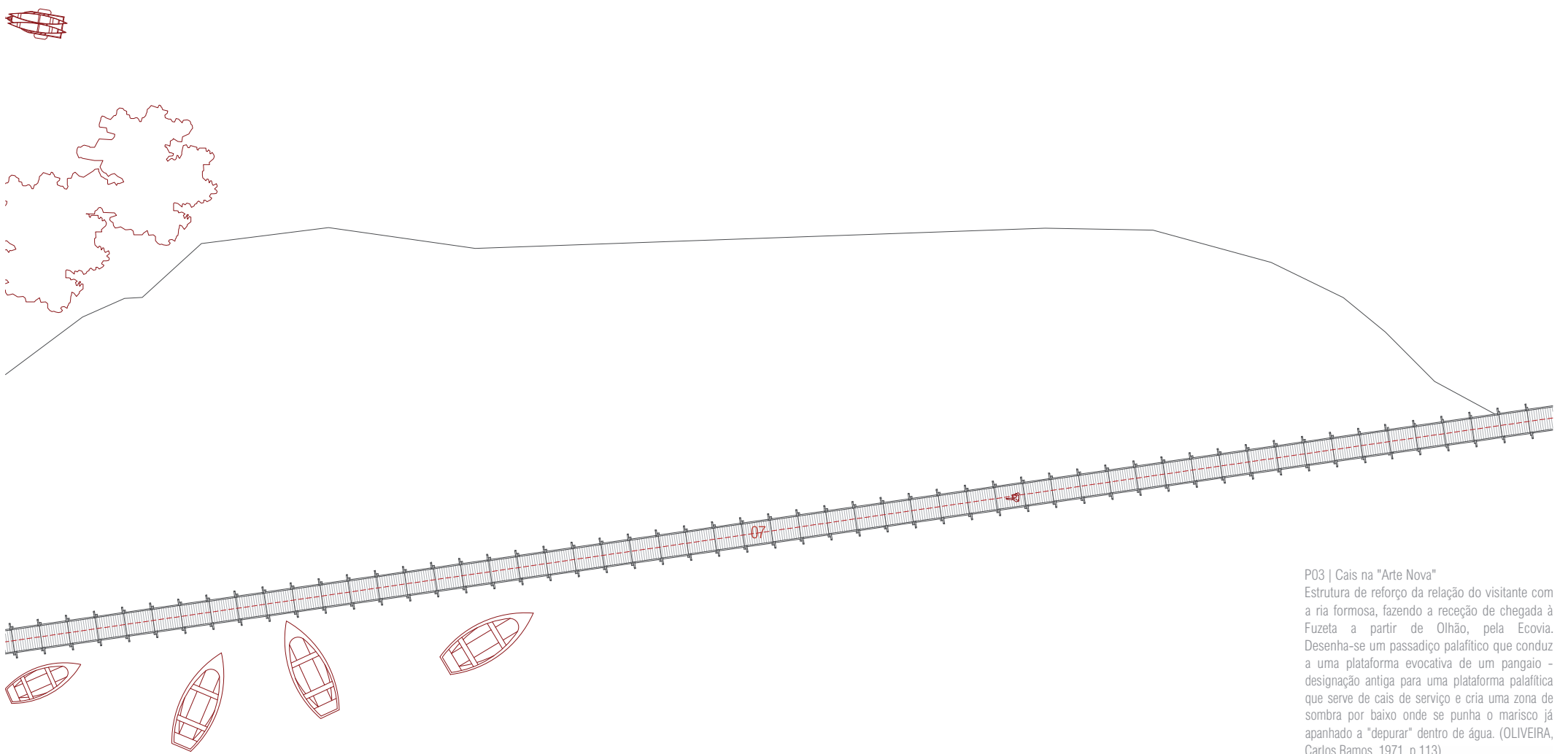
ARTE NOVA



des.57 Perspetiva do cais na Arte Nova visto de Sul. Com a estrutura proposta cria-se um acesso à ria a partir do poço existente, dando continuidade ao caminho antigo da Arte Nova (Av. Romão Victoriano) e um percurso paralelo à margem, de continuidade com a ecovia do Litoral.



Corte C03



P03 | Cais na "Arte Nova"
 Estrutura de reforço da relação do visitante com a ria formosa, fazendo a receção de chegada à Fuzeta a partir de Olhão, pela Ecovia. Desenha-se um passadiço palafítico que conduz a uma plataforma evocativa de um pangaio - designação antiga para uma plataforma palafítica que serve de cais de serviço e cria uma zona de sombra por baixo onde se punha o marisco já apanhado a "depurar" dentro de água. (OLIVEIRA, Carlos Ramos, 1971. p.113).



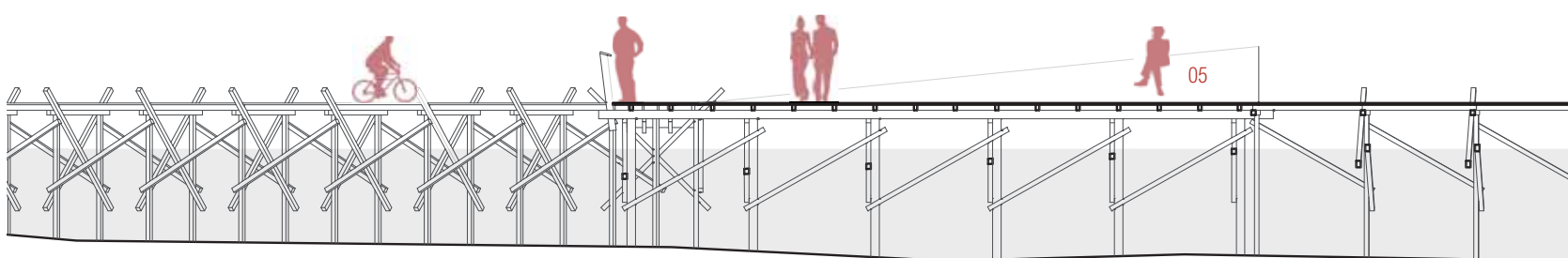
Fig. nº. 35 - Um "pangaio" de amação.

Ligeiramente inclina numa das pontas em forma de anfiteatro, convida a parar e descansar, simplesmente para usufruir do ambiente da ria formosa e descobrir as particularidades do lugar que viu outrora lançar-se uma armação de atum ao mar (Armação de Bias). Num gesto transversal, desenha-se um acesso de continuidade do caminho da Arte Nova, numa relação direta com o poço pré-existente, primitiva fonte de água potável para a população, estando hoje desativado e tapado, seguindo em direção ao sapal por meio de uma rampa que permite o acesso aos viveiros de marisco na maré vazia.

LEGENDA:

- 01 - Poço da Arte Nova
- 02 - Cais de acesso ao "pangaio"
- 03 - Passadiço da ecovia (lado de Olhão)
- 04 - "Pangaio"
- 05 - Plataforma inclinada em anfiteatro para sul.
- 06 - Rampa para o sapal
- 07 - Passadiço da ecovia (lado da Fuzeta - Tavira)

(Elaboração Gráfica do autor)



des.59 Pormenor 03 - Anfiteatro virado à antiga armação de Bias e guarda de descanso e observação da ria a poente.



O LUGAR DE ABRIGO

Na invocação de um espaço de habitar fundacional, que caiu em desuso no Algarve, ainda que tenha existido até à década de 60 em grande quantidade por diversas áreas do litoral, convoca-se a cabana como estrutura elementar de criação do abrigo. Efetivamente, e como já foi sobejamente contextualizado, a cabana constituiu uma das construções primitivas de muitos territórios por todo o mundo, uma vez que resultava da aplicação direta da técnica humana aos materiais no seu estado mais selvagem. A dependência direta entre a forma e a materialidade não deixavam muita margem para grandes variações de arquétipo, obrigando quase exclusivamente à conjugação de várias estruturas simples num complexo de abrigos, que veio a formar em vários lugares, pequenos aglomerados ulteriormente substituídos, pelo avanço da técnica e das condições de fixação no território, por casas de pedra e cal.

Os telhados de duas águas e até os “telhados de tesouro”¹⁴⁴, derivando da utilização de métodos construtivos da construção naval, revelam algumas semelhanças com o arquétipo da cabana, não só formalmente, mas acima de tudo conceptualmente. Resultam assim da criação de uma estrutura intrincada de elementos construtivos de madeira, justapostos com maior ou menor primor tecnológico, e que pela adição de subestruturas de cobertura, como o caso dos tabuados de madeira, os encaniçados e ainda os revestimentos cerâmicos - as telhas - permitem a conquista de espaços interiores abrigados dos agentes climáticos externos. A possível aplicação direta de uma cabana sobre uma casa de alvenaria parece fazer sentido, numa imagem figurativa, do que viria a ser um telhado de duas águas sobre uma casa de alvenaria nas vilas piscatórias que resultaram da substituição dos abrigos ancestrais. Sendo apenas uma suposição, não deixa de ser curiosa a relação entre necessidade de abrigo e utilização direta de uma tipologia construtiva já antiga e disseminada por todo o mundo.

A cabana desapareceu, e com ela todas as ambiências de uma arquitetura vernácula, específica de um território lagunar que oferece os materiais em abundância para a sua construção, e que hoje se encontra, em muitos casos, extremamente abandonado e à mercê da acumulação de detritos, quer vegetais, carcaças de animais mortos, restos de embarcações e estruturas arruinadas, quer de lixo. Retratam-se as áreas de crescimento dos juncos - materiais vegetais com os quais se faziam as coberturas das cabanas - , não como espaços exclusivamente degradados, mas como aglomerados de material disponível e que pode ser reaproveitado num olhar contemporâneo, garantindo que ele existe em quantidade suficiente para albergar os ecossistemas, mas também é limpo onde importa garantir a oxigenação e movimentação das águas pela influência da maré.

Revela-se assim um manancial de materiais de construção que podem servir de base para se repensar novas estruturas, de caráter temporário como a

própria durabilidade do material depois de colhido. Que permitem a construção e reinterpretação atual das antigas cabanas, recordadas por alguns habitantes da Fuzeta, velhos e de meia idade, como espaços pequenos e precários, mas acolhedores, frescos no Verão e temperados no inverno - Talvez pela saudade da infância que foi muitas vezes vivida em família num espaço de reunião exíguo, mas suficientemente confortável para um pequeno grupo de habitantes.

Recupera-se desta tipologia construtiva, para o presente projeto, a materialidade e técnica construtiva dos elementos estruturais e das coberturas, que virão a constituir espaços abrigados. Providenciarão assim o devido recolhimento para uma curta estadia á sobra ou abrigada da chuva e do vento, essencial em dias de rigor e instabilidade meteorológica.



¹⁴⁴ Santos, Ana Isabel Nascimento. Távira, Património do Mar - da ribeira à casa nobre de quinhentos - o caso dos telhados de tesouro. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura, Universidade de Évora. Évora, 2015



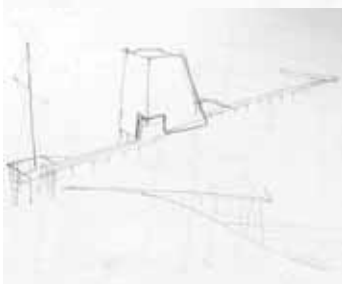
160. (esq.)
Aspeto exterior de uma cabana da Fuzeta. Note-se a textura resultante da aplicação do junco atado em molhos à estrutura de barrotes de madeira.
(fonte: Construções Primitivas em Portugal)

161. (dir.)
Fotomontagem do espaço exterior que antecede a entrada do mirante da ilha, pelo lado da ria. A materialidade e textura, com a consequência natural do efeito visual tosco que resulta de uma técnica artesanal, evoca e dialoga com a vegetação autóctone do lugar, como se pode apreender na imagem.
(Elaboração Gráfica do autor)

DOIS MIRANTES NA PAISAGEM



Primeiro esquisso do mirante nas salinas



Primeiros esboços do cais e mirante na ilha

A definição de pontos importantes no território não é uma novidade, como anteriormente explanado, e permite em cada momento na história, sintetizar as preocupações e dinâmicas cotidianas da sociedade. A evolução da técnica e da tecnologia tem vindo a permitir a conquista da comunicação de longo alcance, com as ondas de rádio, a internet, os sinais de satélite, entre outros. Não obstante todas as novas possibilidades, vitais até para a conquista do conhecimento e da segurança internacional, propõe-se, neste trabalho, recentrar o olhar sobre as relações de curta distância. As que permitem ao indivíduo estabelecer contacto com o meio envolvente, amplificando o seu alcance, sem recurso à tecnologia, e que lhe oferecem uma experiência individual de encontro com o território e com a escala da sua existência enquanto ser.

Imaginar um espaço de parque natural sem se recorrer a um mapa online ou à explicação numa *APP* do comportamento de um animal ou planta seria já um pouco intrigante. Mas porque não experimentar?

Recorrendo à observação como meio de encontro do indivíduo com o lugar, este projeto propõe dois novos lugares privilegiados, nunca antes evidenciados como tal, reforçando um sistema silenciosamente já existente que oferece um conjunto de perspetivas sobre a paisagem, e que permitem, pela associação de várias imagens captadas mentalmente, como num álbum de fotografias, encontrar fios condutores na definição dos elementos constituintes do lugar e em associação com outros semelhantes presentes no horizonte. Criam-se assim duas novas torres que se denominam de “mirantes”, como se de torres urbanas se tratasse. Há nelas uma

reminiscência dos mirantes de Olhão e da Fuzeta, outrora acrescentados à casa primitiva, por forma a conquistar um maior alcance visual, e assim servir de observatório meteorológico doméstico, ao que se adicionava o caráter de ultimo reduto na conquista de “um lugar ao sol” quando a malha urbana se densificava. Era também desta torre que as mulheres sabiam onde estava a “companha” da pesca onde o mestre, seu marido, estava ao comando, ou ainda onde o mesmo mestre, uma vez em terra, observava atentamente o mar e a passagem dos cardumes de atum de direito ou revés. No fundo, o mirante configurava-se uma peça fundamental na sobrevivência de uma série de famílias, a partir da “casa do mestre”. Não sendo apenas uma tipologia arquitetónica para os mestres, o que se confirma com uma imensa rede de mirantes existente em Olhão, assim como em Cádiz (estando estes classificados e configuram um património a preservar na cidade), os mirantes serviam também a navegação de cabotagem, principalmente para facilitar o contrabando que sempre se fez à revelia das autoridades. Fazia-se um controlo apertado da costa e das embarcações a navegar, não só a partir das alfandegas e postos fiscais de cada porto, mas também, e provavelmente mais assiduamente, a partir das casas dos contrabandistas. Reminiscências há também das torres militares que pontuam a costa, alinhadas em várias filhas paralelas ao oceano, estas localizavam-se em pontos estratégicos e funcionavam em rede, uma vez que o controlo e comunicação era feito por sinais de fumo e fogueiras, o que as apelidou de fochos. Uma terceira dimensão de semelhança realça o caráter de marco territorial que estes elementos de acentuada verticalidade assumem na paisagem.

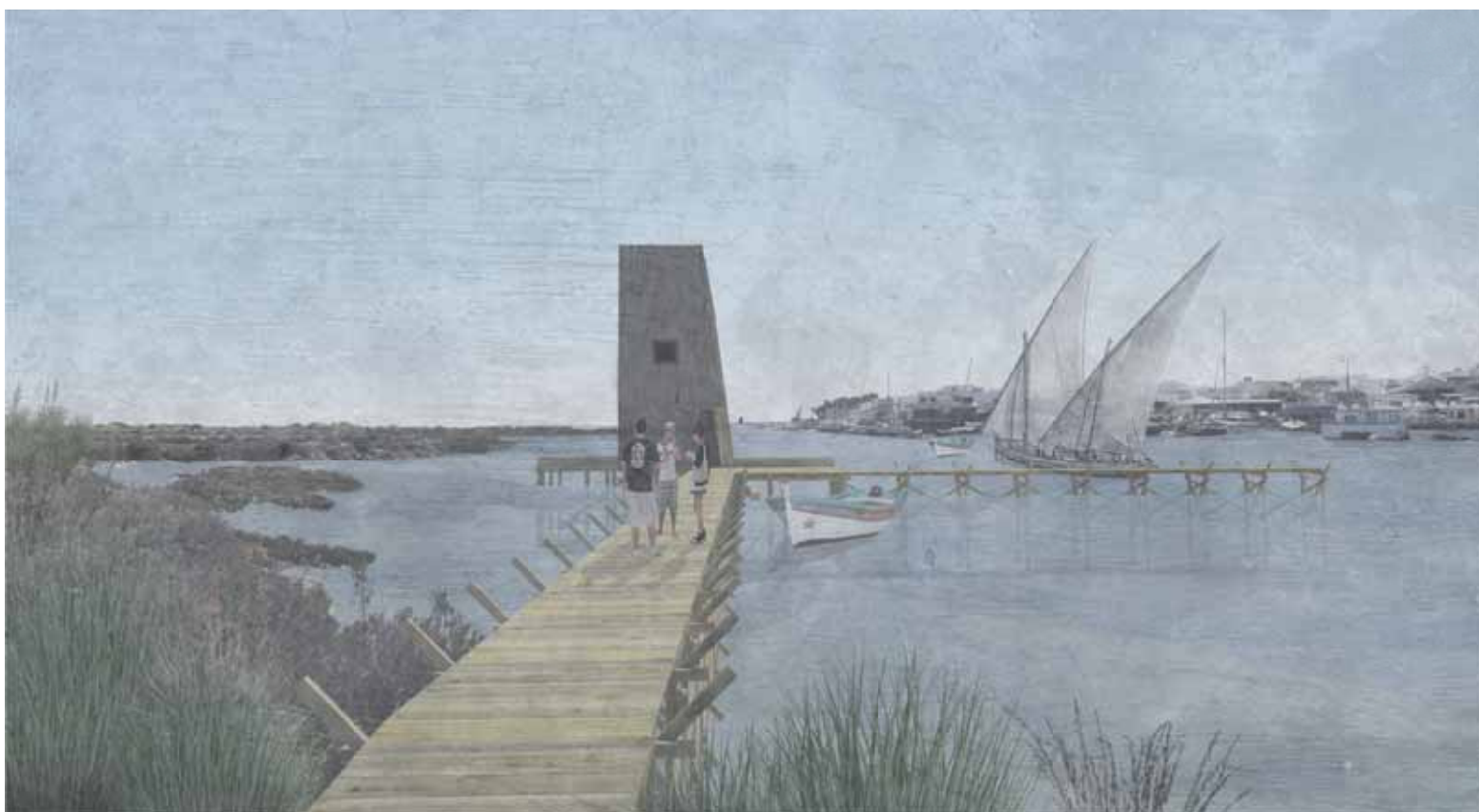


Estando o território marcado por torres (militares, marcos geodésicos, faróis, torres sineiras de igrejas, torres de pressão hidráulica (depósitos de água), torres de transporte de eletricidade em média e alta tensão, torres tecnológicas de controlo costeiro e radares, ou ainda antenas de rádio e telecomunicações), não será difícil de constatar o valor simbólico de domínio e imposição que estes elementos tem vindo a conquistar, ao longo dos séculos, sempre a ganhar altitude e maior alcance.

Num território como o da Fuzeta, em que é ainda possível revelar uma grande abrangência visual sobre a paisagem, muitas vezes com os “pés na terra”, ou apenas subindo uns escassos metros em altitude, torna-se essencial a compreensão dos fatores que permitiram a continuidade de uma baixa densidade urbana, a fim da sua manutenção enquanto aspeto diferenciador e qualificador do caráter distinto do lugar. A orografia e a geologia contribuem certamente para esta realidade, a par da prolongada dependência das atividades económicas da pesca, da exploração do sal e da agricultura. É ainda um importante contributo, a definição de apertadas áreas de proteção paisagística como são o Parque Natural da Ria Formosa, a REN (Reserva ecológica Nacional) e a RAN (Reserva agrícola Nacional). Havendo áreas de proteção que limitam o tipo de intervenção, seja ela de caráter arquitetónico, urbanístico, agrícola, piscatório, pecuário, entre outros, torna-se relevante entender a capacidade que estas áreas têm de sobreviver e até que ponto aguentam mais intervenção humana, sem limite de expansão e massificação. Antes de mais intervenção, que parece continuar a fazer-se sem a verdadeira noção da implicação futura dessas alterações nos ecossistemas e

na economia, que sofre constantemente com a necessidade de obras de dragagem para reconstrução das ilhas, a fim da proteção das construções mais próximas das áreas ameaçadas pelo oceano, muitas delas de construção bastante recente, é importante voltar a encarar o território ribeirinho como um recurso a resgatar e preservar, mais do que intensificar a sua exploração.

As duas torres mirantes do projeto surgem por forma a marcar dois pontos intensamente ligados à história do lugar, na definição de limites. O mirante das salinas marca assim o lugar preciso onde esta área produtiva construída sobre o sapal no início do séc. XX encontra o eixo do canal navegável - construção em betão, de grande envergadura, levada a cabo nos anos 60 do séc. XX, na continuidade do antigo cais de pedra, e que alterou indelevelmente a paisagem da foz da ribeira do Tronco, transformando uma praia sedimentar numa terraplanagem sem precedentes na vila - e onde passa a sofrer a influência da maré, transformando-se num território eminentemente de água e de lodo (encarado no projeto como um lugar de caráter terrestre com uma acentuada relação de interdependência com a ria). O mirante da ilha aparece no topo oposto do eixo do canal e marca o momento da transição entre o sistema lagunar a norte da ilha da Armona e o oceano Atlântico a Sul, implantando-se na linha de fecho do cordão dunar (encarado no projeto como um lugar de caráter marítimo, ainda que esteja implantado no cordão dunar, de caráter terrestre). A cota do pavimento acessível de cada mirante difere consoante a sua localização, dependendo da relação que se pretende estabelecer com o lugar, e deste com a paisagem envolvente, rumo ao horizonte.



162. (esq.)

Fotomontagem de simulação da atmosfera da envolvente do mirante da ilha. São desenhados espaços de estadia, que permitem aproveitar das áreas de sombra, que mudam substancialmente ao longo do dia e do ano. Percebe-se também o espaço interior do mirante.

(Elaboração Gráfica do autor)

163. (dir.)

Fotomontagem de simulação da atmosfera na chegada ao mirante das salinas, a aproximação pelo caminho dos moinhos. Ao fundo, no horizonte, permite-se vislumbrar o mirante da ilha, ganhando profundidade um território que parece extremamente próximo, face à real distância que representa realmente. O sapal e a ria ganham assim uma outra dimensão, pela adição de dois "termos de comparação" na paisagem.

(Elaboração Gráfica do autor)

REVELAÇÃO DE NOVOS OLHARES

“Que a realidade só existe quando a observamos não é novidade para a ciência”. Efetivamente é preciso uma dada realidade ser observada para que o homem tenha a noção plena da sua existência. Mas é também na subjetividade inerente ao ato de olhar, resultante de uma ação intuitiva ou premeditada, que reside a maior dificuldade e paradoxal riqueza para a definição de uma verdade. Na realidade não há verdades absolutas, até porque qualquer acessão visual do mundo depende sempre do observador, e constitui apenas uma “representação parcial” da realidade, “nasce da compreensão do existente, da procura dos seus significados e da consciência das qualidades essenciais do que existe”.¹⁴⁵

*“Os múltiplos territórios da vida da sociedade contemporânea reivindicam, como tudo o que se quer realmente conhecer, a abertura e disponibilidade para admitir novos olhares que decorrem de novas construções mentais que substituem as visões exíguas e equívocas anteriores. (...) procurando observar as várias vertentes que constituem um todo inalcançável, seleciona e autonomiza as problemáticas, os problemas e os pontos de vista específicos que permitem adjetivar cada uma das suas dimensões específicas.”*¹⁴⁶

Na Fuzeta, como em qualquer território “que se quer realmente conhecer”, é importante encarar a capacidade de observação como uma ferramenta de revelação das especificidades intrínsecas do lugar, muitas vezes camufladas pela sua essencialidade enquanto constituintes em equilíbrio com o meio. A conquista da distância é um fator importante, na medida em que permite um olhar crítico, exterior ao curto alcance das vicissitudes cotidianas. À escala da paisagem, muitas das perturbações que se afiguram de grande relevo para o homem, acabam por constituir apenas ruído que ofusca e desvia o olhar do que é essencial. Valendo-se desta particularidade, tem sido aberto caminho, com a promessa de um progresso alienado da realidade, à especulação e massificação de adições dissonantes ao território, muitas vezes perturbadoras de uma harmonia natural, e que em pouco têm contribuído para o real progresso das populações residentes, dos ecossistemas e do próprio território, com as suas particularidades. A acelerada substituição de culturas e tradições locais por dinâmicas globais, importadas de outros países de onde são originárias, revela um afastamento cada vez maior da ancestral ligação ao lugar e aos seus recursos endógenos. Ainda que seja em muitos casos importante a disseminação de novos modos de vida e da ambição de novos horizontes, é importante que esses processos de aculturação sejam sempre acompanhados de uma contextualização que demonstre a essencialidade das novas possibilidades, e principalmente quais as especificidades da sua criação, num determinado espaço físico/social e tempo. Só assim se permite a assimilação consciente do que é novo e que acaba por colonizar uma cultura.

Qualquer ato de desequilibrada ambição sobre o que vem de fora, em detrimento do que é ancestral e deu provas de resistir ao tempo, no seu contexto específico, acaba por constituir um “grito” que desorienta e acentua o desordenamento e o real progresso. Ainda que seja benéfico existir um olhar crítico e uma dinâmica propositiva na tentativa de contrariar a monotonia e estagnação, é igualmente vital a compreensão de um sentido de identidade, que organize um sistema de valores e que permita o vislumbre de uma perspetiva de progresso comum, em que a melhoria das condições é efetiva, não apenas para um restrito número de pessoas, mas para uma sociedade.

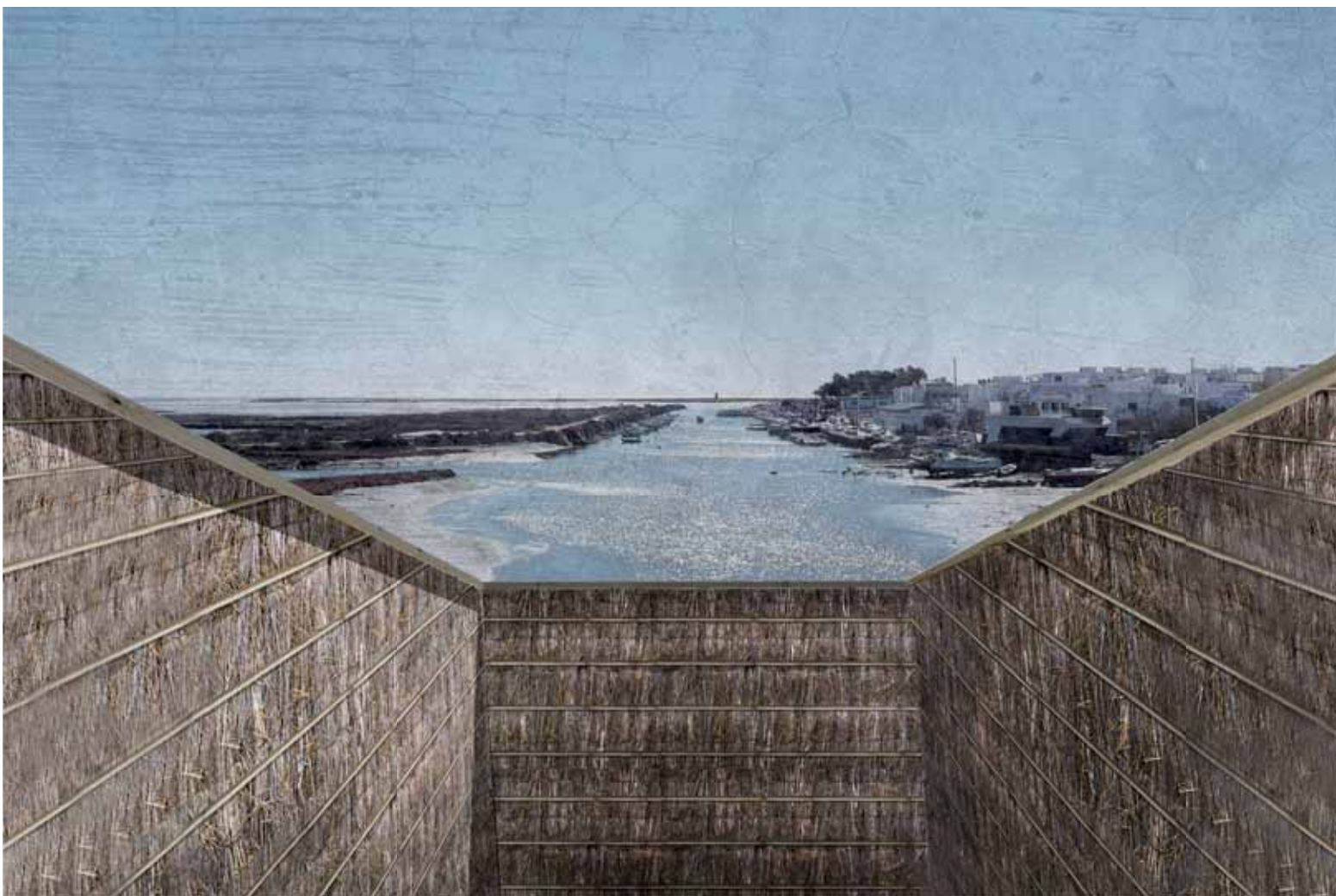
Este projeto tem por base a criação de três novas estruturas arquitetónicas, cirurgicamente posicionadas na paisagem, como num plano de “ataque militar” - dois mirantes e um anfiteatro palafítico - que funcionam em rede enquanto observatório da paisagem, e convidam à criação de novas relações visuais, culturais e afetivas com o lugar. Desvendam-se individualmente pela especificidade territorial em que se implantam, nas suas relações com o contexto, e pela materialidade e formas que assumem, em resposta à relação que tencionam estabelecer com a envolvente a curta, média e longa distância. Despertam especial interesse quando se apresentam em continuidade com diversas estruturas mais ou menos antigas que perduram na vila, no campo e na ria - como a torre militar de Bias; a torre da Igreja, os mirantes domésticos, o Instituto de socorros a náufragos, ou os moinhos de maré - como se de um projeto inacabado que recebe novas adições contemporâneas se tratasse. Resultam de uma sistemática e exaustiva investigação sobre as particularidades de cada contexto específico em que assentam, desde a fundação em estacaria até à cobertura, na tentativa de dissecação dos seus aspetos mais relevantes que permitirão a construção de uma identidade própria, proporcionando uma leitura e compreensão integrada do território a partir da soma das várias partes que o constituem enquanto lugar íntegro. Revela-se uma qualidade paisagística original/primitiva, que se mantém quase intocada e silenciosa - uma variável constante que tem sobrevivido à grande especulação e alteração dos lugares do litoral algarvio, mas que é cada vez mais importante a sua assimilação enquanto lugar de grande valor simbólico, ecológico e paisagístico para o futuro.

*“E assim me encontro numa viagem de descoberta. (...) Conduzir. Seduzir. Largar, dar liberdade. Para certo tipo de utilização é melhor e faz mais sentido criar calma, serenidade, um lugar onde não terão de correr e procurar a porta. Onde nada nos prende e podemos simplesmente existir.”*¹⁴⁷

¹⁴⁵ Território: Casa Comum, Morfologias e Dinâmicas do Território. Catálogo de Exposição. FAUP, 2015. ISBN: 978-989-8527-07-3. p. 18 a 19 (Várias citações no texto).

¹⁴⁶ Idem, p. 19

¹⁴⁷ ZUMTHOR, Peter. Atmosferas, Entornos arquitectónicos - As coisas que me rodeiam. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2006. p.45



164 (esq.)
Fotomontagem de simulação do enquadramento visual no topo do mirante das salinas, com localização do mirante da ilha a eixo do canal, implantado na linha de fecho do cordão dunar. A materialidade dos mirantes reinterpreta a materialidade das cabanas antigas, reforçando o seu carácter temporário, e por isso mutável ao longo da vida útil da estrutura. Esta opção técnica exige uma manutenção e substituição da cobertura em molhos de junco de 7 em 7 anos, como relatam os detalhes técnicos antigos, e um trabalho artesanal que evoca a sustentável mestria das construções navais e tradicionais de outros tempos.
(Elaboração Gráfica do autor)

165 (dir.)
Materialidade do interior de uma cabana, anos 60 (fonte: Construções Primitivas em Portugal)

REDESCOBERTA DO LUGAR

“Palavras, comparações, sinais devem criar um contexto para uma foto impressa num modo comparável; (...) Deve-se construir um sistema radical em torno da fotografia, de modo que ela possa ser contemplada em termos simultaneamente pessoais, políticos, económicos, dramáticos, cotidianos e históricos”¹⁴⁸.

A estratégia de projeto resulta da necessidade de recentrar o olhar sobre o “caos”, e reencontrar as especificidades - âncoras identitárias do lugar - por forma a propor um olhar crítico sobre o futuro que se ambiciona e constrói em cada passo de modernidade. A proposta de um sistema de “torres de vigia” e “cais”, outrora preparadas para resistir ao confronto bélico e às dinâmicas próprias do território, oferece-nos hoje, numa reinterpretação conceptual e poética, a possibilidade de redescobrir e compreender o território, com a adição de três novos “lugares para olhar”, em três pontos essenciais de intenso confronto de escalas e tempos, de intemporalidade, da génese e construção do lugar - o contacto entre a terra e o oceano. Numa linha que ganha a espessura e o encanto de um sistema lagunar, propõe-se a criação de um observatório em rede, a partir de três lugares distantes que põem em confronto com o Homem a sua ação sobre o território. Consequentemente, os seus sucessos e fracassos. Permite despertar novos olhares, pela criação de três novas âncoras à escala territorial, intensamente ligadas ao lugar na sua relação construtiva e dinâmica com a paisagem. Incentivam à deambulação como forma de sentir e desvendar relações de equilíbrio e beleza entre o indivíduo e a paisagem.

Dada a extensão e riqueza cultural e ambiental da paisagem lagunar, esta só pode ser apreendida numa proposta de projeto extensivo, integrado e que convide à interação e exploração “in loco” dos belíssimos requintes e caprichos da natureza. Pela assimilação de uma variedade de estruturas e ambientes pré-existentes é possível revelar características essenciais do lugar, testadas e afinadas em cada momento na história, mas com características tipológicas em comum. Assim sendo pode-se afirmar que o projeto já existe e requer um complemento atual (2018) para reforçar essas relações prévias. Assume-se ainda neste projeto uma ideia de continuidade que aceita a possibilidade de vir a existir novas estruturas no futuro, pela adaptação às dinâmicas do território e da construção humana.

O reencontro com a secular existência do homem no território litoral é uma premissa que veio a desmistificar a ideia de uma ocupação recente dos “areais à beira mar”, muito ambicionados atualmente para utilização estritamente balnear. As exigências atuais, impostas pelas dinâmicas turísticas, revelam-se neste projeto de uma forma mais natural, uma vez que é pensado para aproximar habitantes locais, trabalhadores e turistas num mesmo lugar comum que é concebido como intenso espaço de encontro com

a beleza pura da paisagem. Propõe-se a redescoberta do lugar através de um percurso - caminho de passeio e relaxamento, ou por outro lado de ligação entre dois pontos importantes do cotidiano - e que se pontua pela criação de três lugares de paragem, abrigo e contemplação, pensados como espaços para descansar, pensar, encontrar-se consigo e com o outro. Um desafio aos cinco sentidos, ao longo das várias estações do ano, captando cenários, sensações, texturas, cores, melodias, cheiros e sabores, e que se revelam harmoniosamente ao longo de um passeio pelo lugar - experiência que desvenda uma atmosfera que ultrapassa largamente a experiência vendida por fotografia numa agência de viagens.



¹⁴⁸ ZUMTHOR, Peter. Op. Cit., p.18 - Citação de "John Berger. About looking, writers and readers publishing, Londres, 1980; (Versão portuguesa: "Usos da fotografia" [1978], em Sobre o olhar, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2003, p.65)"



166. Maqueta escala 1/500

Área dos moinhos de maré, onde se vê à esquerda as salinas e no seu limite para a ria/área urbana, o cais mirante proposto.

Uma das três estruturas propostas, que encontram na adaptação ao seu lugar de implantação a razão das suas características arquitetónicas (forma, dimensão, materialidade, cor, luz, reflexos, relações de curta e longa distância...). Revelam então um lugar que, sendo o mesmo, pela a adição de uma nova peça arquitetónica, intensifica e estimula uma série de relações de proximidade e dependência ancestrais do homem ao território.

2019 (foto do autor)

TÉCNICAS E MATERIALIDADES

As antigas construções dos arraiais de pesca nas ilhas, dos abrigos e dos cais do sapal, de caráter efêmero, incorporavam os materiais disponíveis no lugar (madeira, junco, barrão, tamiça...), e davam-lhes uma nova forma. Empregando-lhes técnicas ancestrais de construção, passadas e aprimoradas continuamente ao longo de gerações, ganhavam as formas estritamente necessárias à função a que se destinavam. Num complexo raciocínio entre a técnica e o engenho, o homem encontrava inteligentemente o melhor método de transformação para cada material, desvendando muitas vezes a vocação própria de cada peça, atendendo à sua forma e dimensão, ainda no seu estado natural. Retirava da Natureza apenas o que servia para a construção do seu conforto, e testava “na pele” as soluções que era capaz de inventar. Obrigando a constantes afinações, as construções respondiam às necessidades e representavam um equilíbrio próprio da adaptação do homem ao lugar, sem os artificios tecnológicos contemporâneos. O mesmo se verificava na construção naval. Construía-se intrincadas e complexas estruturas de madeira, na tentativa de resistir sólidas à intempérie e força do mar, encarando sempre a leveza e ergonomia como a melhor forma de as enfrentar, integrando-se no movimento em vez de impor uma força estática, que constantemente se revela derrotada quando empregue ao longo da história, veja-se as estruturas colossais da história antiga. Na reminiscência das elegantes e leves velas de pano ao vento, das lanchas e caíques outrora aportados junto das ilhas nos canais e baixios da ria, permite-se idealizar uma inteligência do engenho humano, capaz de dialogar com as forças da natureza, retirando destas o melhor proveito e mantendo com elas um equilíbrio e beleza constantes.

“Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significativas com o existente. Para o novo poder encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago já não é o mesmo.”¹⁴⁹

Recuperando algumas das técnicas e materiais atualmente caídos em desuso, pela adaptação às novas exigências de conforto e às soluções tecnológicas disponíveis, é possível reinventá-los hoje em programas arquitetónicos que se descomprometem do regulamentar, pela sua vocação entre a escultura e a arquitetura. Testam-se novas possibilidades e reinterpreta-se atmosferas próprias e especiais, que se têm vindo a dissipar com a perda de exemplares antigos. Persistem apenas no imaginário e memórias passadas dos mais velhos. Recorre-se ao seu estudo com o indissociável alicerce da escassa, mas rica bibliografia existente sobre o tema; pergunta-se aos mais velhos as suas memórias de tempos idos que recordam

com paradoxal desapego e saudade, e encontra-se a liberdade para recriar e aplicar as formas, texturas, cores, cheiros e ambiências dessas imagens que nos chegam de forma impressa, digital ou imaginada.

“O conceito de efemeridade descreve-se numa tendência de técnicas de fazer mais com menos, numa constante evolução em direção ao uso mais rentabilizado de matéria, energia e tempo. Atitudes que se refletem numa real preocupação ambiental, minimizando o rasto físico da sua aparição. De facto, o equilíbrio entre a visão técnica, sensível e humanista assenta num respeito pelos recursos disponíveis.”¹⁵⁰

A madeira surge então, neste projeto, de uma forma quase implícita, como elemento estrutural, efêmero a longo prazo, mas resistente na função e longevidade pretendidas. Um material que requer uma manutenção periódica e que, por isso, assume o lugar primordial na definição da estrutura, uma vez que só fará sentido existir, enquanto o homem tiver interesse em cuidar do seu bem-estar e consequentemente do território que o sustenta. Uma manutenção de limpeza, reparação de peças, emprego de betumes e velaturas é o equivalente aos cuidados que sempre se levaram a cabo em séculos de navegação e descobertas. Os juncos, material de revestimento por excelência, surge como pele que uniformiza as coberturas de abrigo, permitindo uma permeabilidade controlada de ventilação e uma elevada impermeabilidade à chuva e vento. Tendo sido sempre utilizado como material abundante e intuitivo na construção das cabanas, quer nas ilhas, quer nos areais litorais, os juncos funcionam em “molhes” atados e sobrepostos, ancestralmente ligados com recurso a cordas de sisal e tamiça, e mais recentemente com arames. O seu sistema de funcionamento é semelhante à utilização de telhas cerâmicas, com a particularidade de constituir muito menos sobrecarga para a estrutura e de poder integrar formas com acentuadas inclinações sem risco de desprendimento. Encara-se a «Reversibilidade» como qualidade e a «Sustentabilidade» como regra, numa “filosofia de construir com a natureza para manter a dinâmica dos processos naturais”.¹⁵¹



¹⁴⁹ ZUMTHOR, Peter. Op. Cit., p.17

¹⁵⁰ CARNIDE, Sara Joana Ferreira. Arquiteturas expositivas efémeras, pavilhão temporário em Roma. Instituto Superior Técnico. Lisboa, 2012. p.12 (Excerto com citação de Jacques Ferrier - Architecture = durable. 30 architectes, 30 projets en Île-de-France. Éditions du Pavillon de l'Arsenal et Éditions A & J Picard. Paris, 2008, p.4).

¹⁵¹ RAMALHO, Miguel M. [et al.]. Carta Geológica simplificada do Parque Natural da Ria Formosa, Reserva Natural de Castro Marim e Vila Real de Santo António e região envolvente - notícia explicativa. Instituto geológico e mineiro e INETInovação, Instituto da Conservação da Natureza, 2003. ISBN: 978-972-676-206-5. p.31



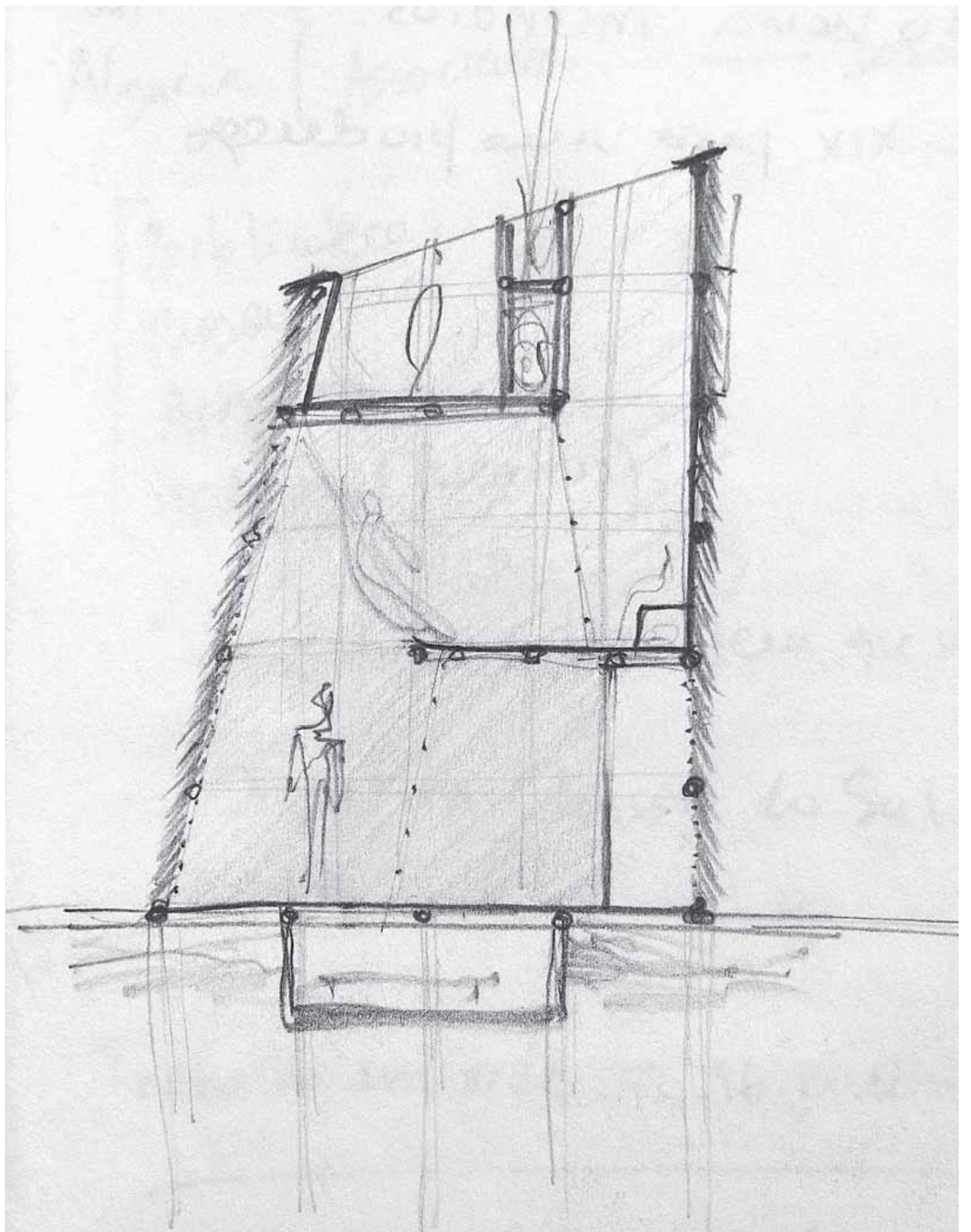
167. (página esq.)
Materialidade das salinas (sal, água, terra,
vegetação halófila...)
(foto do autor)

168. (cima esq.)
Ambiente da zona dos "olheiros da Taboeira" -
nascentes de água, segundo o novo aquilégio
de natureza cloretada sódica hipotermal - com
os juncos (*juncus acutus* e *juncus effusus*)
como vegetação predominante.
(foto do autor)

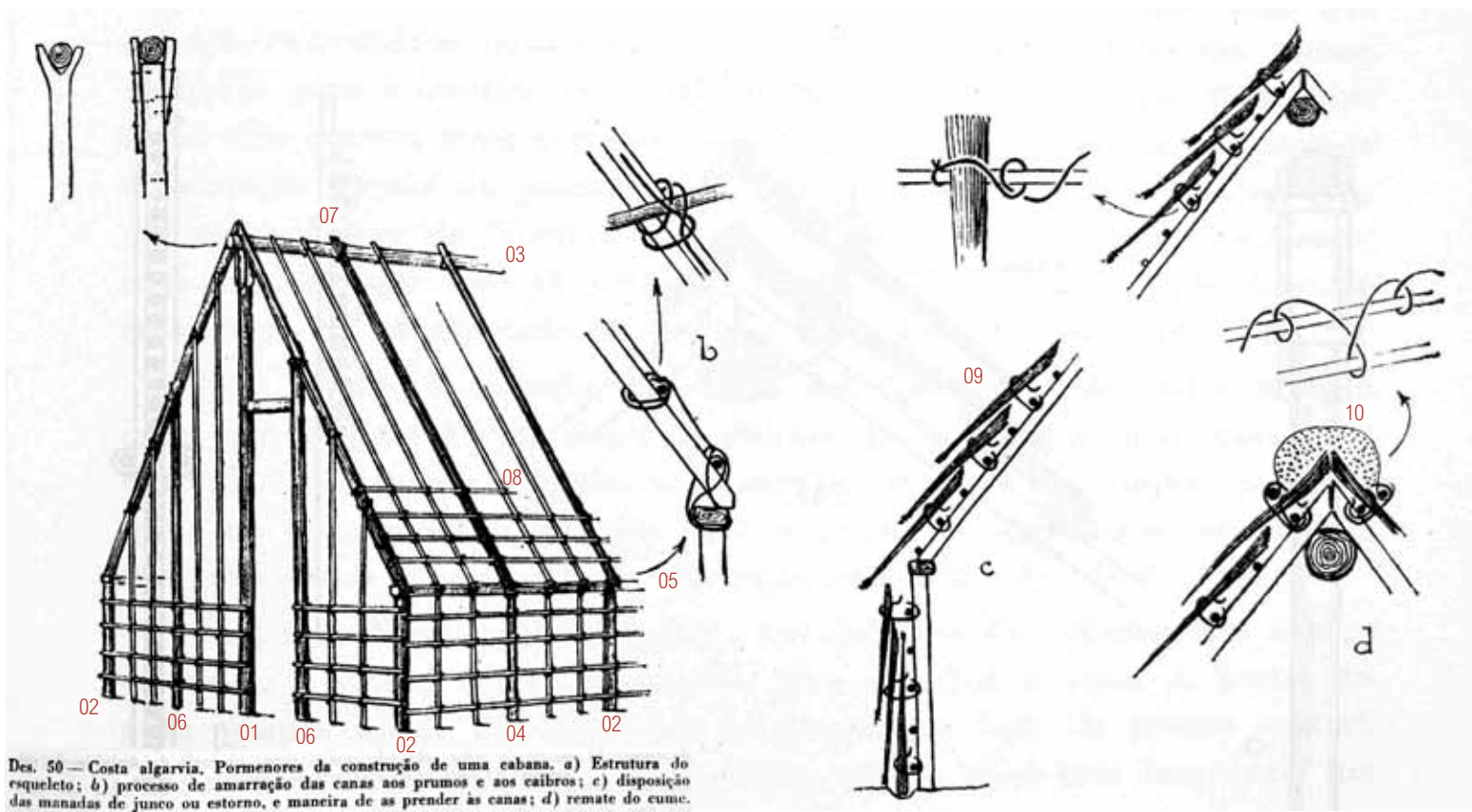
169 (cima dir.)
Mata - O bosque mediterrânico original que foi
sendo substituído pelos pinhais mistos com
pinheiro-bravo *Pinus pinaster* e pinheiro-manso
Pinus pinea, embora ainda subsistam alguns
exemplares de sobreiro *Quercus suber* e de
zambujo ou zambuieiro *Olea europea* var.
sylvestris, que correspondem a fragmentos do
antigo bosque climácico do sobreiral
termomediterrânico. (fonte: PNRF).
(foto do autor)

170. (baixo esq.)
Materialidades do sapal, com áreas de lodo,
água e areia. Vegetação aquática e terrestre,
dependendo da cota a que se encontram no
terreno, que difere na sua exposição à influência
da maré. À direita, em primeiro plano, uma
colónia de estorno (*Ammophila arenaria*) e à
esquerda as salicornias, na beira da água.
(foto do autor)

171. (baixo dir.)
Materialidade do cordão dunar, no lado exposto
ao mar, com vegetação rasteira, pioneira na
fixação da duna, areia, água e conchas de
bivalves.
(foto do autor)



172. Primeiro esquisso de um mirante com a introdução do método construtivo baseado no processo de construção das antigas cabanas com materiais vegetais, outrora fundadoras de arraiais e povoações nos areais do litoral sul.



Des. 50 — Costa algarvia. Pormenores da construção de uma cabana. a) Estrutura do esqueleto; b) processo de amarração das canas aos prumos e aos caibros; c) disposição das manadas de junco ou estorno, e maneira de as prender às canas; d) remate do cumo.

LEGENDA:

- 01 - Prumos altos
- 02 - Espeques de canto
- 03 - Trave de cumo
- 04 - Espeques das paredes laterais
- 05 - Dormentes (frechais)
- 06 - Espeques das empenas
- 07 - Caibros (paus de armar)
- 08 - Ripas de cana
- 09 - Revestimento de junco ou barrão
- 10 - Remate do cumo

No litoral algarvio, e nomeadamente nas praias de areia da costa e Ilhas do Centro e Sotavento, a Leste das arribas ocidentais, a partir da Armação da Pera, a construção deste tipo — as *cabanas* ou *palhotas*, de junco, estorno ou *barrão*, ou *palha* — tem grande relevo, e, em certos casos, documenta-se desde há séculos.

O revestimento das paredes e cobertura é feito com junco ou, sempre que possível, *barrão*. O primeiro provém geralmente de junciais particulares; o segundo é arrancado no areal, nos locais onde existe, e trazido por vezes de bastante longe.

Uma cabana bem construída pode durar, em local pouco exposto a temporais, cerca de 20 anos. A partir de então as reparações do revestimento tornam-se tão frequentes que é preferível substituí-la.

Um pescador dali informou que os espeques costumavam ser alcatroados na ponta que mergulhava na areia.

A ordem de colocação destas diferentes peças é a seguinte: os prumos da *trave* (cumo), os quatro espeques dos cantos, a *trave*, os espeques das paredes laterais, os *dormentes* (frechal), os espeques das empenas, os caibros, e finalmente as ripas de cana (Terra Estreita, Santa Luzia).

A dificuldade da obtenção de madeiras generalizou o costume de intercalar entre os espeques e os caibros, outros, de canas, simples ou duplas.

173 (cima)

Trechos do livro "Construções Primitivas em Portugal". Destacam-se algumas singularidades da construção das cabanas com materiais vegetais no Algarve, quer em pormenores construtivos desenhados, quer nas descrições explicativas em texto.

174. (baixo esq.)

Textura aproximada de cobertura com junco, estorno ou colmo. (fonte: internet)

175. (baixo dir.)

Corte de madeira num pinhal e pranchas de madeira de pinho em posição de secagem. (fonte: internet)



FORMA E FUNÇÃO

“Por necessidade de afirmação, de domínio ou marca territorial, trabalha a escala e é na dimensão e na implantação que assume, como objecto na paisagem construída ou natural, os seus mais expressivos valores formais. E assim se transforma de arquitectura em elemento de composição urbana, salientando, na racionalidade e uniformidade da arquitectura civil, a natureza do edifício singular”¹⁵²

¹⁵² COSTA, Alexandre Alves. Op. cit., p.12

Assumindo diversos aspetos formais próprios das arquiteturas primitivas do lugar, estas peças arquitetónicas propõem uma experiência contemporânea da secular paisagem da Ria Formosa, realçando a sua beleza natural. Implantadas cirurgicamente no território, realçam o seu carácter pavilhonar, em diálogo constante com as subtilezas de um território singular, marcado pelas suas dinâmicas morfológicas e ecológicas. A tipologia arquitetónica intui à exploração e compreensão da paisagem, como forma de recuperar a essencial ligação do homem ao lugar e aos seus recursos endógenos. Tirando partido de uma despreocupação assumida com as exigências regulamentares, própria destas estruturas sem um programa rígido e complexo, entre a arquitetura e a “escultura habitável”, exploram-se materialidades perdidas no tempo pela sua aparente rudimentaridade. Revelam-se alguns valores, da física à poética, aparentemente perdidos, de diversos materiais como a madeira, o junco, a areia, a água, o sal, a terra - que convidam à reflexão sobre a crescente dependência de materiais processados e geneticamente alterados, assim como a sua influência no ambiente, em detrimento do que é natural e específico de cada lugar no planeta. O sistema construtivo recupera as ancestrais formas de construir os cais e abrigos, numa inteligência e mestria próprios de uma condição de escassez de recursos, que obriga à sofisticação da técnica e enriquece o saber. A escala das intervenções é mediada entre a colossal medida da paisagem - da dimensão temporal, métrica, sensorial e imaterial das tradições/espírito do lugar - e a medida do corpo humano, na sua relação com o espaço de habitar.

“Para compreender a naturalidade desta casa é preciso voltar a esse início da medida, o espaço como derivado directamente do corpo e dos seus movimentos, dos gestos próximos e distantes que a ligam à terra”¹⁵³

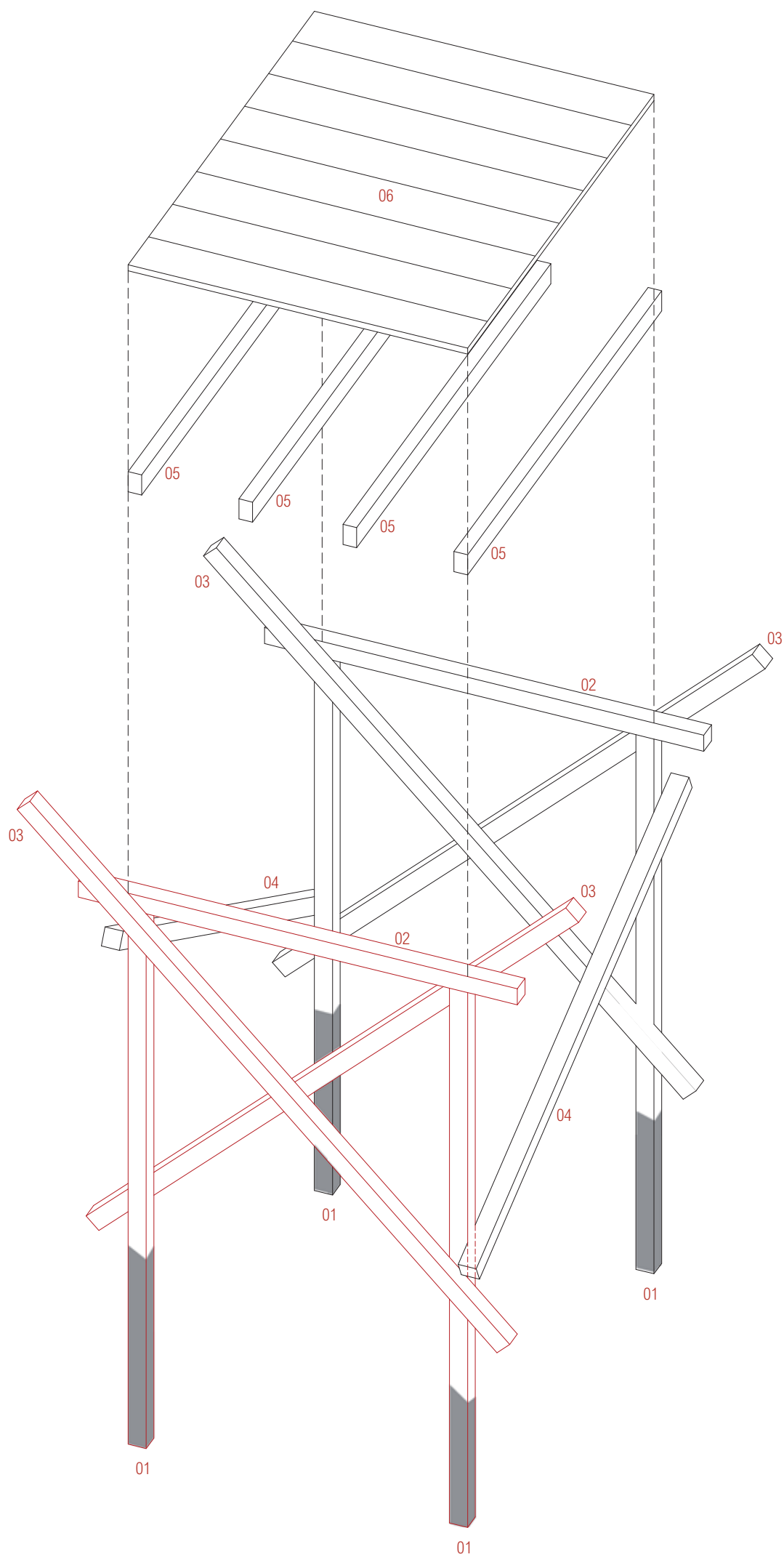
Desenhados segundo princípios lógicos de funcionalidade e diálogo com o lugar, quer os três cais, quer os dois mirantes assumem um carácter afirmativo na paisagem. Perdendo protagonismo e monumentalidade à escala territorial, recuperam-na à medida que nos aproximamos delas, revelando-se marcos de orientação e referenciação na abrangência visual da planura litoral. É no topo dos mirantes que se revela o mais importante fundamento da proposta, uma vez que permitem a “conquista” de um olhar

privilegiado, diferente do habitual, sobre a vila, o campo e o mar, aos quais se adiciona uma quarta entidade - o horizonte - invocação de um dilatado espaço físico e temporal, da escala do quotidiano à escala geológica, assim como metáfora da ambição e capacidade humana para o futuro. No percurso desde a atracagem aos cais, até à subida às plataformas de observação da paisagem no topo dos mirantes, é possível disfrutar de uma sequência de momentos e revelações, que se enfatizam através de pormenores arquitetónicos como aberturas pontuais dos espaços interiores à paisagem e aos seus ícones, ou enquadramentos visuais, que se convocam para o desenho do projeto, segundo uma atenta experiência prévia de deambulação e “inventariação” no lugar. A experiência transcende o mero passeio ocasional pelo paradisíaco território de águas cristalinas, revelando a riqueza e biodiversidade de ecossistemas e ambientes marinhos presentes no sistema lagunar da ria formosa. Num jogo de esconder e desvendar, pela subida e descida das marés, pela influência dos ventos e da luz no horizonte visual que o clareia ou desfoca, adiciona-se à equação a necessidade de conhecimento e interação com os fenómenos naturais da dinâmica do lugar. Sublima a utopia de uma pacificação entre o território, o homem e as suas ambições, num equilíbrio natural de construção de uma paisagem mais sustentável e bela.



¹⁵² João Soares - A minha cabana: construir a casa com as próprias mãos. Artigo publicado no Jornal Arquitectos 248, Set -- Dez 2013, p. 234-237.

¹⁵³ 176. Construção naval. A concepção de uma embarcação representa a continuidade de um legado milenar de conhecimentos e técnicas, que revela e aguça o engenho humano a procurar incessantemente novas formas e novas técnicas, na busca pelo melhor meio de se “afóitar aos mares”. Nas embarcações de madeira é visível a capacidade humana de transformar materiais recolhidos diretamente na natureza, apenas por meio da alteração da sua forma original e conjugação pontual com outros materiais, recorrendo a intrincados entalhes e jogos de forças, na síntese de um complexo sistema funcional flutuante. (foto: autor desconhecido)

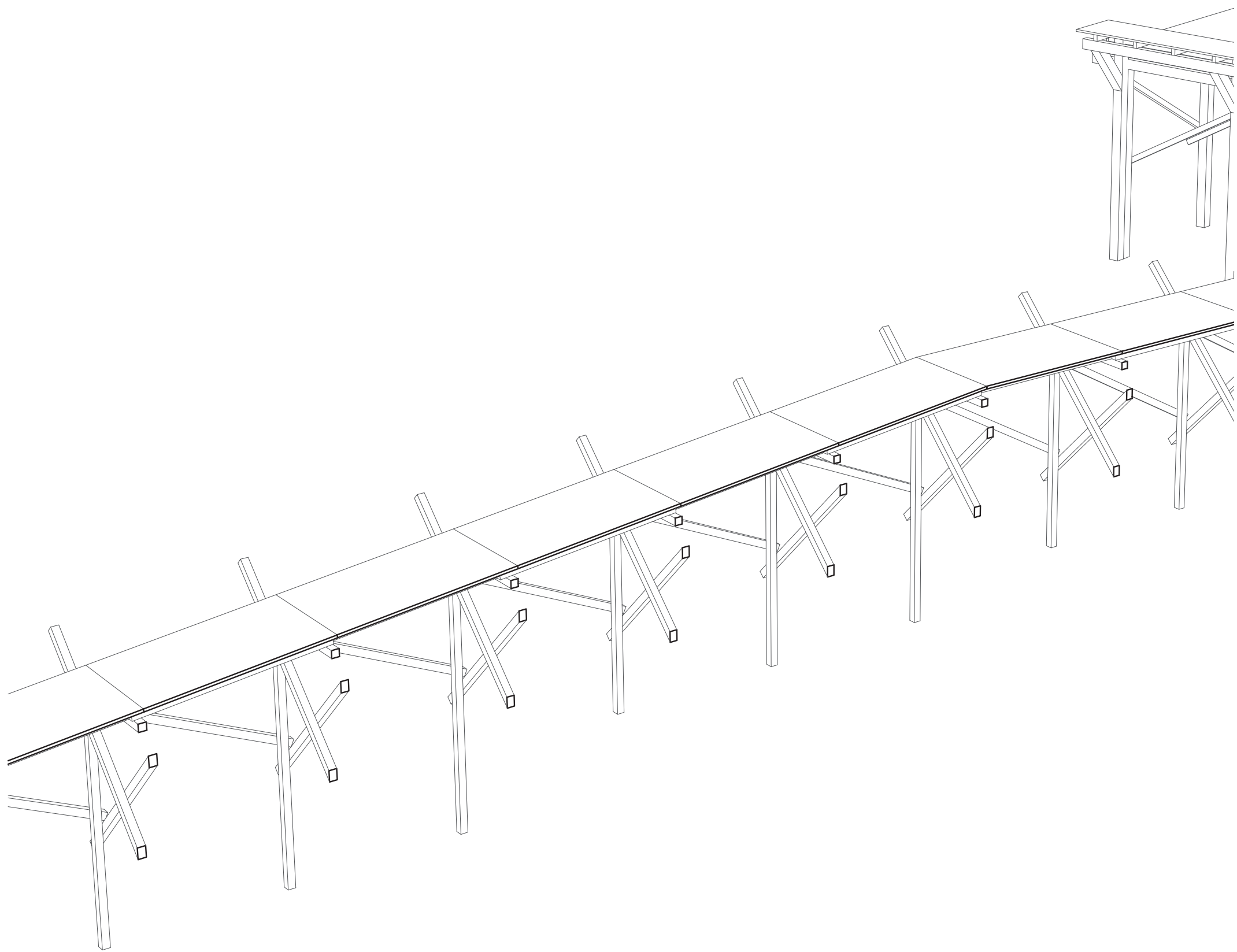


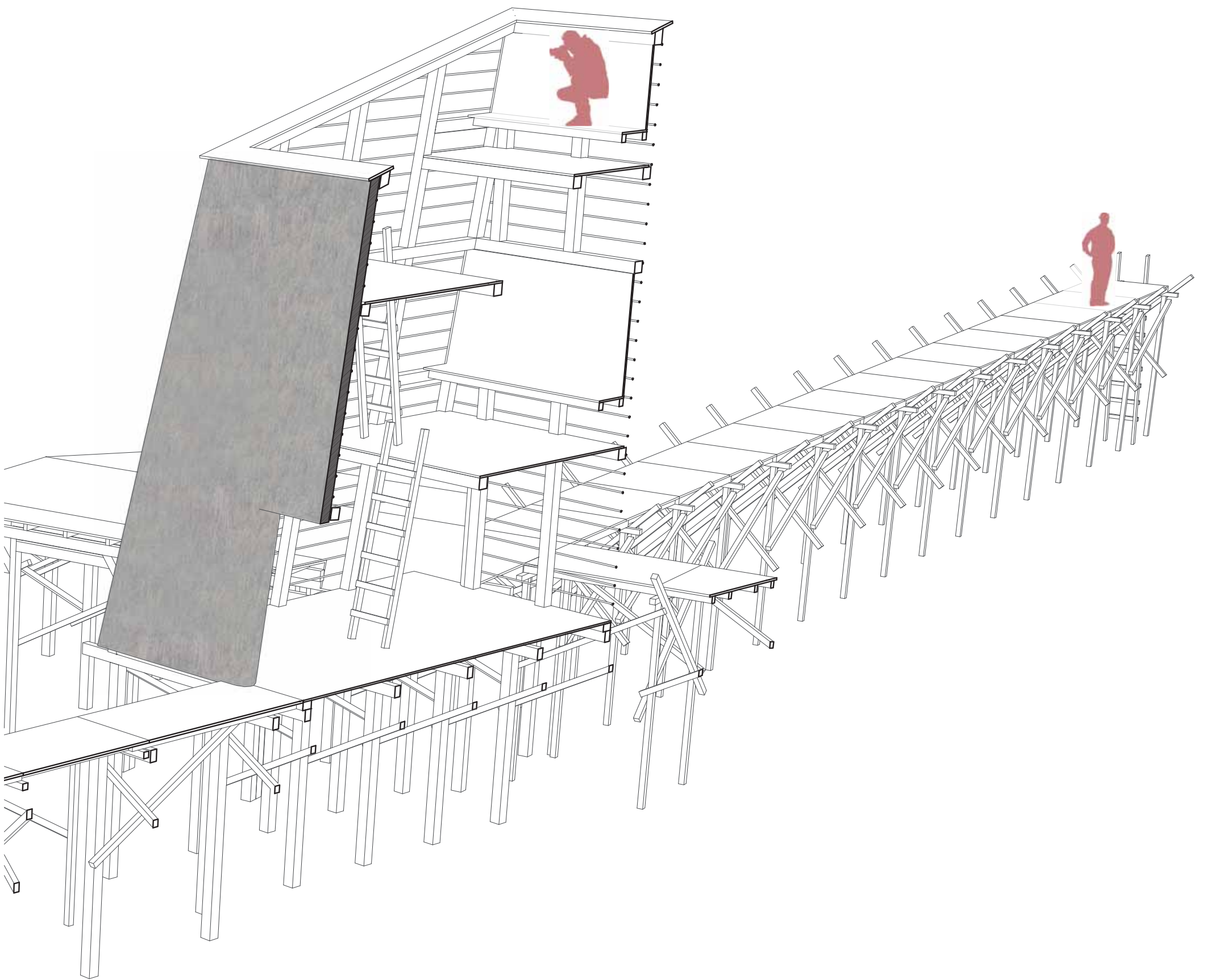
des.60 Módulo estrutural do passadiço que se estende à base dos mirantes, com algumas adaptações em determinados pontos de maior complexidade. O desenho da estrutura base responde de uma forma simples a diversas solicitações como a possibilidade de replicação (módulo), economia de recursos, segurança estrutural, simplicidade formal, elementaridade construtiva, entre outras.

LEGENDA:

- 01 - Prumos (com proteção para humidades na parte enterrada)
- 02 - Dormentes
- 03 - Diagonais de travamento complanar
- 04 - Diagonais de travamento tridimensional (para contraventamento por justaposição).
- 05 - Vigas de pavimento (sarrafos)
- 06 - Pavimento em pranchas de pinho

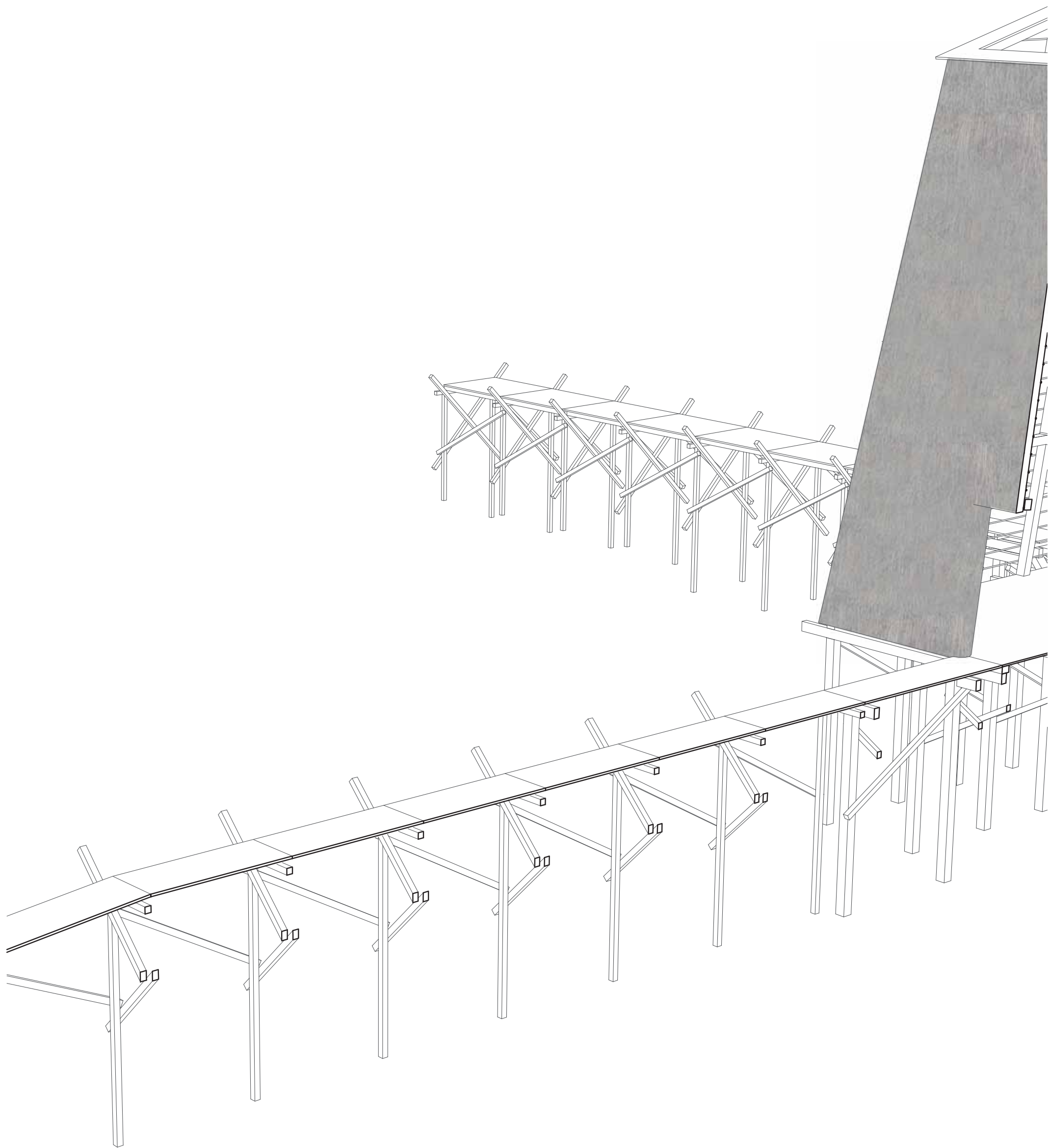
(Elaboração Gráfica do autor)

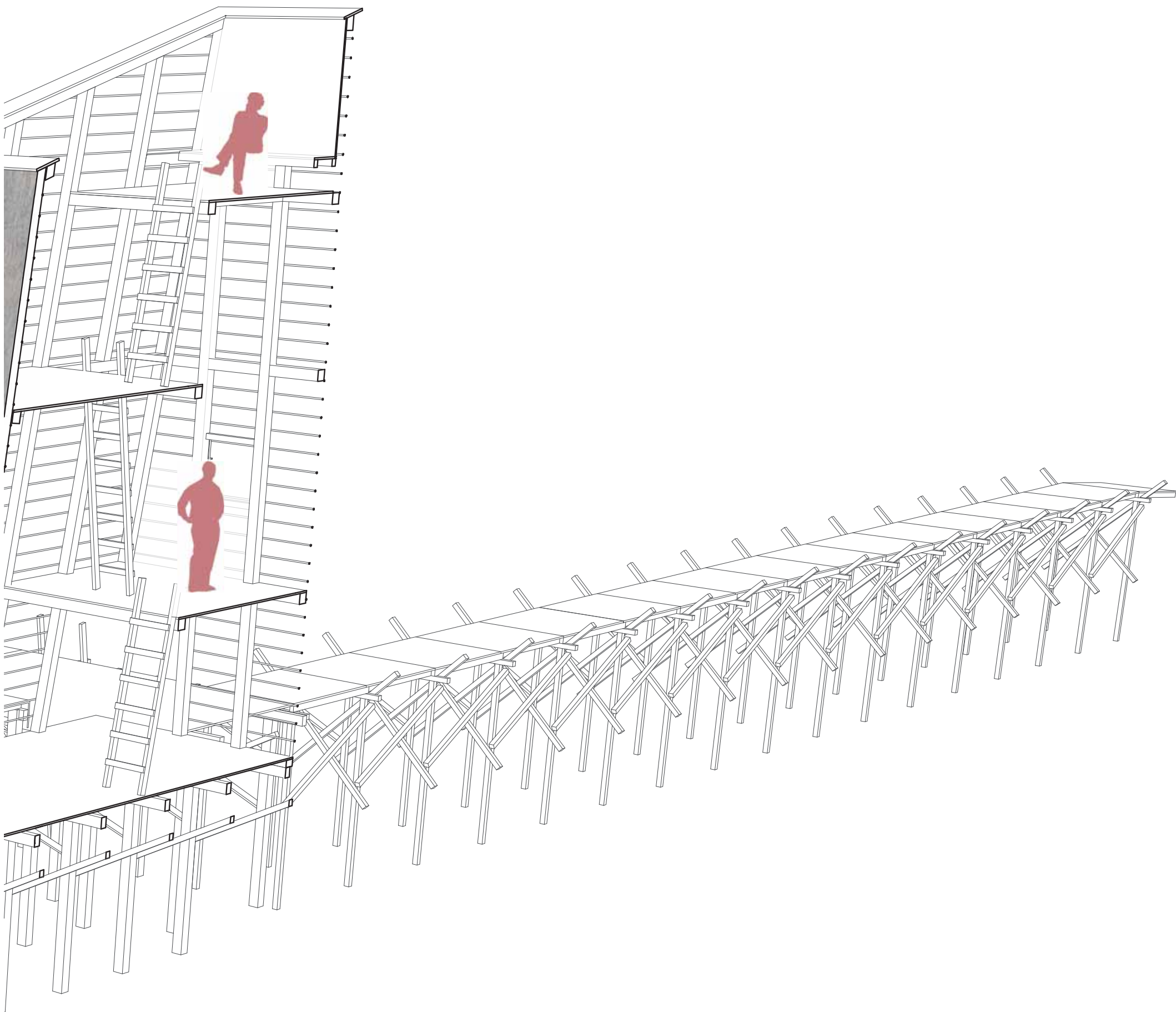




des.61 Cais e torre mirante na ilha. Perspetiva em corte da estrutura de suporte em madeira e dos diversos espaços / funções. Destque para a cobertura do mirante em junco.

(Elaboração Gráfica do autor)





des.61 Cais e torre mirante nas salinas.
Perspetiva em corte da estrutura de suporte em
madeira e dos diversos espaços / funções.
Destaque para a cobertura do mirante em junco.

(Elaboração Gráfica do autor)

EM CONTINUIDADE

Como foi já referido, há neste projeto uma preocupação assumida com a manutenção dos valores naturais identitários do lugar, e é dessa premissa que nasce a grande questão do projeto: Como manter um território em equilíbrio, ainda que esteja em marcha um acelerado processo de massificação e substituição de usos do solo para atividades contemporâneas, exóticas, que ameaçam o equilíbrio do meio?

O projeto arquitetónico procura assim um sentido de responsabilidade que aspira à compreensão, o mais multidisciplinar e integrada possível, por forma a reconhecer constantes geológicas, dinâmicas ambientais e de construção secular da paisagem, representadas em modos de vida, tradições, saberes e arquétipos. Num processo de redescoberta de um passado recente - que rapidamente caiu em desuso pela acelerada padronização de modos de vida e costumes “modernos”, ambicionados e rapidamente assimilados pela sociedade do progresso - recuperam-se valores culturais que permanecem adormecidos nas construções arruinadas que proliferam pelos territórios outrora produtivos, agora abandonados e em decadência.

“Numa atmosfera cultural que tende para a excitação do momento, para a dramatização e para o espetáculo (...) desenvolve-se uma retórica sensorial que levanta a questão da subordinação da arte e da cultura à publicidade e ao consumismo. Enfatizam-se as imagens como um meio ilusório, numa forma de domínio teatral e sedução do espectador até à submissão.”¹⁵⁴

Despender tempo na leitura dos sinais de uma paisagem em processo de artificialização, que começa a expressar indícios de exaustão, demonstra passo a passo a adequação de muitos processos e hábitos ancestrais, de exploração de recursos à escala da sua regeneração e equilíbrio - processo no qual o homem tinha um papel participativo na reposição das condições naturais propícias à prosperidade das culturas e campanhas de recolção. Com a evolução dos tempos, abandonam-se hábitos, apropriam-se outros e encontram-se novas possibilidades, que estão constantemente expostas à verificação e teste, na averiguação da sua continuidade ou caducidade. É preciso tempo.

“Aceitando-se que o homem é a medida para as realidades humanas, entende-se como eterno aquilo que transcorre uma escala de tempo imperceptível ao indivíduo e entende-se como transitório aquilo que se desfaz dentro da escala humana de tempo, de modo perceptível.”¹⁵⁵

A passagem do tempo varia entre a escala geológica - que representa uma duração de milhões de anos, extremamente lento em comparação com o

tempo de uma vida; a escala dos ciclos da natureza (de vária ordem); das épocas históricas; das gerações familiares; dos anos civis, dos dias, das horas, entre outros. É evidente a influência que o tempo representa na definição morfológica do território, assim como nos modos de o construir e habitar, e é na sua compreensão que reside o sentido de ligação ou indiferença do homem, face ao seu habitat. Prova-o o valor atribuído por cada indivíduo a áreas do conhecimento como a arqueologia, a paleontologia, a geologia, a história - que visam o conhecimento do passado em diversas escalas temporais, para a definição da contemporaneidade, na intenção de uma evolução consciente e em continuidade, inversamente ao ato isolado de uma existência desligada de identidade e contexto. Existem fenómenos de continuidade na ação humana, geradores de tradições, hábitos, saberes e identidades, que representam as qualidades imateriais de cada cultura, tendo a capacidade de sobreviver à passagem do tempo, de geração em geração. São apropriadas a cada Era, reinventadas na sua adequação ao contexto geográfico e social, mas contêm em si uma “imortalidade” que permite afirmá-las e transportá-las do passado para o futuro.

“Porém, há obras mais efémeras do que outras e o que as distingue é, sobretudo, a consciência de um tempo de vida pré-determinado; (...) a sua temporária presença é intensa e resistente. (...) Os arquitetos encontram na arquitetura efémera uma forma de expressão que permite explorar relações entre espaço, ambiente e pessoas, (...) com propósitos de coexistência, que procuram gerar encontros sociais, detonadores de diálogos e reflexões.”¹⁵⁶

A arquitetura efémera surge desta forma (pela sua capacidade de, simultaneamente questionar, explorar novos caminhos, surpreender e desaparecer de forma natural), como resposta à inconstância e deriva do tempo contemporâneo. Num contexto oscilante de ideais e sentido de experimentação, na ansiedade pelo futuro. Como forma de participar no processo deambulatório a que se assiste dia após dia, num ambiente cotidiano de laboratório de novas formas, materiais, técnicas e modos de vida, assumindo a fugacidade do tempo e das opções desta era, expressas de forma física na arquitetura, assim como na arte - um reflexo e “testemunho interpretativo do anseio social” Idem, p.10 (citação de Maria João Rodrigues - O que é arquitectura. Químera Editores, Lda. Lisboa, 2002, p.28)..

¹⁵⁴ CARNIDE, Sara Joana Ferreira. Op. Cit., p.10 (Excerto com citação de Guy-Ernest Debord - La société du spectacle. The Situationist International Text Library).

¹⁵⁵ Idem, p.9 (Excerto com citação de Daniel J. Mellado Paz - Arquitectura efémera ou transitória. Vitruvius - arquitectos).

¹⁵⁶ Idem, p.9 (Excerto com citação de Victor Molina Escobar - ¿Pensar lo efímero?. Arquitectura, Art i Espai Efímer. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 1999. Cap.1, p.16).



177. Sistema de canais e regueiras da Ria Formosa no sapal de Faro. Resultado de um processo de erosão e sedimentação, que continuamente se altera e constrói múltiplos territórios, habitats e abrigos de uma emensa variedade de espécies de animais e plantas, este lugar é reciprocamente transformado por eles num dos mais ricos ecossistemas do planeta. Mutável e dinâmico, este espaço que não é terra nem mar, que varia com a maré, com o vento, com os ciclos solares, o clima e a luz, busca continuamente pelo equilíbrio que garante a sua sustentabilidade. Espontâneo e dinâmico, é acima de tudo um espaço de muitos momentos passados, que no presente se mantém calmamente expectante por um futuro mais respeitador e fraterno. (fonte: Gonçalo Vargas. 2018)

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo partido de um interesse pessoal sobre o território investigado e apresentado, este trabalho agarrou como premissas a intuição e proximidade do autor com o lugar, assim como as questões: Qual o interesse despertador de tal intuição, qual o real valor científico e sociológico do território assim como das suas arquiteturas, e quais os valores essenciais a salvar/ preservar no futuro?

Este trabalho foi desenvolvido segundo uma metodologia de investigação que assenta na formulação de questões resultantes do processo de projetar em arquitetura. A necessidade de encontrar respostas e fundamentos para os temas que o pensamento arquitetónico convocava serviram assim de mote para a formulação de questões que exigiram uma cuidada e sistemática recolha/tratamento de elementos de carácter histórico, sociológico, científico, artístico, entre outros. O Projeto foi assim o motivo para se encetar esta investigação, produzindo-se para o estudo alguns elementos gráficos inéditos, resultantes da síntese de diversas fontes. A formulação temática ganhou abrangência, por forma a compreender e valorizar o território em estudo, nas suas diversas dimensões, focando o enriquecimento da argumentação e da resposta arquitetónica a desenvolver.

Pela investigação levada a cabo, é possível afirmar uma “Fuzeta” com uma riqueza patrimonial ímpar na região, pela manutenção, ainda que ameaçada, dos seus valores identitários, quer paisagísticos, ambientais, arquitetónicos e socioculturais. Deu-se contudo, na história recente da vila, uma intervenção urbanística de grande escala na frente de ria, que alterou significativamente o conjunto urbano e em especial o centro histórico, incrementando para o futuro uma desvalorização de um dos valores maiores da singular arquitetura cubista - a possibilidade de ver da terra para o mar a partir dos edifícios que ganham pontualmente altura, em forma de torre mirante, encontrando enfiamentos visuais que os quarteirões mais avançados sistematicamente deixavam livres. O objeto arquitetónico era assim pensado, quer na escala do habitar, quer na escala do espaço público e comunitário, como “uma máquina” de observação e abrigo. A construção de uma banda contínua de edifícios em altura, nos anos 80, deixou assim grande parte do centro histórico numa “zona de sombra”, que parece tender a prolongar-se futuramente para os terrenos a nascente da vila, onde sobrevive ainda uma desafogada relação desde a igreja, casario encosta abaixo até se espraiair na ria - um valor a preservar.

A estratégia adotada para o projeto revelou-se pela proximidade com a população local e com a diversidade de ambientes em equilíbrio na ria formosa. A Fuzeta, nascendo e desenvolvendo-se numa dependência constante das características geológicas do lugar e da facilidade de acesso além-mar, soube encontrar na artificialização dos limites entre o meio terrestre e aquático, a escala e materialidade certas na definição de cais,

pontões, porto de abrigo e praias naturais de areia entre a terra firme e o espaço lagunar. Esse equilíbrio aparentemente natural tem vindo a ser desvalorizado com o facilitismo e capacidade transformadora do engenho moderno, que altera profundamente o território, em pouco tempo e com pouco esforço físico, potenciando intervenções precipitadas e o desapego ao lugar, no ato de intervir. Hoje assiste-se até à movimentação artificial das ilhas barreira, seguindo inversamente a tendência de um secular diálogo e adaptação às dinâmicas do território, na manutenção do seu equilíbrio ecológico e ambiental. Qual o impacto no futuro destes lugares à beira mar?

A presente proposta enaltece os valores da paisagem e estabelece um diálogo, pela compreensão da efemeridade das suas dinâmicas, posicionando cirurgicamente três objetos arquitetónicos que se implantam e encontram fundamento nas particularidades específicas de cada posição geográfica escolhida, tirando partido das relações de curta e longa distância. Um observatório que convida à contemplação e reflexão sobre a atualidade da vila, o seu espaço físico próximo e distante, e o impacto da recente intervenção humana. Estabeleceu-se uma triangulação geográfica que coloca a vila no centro, num diálogo constante entre o ver e o ser visto, e que participa na ancestral necessidade de observar para conhecer e defender. Recentra-se o olhar num foco à essência do lugar, integrando os novos elementos arquitetónicos no sistema pré-existente de torres de vigia medievais, de açoteias e mirantes das habitações tradicionais e de torres de comunicação como faróis e torres sineiras que se foram deixando por herança ao longo da ria formosa, sendo hoje o património arquitetónico notável da vila e do concelho. O estratégico posicionamento destas três novas estruturas permite, num esquema atual de relação com o lugar, compreender a diversidade e riqueza de espaços, objetos e ambientes da Fuzeta, e ganha especial interesse na adaptação à tridimensionalidade do território, com o seu relevo pouco acentuado em direção ao mar, onde cada objeto ganha presença. Pela revelação destes fenómenos e do seu valor, assim como pela passagem de conhecimentos e testemunhos atualizáveis de uma intemporal vivência das gentes destes lugares, salvaguardando memórias e experiências, é possível criar novos olhares, com vista a um futuro mais sustentável.

Durante o decorrer da investigação, foram sendo levantadas diversas hipóteses de trabalho para o território em estudo, muitas delas com grande potencial para o desenvolvimento do projeto de arquitetura a que este trabalho se propunha. Surgiram temas como a redefinição programática e arquitetónica do pontão/molhe nascente da vila; a falta de espaços públicos qualificados, de carácter multifuncional - vazios versáteis, disponíveis para diversos eventos e momentos da dinâmica social da vila ao longo do tempo.

A circulação (automóvel, pedonal, ciclável...) assim como o estacionamento durante o Verão, fruto da sazonalidade, que imprime uma carga de ocupação da vila para a qual não foi feita qualquer infraestruturação prévia. A necessidade de pensar o futuro porto de abrigo e recreio de que há muito se fala na vila, e que continua pouco debatido, carecendo de um projeto aprofundado e multidisciplinar que integre a população, as suas necessidades e expectativas. Surgiu ainda um caminho de investigação sobre um possível plano de pormenor e salvaguarda do conjunto urbano histórico, dos seus aspetos identitários e dos elementos arquitetónicos mais relevantes, que visasse a identificação, inventariação e investigação dos processos construtivos e detalhes arquitetónicos, assim como dos espaços públicos de permanência e circulação - trabalho que já se encontrava amplamente desenvolvido numa dissertação de mestrado e outra de doutoramento (parcialmente desenvolvida e defendida no decorrer desta dissertação), às quais se lhes faz aqui referência. Destacaram-se também alguns edifícios que carecem de projetos de reabilitação, com vista a uma cuidada manutenção e valorização arquitetónica, num diálogo com a sua originalidade construtiva, funcional e estética, dignificando o seu potencial para a população e até para um turismo sustentável na vila. São exemplos o extinto quartel da Guarda Fiscal que assenta sobre as fundações da antiga bateria militar construída no séc. XVII; o cinema Topázio construído em 1952 para dinamização cultural da vila; a antiga estação de socorros a naufragos do ISN fundada em 1951 sobre estacas de betão no sapal a sul da vila, a estação ferroviária a norte; entre outros edifícios notáveis, mas abandonados ou com sinais de insuficiente e desqualificada manutenção.

O caminho que se seguiu acabou por refletir o reconhecimento destes problemas que a vila apresenta, encontrando um denominador comum que está na base de muitos dos maus exemplos de intervenção de manutenção, ou da sua inexistência - o desconhecimento e conseqüente desvalorização das relações entre a construção do lugar e o seu espaço geográfico específico. Tratou-se assim, não de tentar resolver isoladamente cada problema ou optar por um deles, mas sim desenvolver um trabalho de investigação que conduzisse a uma consciência do real valor que a Fuzeta e o seu território conservam, pelo conhecimento do passado que é muitas vezes desvalorizado em detrimento de um progresso ambicionado à força. É no estudo da evolução da vila e da construção dos seus edifícios notáveis que se encontra a originalidade das suas características, da sua adaptação ao clima e ao contexto sociológico, motivo pelo qual se deve compreendê-las e preservá-las como elementos simbólicos e únicos, sendo já insólitos sobreviventes de um acelerado processo de transformação à escala regional, ao longo das últimas décadas.

Encontrou-se no decorrer do trabalho algumas dificuldades de acesso a informação, quer nos organismos locais que apresentavam arquivos pouco estudados e organizados, alguns em tratamento mas com pouca abertura no acesso à documentação, quer ainda nos arquivos regionais e nacionais pela escassez de informação gráfica e até escrita sobre o lugar da Fuzeta, que apresenta a vicissitude de ter pertencido a dois concelhos diferentes na história, o que divide a informação mais antiga por vários arquivos e entidades. O terramoto de 1755 foi, também na Fuzeta, um episódio que terá delapidado significativamente os elementos arquitetónicos mais valiosos, pese embora a vila ser à data apenas um lugar de cabanas e moinhos, onde não existiriam grandes construções ou estruturas de épocas mais remotas. Os estudos de arqueologia são uma ferramenta importantíssima para o conhecimento, e na área da Fuzeta foram apenas desenvolvidos e publicados nos anos 70 por J. Fernandes Mascarenhas, fora da vila nos terrenos de salinas e campo, de uma forma pouco sistemática e científica, o que dificulta a sua localização e a clareza da exposição dos elementos encontrados, mas sustenta presenças humanas muito anteriores nestes territórios. Está assim por fazer um trabalho de inventariação e estudo desses achados, muitos deles destruídos depois da sua descoberta.

Da história mais recente existe um importantíssimo acervo fotográfico, feito durante décadas pelo Sr. Floriano Andrade, um Fuzetense amante da sua terra, que sistematicamente retratou a vila, as pessoas e as novidades que chegavam até ela. Com o seu olhar curioso e disciplinado, captou ambientes, atividades, costumes e tradições. Fica também por fazer um tratamento e estudo do seu legado, assim como um projeto de valorização e exposição que permita, não só a salvaguarda do material fotográfico, mas acima de tudo a memória do fotógrafo que captou para a posteridade a evolução da vila, com um foco raro nas pessoas que viveram e participaram nessa transformação, entre os anos 50 e os anos 70 do séc. XX.



178. Retrato vulgar de uma terra em desenvolvimento, aquando da infraestruturação da aldeia com esgotos. A felicidade no rosto das pessoas foi motivo para que, num cenário de obras, em que a rua estaria aparentemente pouco recomendável para ser fotografada, o Sr. Floriano encontrou o lado social e marcou o acontecimento retratando as gentes da sua terra, crianças a brincar, mulheres felizes, uma ambiente social férreo à luz do sul. (foto de Floriano Andrade).
Gentilmente cedida, como a grande maioria das fotografias anteriormente apresentadas, pelo Sr. José da Rocha Alexandre.

BIBLIOGRAFIA

Comentada

VAZ, Adérito Fernandes (1986) As origens da Fuzeta e seu topónimo, Biblioteca Cultural Olhanense.

(Ensaio sobre os vários topónimos da Fuzeta e a sua origem, com recurso a uma interessante resenha histórica para justificar cada um e enunciar uma nova possibilidade, baseada na derivação da língua portuguesa de termos em latim).

OLIVEIRA, Carlos Miguel G. Ramos de (1971) Fuzeta - uma abordagem antropológica, Lisboa: Univ. Técnica de Lisboa

(Primeiro estudo conhecido sobre a população, os seus hábitos, costumes e dados estatísticos, e ainda sobre o território da Freguesia e do concelho de Olhão).

PACHECO, Mafalda Batista Pinheiro. A evolução Urbana e Arquitectónica da Fuzeta. Instituto Superior Técnico. Lisboa, 2009.

(Primeiro estudo sobre a evolução urbana desde a origem com a fixação das primeiras cabanas de junco a nascente da vila, junto à foz da ribeira do tronco, até à atualidade - foco nas técnicas e aspetos construtivos tradicionais).

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988

(Estudo amplamente aprofundado sobre as construções primitivas em Portugal, elaborado em 1969, com levantamento fotográfico e por vezes detalhe desenhado, que constitui um documento extremamente importante para o estudo dos aglomerados de cabanas do litoral Algarvio, assim como dos seus aspetos técnicos e construtivos, contendo informação específica sobre o lugar da Fuzeta).

Estruturada (ordem alfabética)

a) Específica do lugar

Livros

ANICA, Arnaldo Casimiro. Tavira e o seu Termo, Memorando Histórico. Tavira, 1993.

BRANDÃO, Raul. Os Pescadores. Editorial estúdios cor, Lisboa, 1967.

CABRITA, A. Henrique. Olhão, subsídios para o estudo das origens dos topónimos do concelho. Empresa Litográfica do Sul, Vila Real de Santo António, junho 1978.

CAVACO, Carminda. O Algarve Oriental - As vilas, o campo e o mar. Gabinete de Planeamento da região do Algarve, Faro, 1976.

D'ANDRADE, João Reis. Crónicas do Alto da Torre. 2002. Depósito Legal: 187658/02.

GUEDES, Lívio da Costa. Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII : A «Descrição» de Alexandre Massai (1621). Arquivo Histórico Militar - Lisboa, Tipografia Guerra, Viseu, Novembro 1988. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar (Depósito Legal nº 11517/86). ISBN: 95000.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho. Portugal antigo e moderno: Dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heráldico, archeológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias. Lisboa, Livraria editora de Mattos Moreira & companhia, 1874.

LOPES, João Baptista da Silva. Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do reino do Algarve. Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1841

MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando. Arquitectura Popular em Portugal. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 4ª Edição, 2004. ISBN: 972-97668-7-8.

MASCARENHAS, J. Fernandes - O vinho da fuseta na economia do algarve: subsídios. 1954

MASCARENHAS, J. Fernandes. Origem dos topónimos das freguesias do concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios. Tavira, 1962.

MASCARENHAS, J. Fernandes. A População de Moncarapacho no séc. XVI livre e escrava através de rois de confessados inéditos, Separatas de «A voz de Olhão». Olhão, 1985.

MASCARENHAS, J. Fernandes. O vinho da Fuzeta na economia do Algarve - subsídios. Separata do jornal «Povo Algarvio», 1954

NOBRE, Antero. Opúsculos Históricas sobre Olhão - Termo de Olhão 1974, Município de Olhão, 2008. ISBN: 978-972-96041-4-0.

RAMALHO, Miguel M. [et al.]. Carta Geológica simplificada do Parque Natural da Ria Formosa, Reserva Natural de Castro Marim e Vila Real de Santo António e região envolvente - notícia explicativa. Instituto geológico e mineiro e INETInovação, Instituto da Conservação da Natureza, 2003. ISBN: 978-972-676-206-5.

RIBEIRO, Orlando - "Açoteias de Olhão e telhados de Tavira", Influências orientais na Arquitectura Urbana., Geografia e Civilização - Temas Portugueses. Lisboa: Livros Horizonte, 1992 (1961)

RIBEIRO, Orlando. Geografia e Civilização - Temas Portugueses. Livraria Letra Livre, Lisboa, 2013. ISBN: 978-989-8268-16-7

VAZ, Adérito. As origens da Fuzeta e seu topónimo. Olhão, Biblioteca Cultural Olhanense, 1986

Teses / Artigos Científicos

CRISPIM, Paulo Dinis de Jesus. Análise e diagnose da paisagem da Fuzeta, projectos de requalificação no concelho de Olhão, Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais, Faro, 2006.

PACHECO, Mafalda Batista Pinheiro. "Fuzeta: Um núcleo urbano piscatório singular", Instituto Superior Técnico - UTL, Lisboa, 2018.

OLIVEIRA, Carlos Miguel G. Ramos de (1971) Fuzeta - uma abordagem antropológica, Lisboa: Univ. Técnica de Lisboa

OLIVEIRA, Fernando Muñoz de. Ria de Faro - Barra da Fuseta. Evolução 1944-1984. Direção Geral de Portos, 1985.PACHECO, Mafalda Batista Pinheiro (2009) A evolução Urbana e Arquitetónica da Fuseta, Univ. Técnica de Lisboa - IST

SILVA, Carlos Alberto dos Santos Naré e (2012) Evolução das barras no sistema lagunar da ria formosa, Coimbra: Univ. de Coimbra - Dep. Geografia

SILVEIRA, Ana Cláudia. A edificação de moinhos de maré no salgado algarvio entre os séculos XIII e XVI. revista XELB 10 | Actas do 7º Encontro de arqueologia do Algarve

SOUSA, Leonor Mendes Nobre de. Estruturas Arquitetónicas militares de defesa da Ria Formosa. Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, Faro, 2009.

VIEGAS, Ana Margarida; Iola Conceição da Silva Nunes; Sara Isabel Vargues Patrocínio (2000) Caracterização da Comunidade Piscatória da Fuzeta, Univ. do Algarve - Escola Superior de Educação

Publicações periódicas

MUÑOZ, Alicia Camara. Las torres del litoral en el reinado de Felipe II: una arquitectura para la defensa del territorio (I). Espacio, Tiempo e Forma, Serie VII, História del Arte, t.3, 1990

VAZ, Adérito (2014) "Fuzeta - I a XII", Jornal Brisas do Sul, Olhão

Outros documentos

(Biblioteca Nacional Digital) MPRQ Memórias Paroquiais 1722/1832 / 23 "Dicionário geográfico de Portugal" [Tomo 23, M 2] 1758/1758 / Moncarrapacho, Tavira 1758/1758

Debates Parlamentares / monarquia constitucional / câmara dos senhores deputados da nação portuguesa / número 021 / 1860-05-26

Debates parlamentares / 3ª república / Assembleia da república / série II-A / V legislatura / Sessão legislativa 04 / número 016 / 1990-12-22

PARDAL, Sidónio. Serviços Técnicos da Camara Municipal de Olhão. Revisão do PDM de Olhão - Relatório de avaliação da execução 1995-2014, junho 2014.

PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA. Rui Cunha fotografia e audiovisuais, Lda. Impriluz Gráfica Lda. 3ª edição - novembro 2000. ISBN: 972-9034-73-7

(Torre do Tombo - DigitArq) PT/TT/CC/1/86/27 CC Corpo Cronológico 1161/1699 / 1 Parte I 1137/1699 / 86 Maço 86 1551-01-02/1551-09-28 / 27 Alvará da rainha D. Catarina para Álvaro Lopes mandar fazer à cidade de faro 10 âncoras de ferro.

SILVA, Luis Fraga da. Ocupação Romana de Ossonoba e Balsa - Ajustamento da rede viária ao Itinerário Antonino XXI (Balsa Ossonoba m. p. XVI), 2009

b) Específica do tema

Livros

ANDERSEN, Sophia de Mello Breyner. Poemas escolhidos, Dia do Mar, 1947

CARRERI, Francesco. Walkscapes, O caminhar como prática estética. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2013

CARRERI, Francesco. Caminhar e parar. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2017

EL Croquis. Aires Mateus 2011/2016 - en el corazón del tiempo. El Croquis editorial, 2016

LOPES, Francisco Fernandes. "Olhão" in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol XIX, Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, 1949

MACK, John. O Mar, uma história cultural. Bookbuilders / Letras errantes, Lda. 1ª Edição, 2018. ISBN: 978-989-99720-6-3.

NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius Loci (towards a phenomenology of architecture).

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. Construções Primitivas em Portugal - Portugal de Perto. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988

PESSANHA, Fernando. Os 500 anos da fundação de Arenilha - memórias de uma "vileta" nascida no decurso da expansão Portuguesa. Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2013.

PESSOA, Fernando Santos. Intervir na paisagem - A morte da paisagem do Algarve, 2006. ISBN: 978-989-8885-01-2.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. Gonçalo Ribeiro Telles, textos escolhidos. Das serras ao Litoral. Lisboa: Edições Argumentum, 2016. ISBN: 978-972-8479-98-5.

VASCONCELOS, José Leite de. Etnografia Portuguesa. Imprensa Nacional - casa da moeda, Lisboa, 1975

ZUMTHOR, Peter. Atmosferas, Entornos arquitetónicos - As coisas que me rodeiam. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2006

ZUMTHOR, Peter. Pensar a Arquitectura. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2009

Teses / Artigos Científicos

BETTENCOURT, Pedro. Les Environnements Sédimentaires de la Côte Sotavento (algarve, Sud Portugal) et leur Évolution Holocène et Actuelle. PhD thesis, Université de Bordeaux. 1994.

CARNIDE, Sara Joana Ferreira. Arquiteturas expositivas efémeras, pavilhão temporário em Roma. Instituto Superior Técnico. Lisboa, 2012.

FERNANDES, Vânia. Universidade Lusíada de Lisboa, "Filtros Urbanos: O pontão na busca de uma continuidade entre Arte, Paisagem e Arquitetura.

FRADE, Pedro Augusto. Casa, cozinha, horto em Alcácer do Sal. Universidade autónoma de Lisboa, 2016.

FREIRE, Maria. A paisagem, espaço natural e espaço cultural, A perspectiva do arquitecto paisagista para a qualidade de vida e para uma vida de qualidade. [Congresso Internacional - Interfaces da Psicologia]

NUNES, Ana Rita Madeira. Arquitetura da água, cais palafíticos da Carrasqueira. Universidade de Évora - Dissertação de Mestrado em Arquietura, 2016

SANTOS, Ana Isabel Nascimento. Tavira, Património do Mar - da ribeira à casa nobre de quinhentos - o caso dos telhados de tesouro. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura, Universidade de Évora. Évora, 2015

SOUSA, Leonor Mendes Nobre de. Estruturas Architectónicas militares de defesa da Ria Formosa. Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, Faro, 2009.

Publicações periódicas

Costa, Alexandre Alves. Portugal, cidade e arquitectura. Revista de História da Arte nº4 - 2007 - Cidades Portuguesas Património da Humanidade.

Debates Parlamentares / 3ª república / assembleia da república / série I / I Legislatura / sessão legislativa 02 / número 048 / 1978-03-08 / página 1756

Decreto n.º 4/2005, Convenção Europeia da Paisagem, Florença, 20 de outubro de 2000

Outros documentos

GARCIA, Cristina; OLIVEIRA, Luís. Anda Mouro na Costa. Instituto Conservação da informação e divulgação, Lisboa [Brochura Parque Natural Ria Formosa/ICN]

SOARES, João - A minha cabana: construir a casa com as próprias mãos. Artigo publicado no Jornal Arquitectos 248, Set -- Dez 2013

Território: Casa Comum, Morfologias e Dinâmicas do Território. Catálogo de Exposição. FAUP, 2015. ISBN: 978-989-8527-07-3

Multimédia

MARANT, Alexis. O Mediterrâneo à beira do colapso. [Documentário], Arte France & Capa, 2008.

An aerial photograph of a coastal city at sunset. The sun is a large, bright, glowing orb in the center of the sky, casting a warm, golden light over the scene. The city below is a dense grid of buildings, with a prominent river or canal system winding through it. The foreground shows a body of water with some dark, elongated structures, possibly piers or breakwaters. The overall atmosphere is serene and contemplative.

“Era viver num meio adormecimento, seduzido pela luz, fora de todos os interesses e realidades, em Portugal e no Sonho...”¹⁴⁶

